

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América



Secretaría General Secretaria-Geral
Iberoamericana Ibero-Americana

Secretaría General Iberoamericana (SEGIB)
Paseo Recoletos, 8
28008-Madrid

Copyright SEGIB

novembro de 2012

Autora do Relatório:
Cristina Xalma, investigadora da Secretaria Geral Ibero-americana

Direção:
Salvador Arriola, Secretário para a Cooperação Ibero-americana (SEGIB); Martín Rivero, Secretário Executivo do Programa para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

Colaboração:
Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.
Gestora (Patricia González), consultora (María Clara Sanín), auxiliar de investigação (Silvia López).

Fotografia capa:
Projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular da Argentina e da Organização Pan-americana da Saúde (OPS) para fortalecer a República Dominicana no seu esforço para garantir à população o acesso a medicamentos de qualidade.
Os pormenores deste projeto encontram-se no Quadro III.5 deste Relatório.

Desenho e produção: believe – www.believearts.com

Depósito Legal: M-39481-2012

ÍNDICE

ÍNDICE DE MATÉRIAS

APRESENTAÇÃO _____ 1

RESUMO EXECUTIVO _____ 5

CAPÍTULO I. AS CONTRIBUIÇÕES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR IBERO-AMERICANA PARA A AGENDA GLOBAL DA COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO * _____ 11

*A cargo dos Responsáveis da Cooperação Ibero-americana

I.1. Conceptualização e contextualização da Cooperação Sul-Sul Ibero-americana

I.2. A Cooperação Sul-Sul e Triangular ibero-americana no contexto da nova agenda global da cooperação internacional

I.3. Perspectivas possíveis para a Cooperação Sul-Sul e Triangular

CAPÍTULO II. A IBERO-AMÉRICA E A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL _____ 21

II.1. O desafio de incorporar indicadores para a Cooperação Sul-Sul

II.2. Ações e Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em 2011

II.3. Participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.4. As relações intra-regionais: uma caracterização

II.5. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

II.5.1. Distribuição setorial de Projetos e ações

II.5.2. Perfil regional de capacidades e necessidades

II.6. Aplicando a informação sobre custos ao estudo da Cooperação Sul-Sul

CAPÍTULO III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR NA IBERO-AMÉRICA _____ 75

III.1. A Cooperação Sul-Sul triangular: uma modalidade em debate

III.2. Principais características da Cooperação Sul-Sul Triangular de 2011

III.3. Acerca da relação e articulação entre os diferentes cooperantes

III.4. Perfil regional de capacidades e necessidades



CAPÍTULO IV. REFLETINDO SOBRE A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL_____99

- IV.1. Refletindo sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
- IV.2. Breve revisão da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011
- IV.3. Reinterpretando a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
 - IV.3.1. Participantes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional
 - IV.3.2. O enfoque regional: objetivo, estratégia e desenho compartilhado
 - IV.3.3. Institucionalidade e formalização das relações de cooperação
 - IV.3.4. Algumas palavras sobre o financiamento
- IV.4. Lições e orientações para o futuro

CAPÍTULO V. SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL E TRIANGULAR*_____121

*Autoria: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Patricia González, Gestora da Unidade Técnica e María Clara Sanín, Consultora)

- V.1. Três anos de avanços em sistematização
- V.2. Um olhar rápido à metodologia
- V.3. O esforço por desenvolver capacidades nas unidades técnicas de cooperação
- V.4. As conquistas de cada país membro do Programa
- V.5. Avanços e desafios para aprofundar a sistematização de experiências

CAPÍTULO VI.A IBERO-AMÉRICA NA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL_____135

- VI.1. Revendo a agenda mundial da cooperação para o desenvolvimento
- VI.2. A Ibero-América e a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial
- VI.3. A AOD de Espanha, Portugal e Andorra para os seus parceiros ibero-americanos

BIBLIOGRAFIA_____147

ANEXO_____153



ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE QUADROS

- Quadro II.1. A utilização das datas na geração de indicadores para a Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.2. Do comércio exterior à Cooperação Sul-Sul: reinterpretando indicadores
- Quadro II.3. A cooperação extra-regional: o caso do Haiti e do Caribe não ibero-americano
- Quadro II.4. Cooperação e água: apoiando uma gestão social, econômica e meio ambiental
- Quadro II.5. A aposta num turismo temático: apoios a partir da Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.6. O fortalecimento da cultura: um eixo relevante da cooperação de 2011
- Quadro II.7. Equador-El Salvador: intercâmbio de experiências entre economias dolarizadas
- Quadro II.8. A cooperação na mineração cubana: múltiplos esforços, uma direção
- Quadro II.9. Peru: fortalecendo a indústria através da Cooperação Sul-Sul
- Quadro II.10. Para outra forma de identificar o perfil setorial dum país: revendo Balassa
- Quadro II.11. A utilização dos custos para estimar o perfil setorial de cooperação
- Quadro III.1. Uma iniciativa para a promoção da assistência técnica segundo Monterrey: o Programa de apoio de Espanha à Cooperação Triangular da Costa Rica na América Central
- Quadro III.2. Trabalhando em indicadores para a Cooperação Sul-Sul Triangular
- Quadro III.3. A Alemanha e o seu Fundo de Cooperação Triangular para a América Latina e Caribe
- Quadro III.4. Fortalecendo um modelo de cobertura universal da saúde: a experiência do Brasil, Alemanha e Uruguai
- Quadro III.5. A Argentina e a Organização Pan-americana da Saúde (OPS): apoiando a R. Dominicana no seu esforço por garantir à população o acesso a medicamentos de qualidade
- Quadro IV.1. As estratégias de cooperação da Colômbia e do México com a bacia do Caribe
- Quadro VI.1. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e o Caribe não ibero-americano: o peso do Haiti

ÍNDICE DE ESQUEMAS

- Esquema II.1. Processo de geração de indicadores para a Cooperação Sul-Sul
- Esquema II.2. Exemplos de unidades de análise, níveis de agregação e variáveis de corte usados na geração de indicadores para a Cooperação Sul-Sul no espaço ibero-americano
- Esquema II.3. Intensidade de relação entre os principais ofertantes e receptores. 2011
- Esquema II.4. Exemplos da relação de cooperação entre as sub-regiões ibero-americanas. 2011
- Esquema II.5. Dinâmica de reflexão para construir indicadores de CSS baseados em custos
- Esquema II.6. Definições de custos usadas para o Relatório da CSS na Ibero-América 2012
- Esquema III.1. Intensidade da relação entre os principais cooperantes de CSS Triangular. 2011
- Esquema III.2. Fórmulas de articulação da Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo gênese e quadro institucional
- Esquema IV.1. Interpretação da CHSS Regional perante a sua conceptualização tradicional
- Esquema IV.2. Caracterização da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registrada em 2011
- Esquema IV.4. Atores que participaram na CHSS Regional, por tipo de intervenção. 2011
- Esquema V.1. Conquistas da linha 5 do Programa nos seus três anos de funcionamento
- Esquema V.2. Aspectos recomendados a identificar nos casos



ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico II.1. Mudanças nas participações relativas aos países. Projetos. 2010-2011
- Gráfico II.2. Índice de concentração/dispersão da CHSSB oferecida e recebida segundo país. 2011
- Gráfico II.3. Caracterização da concentração das relações entre países, segundo papel. 2011
- Gráfico II.4. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2011
- Gráfico II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores. 2011
- Gráfico II.6. Perfil setorial dos Projetos de cooperação, segundo ofertante. 2011
- Gráfico II.7. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo setor de atividade. 2011
- Gráfico II.8. Perfil setorial dos Projetos de cooperação, segundo receptor. 2011
- Gráfico II.9. Perfil de necessidades dos principais receptores, segundo setor de atividade. 2011
- Gráfico III.1. Peso dos cooperantes em Projetos de Cooperação Triangular, segundo papel. 2011
- Gráfico III.2. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2011
- Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por setores. 2011
- Gráfico III.4. Perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular. Principais cooperantes. 2011
- Gráfico VI.1. AOD líquida destinada a países ibero-americanos e países em desenvolvimento. 2000-2010
- Gráfico VI.2. Distribuição da AOD líquida mundial aos países ibero-americanos, segundo receptor
- Gráfico VI.3. Distribuição da AOD líquida mundial aos países ibero-americanos, segundo doador
- Gráfico VI.4. AOD líquida total que Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2011
- Gráfico VI.5. AOD líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2011

ÍNDICE DE MAPAS

- Mapa II.1. Distribuição geográfica dos Projetos de cooperação, segundo papel. 2011
- Mapa II.2. Distribuição geográfica das ações de cooperação, segundo papel. 2011

ÍNDICE DE MATRIZES

- Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011
- Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011
- Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sub-regiões. 2011
- Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011
- Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011



ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela II.1. Grau de concentração/dispersão da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011
- Tabela II.2. Informação sobre custos, disponível para este Relatório da CSS na Ibero-América 2012
- Tabela II.3. Diferentes aproximações à dimensão da CHSS Bilateral, a partir dos custos
- Tabela II.4. Informações sobre a gestão e a avaliação da CHSS Bilateral, a partir dos custos
- Tabela III.1. Eventos que debateram a Cooperação Sul-Sul Triangular. 2010-2012
- Tabela III.2. Tabela de Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011
- Tabela III.3. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular com o Haiti e Caribe não ibero-americano. 2011
- Tabela III.4. Seleção de algumas fórmulas de articulação da CSS Triangular. Caso do Brasil. 2011
- Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. 2011
- Tabela IV.2. Seleção de Projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2011
- Tabela IV.3. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através da sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). 2011
- Tabela IV.4. Identificação, negociação, formulação e financiamento dos principais Programas de CHSS Regional registrados em 2011
- Tabela V.1. Participação dos países nas experiências de Cooperação Sul-Sul sistematizadas. 2010-2012
- Tabela V.2. Classificação e breve descrição das experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral sistematizadas. 2010-2012
- Tabela V.3. Classificação e breve descrição das experiências de Cooperação Sul-Sul Triangular sistematizadas. 2010-2012
- Tabela V.4. Combinação dos países que sistematizaram experiências de Cooperação Sul-Sul. 2010-2012
- Tabela A.1. Classificação dos setores de atividade em que tem lugar a Cooperação
- Tabela A.2. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina. 2011
- Tabela A.3. Seleção de Ações de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011
- Tabela A.4. Ações de CSS Triangular com o Haiti e o Caribe não ibero-americano. 2011
- Tabela A.5. AOD líquida mundial destinada aos países em desenvolvimento, segundo doadores. 2000-2010
- Tabela A.6. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo receptor. 2000-2010
- Tabela A.7. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo doador. 2000-2010
- Tabela A.8. AOD líquida destinada por Espanha ao resto dos países ibero-americanos. 2000-2011



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Ao longo destes últimos anos, a agenda da cooperação ao desenvolvimento sofreu um forte processo de transformação. A crise econômica internacional e as respostas de ajuste que os principais doadores estão a dar, sendo o ano de 2015 a data limite para conseguir alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Eficácia e a participação dos denominados Países de Rendimento Médio (PRM) marcaram parte dos debates. Mas outro tema, no qual a Ibero-América foi especialmente relevante, foi, sem dúvida, o do renovado papel que neste cenário desempenha a Cooperação Sul-Sul.

Neste sentido, o protagonismo dos nossos países nesta nova etapa explica-se, primeiro, pela sua ação direta, intercambiando experiências e fortalecendo capacidades. Mas também e no quadro que sempre lhes ofereceu a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), pelo esforço de trabalho coletivo que realizaram e que tem uma das suas principais manifestações neste *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012*.

Assim, a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), apoiando sempre este esforço, leva à XXII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Cádiz (Espanha) aquela que já é a sexta edição do Relatório. Passados vários anos desde que os países mandataram a sua elaboração anual (XVII Cimeira Ibero-americana de Santiago do Chile em 2007), o Relatório foi evoluindo, crescendo e assumindo novos e inexoráveis desafios.

De fato, a edição deste ano inclui duas novidades importantes que merecem ser destacadas. Por um lado, e acompanhando também o trabalho dos países que decidiram promover no quadro do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, começaram-se a aplicar Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, um exercício metodológico que melhora a capacidade de análise e dota de maior rigor e profundidade o relatório. Por outro lado, atendendo ao pedido dos países, começaram-se a incorporar novos dados e informações que integram as nações irmãs do Caribe não Ibero-americano na nossa análise tanto da Cooperação Sul-Sul como da evolução da AOD mundial.

Esperemos que estas novidades enriqueçam os conteúdos do presente Relatório e nos estimulem em todos os avanços e desafios aos quais gostaríamos de continuar a responder em edições futuras. Em qualquer caso, esta Secretaria, ao serviço dos países, continuará a apostar em manter este espaço de reflexão e trabalho coletivo e consolidar o Relatório como ferramenta para a Ibero-América e as populações que esta comunidade representa.

Responsáveis da Cooperação Ibero-americana, à data de 1 de novembro de 2012

PAÍS	ORGANISMO	TITULAR RESPONSÁVEL
ANDORRA	Ministério de Assuntos Exteriores e Relações Institucionais	Gemma Cano
ARGENTINA	Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto	Lucila Rosso
BOLÍVIA	Ministério de Planificação do Desenvolvimento	Harley Rodríguez
BRASIL	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Fernando José Marroni
COLÔMBIA	Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC)	María Andrea Albán
COSTA RICA	Ministério de Relações Exteriores	Irina María Elizondo
CUBA	Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro	Orlando Hernández
CHILE	Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)	Jorge Antonio Daccarett
EQUADOR	Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI)	Gabriela Rosero
EL SALVADOR	Ministério de Relações Exteriores	Jaime Miranda
ESPANHA	Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)	Rafael Garranzo
GUATEMALA	Subsecretaria de Cooperação Internacional	Ana Méndez
HONDURAS	Secretaria Técnica de Planificação e Cooperação	Héctor Corrales
MÉXICO	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)	José Octavio Tripp
NICARÁGUA	Ministério de Relações Exteriores	Valdrack Jaentschke
PANAMÁ	Ministério de Relações Exteriores	María Celia Dopeso
PERU	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)	Luis Humberto Olivera
PORTUGAL	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.	Ana Paula Laborinho
R. DOMINICANA	Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento	Inocencio García
URUGUAI	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)	Martín Rivero

RESUMO EXECUTIVO

O **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012** centrou a sua análise na evolução, ao longo do ano de 2011, das diferentes modalidades de cooperação reconhecidas no espaço ibero-americano. Previamente, e seguindo a mesma linha das edições anteriores, o relatório incluiu uma reflexão compartilhada pelos países acerca da contribuição que a Cooperação Sul-Sul e Triangular da região realizou na agenda global da cooperação ao desenvolvimento. Por último, o relatório reviu também a evolução da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) destinada à Ibero-América, num contexto marcado pela crise econômica internacional.

Assim, o **primeiro capítulo** reviu as **contribuições da Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-americana para a agenda global da cooperação ao desenvolvimento**. A grande quantidade de espaços e fóruns que, dos últimos anos até hoje, estão a abordar o debate sobre a Cooperação Sul-Sul e a sua prática, permite aos países como os ibero-americanos avançar na articulação de posições comuns que possam ser elevadas à referida agenda. A partir da diversidade de posições, existem alguns aspectos de reivindicação compartilhados, entre os que se destacam: a necessidade de continuar a apoiar os Países de Rendimento Médio (deslocados na elegibilidade para a cooperação devido à utilização de critérios baseados nos rendimentos que obviam a persistência de fossos estruturais); o emergente papel dual destes países na cooperação internacional; e o reconhecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular como mecanismos de fortalecimento da institucionalidade, do desenvolvimento de capacidades e da integração regional.

O **segundo capítulo**, por outro lado, analisou a evolução da **Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do ano de 2011**. Para a presente edição, o apoio recebido a partir do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul foi fundamental para adotar novos enfoques de análise e avaliação desta modalidade. Mais especificamente:

1. **Ao longo do ano de 2011, os países ibero-americanos mantiveram em execução um total de 586 projetos e 229 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral.**
2. O grosso da cooperação foi executada por apenas três países: **Brasil, Argentina e México**, que **explicitaram praticamente 70% dos 586 projetos de 2011**. O resto da cooperação foi completada pela **Colômbia, Cuba e Chile (mais 25 pontos de participação)**, conjuntamente com o Uruguai e o Equador, por um lado, além da Costa Rica, Peru, El Salvador, Honduras, Venezuela, Bolívia e Paraguai, por outro, que somaram 5% dos projetos finais.
3. **Todos os países ibero-americanos participaram como receptores** da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e só houve um, o **Paraguai**, que concentrou **mais de 10%** dos projetos (65). Seguiram-se a Bolívia e El Salvador (outros 20%); o México e a Costa Rica, conjuntamente com as andinas Venezuela, Colômbia, Equador e Peru (participações individuais de entre 5% e 7,5% do total); Argentina e Uruguai, Cuba, Honduras, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e Panamá (pesos entre 2,5% e 5,0%, equivalentes à recepção de entre 15 e 30 projetos); e, por último, o Brasil e o Chile (1,9% e 0,7%).
4. Sobre os pesos relativos dos diferentes países como ofertantes e receptores foram determinantes as **relações bilaterais entre nações, sub-regiões e inclusivamente no interior destas últimas**. Neste sentido e relativamente aos fluxos de cooperação de 2011:

-
- a) **O Brasil e a Argentina explicaram mais de 50% dos projetos executados nos países andinos** (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru), Paraguai, El Salvador e Cuba.
- b) Os **países andinos e da América Central foram o destino principal da cooperação do Brasil, México e Cuba** (cerca de 70% do total que ofereceram). De fato, o peso destes três países na cooperação de ambas as sub-regiões foi determinante, pois chegou a explicar mais de 60% dos projetos recebidos.
- c) Os **países andinos**, que em 2011 executaram 70 projetos, realizaram **mais de 50% da sua cooperação na América Central**. E em termos intra-sub-regionais, o Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, sem o Brasil), destacou-se como uma **sub-região que foi, para ela mesma, a sua segunda melhor ofertante e receptora**.
5. **Praticamente 40% dos 586 projetos em execução em 2011 concentram-se no fortalecimento das economias nacionais**: a maior parte destes (70%) tiveram como propósito o apoio às atividades produtivas (fundamentalmente, setores primários e indústrias de derivados) e o restante (30%) orientou-se para a criação de infraestruturas e serviços econômicos básicos (destacando energia, aplicações dos avanços científico-tecnológicos e fortalecimento das pequenas e médias empresas). Os **outros 60% dos projetos distribuíram-se**, em proporções quase equivalentes (32,8% e 28,5%, respectivamente), **entre o reforço dos temas sociais** (saúde - general e reprodutiva -, educação, políticas públicas de previsão social e saneamento de água) **e o apoio a outras atividades** (gestão do setor público, segurança e justiça, direitos humanos, iniciativas meio ambientais e culturais, prevenção de desastres e desenvolvimento).
6. Também se começaram a aplicar uma série de **Indicadores para a Cooperação Sul-Sul**. O seu objetivo mais vasto consiste em aprofundar questões como a **visibilidade**, a melhoria da **gestão e planificação estratégica**, assim como uma possível **avaliação**. Isto concretiza-se na medição de diferentes aspectos, entre os quais se destacariam a **dimensão**, a **disponibilidade de recursos financeiros**, a **responsabilidade partilhada** ou a **eficiência**. A recolha dos dados relativos aos custos dos projetos ou às suas datas de aprovação, início e final de atividade, permitiu começar a realizar as referidas medições. A limitação mais importante no momento de interpretar os resultados obtidos foi causada pelos dados que, apesar dos esforços, continuam a ser parciais e incompletos. Ainda assim, e a título ilustrativo, pode-se afirmar, por exemplo, que:
- a) Os projetos e as ações foram, com efeito, ferramentas para a Cooperação Sul-Sul de dimensões bem diferentes: os **projetos** executaram-se durante um **tempo médio de 587 dias** (mais de um ano e meio), enquanto que as **ações** estiveram em execução durante uma média de **41 dias** (pouco mais de um mês).
- b) Aplicando uma variante de um índice para o comércio (Herfindahl), mediu-se o **grau de concentração da cooperação recebida e oferecida**. Assumindo valores abaixo de 0,1000 (diversificação), entre este e 0,1800 (moderada concentração) e acima do último (elevada concentração), confirmou-se que, enquanto que as **ações e projetos registraram uma recepção dispersa**, a sua **oferta** foi, respectivamente, **moderada e altamente concentrada**.
- c) Por fim, a **responsabilidade partilhada**, pelo menos na sua parte financeira, tendeu a ser de **72,7% para os ofertantes e 27,3% para os receptores**. Também em termos de eficiência, houve uma sub-execução dos orçamentos para os projetos, pois **tendeu-se a gastar 86,6% do planeado**.

Por outro lado, o **terceiro capítulo**, dedicado à **Cooperação Sul-Sul Triangular**, sugeriu uma renovada aposta dos países ibero-americanos nesta modalidade: de fato, os 42 projetos e as 41 ações de 2010 aumentaram até aos **74 projetos e 70 ações de 2011**. Apesar de com diferentes papéis e intensidades, todos os países desta comunidade (com a única exceção de Andorra e Portugal) foram protagonistas desta intensa dinâmica:

1. No exercício de **primeiros ofertantes**, transferindo capacidades, destacaram-se quatro países ibero-americanos cuja participação explicou mais de 80% dos projetos: **Argentina** (quase um terço dos totais), **Chile** (22%), **Brasil e México** (15 e 13,5% do total, respectivamente). Também o Peru, Colômbia e Uruguai surgiram como novos atores.
2. No papel de **segundos ofertantes**, apoiando financeira, técnica e institucionalmente, destacaram-se os atores de fora da região: fundamentalmente, Japão (46% dos 74 em execução); Alemanha (13,5%), Estados Unidos, Canadá, Austrália e Coreia (12,2%); assim como organismos multilaterais e regionais (PNUD, OIT, PMA, OPS, CAF e OEA). A exceção ibero-americana foi Espanha, presente em 3 projetos e 8 ações Triangular.
3. Relativamente aos receptores, o **Paraguai** juntamente com quatro países andinos (**Bolívia, Equador, Colômbia e Peru**) explicaram praticamente dois terços de toda a atividade registrada. O resto de países mantiveram participações menores (El Salvador, Chile, Uruguai, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Brasil, pesos entre 2,7% e 5,4%) e inclusivamente pontuais (Argentina, Costa Rica, Cuba, México, R. Dominicana e Venezuela, um projeto).

Por sectores, **as áreas Econômicas e Sociais explicaram mais de 60% dos projetos** de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2011. Houve, no entanto, uma clara proeminência das primeiras (38%) relativamente às segundas (24%). Nestes âmbitos destacaram-se, respectivamente, projetos de fortalecimento de PME, agropecuários e pesqueiros; assim como de saúde e de fortalecimento no âmbito das políticas sociais. Pelo seu lado, os outros **40% dos projetos** triangulares classificaram-se sob outras dimensões de atividade, entre os quais se destacaram os meio ambientais (22% das triangulações totais), de apoio à gestão e ao serviço público e de fortalecimento dos direitos humanos.

Contudo, a **maioria dos projetos foram de uma elevada complexidade científico-tecnológica**. A título ilustrativo, destacam-se, no âmbito do meio ambiente, os dedicados à gestão de bacias hidrológicas, de resíduos sólidos ou de medição da qualidade do ar; nas áreas de empresa, os orientados para a transferência de recursos e capacidades tecnológicas às PME; em agricultura e pesca, o desenvolvimento de técnicas fitossanitárias; e no fortalecimento dos governos, os de implementação de sistemas de voto eletrônico.

No que diz respeito ao **quarto capítulo**, dedicado à **Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional**, a persistência de alguns problemas conceptuais e de sistematização, fizeram com que a presente edição incorporasse uma mudança de foco; desde a análise de casos até **uma revisão de todas as experiências registradas em 2011 que permita pormenorizar algo mais as características associadas a esta modalidade**. O objetivo final é avançar futuramente na reformulação da sua definição, no método de registro e na perspectiva de análise.

A revisão realizada confirma que a Cooperação Sul-Sul Regional:

1. Executou-se em torno de **programas, projetos e ações participados**, junto com outros parceiros, **por um mínimo de três países ibero-americanos em desenvolvimento**.

2. **Orientou-se para a promoção do desenvolvimento das diferentes sub-regiões** que afetou. Neste sentido, **tanto o objetivo como a estratégia foram partilhadas** por todos os participantes, isto **além do desenho e implementação** da cooperação.
3. **Todos os programas, projetos e ações de 2011 contaram com um quadro ou com uma dimensão institucional:** quer dizer, além das suas variantes específicas, todos contaram com um esquema formal de regulação das relações entre os cooperantes.
4. **O esquema de financiamento respondeu a três fórmulas de características distintas:** uma primeira com todo o financiamento a cargo dos países membros; uma segunda com fundos procedentes praticamente na totalidade de atores extra-regionais; e uma última onde o orçamento foi assumido e compartilhado por ambos os tipos de cooperantes.

O **quinto capítulo**, como parte da Linha de Ação número 5 do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, reviu os avanços que a região realizou nos últimos três anos relativamente à **sistematização de experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e de Cooperação Sul-Sul Triangular**. Com efeito, revê como se procedeu ao desenvolvimento de uma metodologia de sistematização, explica em que consiste, quais são os seus principais conteúdos, e, sobretudo, como se efetuou o seu processo de transferência para as unidades técnicas dos países. A análise das 24 experiências sistematizadas (uma grande parte das quais – as de 2012 – estiveram já a pleno cargo das unidades dos países participantes) serviu para identificar avanços mas também novos desafios.

Relativamente ao **sexto capítulo**, destaca-se o modo como a crise econômica internacional e as respostas de ajustamento fiscal dos principais doadores começaram a influenciar os fluxos de **Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial**. Neste sentido, ao longo do decênio 2000-2010, registrou-se um **abrandamento no crescimento total da AOD bruta aos países em desenvolvimento**: desde os 19,3% da primeira metade da década até aos 2,3% da segunda. Estes registros contrastaram com os referentes à **AOD mundial destinada aos países receptores ibero-americanos**: assim, e apesar de **em 2010 se ter continuado a situar acima dos 5.500 milhões de dólares** (valor 70% superior aos 3.200 milhões do princípio da década), **sofreu dois anos consecutivos de quedas** (-1,8% e -3,3%, respectivamente). As diferentes dinâmicas explicaram a **progressiva deslocação da Ibero-América como receptora do total de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento Mundial**: desde um máximo de 9% em 2001 até a um mínimo de 4,2% de 2010. Sobre isto influiu também a evolução da AOD do segundo doador mais importante, Espanha, cujo fluxo de ajuda passou, em apenas 3 anos, de um valor máximo de quase 1.200 milhões em 2008 a menos de 500 milhões em 2011.

Por fim, importa destacar que **a presente edição do relatório, incorporou**, de forma inovadora, **a Cooperação Sul-Sul que a região realizou no Caribe não ibero-americano**. Com efeito, ao longo dos diferentes capítulos, analisaram-se os projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e de Cooperação Sul-Sul Triangular que a Ibero-América executou em 2011 com esta sub-região, assim como alguns dos programas regionais implementados (principalmente, as denominadas Estratégias Caribe do México e da Colômbia). Complementarmente, também se incluiu uma revisão da AOD mundial destinada ao Caribe não ibero-americano entre 2000 e 2010; uma AOD cuja evolução foi muito marcada pelo Haiti e pelo intenso crescimento experimentado pela ajuda a este país entre 2005 e 2010, num período em que coincidiram, por um lado, a implementação de planos de alívio da dívida, e, por outro, a resposta perante o devastador terremoto sofrido em janeiro de 2010.

CAPÍTULO I
AS CONTRIBUIÇÕES DA COOPERAÇÃO SUL-SUL
E TRIANGULAR IBERO-AMERICANA
PARA A AGENDA GLOBAL
DA COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

I.1. Conceptualização e contextualização da Cooperação Sul-Sul ibero-americana

Anualmente, os Chefes de Estado e de Governo da nossa região encontram-se na Cimeira Ibero-americana, espaço que foi o ágora de exposição para iniciar intercâmbios que fortalecem o desenvolvimento de uma visão sobre a cooperação entre pares. Este exercício tem como resultado que em cada declaração resultante deste encontro, a questão reaparece enriquecida, sendo a cooperação um tema central na construção da Comunidade Ibero-americana de Nações. Na XXI Cimeira, realizada em outubro de 2011 em Assunção, Paraguai, acordou-se “*promover a cooperação entre as administrações públicas dos países ibero-americanos para fomentar a integração regional e propiciar espaços e canais de transferência e intercâmbio de conhecimentos e experiências em matéria de processos, projetos e programas bem sucedidos que, pelo seu impacto social e benefício à cidadania, possam ser replicados*”¹, um apelo ao exercício da Cooperação Sul-Sul (CSS) e Triangular no quadro Ibero-Americano.

As primeiras intervenções de CSS na região podem-se encontrar no contexto das iniciativas solidárias entre países do Sul durante a Guerra Fria. Durante a década de 70 assinaram-se numerosos Acordos de Cooperação Internacional entre os países e materializaram-se experiências de intercâmbio de conhecimentos nas Comissões Mistas Bilaterais, que construíram uma sólida base de confiança mútua entre os países da região. No entanto, a partir da crise da dívida externa latino-americana durante as décadas de 80 e 90, a região embarcou na adoção de reformas políticas econômicas enquadradas no denominado “*Consenso de Washington*” e na aplicação de programas de ajuste estrutural requeridos pelas instituições financeiras internacionais, o que resultou num atraso do desenvolvimento autônomo no âmbito da CSS. Foi apenas nas últimas duas décadas que a CSS voltou a assumir um papel central nas estratégias de vinculação dos países latino-americanos. Com o final da Guerra Fria, o surgimento de um mundo multipolar, assim como através das grandes conferências que definiram as prioridades de desenvolvimento do sistema internacional², o panorama internacional mudou e favoreceu-se também a proliferação de iniciativas Sul-Sul de forma mais articulada, motivadas pela procura da reformulação conjunta de políticas mais ligadas aos interesses dos países do sul.

Relativamente à sua conceptualização, importa recordar que os princípios fundamentais da CSS se enquadram no processo de descolonização iniciado após a segunda Guerra Mundial e no Movimento dos Países Não Alinhados e nas suas propostas sobre uma “*Nova Ordem Económica Internacional*” durante a década de 70. Foi nessa etapa que se registraram as primeiras alusões à CSS como um conceito com sentido próprio e diferenciado do conflito Este – Oeste e do padrão de relacionamento Norte – Sul. Neste contexto, a América Latina contribuiu para a conceptualização do termo em 1978, promovendo a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que deu como resultado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). O PABA é uma proposta de mudança da assistência para o desenvolvimento, focada na capacidade nacional e coletiva dos países. O documento define a CTPD como um processo consciente, sistemático e politicamente motivado, no qual se destacam a não interferência dos países cooperantes, focada na capacidade nacional e coletiva dos países. O documento define a CTPD como um processo consciente, sistemático e politicamente motivado, no qual se destacam a não interferência dos países cooperantes nos assuntos de outros Estados; a igualdade entre os associados; e o respeito pelos conteúdos locais de

* Elaborado por proposta da SETECI e da AUCI com comentários dos países ibero-americanos. Versão consolidada à data de 7-9-12

1- Ver o documento em <http://segib.org/cumbre/files/2011/03/Declaracion-Asuncion-ESP.pdf>

2- As referidas Conferências Internacionais são: Niñez (1990), Meio-ambiente (1992), Direitos humanos (1993); População (1994); Cimeira mundial para o desenvolvimento social (1995); Conferência sobre as mulheres (1995); e Habitações Humanas (1996), Cimeira do Milénio (2000), Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância (2001).

desenvolvimento. Este último equivale a entender que o desenvolvimento não é um processo linear e automático, um estado ideal a ser alcançado sob a mesma fórmula, mas sim um processo baseado e respeitador das idiossincrasias, histórias e particularidades locais dos países.

Em 1980 criou-se, no seio das Nações Unidas, o “Comitê de Cooperação Sul-Sul” para efetuar um seguimento do PABA, que ainda existe como âmbito propício para que os países da região possam interagir com outras regiões num âmbito multilateral. Na década de 2000³, substituiu-se a utilização do conceito de CTPD pelo de CSS. Trinta anos depois, continuam-se a aprofundar os desenvolvimentos conceptuais sobre esta matéria. No quadro das Nações Unidas, elaboraram-se definições a partir da prática da CSS, sendo a região ibero-americana uma plataforma a partir da qual se extraem experiências bem sucedidas que contribuíram para a geração destes conhecimentos. Desta práxis nutriu-se a Conferência das Nações Unidas de Alto Nível sobre CSS realizada em Nairóbi, Quênia, em dezembro de 2009. Neste espaço reviram-se os avanços em retrospectiva do acordado no PABA e definiu-se a CSS como *“... um esforço comum das populações e dos países do sul, surgido do intercâmbio de experiências e afinidades, sobre a base dos seus objetivos e solidariedades comuns e guiada, entre outras coisas, pelos princípios de respeito pela soberania e envolvimento nacionais, livres de qualquer condicionalismo. A CSS não deve ser considerada como a assistência oficial para o desenvolvimento. Trata-se de uma colaboração entre iguais baseada na solidariedade...”*⁴

Desde então, o renovado auge da CSS e da Cooperação Triangular e a sua crescente importância na agenda global e regional do desenvolvimento, promove um debate profundo, tanto técnico como político, sobre a cooperação para o desenvolvimento, assim como a formação de comunidades de prática e intercâmbio de conhecimentos. Estes novos olhares discutem e enriquecem os andaimes teóricos e práticos acumulados ao longo de mais de 50 anos de cooperação tradicional.

A região ibero-americana está a viver uma série de transformações que respondem à mudança estrutural da ordem mundial em curso. Uma das respostas, perante esta ordem internacional em mudança, foi o empreendimento de projetos de integração regional nos quais os Estados têm um papel central nas políticas de desenvolvimento com inclusão social, e, particularmente, no combate à desigualdade. Este fenómeno inclui a possibilidade de que os Estados não cooperem apenas por interesses comerciais, geopolíticos ou de segurança, mas sim para se adaptarem e terem maiores capacidades nacionais e coletivas em diferentes âmbitos como o econômico, social, político e cultural a nível internacional.

Também é necessário reconhecer que perante os novos desafios derivados das transformações estruturais em curso, os Estados precisam de se fortalecer e ajustar os seus quadros institucionais para responder aos novos desafios. Uma organização pública com capacidade efetiva sobre a planificação do desenvolvimento nacional; com relações inter-institucionais dinâmicas; liderando o diálogo social amplo com todos os atores, incluída a cooperação, são adequações fundamentais para dar sustentabilidade ao desenvolvimento e à autonomia que se procuram alcançar. Nesse sentido, é necessário resgatar os avanços realizados pela região, que podem contribuir com valiosas lições para o Sul global.

Por isso, para os países ibero-americanos, a CSS é também uma ferramenta de integração regional, porque permite consolidar relações entre parceiros da região tomando em conta as suas complementaridades em matéria de capacidades de cooperação e necessidades de desenvolvimento. Existe uma relação de reforço mútuo entre a integração e a CSS, sendo esta última uma maneira de materializar a integração em experiências

3- Em 2004 a Assembleia Geral, através da sua resolução 58/220, substituiu a expressão CTPD por cooperação Sul-Sul (CSS). Ver relatório encarregado pela Dependência Comum da Inspeção de Genebra em 2011, JIU/REP/2011/3 disponível em http://www.unju.org/data/reports/2011/2011_03SP.pdf
4- Resolução 64/222, anexo parágrafo 18

concretas de encontro e intercâmbio. Um dos objetivos aos quais esta região aponta, é compartilhar propostas inovadoras e problemas semelhantes apesar de não idênticos, respeitando as particularidades e contextos históricos dos diversos países da América Latina e Caribe, contribuindo para a redução de fossos e assimetrias entre os países e no interior dos mesmos.

Nos últimos anos, a CSS aumentou a sua importância a nível global, constituindo-se como contribuição fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países do Sul. Desta forma, as iniciativas que se promoveram na região contribuíram de forma solidária para o fortalecimento institucional, para o intercâmbio de conhecimentos e para o desenvolvimento das capacidades dos seus países.

Não obstante, a partir da região ibero-americana enfatizamos o fato de a CSS não substituir a necessária cooperação Norte-Sul. Daí ser importante que os países desenvolvidos continuem a realizar esforços para honrar o seu compromisso de dedicar 0,7% do PIB como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para os países em desenvolvimento. Tendo em conta os princípios e características da CSS, uma parte da cooperação procedente do Norte poderia ser destinada a promover e apoiar ações de cooperação entre os países do Sul.

1.2. A Cooperação Sul-Sul e Triangular Ibero-americana no contexto da atual agenda global da cooperação internacional

Vale a pena destacar a grande quantidade de fóruns nos quais atualmente se está a debater em torno da CSS e as suas práticas: o Sistema das Nações Unidas (CEPAL, ECOSOC-FCD, PNUD), a “Aliança Global para a Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento” (AGCED), os processos regionais de integração, o espaço Ibero-americano da SEGIB e espaços de reflexão como o SELA, entre outros. Por essa razão, os países ibero-americanos consideram importante articular posições a nível da região e procurar sinergias entre os diversos espaços nos quais se debate sobre o tema, aproveitando as diferentes vantagens comparativas dos fóruns.

Nesta linha, perante o IV Fórum de Alto Nível de Busán que decorreu em novembro de 2011 na Coreia, os países ibero-americanos trabalharam na construção de uma posição comum que os Responsáveis de Cooperação adotaram a partir de uma diversidade de posições, apesar existir uma base de princípios comuns. Partindo de enfoques muito diversos sobre a validade e legitimidade deste fórum e sua agenda, 19 países ibero-americanos⁵ assinaram um documento que foi apresentado nesse âmbito no espaço de debate sobre a CSS.

Entre os principais elementos a destacar da postura destes países podem referir-se os seguintes:⁶

- a) É necessário manter o apoio da cooperação internacional aos países chamados de rendimento médio, a fim de consolidar as suas capacidades para enfrentar os desafios do seu desenvolvimento, sustentar os avanços conseguidos, reconhecendo o seu valor para manter a estabilidade, tanto regional como mundial e a sua contribuição, como fornecedores de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento regional e global.
- b) A cooperação Sul-Sul latino-americana deriva de acordos entre países que enfrentam desafios de desenvolvimento semelhantes a nível nacional e global, o que facilita a adequação das atividades a necessidades e perspectivas comuns, assim como o respeito pelas contribuições locais para o desenvolvimento. Este fato favorece o entendimento, promove uma relação entre parceiros em condições de reciprocidade e permite a aprendizagem mútua.

5- Os países que aderiram ao documento “Posição sobre a Cooperação Sul-Sul no quadro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento perante o IV Fórum de Alto Nível de Busán” são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Portugal, Principado de Andorra, República Dominicana e Uruguai.

6- Ver documento completo em <http://www.auci.gub.uy/pdfs/papersursur1.pdf>

-
- c) A CSS consolida as relações entre países de uma mesma região, promovendo o desenvolvimento regional e a integração, assim como a relação com outras regiões e a preservação de bens públicos regionais e globais.
 - d) A geração de modelos de associação e cooperação horizontal baseados em condições de equidade, benefício mútuo, confiança e relações de longo prazo, deve ser reconhecida e valorizada como uma contribuição da CSS (latino-americana) para a política e a prática da cooperação internacional.
 - e) É vital avançar para um governo e agenda da Cooperação Internacional que reflitam o fato de que as alternativas e propostas para enfrentar os desafios do desenvolvimento possam chegar a partir de muitos lugares e atores, sendo o pensamento do Sul uma das origens mais significativas.
 - f) Neste contexto, torna-se necessário reconhecer o papel ativo que estes países desempenham e desenhar estratégias que promovam a sua inclusão perante desafios globais como o meio-ambiente, a insegurança alimentar, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento econômico e as migrações.
 - g) A importância de reconhecer, promover e apoiar a CSS através de mecanismos de fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades organizativas e humanas que permitam aproveitar ao máximo o seu valor acrescentado.
 - h) A necessidade de promover a Cooperação Triangular que promove associações horizontais, baseadas na reciprocidade e orientadas para a superação da tradicional relação doador – receptor, reconhecendo a capacidade dos países em desenvolvimento para contribuir para o intercâmbio de conhecimentos, não só Sul-Sul, mas também Norte – Sul e Sul – Norte. A Cooperação Triangular deve ser potenciada como uma modalidade que favorece o estabelecimento de pontes com a Cooperação Norte – Sul, especialmente, quando se baseia na liderança dos países solicitantes e quando se aproveitam as especificidades e vantagens que oferecem as diferentes modalidades e tradições na hora de definir responsabilidades.
 - i) A necessidade de continuar a promover a reflexão sobre a cooperação internacional, a geração de estratégias, princípios, práticas e metodologias da CSS, o enriquecimento dos princípios da eficácia da cooperação e o fortalecimento dos mecanismos e sistemas nacionais que permitam uma cooperação mais solidária, soberana, coordenada, eficaz e sustentável.

Uma mensagem valiosa emanada de Busán é a manifestação da vontade de modificar o pensamento e a ação a partir do enfoque da “Efetividade da Ajuda” à aposta pela “Efetividade do Desenvolvimento”, o que significa centrar-se em verdadeiros benefícios sustentáveis para as pessoas. Para isso, salienta-se o papel que desempenham diversos atores na cooperação para o desenvolvimento além dos doadores e receptores tradicionais, como são os cooperantes duais, os governos locais, os parlamentares, a sociedade civil, o setor privado e a academia.

Para alcançar êxitos no desenvolvimento, será necessária, também, uma aliança entre todos os atores envolvidos, uma verdadeira apropriação democrática, a adoção de enfoques baseados nos direitos, assim como políticas que promovam coerentemente o desenvolvimento a nível nacional e internacional e uma série de compromissos para aumentar o respeito pela diversidade, pela inclusão e pela sustentabilidade ambiental, que sejam cumpridos por todos os atores.

A utilização do termo “Desenvolvimento” em vez de “Ajuda” pareceria deixar de lado uma posição vertical, incompatível com o relacionamento Sul-Sul, a favor de um conceito mais inclusivo e respeitador das particularidades locais. No entanto, alguns países da região continuam a considerar que este fórum aborda apenas problemas procedimentais próprios da Agenda Norte-Sul.

Outra mensagem a destacar de Busán, que tem vindo a ser referida noutros fóruns globais e regionais, é o reconhecimento do papel dual que alguns dos chamados Países de Rendimento Médio (PRM) estão a desempenhar como ofertantes de CSS ao assumirem compromissos perante países de menor desenvolvimento relativo sobre a base de responsabilidades diferenciadas relativamente aos doadores tradicionais. Este reconhecimento da realidade não implica que estes mesmos países não enfrentem importantes desafios de desenvolvimento interno, pelo que se salienta a necessidade de que estes não percam a elegibilidade para receber cooperação tradicional.

A nossa região considera importante a referência específica à CSS, não como parte da cooperação tradicional mas sim como uma modalidade com valor próprio, que faz diversos documentos em âmbitos globais como a Declaração de Busán, a resolução mais recente do ECOSOC e os anteriores processos de Istambul e Nairóbi. No entanto, para os países ibero-americanos, a CSS é também uma forma de fazer cooperação de forma diferente, atendendo aos desafios e problemáticas comuns e destacando as capacidades endógenas dos países, facilitando o intercâmbio de posições com outras regiões, como África e Ásia. Neste sentido, avançou-se em acentuar o perfil global da CSS, conseguindo que não se focalize apenas em cada uma das regiões, mas que, pelo contrário, se promova a CSS inter-regional através de projetos de mais longo prazo.

No que diz respeito ao Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC das Nações Unidas realizado em julho de 2012, o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS esteve representado, reiterando a posição comum dos 19 países ibero-americanos sobre a CSS apresentada em Busán. É importante destacar que, pela sua composição universal e igualitária, este fórum foi e continua a ser um espaço relevante e legítimo para a definição e tratamento da agenda global da cooperação para o desenvolvimento, assim como da CSS e dos seus horizontes.

Em 2012, a região refletiu em conjunto sobre os resultados e a agenda de trabalho pós - Busán e perante a Cimeira do Rio + 20 em duas instâncias: em El Salvador, no quadro de um seminário internacional intitulado “*A América Latina na nova associação global para o desenvolvimento*”⁷ e em Montevideu, no quadro do encontro de Coordenadores Nacionais de Cooperação do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS⁸, avançando alguns acordos parciais e apreciações acordadas, respectivamente. Em ambas as instâncias reconheceu-se que a América Latina experimentou avanços mas que tem importantes desafios pendentes em matéria de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Neste sentido, reconheceu-se a necessidade de que os interesses, potencialidades e compromissos dos chamados PRM se reflitam nas agendas globais e que a América Latina deve assumir a liderança na tarefa. Em segundo lugar, destacou-se que a região tem uma liderança em CSS por possuir uma trajetória e acumulação vasta na matéria, incluindo outros atores além dos governos. Em matéria de relacionamento inter e intra-regional, entre outras recomendações, instou-se a procurar o estabelecimento de medidas de coordenação e sinergias entre os diferentes espaços regionais que estão a trabalhar na elaboração de indicadores e relatórios e estudos sobre CSS, com o objetivo de evitar a duplicação de esforços. Também se considerou oportuno propiciar a partir do Programa Ibero-americano

7- Ver documento completo em http://www.cooperacionsursur.org/portal/images/descargas/recomendaciones_san_salvador.pdf

8- Ver documento completo em http://www.cooperacionsursur.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=167:apreciaciones-del-encuentro-post-busan-la-implicancia-de-sus-resultados-programa-de-cooperacion-sur-sur-11-de-abril-de-2012-montevideo-uruguay&catid=10&Itemid=126

para o Fortalecimento da CSS uma ligação entre plataformas regionais (caribenhas, africanas e asiáticas) para estreitar laços e intercambiar aprendizagens.

Por fim, é necessário continuar a melhorar a coordenação entre os nossos países para conseguir posições comuns em fóruns onde talvez não predominem os atores do Sul, mas cujas decisões afetam igualmente as nossas economias e sociedades. Nesse sentido, poder-se-ia definir a instrumentação de um mecanismo que permita gerar um “grupo de interesse” (constituency) da CSS para o trabalho e a negociação conjunta nos diferentes fóruns globais. A procura de consensos em torno de temas da agenda da efetividade do desenvolvimento e especialmente do seu financiamento é fundamental num cenário de crise e diversificação de instrumentos como o que se está a configurar.

I.3. Perspectivas possíveis para a Cooperação Sul-Sul e Triangular

A crise atual abre desafios e oportunidades em matéria de cooperação para o desenvolvimento para os países do Sul e em particular para a região ibero-americana. Esta realidade complexa e em transformação determina a entrada de novos atores com potencialidades e procuras específicas no sistema de cooperação internacional, que têm de ser integradas numa proposta que permita potenciar esta diversidade. É nosso dever, como atores comprometidos com as mudanças que aconteceram nos países latino-americanos na última década, trabalhar, a partir dos nossos espaços diferentes, em prol do posicionamento da nossa região como um ator chave no cenário da cooperação internacional. É o momento de utilizar as plataformas e redes existentes a nível mundial, assim como aproveitar os processos regionais de cooperação não tradicionais existentes para promover a utilização dos pontos fortes complementares de cada um dos envolvidos.

É neste contexto em que a CSS tem o enorme potencial de ordenar o sistema com os seus novos atores. A CSS requer uma aproximação inclusiva que assegure a participação de todos os atores envolvidos nos processos de desenvolvimento, onde o Estado deve ter um papel de liderança no desenho e execução das políticas de CSS, entendendo que os diversos atores devem trabalhar articuladamente com as instituições do setor público.

Os países ibero-americanos devemos também promover o fortalecimento das iniciativas que se realizam a nível bilateral e que contribuem para o desenvolvimento, para a integração e dinamização da região. É necessário propiciar e participar no desenvolvimento de associações horizontais com atores diferentes dos tradicionais e através de mecanismos criativos e eficientes que contribuam para a realização de uma CSS efetiva e em benefício do desenvolvimento global.

Os países ibero-americanos devemos promover a CSS regional, como instrumento que contribui significativamente para a integração dos países envolvidos através da geração de soluções a problemáticas comuns, com um valor acrescentado adicional: ao partilhar as experiências e desafios a partir de uma perspectiva de diferentes países, em contextos similares, conseguem-se resultados muito mais enriquecedores, que podem inclusivamente complementar e potenciar os intercâmbios bilaterais tradicionais.

De forma transversal, é importante promover a cooperação triangular, como ponte dinâmica entre a cooperação tradicional e a cooperação não tradicional (CSS) que, baseada num enfoque de procura, respeita os princípios de igualdade, diversidade, flexibilidade e benefício mútuo dos países. Para conseguir este propósito, é necessário trabalhar com diferentes atores com os quais se podem realizar exercícios de cooperação triangular que garantam valor acrescentado na promoção do intercâmbio das lições e experiências aprendidas em benefício dos envolvidos.

Na prática, os países da região, têm apelado cada vez mais à promoção de associações entre pares ou com terceiros países desenvolvidos ou organismos multilaterais para implementar os programas ou ações de cooperação. A Cooperação Triangular e para terceiros países é hoje uma oportunidade para os projetos promovidos pelos países do Sul, uma vez que os potencializa. O apoio triangular permite aos parceiros ofertantes a possibilidade de aproveitar melhor os seus esforços e os seus recursos para evitar duplicar trabalhos, e permite aumentar o alcance das ações de cooperação através da distribuição de papéis a partir da planificação, transferência técnica, financiamento, seguimento e avaliação.

No entanto, o reconhecimento crescente da CSS e triangular não deve deixar esquecer a importância de poder manter um relacionamento justo, equitativo e soberano em matéria de cooperação tradicional para os países do Sul classificados como PRM. Estes países continuam a ter elevados níveis de pobreza e albergam 70% dos pobres do mundo, ao mesmo tempo que exibem persistentes fossos estruturais.⁹ Por estes motivos, estes países devem manter a capacidade de se posicionar no que diz respeito à cooperação tradicional e promover coordenadamente melhorias na qualidade e quantidade de cooperação que recebem.

Mais ainda, tendo em conta que a América Latina é formada na sua maioria por “Países de Rendimento Médio”, os quais na prática são cada vez menos elegíveis para obter Ajuda Oficial para o Desenvolvimento, esta realidade pede uma reflexão conjunta, e deve ser uma agenda em comum. A utilização do critério “rendimento per capita” para a atribuição da cooperação tradicional, convoca a Ibero-América a debater sobre os conceitos de desenvolvimento subjacentes e os parâmetros de seleção que os doadores tradicionais têm em conta na hora de definir com quem cooperam e contribuir com argumentos substantivos para esta discussão. Para a região, é importante fazer notar que existe uma heterogeneidade, representada na realidade social complexa, que ainda requer apoio internacional, que não pode ser reduzida a um único índice ou variável.

Os países da região devemos também unir esforços para exigir coerência de políticas por parte dos nossos parceiros cooperantes e influenciar os processos de transformação que, devido às mudanças na agenda global e ao contexto de crise, estão a ocorrer. Para tal, a promoção das perspectivas latino-americanas em fóruns de cooperação global é fundamental.

Neste sentido, é necessário fortalecer as plataformas políticas regionais do Sul em geral e as latino-americanas em particular, para juntar ou aproximar as posições na matéria da CSS e triangular e outras questões relevantes para a cooperação ao desenvolvimento que poderiam utilizar-se para orientar a participação latino-americana nos diversos fóruns multilaterais.

9- CEPAL, 2010 “A hora da igualdade: Fossos por fechar, caminhos por abrir”. Ver documento completo em http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/39710/100604_2010-114-SES.33-3_La_hora_de_la_igualdad_doc_completo.pdf

Os diversos esquemas de integração regional existentes (ALBA, Aliança Pacífico, CAN, CARICOM, CELAC, MERCOSUR, SICA e UNASUR) são expressão fundamental da vontade latino-americana de juntar esforços para enfrentar os problemas de desenvolvimento. Recentemente, alguns destes espaços serviram como cenários para discutir e tratar o fenômeno da CSS triangular, entre outras questões mais vastas de cooperação internacional. Neste sentido, surge a necessidade de dinamizar e fortalecer a articulação das plataformas de discussão da cooperação internacional na nossa região.

Sobretudo, é fundamental que, a partir do espaço ibero-americano, os países continuemos a promover e a aprofundar a nossa própria agenda de CSS, promovendo o intercâmbio de informação e de boas práticas, avançando na metodologia para a identificação de indicadores quantitativos e qualitativos de CSS, promovendo o desenvolvimento de capacidades, de mecanismos de financiamento da cooperação horizontal e triangular, assim como facilitando o diálogo através de plataformas inter-regionais como o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Este (FOCALAE) e outras plataformas regionais do Sul.

Neste sentido, o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS, por ter aberto caminho e pelo seu acervo acumulado em matéria de CSS, cumpre um papel chave e constitui um exemplo único no seu tipo no que diz respeito à promoção dos objetivos acima referidos. Isto deve-se às suas linhas de trabalho para a promoção da discussão e posicionamento dos países, ao apoio à formação e intercâmbio de experiências, ao apoio aos sistemas de informação, ao cômputo e registro da cooperação e à realização do Relatório Anual sobre a CSS na Ibero-América.

Por fim, está na altura de concertar as vozes a partir da nossa região, que coloquem no centro do debate internacional a existência de outras formas de conceber o desenvolvimento, assim como as formas e os conteúdos das relações de cooperação entre os países.

CAPÍTULO II
A IBERO-AMÉRICA E
A COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL

II.1. O desafio de incorporar indicadores para a Cooperação Sul-Sul

Em conformidade com o objetivo de melhorar e aumentar a análise da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, um desafio importante do presente Relatório continua a residir em melhorar a capacidade para “identificar, medir, caracterizar e avaliar” esta cooperação (Cabrera, 2012; p.5). O referido desafio, não obstante, depende por sua vez da consecução de outro desafio mais concreto: a geração e aumento de indicadores para a Cooperação Sul-Sul.

Num esforço para responder a estes desafio, ao longo dos anos de 2011 e 2012, o espaço ibero-americano começou a promover esta tarefa. Fundamentais neste processo foram os dois seminários-workshops de Quito (setembro de 2011)¹ e Montevideu (março de 2012)² celebrados no quadro do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). Os avanços realizados sob o “processo coletivo” de discussão que teve lugar em diferentes workshops (Cabrera, 2012; p.3), assim como um olhar para outros âmbitos de referência, possibilitaram uma aproximação a estes indicadores para a Cooperação Sul-Sul, assim como uma primeira utilização ou tratamento para alguns aspectos relativos à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, modalidade que é o objeto deste capítulo.

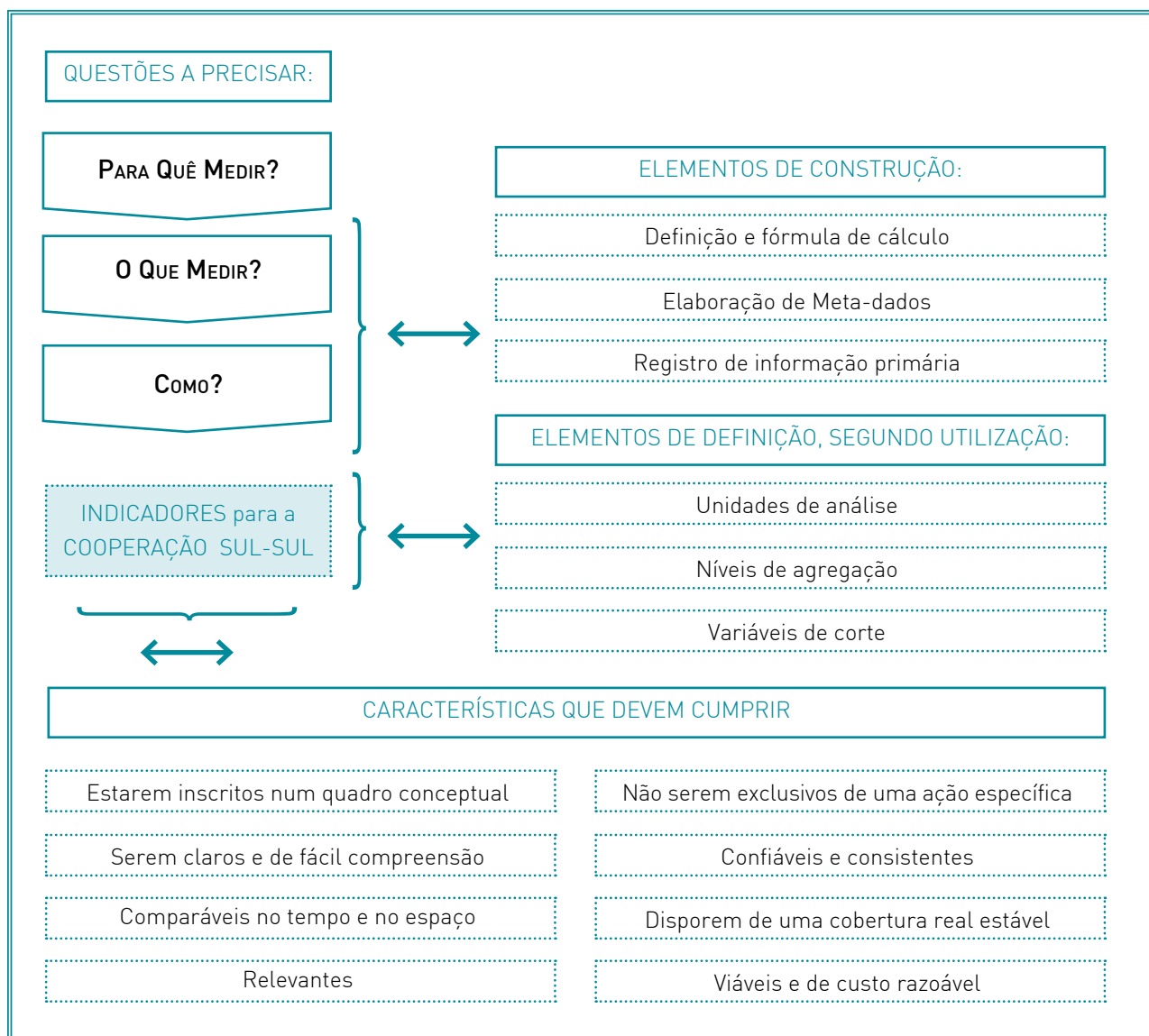
Neste sentido, o Esquema II.1 foi elaborado para entender a lógica seguida neste processo. Da sua observação, importa destacar que:

- 1) Em termos gerais, todo o processo de construção de indicadores começa respondendo a duas questões: Para quem medir? (qual é o objetivo) e O que medir? (através de quem). Só depois de definir ambas as respostas, se pode iniciar o processo de construção dos indicadores desejados. O Como?, no entanto, vem condicionado pela possibilidade real de gerar e registrar os dados primários que, “de forma sistemática e sem ambiguidades” (Cabrera, 2012; p.5), alimentam todos os indicadores. Para evitar as referidas ambiguidades, para cada um dos indicadores “deve existir (também) uma definição, uma fórmula de cálculo e meta-dados” que facilitem tanto “o seu melhor entendimento (como a sua) socialização” (Mondragón, 2002; p.54).
- 2) Por outro lado, a forma última de cada indicador é condicionada, por sua vez, pela aplicação ou utilização concreta que em cada análise se lhe queira dar. A referida utilização força a escolha de diferentes unidades de análise, níveis de agregação e variáveis de corte. As múltiplas opções de combinação destes parâmetros permitem que, a partir de poucos dados básicos, se obtenha um leque de indicadores verdadeiramente amplo.
- 3) O potencial de obtenção de indicadores, no entanto, é limitado pela sua viabilidade, ligada à exigência do cumprimento de determinados requisitos. Entre estes destacam-se os que afetam tanto as suas próprias características (serem específicos, explícitos, relevantes, claros e de fácil compreensão) como o modo como se deve gerar a informação da qual dependem, que deve ser obtida a partir de fontes estáveis e de forma regular. O não cumprimento deste requisito limita o potencial de utilização e interpretação de um indicador, pois impede a evolução das análises e anula o princípio de comparabilidade.

1- Seminário-Workshop “Indicadores para a Cooperação Sul-Sul: necessidades, possibilidades e desafios”, celebrado em Quito (Equador) entre os dias 14 a 16 de setembro de 2011.

2- Seminário-Workshop “Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012: revisão, melhoria e incorporação de indicadores”, celebrado em Montevideu (Uruguai) entre os dias 27 a 29 de março de 2012.

Esquema II.1. Processo de geradores de indicadores para a Cooperação Sul-Sul



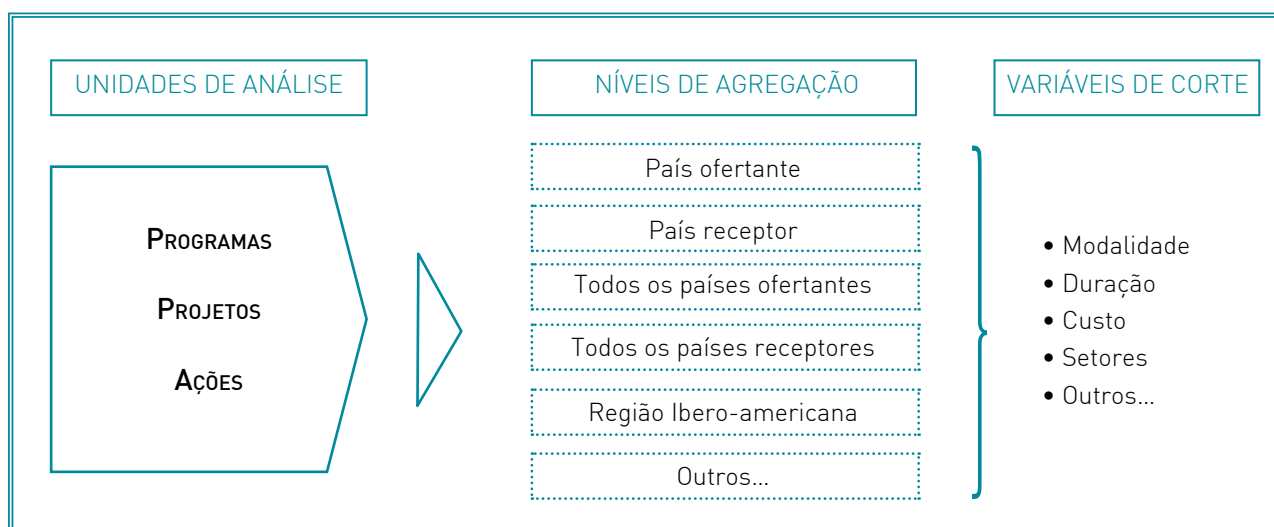
Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012) e Mondragón (2002).

Neste sentido, a aproximação realizada a partir do espaço ibero-americano, lançou, por agora, os seguintes acordos:

- 1) O Para quê medir? ficou sujeito à tentativa de dar resposta a questões relacionadas com: a gestão da Cooperação Sul-Sul e, mais concretamente, ao seu processo de planificação e seguimento; a análise e a avaliação dos seus resultados; e a sua visibilidade externa (Cabrera, 2012; De la Lastra, 2011).
- 2) O que medir? concretizou as questões anteriores. Assim e enquanto a visibilidade se reduziu a oferecer uma dimensão da Cooperação Sul-Sul nas suas variantes possíveis; os aspectos relacionados com a gestão são diversos e abrangem desde a identificação da tomada em consideração de prioridades estratégicas e de desenvolvimento nacional até à disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros, passando pelo conhecimento da própria força institucional das unidades técnicas que

trabalham a Cooperação Sul-Sul. Também, e respeitando o quadro teórico que pressupõe que a prática da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América está associada ao exercício de uma série de princípios, a avaliação desta Cooperação não se centrou tanto nos resultados mas sim no processo. Por isso, além de aspectos como a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade, o espaço ibero-americano procura constatar se se cumprem critérios como a horizontalidade, a equidade, a reciprocidade e a responsabilidade compartilhada, entre outros.

Esquema II.2. Exemplos de unidades de análise, níveis de agregação e variáveis de corte usadas na geração de Indicadores para a Cooperação Sul-Sul, no espaço ibero-americano



Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012).

3. Conforme o esquema, a partir do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul elaboraram-se os Meta-dados que respondem ao Como? se constroem os indicadores que potencialmente, poderiam dar resposta aos objetivos assinalados. A sua obtenção, no entanto, fica sujeita à definição e registro de dados primários que, tal como se resume no Esquema II.2., devem permitir indicadores que:

- Usem como principal unidade de análise, os programas, projetos e ações de cooperação; dito por outras palavras, “os produtos tangíveis” através dos quais se executa a Cooperação Sul-Sul (Cabrera, 2012; p.6) e que possibilitam dar seguimento às suas fases de execução (identificação, negociação, implementação e resultados);
- Permitam diferentes níveis de agregação, por exemplo, por país ou por conjunto de países que participam na Cooperação, assumidos individualmente, para o total da região ibero-americana ou em função do papel exercido (ofertante e/ou receptor);
- Facilitem a análise a partir de diferentes variáveis de corte, entre as quais se destacam a modalidade de cooperação, a duração, o custo ou o setor de atividade.

-
4. Mas a escolha dos dados primários a registrar para gerar estes indicadores,³ está limitada pelas possibilidades reais de registro dos países. Com efeito, hoje em dia, os sistemas de informação em Cooperação dos países mostram ainda graus de desenvolvimento diferentes. Apesar dos esforços realizados, as divergências detectadas provocam um engarrafamento e quebram uma regra básica para a obtenção, aplicação e correta interpretação dos indicadores: a sua construção em torno de dados que gozem de uma “cobertura real estável”. Neste sentido, as melhorias que os países estão a registrar irão reduzindo este problema e, a curto/médio prazo, permitirão, sem dúvida, a sua superação.

Em síntese, nestes dois últimos anos, as discussões mantidas e o trabalho de conceptualização e registro realizado no espaço ibero-americano, deram lugar a um primeiro grande passo na geração e aplicação de indicadores para a Cooperação Sul-Sul. A presente edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América reflete este primeiro esforço de enriquecer a análise através da utilização de indicadores. Por esse motivo e dependendo dos limites que se estabeleça à disponibilidade de dados, este Relatório da Cooperação Sul-Sul incorporará indicadores a partir de uma perspectiva dupla: aplicando-os à análise de alguns aspectos concretos e abordando o seu tratamento e potencial utilização futura.

Assim, o presente capítulo estrutura-se da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar analisa-se, para 2011, e a partir das matrizes de oferta e recepção, a evolução das ações e projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral.
2. Em seguida, identificam-se as diferentes importâncias relativas que os países têm sobre o total da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral executada no referido ano.
3. Em terceiro lugar, abordam-se as relações intra-regionais. Trata-se, neste caso, de identificar de que modo se estabelecem os intercâmbios de Cooperação entre os países ibero-americanos, tanto a partir das relações bilaterais como das sub-regionais. Também e como novidade para este Relatório 2012, realiza-se uma aproximação ao extra-regional, a partir de uma referência particular à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que a região mantém com o Haiti e como resto do Caribe não ibero-americano.
4. Por outro lado, efetua-se uma caracterização por setores de atividade. Isto permite desenhar o perfil de capacidades e necessidades tanto da região como dos países.
5. Por fim, revê-se a informação disponível, ainda parcial e incompleta, sobre os custos económicos associados aos projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2011. Após a referida revisão, analisa-se a sua potencial utilização na geração de indicadores que permitam oferecer desde valores alternativos de “dimensão” da Cooperação Sul-Sul até avaliar a “responsabilidade compartilhada” ou a sua “eficiência”.⁴

3- Para este Relatório 2012 e para esta modalidade concreta de cooperação, recolhem-se dados que se referem a projetos e ações; países participantes por papel (ofertante e receptor); datas de aprovação, início e finalização da atividade; custo orçamental e executado por intervenção e período definido; setor de atividade.

4- Contrariamente a outras edições, a última seção deste capítulo, dedicada tradicionalmente à Ajuda Humanitária e de Emergência em que a região participou no exercício de referência, transforma-se numa tabela anexo do Relatório. Esta decisão é tomada porque houve poucos relatórios do que sucedeu em torno a esta modalidade em 2011.

II.2. Ações e projetos da Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2011

Tal e como se observa a partir das Matrizes II.1 e II.2,⁵ no ano de 2011, os países ibero-americanos mantiveram em execução um total de 586 projetos e 229 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Relativamente a estes números, importa referir que:

1. Por um lado, uma primeira comparação destes valores com os registrados em 2010 (529 projetos e 313 ações) sugere uma situação de alguma estabilidade nos intercâmbios totais de cooperação, assim como uma aposta na promoção de projetos em detrimento das ações. Com efeito, para ambos os anos, a soma de ações e projetos mantém-se em torno das 800-850 intervenções. As ações também reduzem o seu número em torno de 25%, dado que contrasta com o aumento registrado pelos projetos, superior a 10%.
2. Os resultados anteriores, no entanto, devem ser interpretados com cautela uma vez que, na realidade, as séries de dados disponíveis para 2010 e 2011, assim como o seu tratamento metodológico apresentam características diferentes que impedem um correto exercício de comparação. De fato:
 - a) As Fontes de dados de ambos os exercícios diferem por um país. Assim, e como todos os anos, a informação base foi reportada pelas Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos. Relativamente aos 17 países que reportaram em 2010⁶ acrescentou-se, para 2011, a declaração das Honduras.
 - b) O aumento do número de projetos pode ter refletido a melhoria nas capacidades de registro de alguns países. Esta melhoria é, sem dúvida, positiva para a qualidade da informação, mas, até não estar consolidada, não permite uma cobertura de dados estável que garanta, por sua vez, a comparabilidade das séries.
 - c) Por outro lado, a mudança de critério aplicado na hora de contabilizar os denominados projetos “bidirecionais” também faz subir o valor final.⁷ Neste sentido, nas edições anteriores, os projetos “bidirecionais” (aqueles em que os dois parceiros atuam como ofertantes e receptores de cooperação) tratavam-se separadamente e não se incluíam na matriz da oferta e recepção de cooperação. A partir do presente Relatório, o critério que se aplica⁸ inverte a situação anterior, uma vez que se decide começar a contabilizá-los nas mesmas matrizes de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Assim, “cada projeto bidirecional” (identificado na matriz por estar entre parêntesis) é atribuído aos dois Parceiros nos dois papéis, o que provoca, primeiro, um “registro duplo” e, em seguida, um “aumento contabilístico” do número de projetos finalmente registrados. Tal e como se observa na Matriz II.1, esta mudança de critério é especialmente relevante em casos como o do México, para quem a “bi-direcionalidade” (que afeta 27% dos projetos que oferece e 62% dos que recebe) é operativa ou, por outras palavras, define o modo como coopera com outros países em desenvolvimento.⁹

5 - Recordar que cada casa da Matriz informa:

a) O número de projetos/ações trocados por cada par de cooperantes: na correspondente horizontal identifica-se o número do país que exerce o papel de ofertante; na vertical, o nome do que atua como receptor.

b) As casas da última fila e coluna informa do total de projetos / ações em que cada país participou: de novo como ofertante ou receptor, respectivamente.

c) A soma final da última coluna e da última fila coincide e refere-se ao número total de projetos / ações executadas esse ano.

6- A informação sobre os projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral do ano 2010 foi dada pelos 19 países ibero-americanos de rendimento médio, excetuando Venezuela e Honduras.

7- A mesma lógica que se vai expor é aplicável às ações “bidirecionais” mas com um resultado inverso, pois a aplicação deste novo critério de contabilização teria travado uma queda maior.

8- A decisão de aplicar este novo critério foi tomada pelos países no Seminário-Workshop que teve lugar em Montevidéu em março de 2012 sob o patrocínio principal do Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

9- Recordar que para construir um mapa estimam-se as percentagens de participação que os países tiveram sobre o total de projetos/ações oferecidos ou recebidos, segundo o aplicável. Organizam-se em seguida os referidos valores por franjas de intensidade (menos de 2,5%; entre 2,6 e 5,0%; entre 5,1% e 7,5%; entre 7,6% e 10,0% e acima de 10,1%) e atribui-se a cada franja uma cor.

d) Outro fator que afeta a correta gestão das séries de dados está relacionado com o fato que o que se registra sejam projetos “em execução”. Neste sentido, no momento de comparar dados de diferentes períodos, é interessante conhecer quantos dos projetos em execução no último exercício já o estavam em anos anteriores, e, com o dado obtido, analisar como trata-los metodologicamente para evitar uma possível dupla contabilização. Tal como se observa no Quadro II.1, o fato desta edição do Relatório dispor de alguma informação parcial acerca de, entre outras, as datas de início de atividade da cooperação, permite saber que, para este ano de 2011, pelo menos 15% dos 586 projetos que se registram em execução, também o estavam em 2010.

Matriz II.1. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia								1											1	
	El Salvador												1							1	
	Guatemala																			0	
	Honduras									1										1	
	Nicarágua																			0	
	Paraguai													1						1	
PRM-ALTO	Argentina	27	6	1		2	34		(1)		(7)+2	2	9	9	(8)+1	2	6	2	1	120	
	Brasil	14	30	5	4	8	24	(1)+5		1	18	11	14	10	(1)+5	4	23	11	12	9	210
	Chile	7	2	4	2	1		1					4	(8)	6				2		38
	Colômbia	2	3	2	15		2	(7)				14					(1)+1	4			55
	Costa Rica														(3)+1						4
	Cuba	4	4	3	2	5	2	1			2				2	2	4		1	19	53
	Equador		2				3										1	1		3	10
	México	2	4	6	1	4		(8)+1	(1)+2	(8)+0	8	(3)+8	6	9		3		2	(1)		77
	Panamá																				0
	Peru	1								(1)			1								3
	R. Dominicana																				0
	Uruguai		4							2	3				(1)	1					11
	Venezuela															1					1
TOTAL		57	55	21	24	20	65	24	4	11	43	39	29	37	34	19	36	20	17	31	586

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Bruto per capita. Assim, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RMB) per capita (entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 a 11.905 dólares). b) Entre parêntesis recolhem-se os projetos que foram declarados pelos países como “bidirecionais”. Nos referidos casos, os países participantes são ao mesmo tempo ofertante e receptor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Matriz II.2. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	■								■										0	
	El Salvador		■								1		■							1	
	Guatemala			■																0	
	Honduras				■															0	
	Nicarágua					■														0	
	Paraguai						■							1						1	
PRM-ALTO	Argentina	■	1	2		2	2	■	1	1	1	■	5	3		5	2	1	(1)+3	1	31
	Brasil		3	■				■	■					1	(1)		5				10
	Chile		3		1	2	1	■	■				1			1	3	2	3		19
	Colômbia		4	7	17					■	14			1	1	1	2				47
	Costa Rica				4						■					1	1				6
	Cuba	1	4	1	1	2	1	1	1	1	1	■	1	1	1	2	1	1	1	6	28
	Equador		1				7						■				(2)				10
	México	6	5	4	4	3		2	(1)				2	1	■	7	4		3		42
	Panamá						1				1				2	■					4
	Peru		1	1			1			3	1			(2)+2		1	■		1		13
	R. Dominicana		1															■			1
	Uruguai	1	1				4	(1)+1		1		1			1	1	1	1	■		14
	Venezuela					1										1				■	2
TOTAL		8	24	15	27	10	17	5	5	3	6	18	8	12	6	19	22	5	12	7	229

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Bruto per capita. Assim, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RMB per capita entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 a 11.905 dólares). b) Entre parêntesis recolhem-se as ações que foram declaradas pelos países como "bidirecionais". Nos referidos casos, os países participantes são ao mesmo tempo ofertante e receptor.

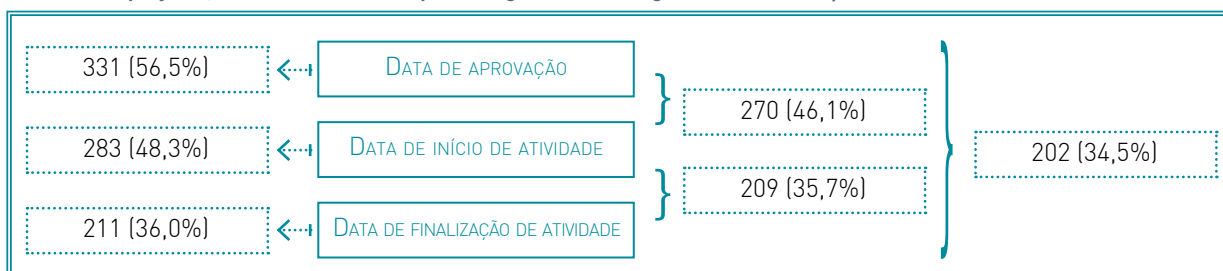
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Quadro II.1. A utilização das datas na geração de indicadores para a Cooperação Sul-Sul

A possibilidade de aumentar e melhorar a análise de todo o processo de execução da cooperação, requer a correta delimitação dos momentos que separam as suas diferentes fases (identificação, negociação, implementação e resultados). Por isso e como primeiro passo nesta direção, os países decidiram, no quadro do Seminário-Workshop realizado em Montevideu em março de 2012 e promovido pelo Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) conjuntamente com a própria SEGIB e a Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI), começar a registrar três datas consideradas chave: a data de aprovação dos projetos e ações a executar, a data de início de atividade e a data de finalização.¹

Caracterização da informação disponível sobre datas para projetos registrados em 2011

Número de projetos, em unidades e como percentagem do total registrado em execução em 2011



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, para o caso dos projetos e tal como se observa a partir do esquema anterior, entre 36 e 56% dos projetos registrados em 2011 têm associada alguma informação relativa, a, pelo menos, uma das três datas. Por outro lado, as combinações de datas disponíveis para cada um dos projetos diverge: assim, conhecem-se simultaneamente as datas de aprovação e início de cerca de metade dos projetos; as de início e finalização de mais de 35% destes; e as três datas, por sua vez, para mais de um terço.

A disponibilidade das datas permite gerar indicadores de utilização muito diferente. A título de ilustração:

1. A distribuição das datas por anos (tabela seguinte) permite saber, por exemplo, que:

- Cerca de metade (46,2%) dos projetos em execução em 2011 foram aprovados nesse mesmo ano, enquanto que no ano imediatamente anterior, 2010, o número foi de 22,4%. Por outro lado, praticamente um terço destes (31,4%) remonta a sua aprovação a datas anteriores a 2009.
- Entre os processos em execução em 2011, aproximadamente 30% registra uma data de início anterior a 2011. Entretanto, 70% destes inicia a sua atividade em 2011.
- Por outro lado, 35,1% dos projetos finalizaram ou têm a sua finalização prevista durante o ano de 2011. Também se prevê que cerca de 45% da cooperação esteja ainda em execução em 2013.

Distribuição das datas registradas, de acordo com o ano a que se referem

Percentagem do total de projetos para os quais se dispõe de datas de aprovação, início e finalização

DATAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
APROVAÇÃO	0,3	5,1	3,3	11,2	11,5	22,4	46,2					100
INÍCIO		1,4	1,4	2,1	6,7	17,7	70,7					100
FINALIZAÇÃO							35,1	20,4	42,7	0,9	0,9	100

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

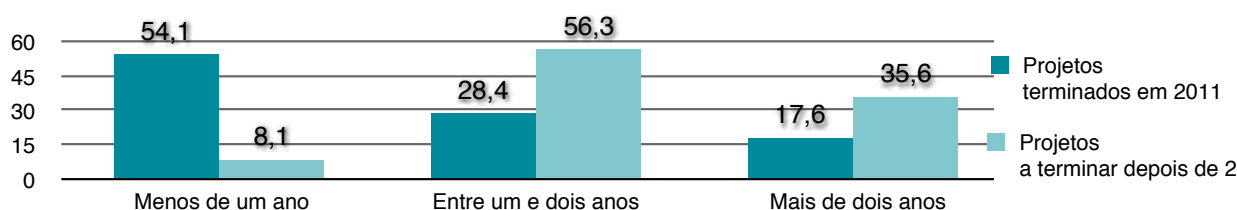
Quadro II.1. A utilização das datas na geração de indicadores para a Cooperação Sul-Sul

(continuação)

2. O anterior é ilustrativo, mas os aspectos anteriores podem-se concretizar com indicadores mais elaborados. Assim, calculando para todos os registros disponíveis a sua média de duração,² pode-se afirmar que:

- Entre os projetos que terminaram ou que está previsto que terminem em 2011 (ver gráfico inferior), são na maioria (54,1%) os mais curtos que se executam num período inferior a um ano. De fato, estima-se que apenas uma minoria (17,60) desses projetos se manterão em execução mais de dois anos.
- Os referidos resultados contrastam com os resultados obtidos para os projetos que se prevê terminarem após 2011. As previsões situam como projetos majoritários (56% e 35%, respectivamente), os que estarão em execução durante mais de um ano e inclusivamente dois. Pelo contrário, estima-se que apenas 8 % do total registrado esteja em execução durante menos de um ano.

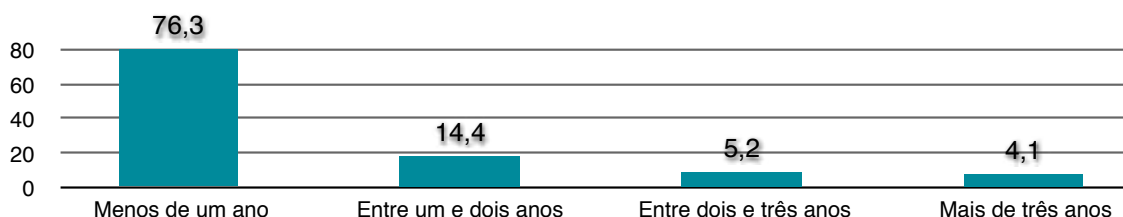
Distribuição dos projetos por tempo médio de duração, segundo terminem em data igual ou posterior a 2011 Percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

3.3. O anteriormente referido ajuda a dar uma “dimensão” aos projetos. Mas a disponibilidade de datas permite também uma aproximação a questões como “a eficiência”, avaliada neste caso a partir do tempo médio decorrido entre o momento da aprovação e o do início de atividade.³ Neste sentido e tal e como se observa no gráfico seguinte, a maior parte dos projetos (mais de 75%) demoram pelo menos um ano a serem implementados. Este dado seria coerente com a suposição de que os projetos tendem a ser aprovados em comissões mistas (ou instâncias semelhantes) em que se identifica e acorda a cooperação bilateral que se promoverá durante o exercício seguinte. Por esse mesmo motivo, são menos (10%) os que registraram demoras superiores a dois anos. Ainda assim, estes 10% não tem de ser interpretados de forma negativa, pois podem referir-se a projetos integrados em programas de cooperação mais amplos, comuns na região e aprovados com muita antecedência em relação à data de início da atividade.

Distribuição dos projetos, de acordo com o tempo decorrido entre a sua aprovação e o início da execução Percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

1 De acordo com o relatório elaborado pelo PIFCSS (2012; p.6 e 7), “um projeto considera-se aprovado quando existe um documento de projeto e além disso, este tenha sido formalizado, à margem da instância concreta. A data de aprovação considerada é a última, pois coincide com o cumprimento de ambos os requisitos”. Pelo seu lado, a data de início coincide com a do “princípio da primeira atividade, independentemente de ter ou não havido diligências prévias”, e a data de finalização assinala “quando se dá por cumprida a última atividade, sem que isso inclua o relatório final, uma condição que não é requisito de todos os projetos”.

2 Σ (datas de finalização - data de início)/Total de projetos para os quais se dispõe de ambos os dados.

3 Σ (datas de início - data de aprovação)/Total de projetos para os quais se dispõe de ambos os dados.

Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012), PIFCSS (2012) e declarações de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

3. Por fim, a prevalência dos projetos (2,5 por cada ação), sugere uma Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que aposta em intervenções de maior dimensão. De novo, a disponibilidade da informação, apesar de parcial e incompleta, referente às datas de início e de finalização da atividade (Quadro II.1) permite começar a obter dados que ratificam essa diferente dimensão. Neste sentido, o cálculo da média da duração das intervenções em Cooperação sugere que, enquanto que os projetos registram um período de execução médio de 587 dias (um pouco mais de um ano e meio), as ações executaram-se em 41 dias (pouco mais de um mês).

II.3. Participação dos países na Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Ao longo de 2011, os países mostraram diferentes intensidades de participação sobre o total da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Assim, pelo menos pelo que sugere a observação dos mapas de distribuição II.1 e II.2,¹⁰ elaborados para visualizar com rapidez quais os países da região é que concentraram os maiores e menores níveis de oferta e recepção de cooperação.

Concretamente, no que diz respeito aos projetos e considerando em primeiro lugar o peso dos países no exercício do seu papel de ofertantes, a observação do Mapa II.1.A sugere que o grosso da Cooperação foi executado apenas por três países: Brasil, Argentina e México, que explicaram praticamente 70% dos 586 projetos de 2011. Entre eles também houve diferenças substanciais, pois o Brasil promoveu quase o dobro de intervenções do que a Argentina (210 projetos – 36% total - contra 120 – 20,5%-) e o triplo do que México (77 projetos, igual a 13,1%). Muito próximo seguiram-se a Colômbia e Cuba, que registraram 55, 53 e 38 projetos cada um, o que acrescentou aos 70% anteriores mais 25 pontos de participação.

Entretanto, os 5% restantes (pouco mais de 30 projetos) dependeram de quase uma dezena de países. Destacaram-se o Uruguai e o Equador, dois atores que no exercício de 2010 já começavam a emergir como novos ofertantes e que para o exercício de 2011 se reafirmaram com a execução conjunta de uma vintena de projetos. De modo mais incipiente, a Costa Rica e o Peru reivindicaram também o seu novo papel, executando 4 e 3 projetos, respectivamente. Por outro lado, as intervenções dos países da América Central El Salvador e Honduras, e a Venezuela, Bolívia e Paraguai da América do Sul foram pontuais (um projeto por país). Por fim, Guatemala, Nicarágua, Panamá e República Dominicana não registraram nenhum projeto.

Por contraste e no que se refere à recepção, a partir do Mapa II.1.B observa-se como só houve um país, o Paraguai, que concentrou mais de 10% dos projetos (cerca de 65). Seguiram-se-lhe de perto a Bolívia e El Salvador, que somaram quase 20% da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em execução em 2011. Com participações individuais menores, entre 5% e 7,5% do total estiveram, por um lado, o México e a Costa Rica e, por outro, as andinas Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Por outro lado, com pesos relativos de entre 2,5% e 5,0% (equivalentes à recepção de entre 15 e 30 projetos), situaram-se, junto à Argentina e ao Uruguai, Cuba, Honduras, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana e Panamá. Por último, o Brasil e o Chile, o primeiro e o sexto principais ofertantes, combinaram o referido papel com o de receptores e registraram, em cada caso, a execução de 11 e 4 projetos de cooperação.

10- Recordar que para construir um mapa estimam-se as percentagens de participação que os países tiveram sobre o total de projetos/ ações oferecidos ou recebidos, segundo o aplicável. Organizam-se em seguida os referidos valores por franjas de intensidade (menos de 2,5%; entre 2,6 e 5,0%; entre 5,1% e 7,5%; entre 7,6% e 10,0% e acima de 10,1%) e atribui-se a cada franja uma cor.

Mapa II.1. Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, segundo papel. 2011

II.1.A. Segundo ofertante



II.1.B. Segundo receptor



LEGENDA: FRANJAS DE INTENSIDADE, DE ACORDO COM PERCENTAGEM DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO OFERECIDOS OU RECEBIDOS NO ANO DE 2011:

VALOR	COR
Não se registram projetos	
Entre 0,1% e 2,5%	
Entre 2,6 e 5,0%	
Entre 5,1% e 7,5%	
Entre 7,6% e 10,0%	
Mais de 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Relativamente à referida distribuição, não obstante, convém fazer alguns esclarecimentos:

1. Por um lado, intui-se um maior grau de concentração a partir da ótica dos projetos oferecidos do que dos recebidos. Como sucede noutros casos, esta intuição pode ratificar-se a partir da aplicação de alguns indicadores. Neste sentido, o Quadro II.2 sugere indicadores que medem o grau de concentração da Cooperação Sul-Sul. Da observação de alguns resultados obtidos (Tabela II.1), depreende-se que:
 - a) Efetivamente, 75% da oferta de cooperação depende de apenas 4 países, perante os 11 receptores que explicam esse mesmo volume de participação. Também os três principais ofertantes concentram 70% da cooperação, valor que mais do que duplica os 30% correspondentes ao mesmo número de receptores.
 - b) Se se aplicar uma variação do Índice de Herfindahl de comércio exterior à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e se mantiver o seu modo de interpretação,¹¹ comprova-se que a recepção de projetos, com um índice de 0,0660 (abaixo de 0,10) é diversificada enquanto que a oferta, 0,20095 (acima dos 0,18 que marcam a franja divisória), é concentrada.

Quadro II.2. Do comércio exterior à Cooperação Sul-Sul: reinterpretando indicadores

Um dos fatores determinantes do processo de desenvolvimento de toda as economias, reside no modo como esta se insere no comércio internacional. Tanto na gestão dessa inserção como no desenho da estratégia mais adequada para cada realidade nacional, é importante ter informação sobre aspectos tão diversos como o tamanho do mercado no qual o país participa, o peso das suas importações e exportações, a intensidade da relação mantida com os vários parceiros ou a participação relativa aos diferentes produtos, entre outras questões. Para tudo isto, é imprescindível gerar indicadores de comércio exterior e política comercial.

Neste sentido, comércio exterior e cooperação internacional compartilham o mínimo de características suficientes (ambos envolvem intercâmbios bilaterais entre países) para que parte dos indicadores aplicados à realidade comercial inspirem a geração de outros aplicáveis à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. De fato e tal como se observa na tabela inferior, para reinterpretar, por exemplo, "Indicadores de concentração comercial" (Cabrera 2012; Durán e Álvarez, 2008) basta efetuar pequenos exercícios de unidades de análise (valor das exportações e importações pelo número de projetos/ações oferecidas/recebidas), de variáveis de corte (produtos por setores de atividade; destinos e origens por receptores e ofertantes) e inclusivamente de âmbito de aplicação (todo o comércio mundial pela cooperação realizada no espaço ibero-americano).

Exemplos de indicadores de comércio com possíveis aplicações à Cooperação Sul-Sul

Número de projetos, em unidades, como percentagem do total registrado em execução em 2011

INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO COMERCIAL	INDICADORES PARA A CHSS BILATERAL
Proporção que representa o intercâmbio de um país (soma das suas exportações e importações) sobre o total do comércio mundial	Proporção que representa o intercâmbio de um país (soma da sua cooperação oferecida e recebida) sobre o total da CHSSB intercambiada na Ibero-américa
Peso dos 5 principais produtos de exportação/importação por um país (grau de dependência)	Peso que os 5 principais ofertantes/receptores sobre o total recebido/oferecido por um país (grau de dependência)
Número de destinos/origens que superam um umbral pré-selecionado (por exemplo, 75% do total exportado/importado para / do resto do mundo)	Número de receptores/ofertantes que superam um umbral pré-selecionado (por exemplo 75%) relativamente ao total oferecido/recebido por um país à região ibero-americana
Índice de concentração / diversificação de Herfindahl, o qual porá o peso de cada produto e parceiro sobre o comércio (exportações, importações ou intercâmbio total) de um país	Índice de concentração/diversificação, a partir da ponderação do peso do resto de parceiros sobre a cooperação oferecida/recebida de um país

Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012) e Durán e Álvarez (2008).

11- Entende-se que existe dispersão, para valores abaixo de 0,10; moderada concentração, quando se oscila entre 0,10 e 0,18; concentração, a partir deste último valor.

Quadro II.2. Do comércio exterior à Cooperação Sul-Sul: reinterpretação indicadores

(continuação)

Assim e devido às referidas modificações, podem-se medir diferentes aspectos da Cooperação Sul-Sul como:

- O peso que cada país representa (no seu duplo papel de ofertante e receptor) sobre o total intercambiado;
- O grau de dependência de cada parceiro relativamente à cooperação realizada ou recebida de outros países;
- O nível de concentração que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral executada na Ibero-América diz respeito à cooperação realizada ou recebida de outros países;
- O nível de concentração que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral executada na Ibero-América diz respeito a um número mais ou menos limitado de países e ofertantes e receptores.

Também e na mesma linha de medição, uma referência mais complexa mas muito ilustrativa no seu resultado final, refere-se à utilização do denominado Índice de concentração de Herfindahl. Em economia, o referido índice utiliza-se, se utiliza, por exemplo, para identificar se o comércio mundial de um país depende de muitos ou poucos parceiros, de muitos ou poucos produtos, ou inclusivamente de alguma combinação determinada de ambas as coisas. De fato, a versão mais completa deste índice obtém-se somando os quadrados das participações relativas que cada produto e parceiro têm sobre o comércio que um país tem com o resto do mundo. O recurso a este tipo de fórmula matemática facilita a obtenção de um índice que oscila entre 0 e 1 e cuja escala de referência e interpretação associa a diversificação com valores abaixo de 0,10; a concentração moderada com os que vão de 0,10 a 0,18; e a concentração elevada com valores que superem esse mesmo 0,18 (Durán e Álvarez, 2008).

Conservando a lógica e a estrutura básica do Índice de Herfindahl mas reinterpretação o seu objeto de medição, pode-se elaborar um Índice de concentração/diversificação da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, tanto da região, como dum país ofertante ou de um receptor, segundo o nível de agregação que se decida. Assim, por exemplo, para conhecer o grau de concentração que, em termos de países, teve a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral oferecida no ano de 2011, bastaria aplicar a fórmula de cálculo seguinte:

$$\sum_{i=1}^n (P_{of-i} / P_{of-T})^2$$

em que P_{of-i} se refere aos projetos oferecidos por cada país, e P_{of-T} ao total dos projetos oferecidos nesse ano, e onde cada uma das razões da ideia de peso relativo que cada país tem sobre a oferta final de projetos.

Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012), Durán e Álvarez (2008) e do Seminário - Workshop organizado pelo Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em Montevideu (março 2012).

Tabela II.1. Grau de concentração/dispersão da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. 2011

II.1.A. Aplicação de possíveis indicadores de concentração/dispersão

INDICADORES	PROJETOS	AÇÕES
Número de países que concentram 75% da CHSSB	9	11
Número de ofertantes que concentram 75% da CHSSB	4	6
Número de receptores que concentram 75% da CHSSB	11	10
Percentagem da CHSSB participada pelos três países mais ativos	40,0%	29,9%
Percentagem da CHSSB oferecida pelos três principais ofertantes	69,5%	52,4%
Percentagem da CHSSB recebida pelos três principais receptores	30,2%	31,9%

II.1.B. Índice de concentração/dispersão da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, segundo escala

DIVERSIFICADO	0,10	MODERADAMENTE CONCENTRADO	0,18	CONCENTRADO
Projetos (recebidos) = 0,0660				
Ações (recebidas) = 0,0707		Ações (oferecidas) = 0,1278		Projetos (oferecidos) = 0,2095

Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012) e declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

2. Por outro lado (Gráfico II.1), se os pesos relativos que os ofertantes mantiveram no ano de 2011 contrastam (com cautela)¹² com os correspondentes a 2010, observa-se que, em ambos os exercícios, os seis países mais ativos (de sul para norte, Chile, Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba e México) foram os mesmos. No entanto, de um ano para o outro, as intensidades de participação registradas por uns e outros mudaram, o que alterou a ordem de importância relativa dos mesmos. De fato, enquanto o Brasil, após registrar um aumento dos 177 para os 210 projetos, consolida-se como primeiro ofertante:

a) Cuba continuou a atravessar o devastador efeito causado pelos dois furacões de fustigaram a ilha no final de 2009 e que, depois de provocar perdas equivalentes a 20% do seu Produto Interno Bruto (PIB), a obrigaram, a partir de 2010, a concentrar os seus recursos para o interno em detrimento do externo. O resultado foi uma intensa queda dos projetos oferecidos (de 139 para 53) e a sua consequente deslocação do segundo lugar para o quinto principal ofertante.

b) A Argentina e a Colômbia melhoraram a sua posição relativa (até ao segundo e quarto principal ofertante), graças às melhorias na sua capacidade de registro como ao aumento real da sua atividade. Em ambos os casos, o número de projetos oferecidos mais que duplicou, dos 57 para 120 e dos 22 para 55, respectivamente.

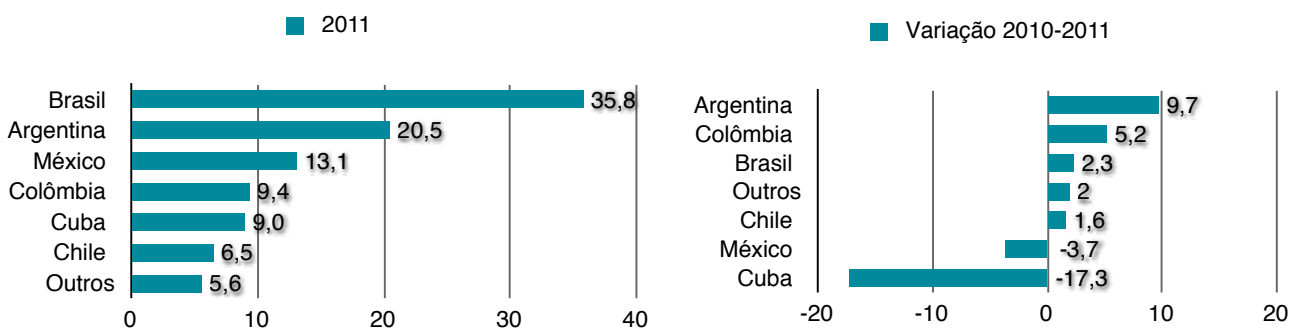
c) O México registrou, em termos relativos, uma pequena queda (perdeu 3,5 pontos de participação), mas manteve o número de projetos oferecidos acima dos 75, o que permitiu consolidar-se como terceiro ofertante da região.

3. Tal como se verá mais adiante, a intensidade de algumas relações bilaterais explica que as mudanças registradas nos pesos relativos mantidos pelos ofertantes tenham o seu reflexo no dos receptores. Neste sentido, o Gráfico II.1 mostra, por um lado, o aumento de participação do Paraguai (ganha 5 pontos percentuais entre 2010 e 2011) que passou do quinto principal receptor de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, destronando El Salvador e Nicarágua, que passaram de primeiro e segundo receptor e terceiro e quarto. Em todos os casos, as mudanças na participação relativa estão relacionadas com as variações de atividade registradas pelos seus principais ofertantes (Brasil e Argentina no caso do Paraguai; Cuba para El Salvador e Nicarágua).

Gráfico II.1. Mudanças nas participações relativas dos países. Projetos. 2010-2011

Participação sobre o total, em percentagem; variação anual, em pontos percentuais

II.1.A. Principais ofertantes

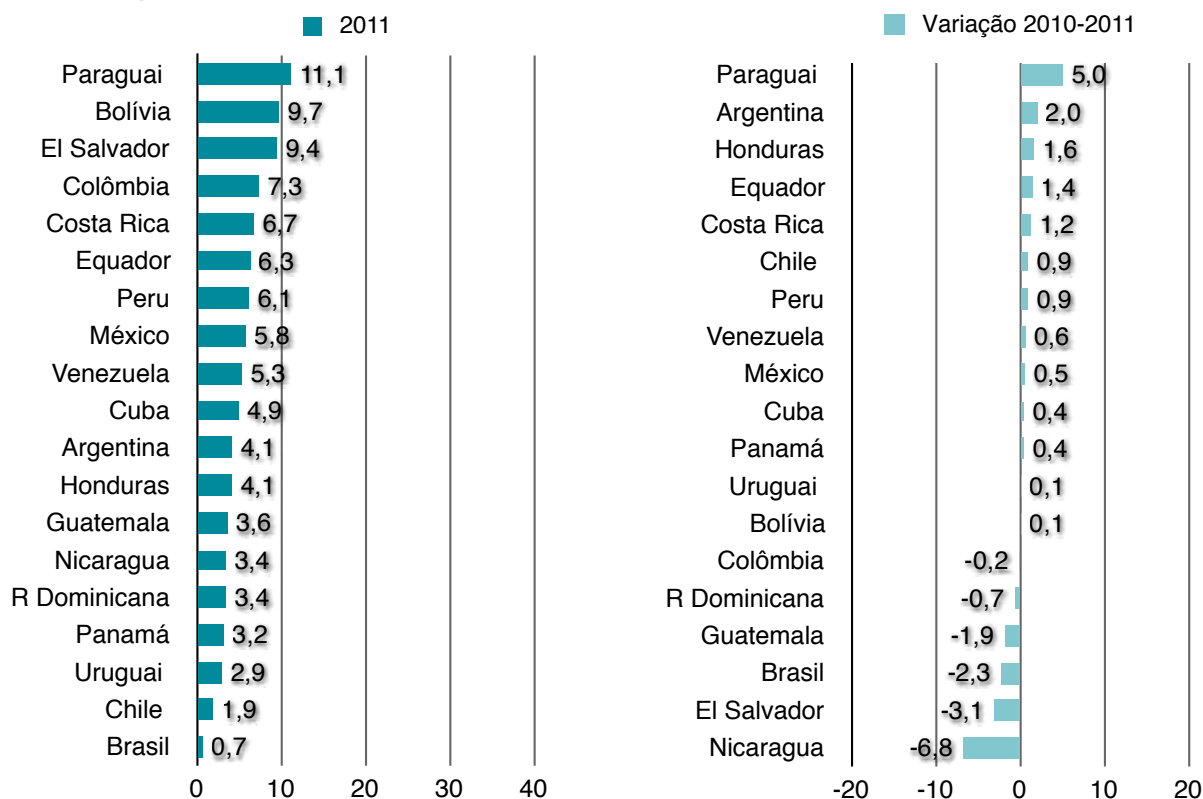


12- Recordar que, ao não ter ainda uma cobertura de dados estável, os resultados obtidos ao comparar séries históricas não gozam de plena fiabilidade.

Gráfico II.1. Mudanças nas participações relativas dos países. Projetos. 2010-2011

[continuação] Participação sobre o total, em percentagem; variação anual, em pontos percentuais

II.1.B. Receptores



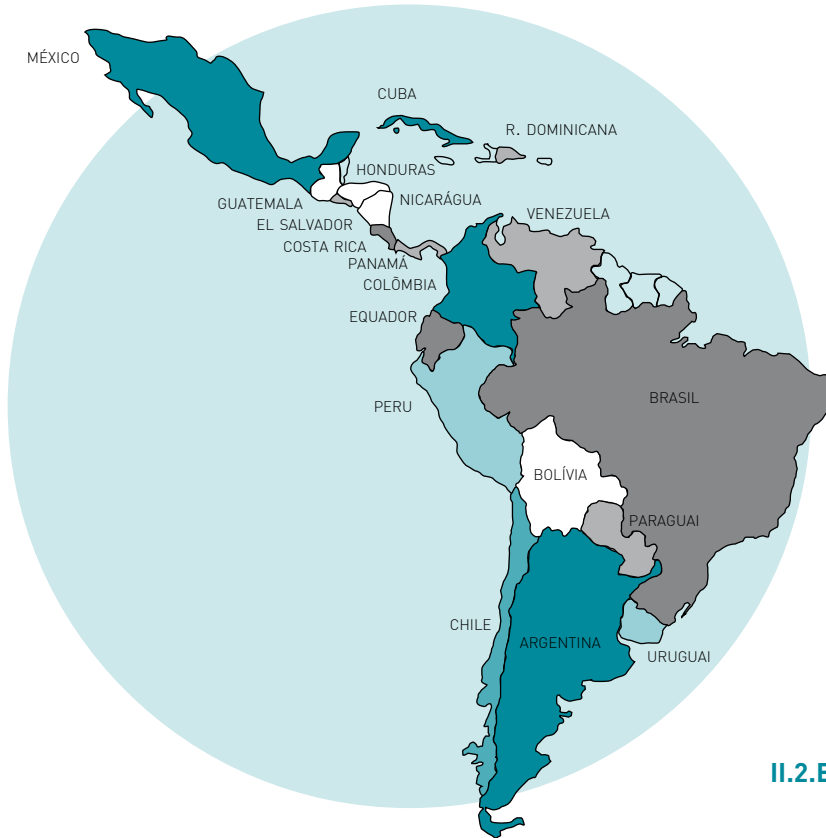
Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Por fim, a observação combinada do Mapa II.2 e da Tabela II.1, permite fazer uma breve referência ao sucedido com os países e com o seu papel na execução das ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A este respeito, importa assinalar algumas questões:

1. De novo, a oferta de ações mostra um nível de concentração mais elevado do que da recepção. Com efeito, 75% das ações oferecidas dependem de 6 países, enquanto que a recepção desses mesmos 75% se realiza num mínimo de 10 países. Além disso, os três principais ofertantes executaram mais de metade das 229 ações de 2011, enquanto que os três principais receptores só executaram um terço delas.
2. Não obstante, no caso das ações, o nível de concentração da oferta é menor que nos projetos. Assim o confirma a aplicação do Índice de Herfindahl. Mais especificamente, a recepção de ações situou-se em 0,0707 (sem superar os 0,10 que marca o início de uma moderada concentração), enquanto a oferta ascendeu a um valor de 0,1278 (na franja intermédia, abaixo de 0,18 que indica uma concentração elevada).
3. Entre os principais ofertantes, voltaram a destacar-se cinco dos mais ativos em termos de projetos (Colômbia, México, Argentina, Cuba e Chile), aos quais se teria de juntar o Uruguai, Uruguai, Peru e Equador, que executaram anualmente mais de uma dezena de ações. A recepção, pelo seu lado, localiza-se primariamente nas regiões da América Central (Honduras, El Salvador, Panamá, Costa Rica, Guatemala e Nicarágua) e andina (Peru e Equador), juntamente com o Paraguai e Uruguai, todos com um número de ações recebidas que também superou as dezenas.

Mapa II.2. Distribuição geográfica das Ações de Cooperação, segundo papel. 2011

II.2.A. Segundo ofertante



II.2.B. Segundo receptor



LEGENDA. FRANJAS DE INTENSIDADE, SEGUNDO PERCENTAGEM DE AÇÕES DE COOPERAÇÃO OFERECIDAS OU RECEBIDAS NO ANO DE 2011:

VALOR	COR
Não se registram ações	
Entre 0,1% e 2,5%	
Entre 2,6 e 5,0%	
Entre 5,1% e 7,5%	
Entre 7,6% e 10,0%	
Mais de 10,1%	

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

II.4. As relações intra-regionais: uma caracterização

Um tratamento aparte merece o modo como se estabeleceu o intercâmbio de cooperação entre os países: quem cooperou mais com quem, qual o papel exercido, quão dispersa ou concentrada os ofertantes mantiveram a sua cooperação, quão dependentes de alguns poucos parceiros foi a execução dos projetos nos receptores, entre outras questões várias. Uma opção para responder a isto reside em caracterizar as relações de Cooperação que tiveram lugar no interior da América Latina: a partir de uma perspectiva bilateral, primeiro; mas também a partir de outra que assuma os países agregados em diferentes sub-regiões (diferenciando o México e o Caribe Ibero-Americano, a América Central, os países andinos, Brasil e o resto do Cone Sul).

Assim, e para analisar em primeiro lugar como foram as relações que se estabeleceram entre os países, elaboraram-se os Gráficos II.2 e II.3. A partir destes observa-se, por um lado, se os projetos executados pelos principais ofertantes (medidos segundo o Índice de Herfindahl) se distribuíram em poucos ou muitos receptores e vice-versa, para o papel contrário; e por outro lado, quanto representaram e quem foram os principais parceiros de cada ofertante e receptor de cooperação. Da observação combinada de ambos, pode-se afirmar que, para 2011:

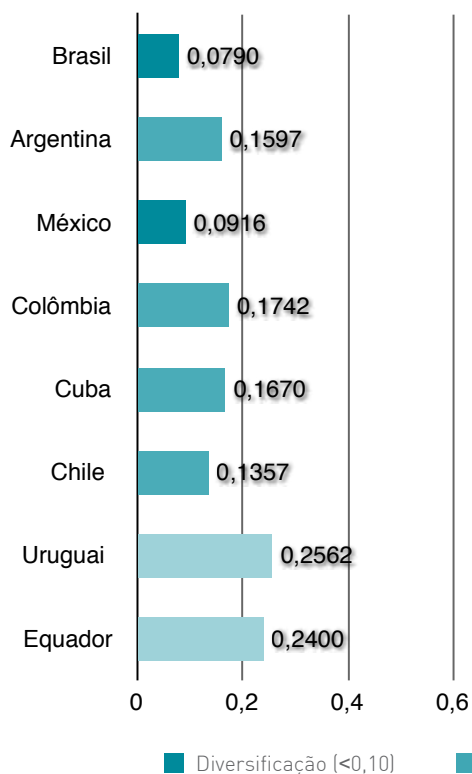
1. No seu papel de ofertantes, os países diversificaram mais a sua cooperação no que do no papel de receptores. Neste sentido e segundo mostra o Gráfico II.2, os índices de concentração dos ofertantes moveram-se numa franja de valores mais baixos (entre um mínimo de 0,0790 e um máximo de 0,2562) do que os correspondentes relativamente aos receptores (entre 0,1886 e 0,5702).
2. Ordenados os países de maior para menor número de projetos em execução, o que seria de esperar, independentemente do papel desempenhado, era que o Gráfico II.2 desenhasse uma curva descendente que se afastasse gradualmente do eixo vertical, o que significaria que, quanto mais projetos, maior distribuição entre parceiros e quanto menos projetos, menor concentração.¹³ No entanto:
 - a) Esta dinâmica confirma-se para o caso dos ofertantes (Gráfico II.2.A). Assim, o Brasil, principal cooperante com 210 projetos, registrou um índice de concentração mínimo (abaixo de 0,10), que contrastou com o registrado pelo Uruguai e pelo Equador (uma dezena de projetos cada um) e cujos valores rondaram os 0,2500.
 - b) Mas o referido comportamento não se reproduziu no caso dos receptores (II.2.B). O Paraguai, principal receptor com 65 projetos, mostrou um índice de concentração elevado, de 0,4140, muito acima do registro de outros países com menos projetos: desde os 0,30-0,33 da Bolívia e El Salvador (segundo e terceiro receptor) até aos 0,20-0,18 do Equador e México (cerca de 35 projetos) e inclusivamente a Nicarágua e a República Dominicana (20 projetos cada um e índices de 0,2063 e 0,3650).
3. Também entre os principais ofertantes registraram-se diferente níveis de concentração:
 - a) O Brasil e o México mantiveram-se abaixo de 0,10, numa franja que denota que a sua presença noutros países foi suficientemente diversificada. O resultado é coerente com o fato dos seus três principais receptores (Gráfico II.3.A) apenas significarem cerca de 35% dos projetos que se executaram em toda a região.
 - b) Entretanto, a Argentina, a Colômbia, Cuba e Chile, distribuíram a sua cooperação noutros países de forma moderadamente concentrada, o que por sua vez concorda também com o que registraram participantes dos seus três principais receptores sobre a sua cooperação total notavelmente superiores, entre 53 e 65%.

13- Importa assinalar aqui que esta mesma dinâmica deveria refletir-se no caso dos Gráficos II.3.

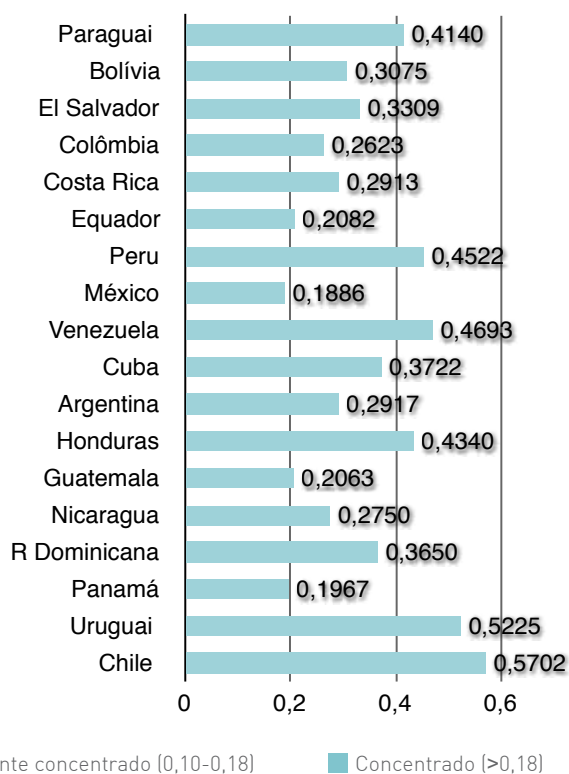
Gráfico II.2. Índice de concentração/dispersão da CHSSB oferecida e recebida, segundo país. 2011

Países ordenados do maior para o menor peso relativo. Com quatro decimais, valor de Índice de Herfindahl

II.2.A. Principais ofertantes



II.2.B. Principais receptores



Nota: Consideram-se ofertantes e receptores com um mínimo de 10 projetos, para que seja representativo.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.3. Caracterização da concentração das relações entre países, segundo papel. 2011

Países por ordem decrescente, do maior para o menor número de projetos executados.

Em porcentagem sobre o total oferecido / recebido

II.3.A. Relação entre os principais ofertantes e os seus três primeiros receptores

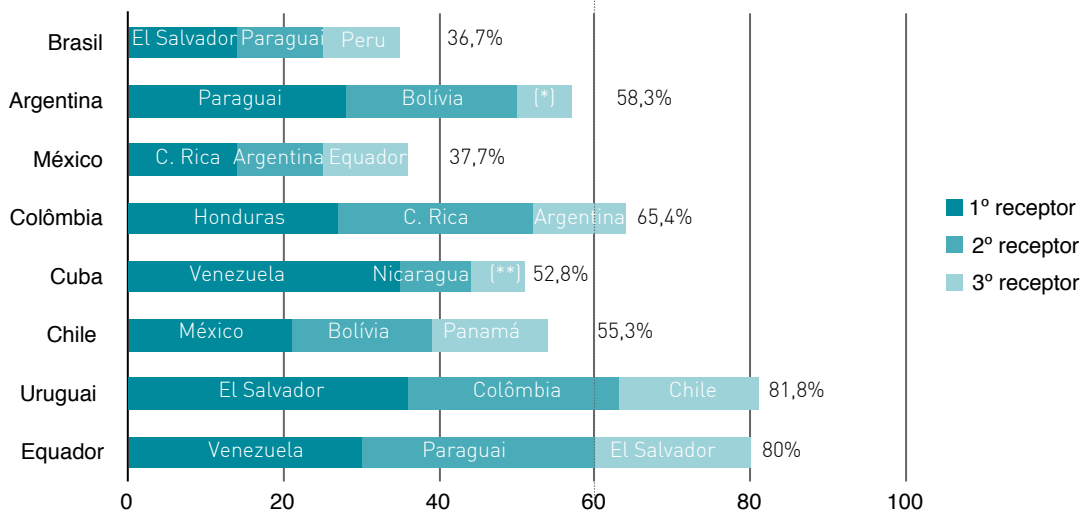
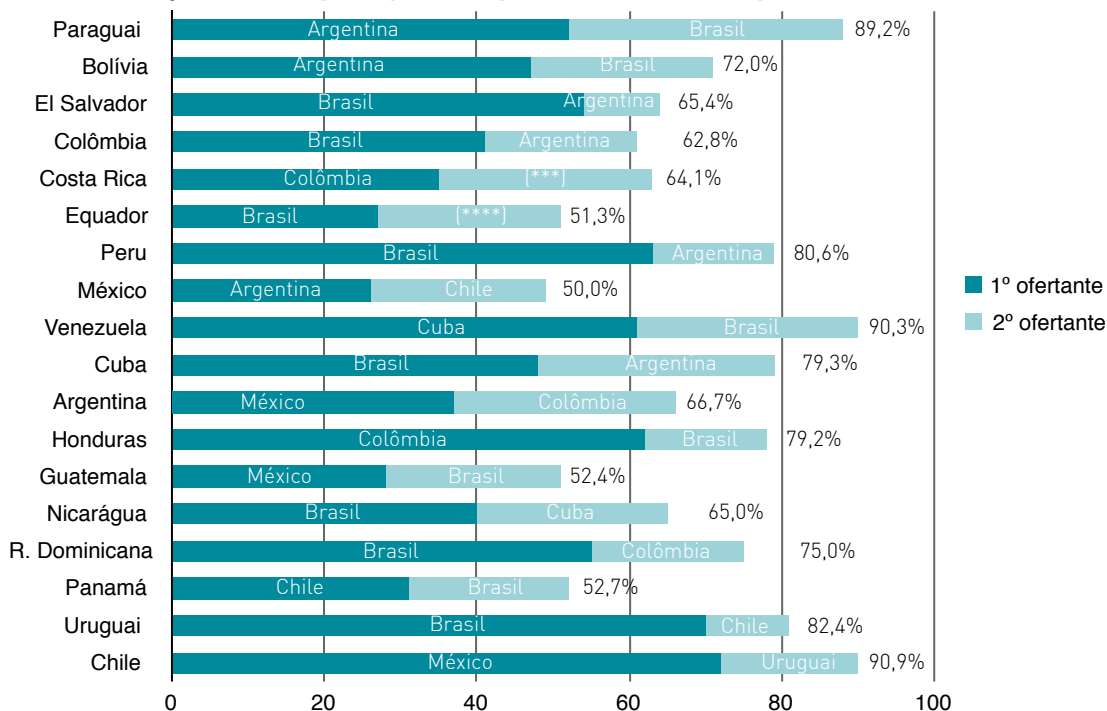


Gráfico II.3. Caracterização da concentração das relações entre países, segundo papel. 2011

(continuação) Países por ordem decrescente, do maior para o menor número de projetos executados.

Em percentagem sobre o total oferecido / recebido

II.3.B. Relação entre os principais receptores e os seus dois primeiros ofertantes



Nota: Consideram-se ofertantes e receptores com um mínimo de 10 projetos, para que seja representativo. Com asterisco, assinalam-se países que compartilham as mesmas percentagens de participação: (*) Colômbia, Cuba, Equador e México; (**) Bolívia, El Salvador e Peru; (***) Brasil e México; (****) Argentina e México.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

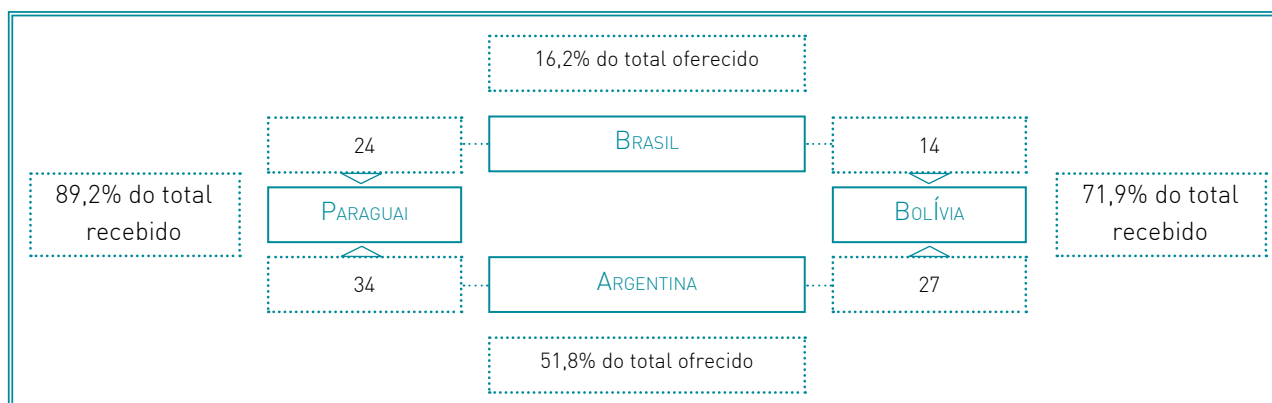
4. Entretanto, todos os dados sugerem que, para o ano de 2011, os receptores registraram uma cooperação altamente dependente de um número pequeno de países. Neste sentido e tal como se observa no Gráfico II.3.B, em todos os casos, bastaram dois ofertantes para explicar, no mínimo, metade da cooperação recebida. Em situações extremas e tão diferentes como a do próprio Paraguai (65 projetos), Venezuela (31) e Chile (mais de 10), a dependência relativamente aos dois únicos parceiros chegou a alcançar um valor máximo de 90%.

5. Por fim, os maiores graus de concentração e níveis de dependência estiveram por sua vez relacionados com a marcada intensidade de algumas relações bilaterais. Em concreto:

- Bastou a cooperação do Brasil e da Argentina para explicar mais de 50% dos projetos executados no Paraguai e Bolívia (ver Esquema II.2), El Salvador, Colômbia, Equador, Peru e Cuba, todos eles entre os dez primeiros receptores.
- E a combinação do Brasil ou Argentina com a Colômbia, Chile, Cuba ou México, foi também suficiente para explicar a cooperação executada na Costa Rica, Honduras e na República Dominicana, México e Panamá, Venezuela e Nicarágua, assim como também Guatemala.
- Os únicos receptores que não reproduziram este padrão foram a Argentina e o Chile, para quem os principais ofertantes foram o México, juntamente com a Colômbia e o Uruguai.

Esquema II.3. Intensidade de relação entre os principais ofertantes e receptores. 2011

Projetos, Em unidades; participação sobre o total, em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

De forma complementar, outra forma de conhecer como foi a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2011, reside em analisar o intercâmbio que mantiveram as diferentes sub-regiões que fazem parte dos países ibero-americanos. Neste sentido, importa aqui assinalar que uma tarefa prévia consiste em identificar as referidas sub-regiões, uma vez que não existe nenhum critério acordado acerca de como agrupar os países a nível sub-regional. De fato, as referências às quais se pode recorrer dependem dos utilizados por organismos internacionais e regionais, cujos critérios diferem. A título de ilustração, a UNESCO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) adotam um critério geográfico que, no entanto, dá lugar a agrupamentos distintos (América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul no primeiro dos casos; Mesoamérica, Caribe, sub-região andina e Cone Sul, no segundo). Entretanto, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a União Europeia (UE), acrescentam critérios de integração econômica que as levam a considerar a América do Sul dividida entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e que integram o MERCOSUR mais o Chile. Outra opção resulta da Agência das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), um organismo que, combinando critérios ecológicos e socioeconômicos, separa o Brasil (como país da bacia baixa do Amazonas) dos da bacia alta (países andinos) e o exclui do Cone Sul.

Neste sentido e devido às particularidades do caso ibero-americano,¹⁴ para a presente análise aplicou-se a seguinte divisão geográfica: México e Caribe Ibero-americano (Cuba e República Dominicana); América Central (da Guatemala ao Panamá); países andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia); Brasil e, diferenciadamente, o resto do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai). A partir desta categorização, elaboram-se as Matrizes II.3, em que se referem os projetos de 2011 por sub-regiões e papel. Da sua observação conclui-se que:

1. A maior parte da cooperação de 2011 (praticamente dois terços do total) teve como destino os países que fazem parte das sub-regiões andina (34,8%) e centro-americana (30,4%). O resto dos projetos foram executados principalmente no Cone Sul (um quinto do total registrado), juntamente com México e Caribe (cerca de 15%).
2. Por outro lado, mais de 75% dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral tiveram origem no Brasil (que explicou 35,8% da cooperação regional), o Cone Sul (quase 30%) e México com o Caribe (outros 22%). Como ofertantes de projetos, os países andinos mostraram uma importância relativa menor (de 12%), mas muito superior à da América Central, onde em 2011 apenas se registrou atividade de 1% do registro final.

14- De todos os países que formam a América Latina e o Caribe, apenas 19 são parte da Comunidade ibero-americana.

Matriz II.3. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por sub-regiões. 2011

Projetos, em unidades; participação como percentagem do total oferecido/recebido

II.3.A. Projetos Totais

OFERTANTES	RECEPTORES					
	MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	AMÉRICA CENTRAL	PAÍSES ANDINOS	BRASIL	PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	TOTAL
MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	10	45	50	3	22	130
AMÉRICA CENTRAL	4	0	2	0	0	6
PAÍSES ANDINOS	9	37	12	0	12	70
BRASIL	31	62	74	----	43	210
PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	29	34	66	1	40	170
TOTAL	83	178	204	4	117	586

II.3.B. Participação (sobre o total oferecido)

OFERTANTES	RECEPTORES					
	MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	AMÉRICA CENTRAL	PAÍSES ANDINOS	BRASIL	PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	TOTAL
MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	7,7	34,6	38,5	2,3	16,9	100,0
AMÉRICA CENTRAL	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	100,0
PAÍSES ANDINOS	12,9	52,9	17,1	0,0	17,1	100,0
BRASIL	14,8	29,5	35,2	----	20,5	100,0
PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	17,1	20,0	38,8	0,6	23,5	100,0
TOTAL	14,2	30,4	34,8	0,7	20,0	100,0

II.3.C. Participação (sobre o total recebido)

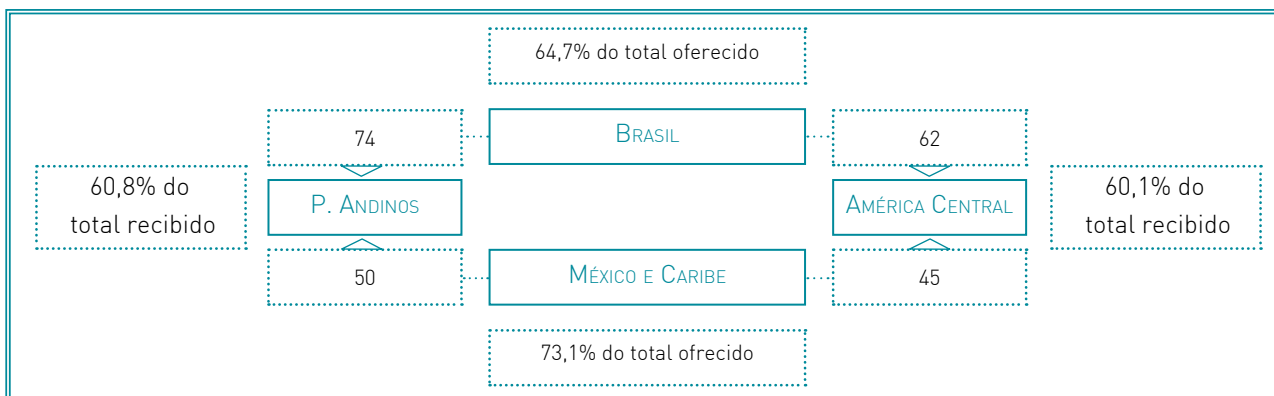
OFERTANTES	RECEPTORES					
	MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	AMÉRICA CENTRAL	PAÍSES ANDINOS	BRASIL	PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	TOTAL
MÉXICO E CARIBE IBERO-AMERICANO	12,0	25,3	24,5	75,0	18,8	22,2
AMÉRICA CENTRAL	4,8	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0
PAÍSES ANDINOS	10,8	20,8	5,9	0,0	10,3	11,9
BRASIL	37,3	34,8	36,3	----	36,8	35,8
PAÍSES DO CONE SUL (EXCETO BRASIL)	34,9	19,1	32,4	25,0	34,2	29,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

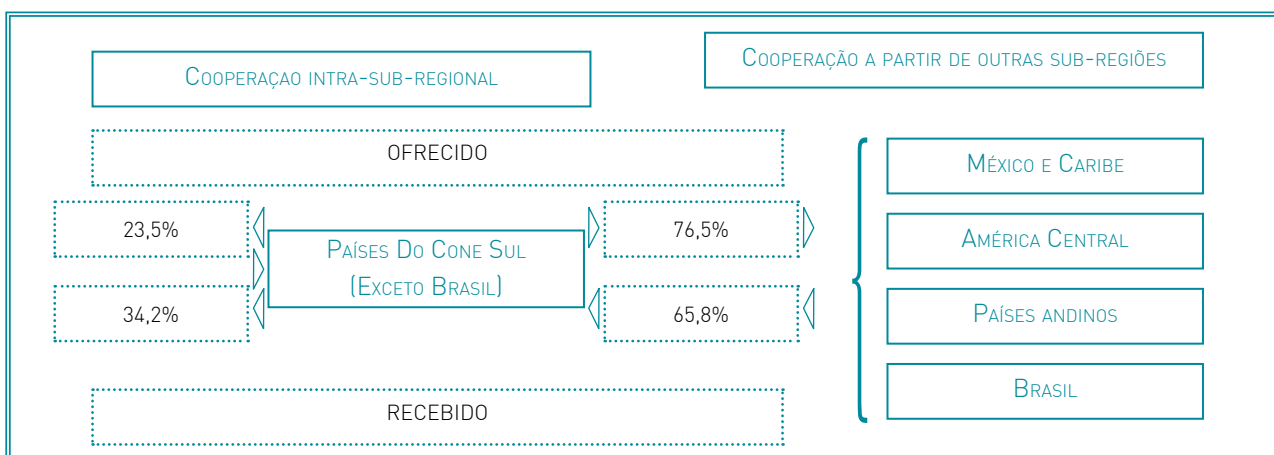
Esquema II.4. Exemplos de relação de cooperação entre as sub-regiões Ibero-Americanas. 2011

Projetos, em unidades; participação sobre o total, em percentagem

II.4.A. Entre diferentes sub-regiões



II.4.B. No interior das sub-regiões



Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

3. Mas os resultados anteriores entendem-se sob determinado fluxo de cooperação entre as diferentes sub-regiões, assim como no interior delas próprias. Com efeito (Esquema II.4):

- Os países andinos e da América Central (Esquema II.4.A) foram o destino principal da cooperação do Brasil e do México e Caribe (cerca de 70% do que ofereceram). Também, para ambas as sub-regiões, a cooperação do Brasil, México e Caribe foi determinante, ao explicar mais de 60% dos projetos recebidos.
- Entretanto, os países andinos, que em 2011 executaram 70 projetos, realizaram mais de 50% da sua cooperação na América Central. Os outros 50% distribuíram-se em proporções semelhantes entre as outras sub-regiões, excluindo o Brasil.
- Em termos intra-sub-regionais, a situação foi desigual: para o México e Caribe e países andinos, a cooperação entre os seus membros não foi determinante, fato que contrasta com o que aconteceu no Cone Sul, (Esquema II.4.B), uma sub-região que foi, para ela própria, a sua segunda maior ofertante e receptora.

Por último, importa referir que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral da Ibero-América não tem um carácter exclusivamente intra-regional, estendendo-se, cada vez mais, a outras regiões em desenvolvimento, incluindo a África e parte da Ásia. Outro exemplo disto é a cooperação que mantém com o Caribe não Ibero-americano apresentada no Quadro II.3.

Quadro II.3. A cooperação extra-regional: o caso do Haiti e o Caribe não Ibero-americano

Desde há anos, a cooperação da Ibero-América tem, entre um dos seus destinos, as comunidades do Caribe. Formado por 13 países, esta região, na que vivem 40 milhões de pessoas e se fala 6 línguas (espanhol, português, inglês, francês, holandês e crioulo) registrou-se, para o ano de 2010 de acordo com a CEPAL, um Produto Interno Bruto (PIB) por habitante próximo dos 8000 dólares, um valor superior aos 5500 que correspondeu ao conjunto da América Latina. O referido PIB per capita, não obstante, escondeu realidades muito díspares, pois a sua média foi obtida incluindo países com níveis de riqueza extremos: desde as Bahamas, Barbados e Trinidad e Tobago (com rendimentos por habitante entre 14.000 e 18.000 dólares), até ao Haiti, o país mais pobre de toda a América Latina, cujos 10 milhões de habitantes apenas dispuseram de 425 dólares por ano (menos de 1,2 dólares por pessoa e dia).

Seleção de alguns indicadores básicos para o Haiti, Caribe e América Latina

População, em habitantes; PIB per capita, em dólares a preços constantes; mortalidade infantil, em tantos por mil

	POPULAÇÃO TOTAL		PIB/CAPITA	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	
	2010	2012	2010	2005-2010	2010-2015
HAITI	10.089.000	10.418.000	428,6	43,6	39,0
CARIBE	41.646.000	42.212.000	7.832	32,6	28,7
AMÉRICA LATINA	575.630.000	588.047.000	5.541	18,6	16,0

Fonte: SEGIB a partir de CEPAL (<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>).

A proximidade com o resto dos países da América Latina e entre estes, com os que pelo sua vez são ibero-americanos, impõe não só uma história compartilhada e uma situação socioeconómica próxima, e sobretudo, a própria realidade geográfica: Cuba e a República Dominicana são também países caribenhos; a República Dominicana, além disso compartilha ilha com o Haiti; e oito países continentais (México, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia e Venezuela) banham o seu território costeiro no mar do Caribe. Por isso, não é de estranhar que a região do Caribe vá a pouco e pouco consolidando-se como uma área preferencial para a cooperação ibero-americana.

Assim, para efeitos de mostrar o sucedido no ano de 2011, elaborou-se a tabela anterior. Tal como se observa na mesma, no ano de 2011, a Argentina, Brasil, Cuba e México¹ promoveram, na região do Caribe, 76 projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. Mais de 55% destes (44 projetos) executaram-se num só país, o Haiti, enquanto o resto se distribuíram entre ove ilhas (entre as quais se destacam Jamaica e Santa Lucía) e dois países continentais (Belize e Guiana), cujas águas pertencem também à área Marítima do Caribe.

Quadro II.3. A cooperação extra-regional: o caso do Haiti e o Caribe não Ibero-americano (continuação)

Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral com o Haiti e Caribe não Ibero-americano. 2011
Em unidades

Países Ibero-americanos	Haiti	Caribe não Ibero-americano										Total	
		Antígua e Barbuda	Barbados	Belize*	Dominica	Granada	Guiana*	Jamaica	Saint Kitts e Nevis	San Vicente e Granadinas	Santa Lúcia		Trinidad e Tobago
Argentina	1				1				1	1	2		6
Brasil	24												24
Chile	4							1				1	6
Cuba	6	1		1	1	2	2	1		1	1	1	17
México	9		1	5			1	3	2		2		23
TOTAL	44	1	1	6	2	2	3	5	3	2	5	2	76

*Países continentais com costa no Caribe. Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

No seu papel de ofertante, o Brasil destacou-se pela sua concentração no Haiti (explicou 24 dos 44 projetos destinado a este país); enquanto que o México e Cuba distribuíram a sua cooperação (de um total de 23 dos 17 projetos) entre o Haiti e o resto dos países (9 e 14, no caso mexicano; e 6 e 11, no caso cubano). Neste sentido e como já se viu no Quadro II.9 do Relatório 2011, a cooperação que os países Ibero-americanos mantiveram com o Haiti remonta a alguns anos. O terrível terremoto que sacudiu o país no início de 2010 marcou, no entanto, um antes e um depois na cooperação para o Haiti: em 2010, a Ibero-América respondeu à emergência com a ajuda humanitária de que dispôs mas, além disso, começou a promover projetos que os países Ibero-americanos promoveram no Haiti, muito centrados na cobertura de necessidades sociais básicas (educação e saúde), na recuperação das vias públicas, no fortalecimento das instituições estatais e no apoio à agricultura desenvolvida por pequenos camponeses, num esforço para ligar uma certa recuperação da atividade econômica com os avanços em segurança alimentar. Este perfil contrasta com o perfil associado aos projetos executados no resto do Caribe não Ibero-americano, onde surgiram também projetos relacionados com a geração de condições econômicas (de apoio a pequenas e médias empresas, sobre política industrial e inclusivamente na tecnologia aplicada).

1 A Colômbia manteve também uma intensa atividade na região. No entanto, a sua cooperação enquadra-se numa estratégia que não é bilateral, mas regional. Por isso, será tratada em profundidade no capítulo quarto, correspondente à CHSS Regional. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

II.5. Análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral

Nesta seção realiza-se uma análise setorial da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. O exercício responde a um objetivo duplo: por um lado, identificar em que tipo de atividades se concentrou o conjunto da cooperação do ano de 2011; por outro, desenhar, para os diferentes países, qual foi o perfil de especialização setorial, onde residem os seus pontos fortes e onde residem as suas necessidades. Assim, e para um correto seguimento desta análise, importa referir que:

1. A classificação utilizada¹⁵ distingue entre um total de 27 setores de atividade. Neste sentido e para fazer um tratamento ótimo da informação, estes setores agrupam-se em torno de diferentes dimensões: Social (Educação, Saúde, Saúde reprodutiva, Saneamento e abastecimento de água, Políticas Sociais e de Habitação); Econômica (diferenciando aqui entre os que se orientam para a criação de condições de funcionamento da economia –Infraestruturas e Serviços como Energia, Comunicações, Transporte, Finanças e Empresas –, dos Setores produtivos – Agricultura, Pesca, Silvicultura, Indústria e Turismo, entre outros –); e Outra multi-setorial, em que se situam atividades relacionadas com aspectos tão diversos como o Fortalecimento Institucional dos Governos ou da Sociedade Civil, a Cultura, o Gênero, o Meio-ambiente ou a Prevenção de Desastres.
2. Por outro lado, os projetos e as ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, organizados por dimensões de atividade e países cooperantes, são referidos nas Matrizes II.4 (referentes aos projetos e apresentadas em seguida) e nas Matrizes A1 (correspondentes às ações e incluídas no anexo). Os dados das referidas matrizes são os que servirão de base a todas as análises realizadas ao longo desta secção.

II.5.1. Distribuição setorial de projetos e ações

Em termos gerais e tal como se observa no Gráfico II.4, cerca de 40% dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral em execução em 2011 concentram-se no fortalecimento das economias nacionais. A maior parte deles (70%) orientou-se para apoiar atividades produtivas, enquanto que um número menor (30%) orientou-se para a criação de infraestruturas e serviços econômicos básicos. Por outro lado, o resto da cooperação de 2011 (pouco mais de 60%) distribuiu-se em metades praticamente equivalentes, entre o reforço dos temas sociais (32,8% dos 586 projetos de 2011) e outros setores que não se classificam sob a rubrica dos socioeconômicos (28,5%). Por fim, as 229 ações de 2011 mostraram outro padrão de distribuição em que as mais multi-setoriais (42,8%) se destacaram em relação às econômicas (31,8%) e às sociais (25,3%).

15- A classificação setorial completa e pormenorizada pode encontrar-se na Tabela A.1 do Anexo.

Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

Em unidades

II.4.A. Dimensão social

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL	
		PRM-BAIXO					PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		0
	El Salvador		1																	0
	Guatemala			1																0
	Honduras				1															0
	Nicarágua					1														0
	Paraguai						1													0
PRM-ALTO	Argentina	7				11	1	1			1	2	(2)			1			25	
	Brasil	5	8	3	3	3	7	(1)+3		3	4	4	3	(1)+3	3	10	2	4	5	75
	Chile	4	2	2		1		1			1		2	(2)	2			2	19	
	Colômbia				4						3						2		9	
	Costa Rica													(1)					1	
	Cuba	4	4	3	2	5	2	1		2			2	1	1	4		1	9	41
	Equador															1			1	2
	México					1		(1)	(1)+1	(2)	2	(1)+4		2						15
	Panamá																			0
	Peru																			0
	R. Dominicana																			0
	Uruguai		1							2					1					4
	Venezuela														1					1
TOTAL	20	15	8	9	10	20	7	3	4	7	13	5	11	10	8	15	5	7	15	192

Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

Em unidades

II.4.B. Dimensão econômica. Infraestrutura e serviços

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		0	
	El Salvador		1										1							0	
	Guatemala			1																0	
	Honduras				1															0	
	Nicarágua					1														0	
	Paraguai						1						1							1	
PRM-ALTO	Argentina	3	2			1	1	1	1	1	1	2	(2)	1	1					15	
	Brasil		3				2	1	3	5	2	2				6	2			26	
	Chile	1						1					(1)							2	
	Colômbia				1		(1)		1	6										8	
	Costa Rica									1			(1)							1	
	Cuba										1									0	
	Equador		1				1						1						2	4	
	México	1		1		1	(2)		(1)	2	(1)	1		1			1			11	
	Panamá														1					0	
	Peru															1				0	
	R. Dominicana																1			0	
	Uruguai									1									1	1	
	Venezuela					1														0	
TOTAL		5	6	1	1	1	4	3	0	2	7	13	4	5	4	1	7	3	0	2	69

Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

Em unidades

II.4.C. Dimensão econômica. Setores produtivos

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO												
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia	1							1											1
	El Salvador		1							1		1								0
	Guatemala			1																0
	Honduras				1					1										0
	Nicarágua					1														0
	Paraguai						1						1							0
PRM-ALTO	Argentina	12			2	8	1		(7)		6	2	(2)+1	5	1				46	
	Brasil	6	6	2	1	2	5	2		6	1	8	2	2	1	6	4	1	4	59
	Chile			2	1								2	(1)	1				7	
	Colômbia		1			1	(6)			1							1		10	
	Costa Rica													(1)+1					2	
	Cuba													1					6	7
	Equador		1			1													1	
	México	1	1	3	1	1		(2)	1	(1)		(1)	5	4		2	1		24	
	Panamá																		0	
	Peru												1						1	
	R. Dominicana																		0	
	Uruguai																		0	
	Venezuela																		0	
TOTAL	19	8	7	3	5	15	10	1	1	14	3	19	11	9	4	11	7	1	10	158

Matriz II.4. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

Em unidades

II.4.D. Outras dimensões

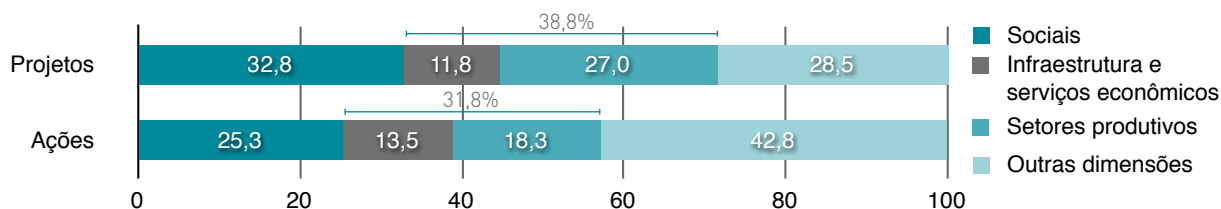
PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																	TOTAL		
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana		Uruguai	Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	■								■										0	
	El Salvador		■							■			1							1	
	Guatemala			■																0	
	Honduras				■					1										1	
	Nicarágua					■														0	
	Paraguai						■						■							0	
PRM-ALTO	Argentina	5	4	1		14	■	■	1	1	1	3	(2)	1			1		34		
	Brasil	3	13			3	10	■	■	6	1		3			1	3	7	50		
	Chile	2			1			■	■					(4)	3				10		
	Colômbia	2	2	2	10		1		■	■	4			4		(1)+1	1		28		
	Costa Rica				■					■									0		
	Cuba										■	■			1				4	5	
	Equador		1				1						■				1		3		
	México		3	2		1		(3)+1		(4)	4	4		3	■	1		(1)	27		
	Panamá						■			■					■				0		
	Peru	1					■			(1)	■		■			■			2		
	R. Dominicana		■														■		0		
	Uruguai		3				■			■	2			(1)			■	■	6		
	Venezuela					■									■				■	0	
TOTAL		13	26	5	11	4	26	4	0	4	15	10	1	10	11	6	3	5	9	4	167

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados segundo os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Assim, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RMB) per capita (entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 a 11.905 dólares). b) Entre parêntesis encontram os que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nesses casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e receptor.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Gráfico II.4. Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por grupos setoriais de atividade. 2011

Em porcentagem

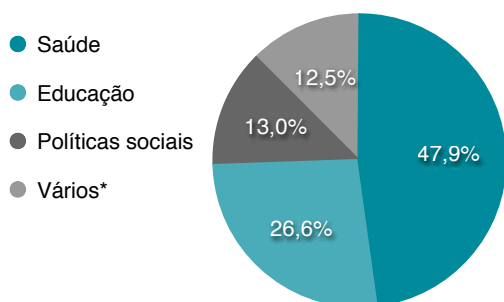


Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

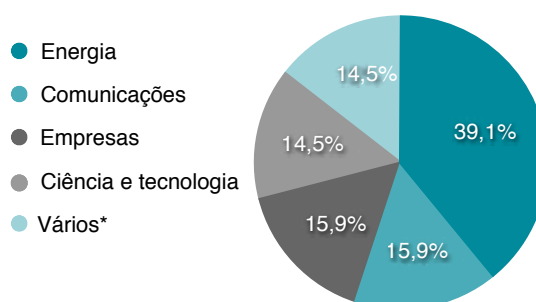
Gráfico II.5. Projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por setores. 2011

Em porcentagem. Países ordenados de maior para menor importância relativa

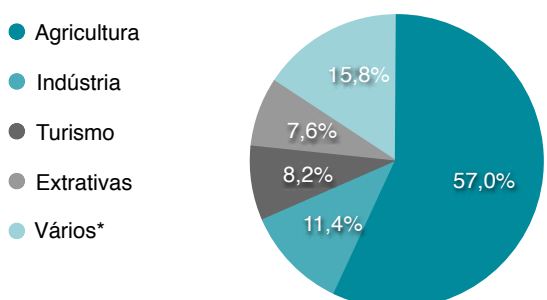
II.5.A. Sociais



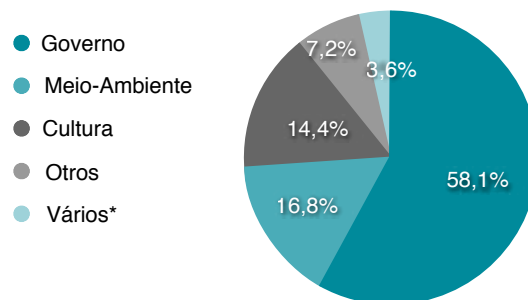
II.5.B. Econômicos (Infraestruturas e serviços)



II.5.C. Econômicos (Setores produtivos)



II.5.D. Outros



Nota: Sob a rubrica Vários* agrupam-se os seguintes setores: A: No Social, Saúde Reprodutiva e Saneamento e Abastecimento de Água; B: No Econômico (Infraestrutura e Serviços), Transporte e armazenamento, Finanças e Emprego; C: No Econômico (Setores Produtivos), Silvicultura, Pesca, Construção e armazenamento, Finanças e Emprego; C: no Econômico (Setores Produtivos), Silvicultura, Pesca, Construção e Comércio; D: Em Outros, Sociedade Civil, Prevenção de Desastres e Gênero.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Por outro lado, a partir de uma perspectiva desagregada e tal como se observa no Gráfico II.5.A, praticamente metade dos quase 200 projetos classificados no social, pertenceram ao setor Saúde. Neste âmbito registraram-se projetos que abordaram aspectos muito diversos, entre os que se destacaram: a gestão e implementação tanto de serviços sanitários básicos como de especializações concretas; o desenvolvimento de sistemas de vigilância epidemiológica; a transferências de capacidades na gestão de técnicas moleculares, bioquímicas e farmacológicas pensadas para serem aplicadas às diferentes fases de diagnóstico e tratamento, entre outras, de doenças virais (SIDE e Hepatite B) e não virais (dengue e doenças hereditárias); a segurança nutricional e a qualidade dos medicamentos, para nomear apenas alguns.

Outros 25% dos projetos sociais explicaram-se através do apoio à Educação. Neste caso registraram-se atividades em alfabetização, formação profissional e atualização de docentes, assim como na aplicação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e novas metodologias de aprendizagem, entre as quais se destacaram as realizadas à distância. O resto da cooperação rubricada sob Social (cerca de 50 projetos), serviu para o fortalecimento das políticas públicas de previsão social e de cuidados a coletivos, que, por diferentes motivos, são consideradas vulneráveis (mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com incapacidade e indígenas); assim como a saúde reprodutiva (basicamente, Bancos de Leite Materno). Tal como se resume no Quadro II.4, houve também cooperação de dedicada ao saneamento e abastecimento de água, dentro da qual se destacaram os projetos que fomentaram a implementação de Sistemas de Gestão Integral deste precioso e escasso bem.

Por o seu lado, no que diz respeito à cooperação efetuada no âmbito económicos (Gráficos II.5.B e C) e como tem vindo a suceder em anos anteriores, o setor agropecuário concentrou o maior número de projetos: 90, equivalentes a 15% da cooperação de 2011 e a 57% da cooperação orientada especificamente para fortalecer o setor produtivo. O leque de atividades foi amplo: melhoria da saúde animal e vegetal, apoio e formação aos pequenos camponeses, promoção da ganadaria e implementação de sistemas de rega, assim como ações sobre técnicas de cultivo para projetos regionais (como o café, o cacau, a cana de açúcar, a soja, o milho e as frutas tropicais, os citrinos, as hortaliças e as batatas). De forma complementar, a cooperação registrada no âmbito da Indústria (11,4% da produtiva) relacionou-se com o apoio a cadeias produtivas para o processamento de derivados agropecuários. A título de ilustração, houve projetos na indústria láctea, de vinhos e têxteis, na confecção de tecidos procedentes do algodão e dos camélidos. Além disso, 15% do resto da cooperação orientada para o setor produtivo orientou-se para o apoio às indústrias Extrativas (destacando-se, como se verá mais adiante, os projetos em geologia e minas), à Silvicultura, à Pesca e ao Turismo. No caso do último setor, registraram-se projetos com temáticas muito variadas, que são apresentadas no Quadro II.5.

No entanto, neste âmbito identificaram-se cerca de 70 projetos dedicados ao fortalecimento das infraestruturas e dos serviços económicos básicos. Cerca de 40% destes, relacionaram-se com a Energia: a sua gestão institucional e empresarial, os biocombustíveis e outras formas energéticas alternativas, a eficiência e a experiência em sistemas de produção e fornecimento elétrico, assim como em modelos de mercado. A comunicação, o desenvolvimento e a difusão da Ciência e Tecnologia aplicada à economia e Empresas (sobretudo PME), explicaram o resto da cooperação económica. As atuações em Banca e Emprego foram pontuais.

Quadro II.4. Cooperação e água: apoiando uma gestão social, econômica e do meio ambiente

A Meta 7.C dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) põe um foco num aspecto essencial para a superação da pobreza e o alcance do desenvolvimento: a garantia de acesso sustentável de água potável e serviços de saneamento básico. A consecução da referida meta é especialmente relevante no caso da América Latina e Caribe. Assim, e segundo o Programa da Nações Unidas para o Meio-ambiente (PNUMA) (2010b; p.13 e 14), “nesta região encontram-se cerca de um terço dos recursos agrícolas doces que o planeta dispõe. Isto significa que, em média, cada um dos habitantes da região poderia utilizar anualmente um maior volume de água per capita do que o resto das pessoas do mundo”. No entanto e apesar dos últimos números disponíveis, na América Latina e Caribe, a acessibilidade à água potável e aos serviços de saneamento básico continua a ser deficitária, ficando excluídos deste acesso, respectivamente, 10% e 33% da população total (PNUMA; 2010a).

No esforço para superar os referidos déficits, torna-se crucial o modo como se aborda a gestão dos recursos hídricos. Neste sentido, a superação de enfoques tradicionais (mais economicistas) e a sua substituição por outros mais integrais que conjuguem a consecução de objetivos sociais e econômicos com os meio-ambientais, remete à década anterior à Declaração dos ODM e à celebração, em 1992, das Conferências de Meio-Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas no Rio de Janeiro e Água e Meio-Ambiente em Dublin (Moriarty, Butterworth e Batchelor, 2006). Foi a partir delas que se forjou a promoção da denominada Gestão Integral de Resíduos Hídricos (GIRH) pela qual se entende, segundo o PNUMA (2010; p.14) “a gestão e desenvolvimento coordenado da água, da terra e dos recursos relacionados, com a finalidade de maximizar o bem-estar social e econômico de forma equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas vitais”.

Projetos de CHSS Bilateral em abastecimento e saneamento de água. 2011

OFERTANTE	RECEPTOR	PROJETO
ARGENTINA	BOLÍVIA	Fortalecimento na gestão de águas residuais.
BRASIL	COSTA RICA	Fortalecimento do processo de operação, manutenção e controlo de plantas de tratamento de água residuais em pequenas comunidades urbanas e sistemas lagunares.
	COLÔMBIA	Formação em monitorização hidrológica, qualidade da água e automatização das redes hidrológicas.
	EQUADOR	Apoio à criação de um sistema de informação nacional de recurso hídricos florestais.
	HONDURAS	Ações Integradas para a Gestão de Recursos Hídricos.
	NICARÁGUA	Formação técnica e implementação de mecanismos para a gestão sustentável do sistema de águas pluviais das bacias do lago Managua e Nicarágua.
	MÉXICO	Apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação sobre a água.
COLÔMBIA	COSTA RICA	Modelo de gestão por processos de serviços de apoio ao cliente em operadores de água potável e saneamento.
MÉXICO	EQUADOR	Projeto de assistência técnica e formação em sistemas integrados de gestão em empresas de água potável e saneamento.
		Aplicação da hidro-informática na gestão dos sistemas de água potável e engarrafada e tratamento da EMAAP

Fonte: SEGIB partir das declarações de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A tabela anterior mostra os projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que, em relação ao fornecimento e saneamento da água, tiveram lugar entre os países ibero-americanos em 2011. Tal como se observa, os referidos projetos enquadraram-se dentro desta linha de apoio à Gestão Integral de Resíduos Hídricos. Neste sentido, trataram-se de projetos que:

- Tiveram um marcado carácter multi-setorial (de fato, alguns classificaram-se no subsector da água, na área do social, enquanto outros o fizeram diretamente sob a rubrica do meio-ambiente).
- Abordaram a gestão de todos os tipos de água (potável e residual; superficial, pluvial e subterrânea); assim como dos recursos relacionados com elas (neste caso, florestas, lagos e rios, entre outros).

Quadro II.4. Cooperação e água: apoiando uma gestão social, econômica e do meio ambiente

(continuação)

- Situaram como tema central a gestão dos referidos recursos em todas as suas fases e isso tanto para o âmbito empresarial como para o da política pública. Em ambos os casos, a possibilidade de utilizar modernos sistemas de informação tornou-se também crucial; uns sistemas o mais completos possíveis, compreensíveis aos tomadores de decisões e apoiados na utilização das mais avançadas tecnologias da comunicação.

- Procuraram a sustentabilidade da gestão e dos seus resultados, tanto a partir de uma ótica meio-ambiental como financeira. Para este efeito estudaram, por exemplo, quadros reguladores e tarifários que conduziram à sua obtenção.

- Consideraram como utilização prioritária o consumo humano, garantindo acessibilidade mas também qualidade.

- Pelas suas características (o fornecimento e saneamento da água tende a depender das municipalidades), os projetos tenderam a envolver atores de natureza descentralizada.

Entre os projetos referidos, importa destacar um em que participaram o México e o Equador, orientado para a aplicação da hidro-informática na gestão dos sistemas de água potável e engarrafada. Baseado na transferência de capacidades entre o Instituto Mexicano de Tecnologias da Água (IMTA) e da Empresa Pública Metropolitana de Águas de Quito, este projeto (cujo custo econômico foi baixo e inferior a um projeto correspondente a um contrato de consultoria), recorreu à aplicação de tecnologias da informação e comunicação (TIC) para otimizar a gestão do ciclo hídrico. A partir de um software livre, Quito implementou um sistema que gere grandes quantidades de informação (de análise de bacias subterrâneas, de impacto do homem, de prevenção de desastres relacionados com os fluxos de água, entre outros), e desenvolveu um novo alinhamento estratégico de cuidados dos recursos hídricos. Também assinou um acordo Quadro Interinstitucional com o IMTA para continuar a executar projetos pontuais que, num futuro próximo, consolidem a sua aprendizagem. Entretanto, o aprendizado conferiu segurança suficiente para se sentir com capacidade para transferir a sua experiência a outros municípios do Equador.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA (2010a e b); Moriarty, Butterworth e Batchelor (2006).

Quadro II.5. A aposta no turismo temático: apoios a partir da Cooperação Sul-Sul

Tal como se observa na Tabela seguinte, no ano de 2011, os países ibero-americanos participaram em 13 projetos e 5 ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral dedicados ao fortalecimento do turismo. A revisão dos seus conteúdos específicos sugere que a referida cooperação apresentou um perfil duplo:

- Por um lado, identificou-se uma cooperação dedicada a questões estratégicas e operativas. Trataram-se, por exemplo, de ações dedicadas a diagnosticar as possibilidades de desenvolvimento desta atividade; à elaboração de Planos de Desenvolvimento Turístico ou de produtos específicos (como os alojamentos); assim como de formação em gestão (empresarial e institucional) e à procura de ofertas competitivas e de qualidade.

- O resto, pelo seu lado, teve uma clara orientação temática: baseou-se no apoio de projetos turísticos em torno de um determinado eixo temático, como a ecologia e o meio-ambiente, a observação de cetáceos, as áreas protegidas, o mundo rural, a pesca desportiva, a aventura e a religião, entre outros.

Cuadro II.5. A aposta no turismo temático: apoios a partir da Cooperação Sul-Sul

(continuação)

Ações e projetos de CHSS Bilateral destinados ao fortalecimento do turismo, por país e papel. 2011

En unidades

OFERTANTES	RECEPTORES									TOTAL
	EL SALVADOR	HONDURAS	GUATEMALA	NICARÁGUA	PARAGUAI	COLÔMBIA	EQUADOR	MÉXICO	PANAMÁ	
BOLÍVIA						1				1
ARGENTINA					2				1*	2+1*
BRASIL	1			1		2				4
COLÔMBIA	1				1					2
COSTA RICA								1		1
EQUADOR					1+1*					1+1*
MÉXICO	1	1*	1*				1			2+2*
PERU					1*					1*
TOTAL	3	1*	1*	1	4+2*	3	1	1	1*	13+5*

O asterisco assinala as ações.

Fonte: SEGIB partir das declarações de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Entre estes últimos projetos, destacam-se dois em que o Equador participou:

1. No primeiro, o Equador transferiu ao Paraguai os seus conhecimentos e assessoria para o aproveitamento turístico de áreas protegidas. Com efeito, e de acordo com a Secretaria Nacional do Turismo (SENATUR) do Paraguai, este país dispõe de 23 áreas protegidas às quais potencialmente se poderia dar uma utilização turística (www.senatur.gov.py). O desejo de que o seu aproveitamento econômico não coloque em risco o seu ecossistema explica o recurso ao Equador, um país considerado líder na promoção do turismo sustentável de qualidade. De fato, entre outros enclaves naturais, o Equador gera a exploração turística do Parque Nacional das ilhas Galápagos (Patrimônio da Humanidade pela UNESCO), a partir da premissa de "priorizar (e compatibilizar sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e participação local". Com esta finalidade, aplica um Sistema de Gestão de Visitantes (referência para o Paraguai) que lhe permite monitorizar, entre outros, o disfrute turístico e a capacidade de carga das zonas susceptíveis de visita (www.galapagospark.org).
2. No segundo dos projetos, foi o México que transferiu as suas capacidades para o Equador noutra modalidade bem diferente do turismo: o religioso. Mais especificamente e de acordo com a Secretaria de Turismo Mexicana (SECTUR), México, um país em que 90% da população declara professar o catolicismo, conta com grande quantidade de elementos arquitetônicos e artísticos, assim como numerosas festas e costumes locais associados à religião. O aproveitamento do turismo religioso nacional (apenas o Santuário de S. Juan de los Lagos no Estado de Jalisco recebe anualmente 20 milhões de turistas nacionais), interpreta-se como um possível motor de desenvolvimento local para os municípios que fazem parte destes destinos (www.sectur.gov.mx). Neste mesmo sentido e com estes mesmos objetivos, o Equador pretende aprender com o México para promover o desenvolvimento urbano de várias paróquias rurais do cantão Catamayo, aproveitando que todas elas fazem parte da zona pela qual nos meses de maio, agosto, novembro e dezembro transitam 700.000 turistas que desejam visitar o Santuário da Paróquia de El Cisne.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Secretaria Nacional de Turismo (SENATUR) do Paraguai (www.senatur.gov.py); Parque Nacional das Galápagos (www.galapagospark.org); e Secretaria de Turismo Mexicana (SECTUR) (www.sectur.gov.mx).

Quadro II.6. O fortalecimento da cultura: um eixo relevante da cooperação de 2011

Durante 2011, os países ibero-americanos deram especial atenção à cooperação no âmbito da cultura. Pelo menos é o que sugere a tabela inferior, a partir da qual se observa como, ao longo do referido ano, todos os países (com a única exceção da Nicarágua) participaram na promoção de mais de quarenta ações e projetos culturais de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. A Cooperação destinada ao fortalecimento da cultura foi não só numerosa, mas também muito rica em conteúdos, pois abordou dimensões muito diferentes do setor:

- Houve uma parte desta cooperação dedicada aos aspectos mais relacionados com a gestão pública da cultura, o desenho de políticas, planos e estratégias setoriais, e inclusivamente das ferramentas que podem facilitar a tomada de decisões (como o desenho de contas satélites que permitam valorizar a cultura).
- Outra parte orientou-se para a formação e assistência técnicas para o apoio do ordenamento e organização de arquivo (gerais ou temáticos, como os eclesiásticos), bibliotecas, fundos documentais e museus.
- As artes cênicas (caso da dança, teatro e circo) foram também objeto desta cooperação. A estes projetos deveriam juntar-se, numa linha semelhante, os dedicados a cinema e aos audiovisuais.
- O restauro e a conservação do património histórico e cultural, assim como das suas joias arquitetônicas juntamente com a reabilitação e gestão de centros históricos, foi outra parte significativa desta cooperação.
- Por fim ficaram os projetos relacionados com a literatura, assim como os dedicados a culturas específicas e relevantes em muitas regiões, como podem ser a indígena e a comunitária.

Projetos de CHSS Bilateral destinados ao fortalecimento da cultura, por país e papel. 2011

Em unidades

OFERTANTES	RECEPTORES															TOTAL	
	BOLÍVIA	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	CHILE	COLÔMBIA	COSTA RICA	CUBA	EQUADOR	MÉXICO	R. DOMINICANA	PANAMÁ	PERU	URUGUAI		VENEZUELA
ARGENTINA	1				3			1	3*	1							6+3*
BRASIL	1	1			2												5
CHILE											(2)				1*		2+1*
COLÔMBIA	1		1*	2+2*				3+7*				1					7+10*
CUBA													1			1	2
MÉXICO	1*					(2)							1*	1*			2+3*
URUGUAI							1										1
TOTAL	3+1*	1	1*	2+2*	5	2	1	4+7*	3*	1	2	1	1+1*	1*	1+1*	1	25+17*

O asterisco assinala as ações; entre parêntesis, registram-se os projetos bidirecionais

Fonte: SEGIB a partir das declarações de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Entre todos estes projetos, importa salientar dois:

1. Implementação do Sistema Nacional de Arquivos da República de Panamá.

Segundo a UNESCO, uma parte importante do Patrimônio Cultural de um país é constituído pelo seu Patrimônio Documental, formado pelos “testemunhos escritos do passado histórico que merecem e requerem adequada conservação e classificação em arquivos ou estabelecimentos acessíveis” tanto aos órgãos de governo como ao público em geral (<http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf>). O correto processamento dos referidos documentos (identificação, organização, restauro e, atualmente, digitalização), assim como a sua adequada conservação e difusão, tornam-se pois elementos indispensáveis para a memória histórica de qualquer país.

Quadro II.6. O fortalecimento da cultura: um eixo relevante da cooperação de 2011

[continuação]

Nestes últimos anos, o Panamá marcou como objetivo resgatar os seus arquivos (o Nacional, que data de 1912; assim como o resto dos arquivos históricos), melhorando a sua capacidade de organização, restauro e digitalização. Para isso contou com a assistência técnica de Cuba, um país reconhecido na matéria, porque o seu Arquivo Nacional (de 1840) e o seu Sistema Nacional de Arquivos (órgão reitor na matéria) contam com um corpo normativo e capacidades que o situam entre os mais avançados do mundo (<http://www.arnac.cu/index.php/archivo-nacional>).

2. Projeto Museográfico para o Patrimônio Colonial da Guatemala.

No quadro do seu Plano de Desenvolvimento Cultural, a Guatemala incluiu a promoção dos quatro museus nacionais que preservam e exibem seu patrimônio colonial, testemunho de três séculos da história do país. Entendidos como "espaços para a reflexão, construção e divulgação de conhecimento sobre a cultura da época da colônia" (<http://www.museosdeguatemala.org/museos/museoporsutipolog237a.html>), a renovação da sua atividade tomou como referência o Museu de Arte Colonial da Colômbia, cuja coleção de arte colonial é uma das mais importantes da América Latina (<http://www.lacandelaria.info/>). Com este objetivo, a Colômbia articulou um projeto de formação através do qual deu à Guatemala as ferramentas básicas e os alinhamentos gerais para desenvolver estratégias museográficas nos museus de patrimônio colonial do país da América Central.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Arquivo Nacional de Cuba (<http://www.arnac.cu/i>); documentos da UNESCO (<http://www.unesco.org/>); Museus da Guatemala (<http://www.museosdeguatemala.org>); e Museu de Arte Colonial da Colômbia (<http://www.lacandelaria.info>).

II.5.2. Perfil regional de capacidades e necessidades

A desagregação da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral de 2011 por países, papéis e setores, permite ilustrar o tipo de capacidades nas quais se sustenta a cooperação dos principais ofertantes, assim como o tipo de necessidades a que os principais receptores tratam de dar resposta com esta cooperação. Em concreto e abordando primeiro a análise a partir do oferecido, a observação dos Gráficos II.6 e II.7 sugere que:

1. O Brasil e a Argentina, os dois países que explicaram 55% dos projetos, concentraram cerca de 70-75% da sua cooperação no âmbito socioeconômico. Entre ambos os perfis surgem, no entanto, muitas matizes:
 - a) Apesar de nos dois casos se terem executado mais projetos econômicos do que sociais, a proporção entre o econômico e o social foi semelhante para o Brasil (40,5% face a 35%, respectivamente) e distante para a Argentina (50,8% versus 20,8%).
 - b) Tanto para o Brasil como para a Argentina, o setor agropecuário foi o mais destacado, explicando, em cada caso, 20% da sua cooperação final. Mas os seus pontos fortes específicos foram diferentes: para o Brasil, o mais relevante foi a transferência de inovação aplicada à gestão de sementes, cultivos, obtenção de tecnologias limpas e o fitossanitário, entre outros; enquanto que na cooperação agropecuária argentina destacou-se mais o componente de gado e os esforços no apoio à autoprodução, à segurança alimentar e à promoção de cultivos entre os pequenos agricultores e as empresas de menor dimensão.

-
- c) Os perfis que complementaram a cooperação econômica também diferiram: no caso do Brasil, destacaram-se os projetos que apoiaram a geração de energias alternativas, baseadas maioritariamente no processamento de produtos agropecuários que permitam a obtenção de diversas gamas de biocombustíveis; e, por outro lado, dentro da cooperação argentina tiveram mais peso as intervenções orientadas para apoiar o desenvolvimento de diferentes cadeias produtivas, relacionadas maioritariamente com a obtenção de derivados agropecuários e têxteis.
- d) Por fim, e apesar do executado à margem do socioeconômico foi mais marginal (cerca de 25% da suas respectivas cooperações), destacou-se pela presença de projetos dedicados, fundamentalmente, à área de governo. Importa destacar aqui, no caso do Brasil, os projetos sobre reinserção de presos e a luta contra a exploração infantil, e, no caso argentino, os antropólogos forenses.

2. O México e a Colômbia, terceiro e quarto ofertantes, mostraram diferentes perfis de capacidades:

- a) A cooperação socioeconômica do México representou 65% do seu total, com uma tendência, tal como sucedeu com a Argentina, para o econômico, numa proporção 45%-20%. Nestes âmbitos salientaram-se os projetos agropecuários e em saúde. Complementarmente, o apoio ao fortalecimento institucional e gestão meio-ambiental promoveram o peso dos outros setores até 35% do total.
- b) Entretanto, a Colômbia, destacou-se justamente pela sua força nas atividades que não se classificam estritamente como socioeconômicas: o relacionado com o apoio a instituições de governo, segurança e conflitos, assim como com a cultura. Também se registraram vários projetos energéticos e em políticas sociais.

3. Cuba e o Chile, por outro lado, mostraram um perfil marcadamente social, pois a cooperação executada neste âmbito representou, em cada caso, 77,4% e 50,0% do total. No caso de Cuba destacaram-se os projetos em Educação e Saúde, tal como são os conhecidos "Eu, sim, Posso", em alfabetização, e a "Operação Milagre" em cirurgia oftálmica para população com recursos escassos. Por contraste, o Chile juntou à transferência de capacidades nas áreas educativas e sanitárias, o apoio aos sistemas de proteção e assistência social, assim como de fortalecimento das instituições públicas.

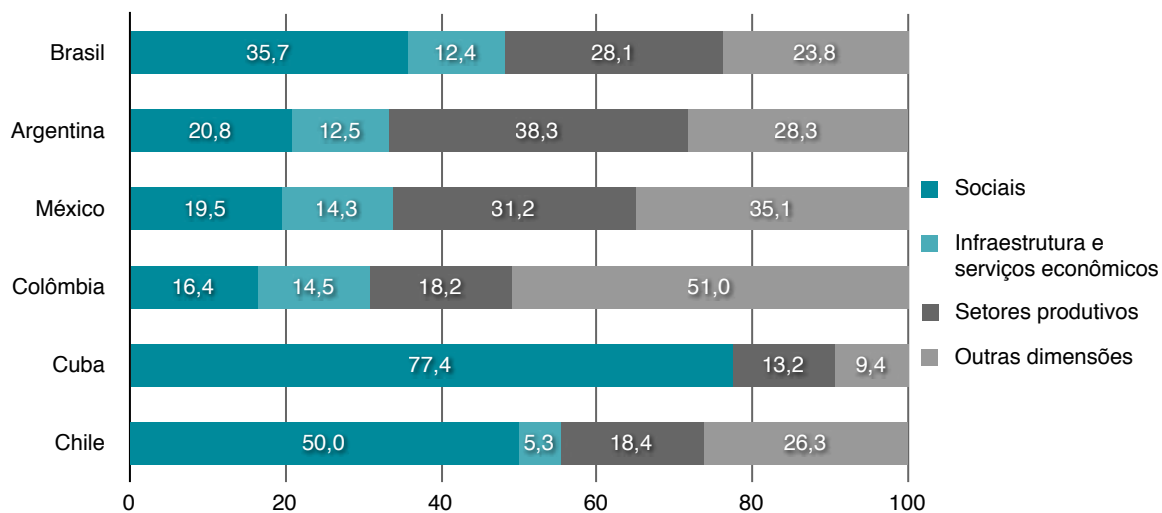
Por outro lado, a partir da análise na perspectiva dos receptores, pode-se obter o perfil das capacidades que os países procuram fortalecer com a cooperação. Assim, a observação conjunta dos Gráficos II.8 e II.9, sugere desta vez que:

1. Entre os principais receptores, identificaram-se dois perfis de recepção diferentes:

- a) Por um lado, o correspondente ao Paraguai, El Salvador e Colômbia, onde o peso do socioeconômico, apesar de ser maioritário (significa, respectivamente, 60%, 53% e 65% da sua cooperação), foi complementado pela importância de outras atividades que não partilham a mesma natureza (Governo e Meio-ambiente);
- b) Por outro lado, agruparam-se a Bolívia, a Costa Rica e o Equador, que mantiveram um peso muito importante no socioeconômico (entre 73% e 80%, segundo o caso), enquanto as outras dimensões registraram um peso mais marginal (20-25%).

Gráfico II.6. Perfil setorial dos projetos de cooperação, segundo ofertante. 2011

Em percentagem



Só os que participam num mínimo de 20 projetos.

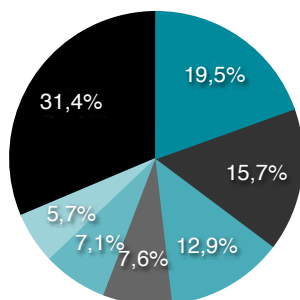
Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Gráfico II.7. Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo setor de atividade. 2011

Em percentagem. Setores ordenados de maior para menor importância relativa

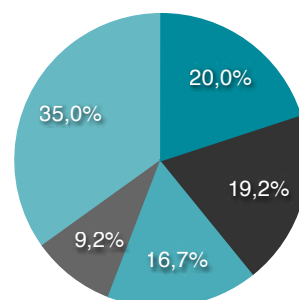
II.7.A. Brasil

- Agricultura
- Saúde
- Governo
- Saúde Reproductiva
- Educação
- Energia
- Outros



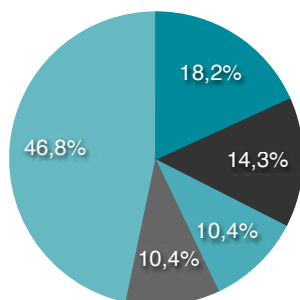
II.7.B. Argentina

- Governo
- Agricultura
- Saúde
- Indústria
- Outros



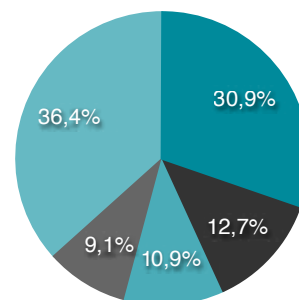
II.7.C. México

- Governo
- Agricultura
- Meio-Ambiente
- Saúde
- Outros



II.7.D. Colômbia

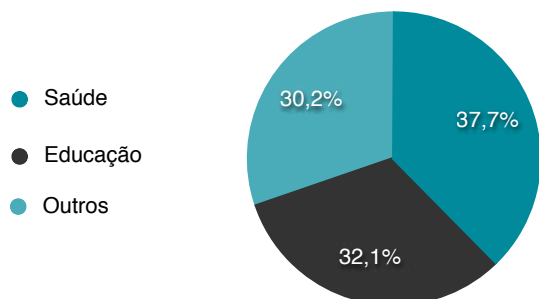
- Governo
- Cultura
- Políticas sociais
- Energia
- Outros



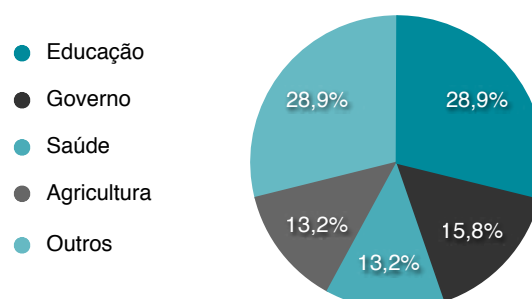
Perfil de capacidades dos principais ofertantes, segundo setor de atividade. 2011

(continuação) Em percentagem. Setores ordenados de maior para menor importância relativa

II.7.E. Cuba



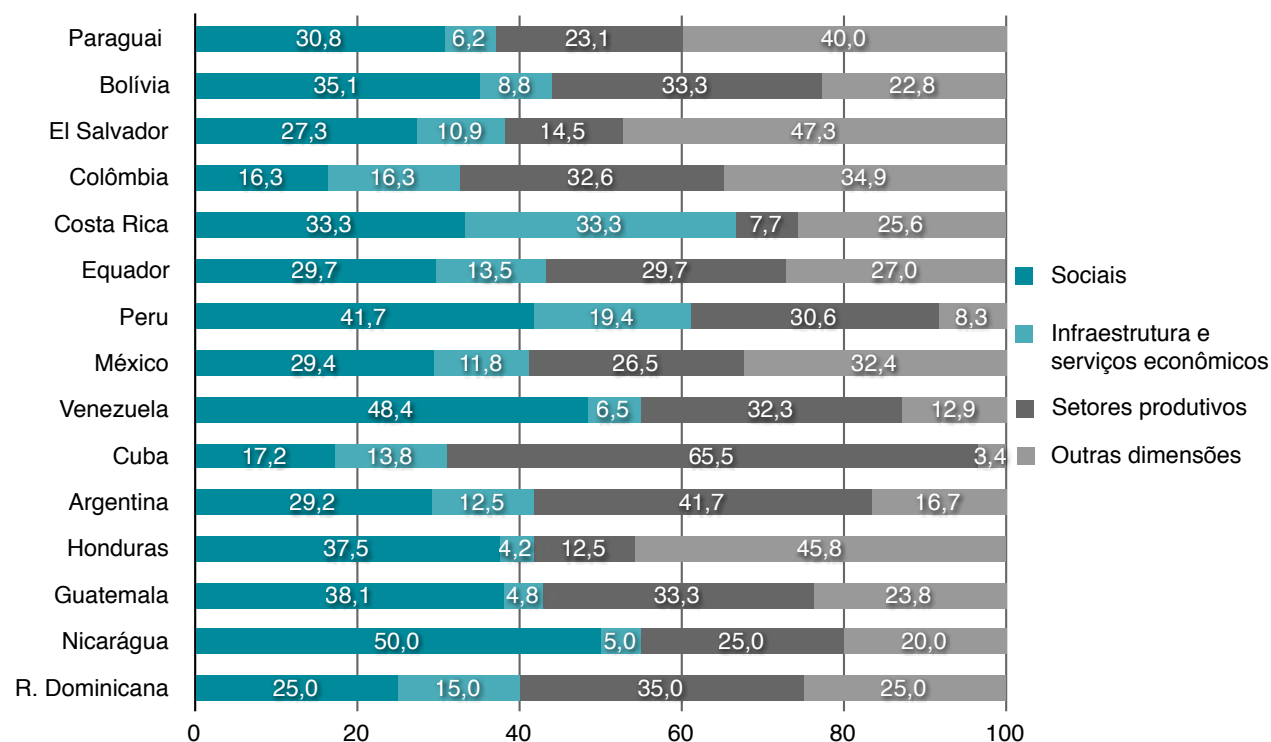
II.7.F. Chile



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação

Gráfico II.8. Perfil setorial dos projetos de cooperação, segundo receptor. 2011

Em percentagem



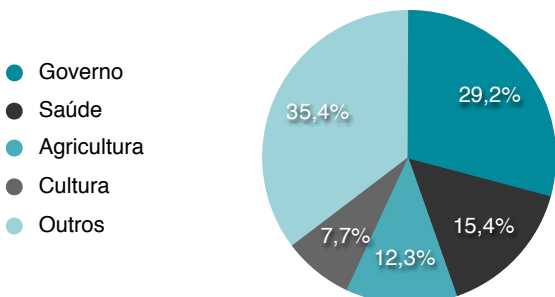
Só os que participaram num mínimo de 20 projetos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

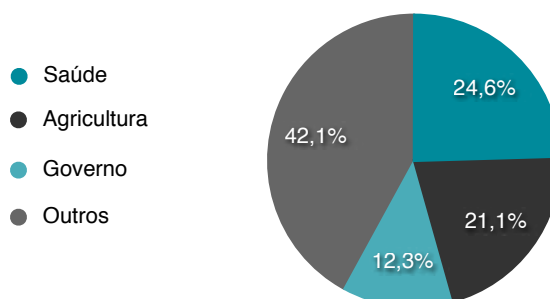
Gráfico II.9. Perfil de necessidades dos principais receptores, segundo setor de atividade. 2011

Em percentagem. Setores ordenados de maior para menor importância relativa

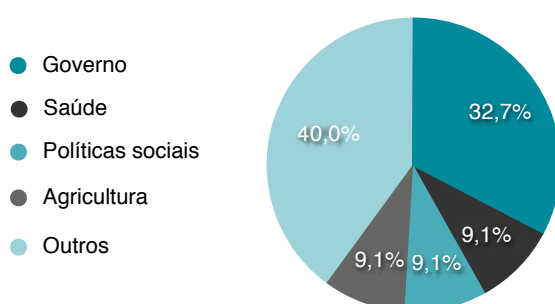
II.9.A. Paraguai



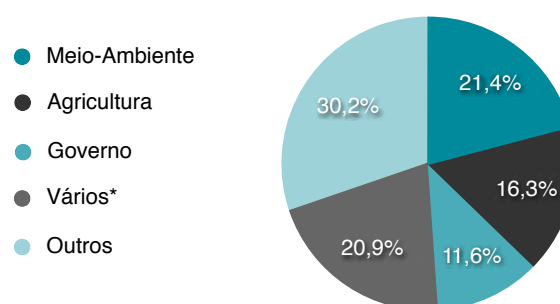
II.9.B. Bolívia



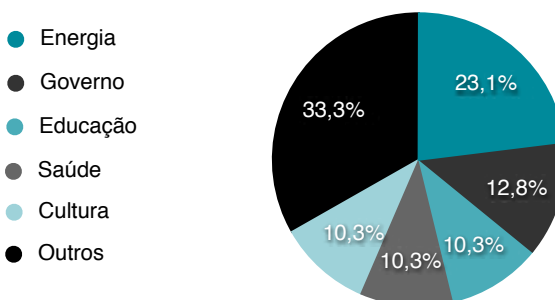
II.9.C. El Salvador



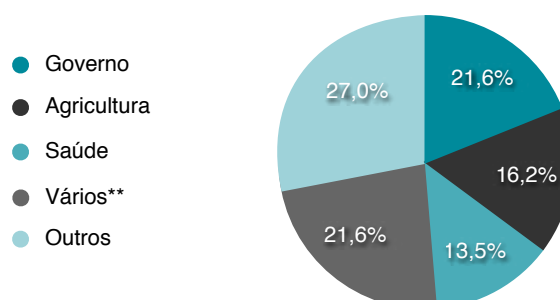
II.9.D. Colômbia



II.9.E. Costa Rica



II.9.F. Equador



Nota: Vários*: Saúde, Educação e Turismo; Vários**: Educação, Água, Energias, Extrativas e Meio-ambiente

Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

2. Mais especificamente, no caso do Paraguai e de El Salvador, os projetos destinados ao fortalecimento das instituições representaram cerca de 30% do total recebido e, em ambos os casos, o seu conteúdo concreto reforçou o que sucedia no âmbito social:

a) Além de projetos orientados para a planificação do desenvolvimento, o Paraguai recebeu numerosos projetos destinados à proteção social de crianças e idosos, tanto a partir de áreas sociais como de apoio institucional. A mesma dinâmica foi reproduzida por El Salvador, mas neste caso aplicando-se a outro coletivo: o dos jovens. Também este país registrou cooperação na área governamental em temas de segurança, direitos humanos e gestão de políticas públicas.

b) Complementarmente, o perfil do Paraguai marcou-se pelo reforço da formação profissional, pelo fortalecimento da saúde pública e do agropecuário, apoiando, fundamentalmente, o pequeno agricultor e a sua inserção produtiva. Chamou a atenção também a presença de projetos que abordavam transversalmente questões relacionadas com as fronteiras e as migrações.

c) Pelo seu lado, El Salvador apoiou-se na cooperação para se fortalecer em educação, saúde e desporto (muito relacionado com os jovens, segundo o comentado). No aspecto econômico fortaleceu a diversificação da agricultura familiar e os setores de energia e comunicações. Entre os projetos recebidos por este país destacou-se uma das poucas atividades que houve na região no âmbito as finanças e que teve origem nas capacidades desenvolvidas pelo Equador com base numa condição compartilhada por ambos: a dolarização (ver Quadro II.7).

Quadro II.7. Equador-El Salvador: intercâmbio de experiências entre economias dolarizadas

O Equador e El Salvador são dois países que, entre outras questões, têm em comum a sua condição de terem as suas economias dolarizadas. Este processo econômico, o da dolarização, que tal e como se verá seguidamente, provoca, entre outras coisas, que os respectivos Bancos Centrais não possam exercer funções perante problemas de escassez e de liquidez monetária. Neste sentido, a procura de uma resposta para esta situação explica o intercâmbio de cooperação que o Equador e El Salvador tiveram em 2011: uma assistência técnica para o desenho, constituição e funcionamento de um Fundo de Liquidez para o Sistema Financeiro.

Assim, o termo dolarização designa o “processo de substituição da moeda nacional por outra moeda de maior estabilidade ou convertibilidade em todas as suas funções monetárias (depósito de valor, unidade de medida e meio de pagamento)” (Nogueira, 1993; p.102) (González, 1998; p.13). Apesar de poder aplicar-se a qualquer divisa estrangeira, o mais comum é que a moeda adotada seja o dólar americano, daí a denominação do processo. Na sua origem costuma haver uma grave crise econômica e um processo hiperinflacionado que deprecia a moeda nacional. A perda de confiança na divisa própria é o que leva à progressiva substituição como depósito de valor, até alcançar a substituição plena em todas as suas funções. Quando isto acontece no âmbito da população, a dolarização é informal; quando o governo em vigor a legaliza, torna-se oficial.

Uma dolarização tem muitas consequências, mas uma das mais importantes para os efeitos do que aqui se pretende explicar, é a perda de soberania sobre a política monetária nacional: com efeito, a economia que se dolariza passa a depender da emissão da moeda do país que tem dólares (em geral, dos Estados Unidos). Consequentemente, reduz as funções do Banco Central e perde capacidade de resposta perante qualquer crise. Por isso é tão importante procurar mecanismos que facilitem respostas soberanas a possíveis dificuldades.

A crise que o Equador sofreu no final dos anos noventa, conjuntamente com uma hiperinflação, foi acompanhada de uma dolarização informal da economia que, por decreto governamental, se transformou em oficial no ano 2000, quando o dólar substituiu definitivamente o sucre em todas as suas funções. Mas foi necessário esperar até 2008 para que o Equador, já sob o mandato de Rafael Correa, aprovasse uma Lei de Criação da Rede de Segurança Financeira que incluiu a constituição de um Fundo de Liquidez para o Sistema Financeiro. Trata-se de um Fundo dotado de recursos do próprio setor e que tem, entre as suas virtudes, a capacidade de realizar simulacros de alerta de problemas de liquidez no sistema financeiro, que facilitam o desenho de resposta perante problemas reais.

Por outro lado, também foi uma crise econômica e uma elevada inflação o que conduziu à dolarização oficial de El Salvador no ano de 2001. Neste caso, não houve previamente uma situação de informalidade, mas 6 anos de coexistência do cólon e do dólar, por decisão expressa das autoridades governamentais. E apesar de desde o início se ter desenhado um Instituto de Garantia de Depósitos, as suas funções eram deficitárias perante uma possível nova crise econômica. Neste sentido, a cooperação com o Equador permitiu a El Salvador desenhar um projeto de Lei para a implementação de um Fundo de Liquidez que o dote de maior capacidade de resposta.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Nogueira (1993) e González (1998).

-
3. Entretanto, na Colômbia, a dimensão socioeconômica que se destacou foi a meio-ambiental, muito orientada para a adoção de técnicas para uma melhor gestão dos resíduos, assim como para a gestão de áreas naturais protegidas. Entre o resto dos projetos recebidos destacam-se os dedicados à geração de condições de funcionamento melhores para as empresas, os agropecuários (muito relacionados com o processamento de produtos e com a recepção da cooperação da indústria) e os de fortalecimento institucional, sobretudo em temas de justiça e segurança.
4. No caso dos receptores que se apoiaram na Cooperação Sul-Sul para fortalecer, preferencialmente, as suas capacidades socioeconômicas, identificou-se:
- a) Para a Bolívia, um peso relativo importante de projetos em saúde (24,6% do total recebido) e na área agropecuária (21,1%). Em concreto e respectivamente, registraram-se atividades em nutrição, vigilância epidemiológica e tratamento específico de algumas doenças, assim como outros dedicados à melhoria da produtividade da agricultura e ganadaria e à ganadaria de pequena dimensão.
 - b) No caso da Costa Rica, destacou-se a cooperação que fortaleceu um setor em que o país já é uma referência, a geração e fornecimento de energias alternativas (23,1% do total recebido), o que é um exercício de tentar harmonizar produção, consumo e meio-ambiente.
 - c) No Equador, entretanto, o fortalecimento de diferentes aspectos institucionais da saúde pública completou-se com o apoio a vários aspectos do setor agropecuário, destacando entre estes os de desenvolvimento de um sistema fitossanitário
5. Menção à parte merecem o resto dos receptores indicados no Gráfico II.8. Assim, importa destacar aqui que, apesar de na maioria dos casos se ter reproduzido um esquema que favoreceu a recepção de projetos dedicados às questões sociais e econômicas:
- a) O peso relativo que tiveram o resto das atividades apresentou valores extremos: desde um mínimo de 3,4% e 8,3% que representou sobre a cooperação total recebida por Cuba e pelo Peru, até um máximo de 46% relativamente às Honduras.
 - b) Estas situações extremas foram marcadas pelo peso específico de alguns setores: todos relacionados com o fortalecimento institucional, no caso das Honduras; pela preferência por projetos que reforçam o sistema produtivo, nos casos de Cuba e Peru. Relativamente a estes aspetos elaboraram-se os quadros II.8 e II.9 em que se apresentam experiências que em 2011 fortaleceram indústrias consideradas estratégicas para ambas as economias como são, respetivamente, as minas, a produção de derivados lácteos e o processamento de madeira.

Importa, por fim, explicar que, tal e como já se referiu, esta análise realizou-se estimando participações relativas de setores e países, segundo o papel. Mas as mesmas conclusões obtidas através desta análise podem conseguir-se aplicando outras formas de medição alternativas. Com efeito, recorrendo de novo a indicadores utilizados para o comércio internacional, índices como o de Bela Balassa, pensados para conhecer perfis de especialização e de complementaridade no intercâmbio de mercadorias, podem-se reorientar para uma aplicação que estime perfis de capacidades e necessidades da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. As possibilidades oferecidas mostram-se no quadro II.10, elaborado para esse efeito.

Quadro II.8. A cooperação em minas cubana: múltiplos esforços, uma direção

Ao longo do ano de 2011, os países ibero-americanos executaram projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral num âmbito concreto: o da geologia e minas. Segundo a Academia Real da Língua Espanhola (RAE), a geologia refere-se à “ciência que trata da forma exterior e interior do globo terrestre, da natureza das matérias que o compõem e da sua formação, das mudanças ou alterações que experimentaram desde a sua origem e da colocação que têm no seu atual estado”. A aplicação dos conhecimentos resultantes são cruciais no desenvolvimento de duas atividades econômicas: a exploração de hidrocarbonetos e de minerais.

Projetos de CHSS Bilateral no âmbito da geologia e minas. 2011

OFERENTE	RECEPTOR	PROYECTO
ARGENTINA	CUBA	Tratamento de imagens de satélite aster com fins geológico e de minas.
	EQUADOR	Acordo Específico de Cooperação Técnica entre o Serviço Geológico Mineiro Argentino (SEGEMAR) e o Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INIGEMM).
	PANAMÁ	Formação sobre técnicas de amostragem para análise, preparação de mostras de origem geológica e metodologia de análise geoquímica de metais e metais preciosos.
BRASIL	ARGENTINA	Mapeamento geológico e de recursos minerais em áreas fronteiriças.
	CUBA	Modelo conceptual da estrutura do banco de dados geológicos da República de Cuba.
		Apoio à Declaração do Patrimônio Geológico e Mineral da República de Cuba.
		Organização e conservação de mostras e materiais documentais relacionados com as investigações geológicas: implementação de uma litoteca.
CUBA	MÉXICO	Intercâmbio de experiências na avaliação geológica e a utilização de zeolitas
MÉXICO	CUBA	Intercâmbio de experiências sobre a conservação e manutenção de litotecas, ligadas em primeira instância ao léxico estratigráfico e petroteca.
		Intercâmbio de experiências para a confecção e gestão do cadastro minero.
		Gestão de dados petrolíferos.
		Aquisição de experiências nas normas e procedimentos da atividade.
PERU	EQUADOR	Convênio de Cooperação Interinstitucional entre INEGEMM, Agência de Regulação e Controlo Mineiro do Equador (ARCOM) e Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET) do Peru.

Fonte: SEGIB partir das declarações de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tal como se observa na tabela anterior, entre todos os projetos registrados em 2011 (participados por vários países – Argentina, Brasil, Cuba, Equador, México, Panamá e Peru e centrados em aspectos diversos do setor extrativo), destaca-se uma determinada tipologia: a dos projetos destinados a Cuba e orientados, quase na sua totalidade, à geologia e à aplicação de metodologias de conhecimento ao serviço de um melhor exploração.

Neste sentido, os minerais são muito importantes na atividade econômica cubana. Assim, de acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas (ONE) de Cuba, neste país encontra-se uma das três reservas mundiais mais importantes de níquel, um produto, que em 2010, gerou rendimentos de divisas próximos dos 1.200 milhões de dólares, um número que explicava mais de 25% das exportações nacionais de produtos (www.one.cu).

A aposta firme de Cuba neste setor pode datar-se do ano de 1995, quando se promulgou a Lei de Solos e Minas, a qual tentava garantir “a proteção, desenvolvimento e aproveitamento racional dos recursos minerais em função dos interesses da nação” (www.onrm.minbas.cu). Também com a finalidade de avançar no cumprimento deste mandato, sob a alçada da mesma Lei, criou-se o Escritório Nacional de Recursos Minerais (ONRM).

Quadro II.8. cooperação em minas cubana: múltiplos esforços, uma direção

(continuação)

Entre as funções do ONRM, encontra-se a de gerar “informações sobre o estado das reservas e recursos minerais”, uma tarefa ao serviço das “atividades de direção, decisão e execução do projeto de extração” dos referidos recursos e que deve assegurar “a mais proveitosa utilização das sus riquezas” (www.onrm.minbas.cu/).

Neste contexto, os projetos promovidos pela Argentina, Brasil e México em Cuba entendem-se de forma complementar pois, de um modo ou de outro, fortalecem esse processo de geração de informação. Com efeito, o Brasil e o México contribuíram para o conhecimento das metodologias e dos quadros normativos necessários para o desenvolvimento de diferentes fontes de informação: bases de dados geológicos, cadastro minerais e litotecas onde se administram e preservam coleções de mostras de rocha. Pelo seu lado, a cooperação argentina consistiu na transferência de técnicas de tratamento técnicas e processamento dos dados obtidos através de sensores satélites (como o Aster), os quais permitem identificar em que áreas se concentram os recursos minerais susceptíveis de e exploração econômica

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Nogueira (1993) e González (1998)

Quadro II.9. Peru: apoiando o fortalecimento da sua indústria na Cooperação Sul-Sul

Praticamente um terço dos projetos de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que o Peru recebeu ao longo do ano de 2011, centraram-se no fortalecimento da sua economia produtiva e industrial. Em concreto, registraram-se projetos muito diversos que abarcaram a procura de melhorias fitossanitárias, o conhecimento de novas técnicas para o cultivo aquícola, o apoio ao têxtil a partir da confecção com fibras de camélidos, e intervenções no âmbito da silvicultura e do processamento de vinhos, entre outros. Pela sua especial relevância no setor produtivo peruano, assim como pelos seus reconhecidos resultados, destacaram-se no entanto dois projetos:

1. Projeto de fomento da qualidade na produção de derivados lácteos em Arequipa e Cajamarca.

A Argentina e o Peru são dois dos principais produtores de produtos lácteos da América do Sul. As suas produções são facilitadas pela abundância de gado, mas compartilham dificuldades no momento de diversificar a estrutura empresarial do setor, tanto os grandes produtores como as Pequenas e Médias Empresas (PME). Este tipo de empresa tem muitas dificuldade em colocar os seus produtos no mercado nacional e internacional, o atraso de déficits no âmbito tecnológico impedem uma maior produtividade e qualidade.

Neste sentido, há alguns anos, o Peru estabeleceu entre as suas estratégias agroindustriais o fomento à produção de leite e derivados lácteos de qualidade através das PME. De fato, em dez anos conseguiu aumentar a produção de leite fresco em 86%, assim como praticamente duplicar o seu nível de produtividade.

Para aprofundar este esforço, o Peru decidiu apoiar-se na experiência da Argentina e acordou com o seu Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), uma série de assistências técnicas e formativas para uma primeira experiência piloto que envolvesse as PME de Arequipa e Cajamarca. Este projeto centrou-se no aproveitamento das investigações que o INTI tem vindo a promover há vários anos em torno das condições que poderiam favorecer melhorias de qualidade e produtividades: promovendo a adaptação e normalização de tecnologias de fabrico, o desenho de novas fábricas de produção e a análise biológica de matérias primas, entre outros.

Quadro II.9. Peru: apoiando o fortalecimento da sua indústria na Cooperação Sul-Sul

(continuação)

2. Programa integral de formação e assistência técnica para PMES de Lima e Pucallpa especializadas na elaboração de produtos de madeira

Segundo a FAO, a região da América Latina e Caribe possui 22% total das florestas do planeta. A Colômbia e o Peru são também dois dos cinco países da região com maior área florestal. O potencial que poderia ter em termos econômicos, no entanto, é refutado pelos dados: assim, o setor madeireiro de ambos os países apenas representa entre 1%-2% tanto das suas exportações como do Produto Interno Bruto.

No caso do Peru, e tal como sucedida com o setor dos derivados lácteos, a produção de madeira apresenta baixos níveis de produtividade e qualidade que dificultam uma melhor inserção nos mercados. Pelo contrário, desta vez trata-se de um setor cujos atores econômicos mais importantes são as PME (98,3% da indústria nacional). Por isso também, o seu Plano Estratégico Institucional sobre Competitividade e Serviços ao Exportador (2008-2012), pensado para dotar de maior competitividade o seu setor empresarial, fomenta as ações de colaboração e assistência técnica com outros países. Uma delas é justamente o projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral participado conjuntamente com a Colômbia no ano de 2011. Neste sentido, o projeto consistiu na transferência de capacidades do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) da Colômbia, que desenvolveu novas tecnologias e avanços para a elaboração de produtos de madeira, para um total de 35 PME peruanas (25 na cidade do Pucallpa e 10 no consórcio de Villa El Salvador de Lima).

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (www.fao.org).

Quadro II.10. Uma outra forma de identificar o perfil setorial de um país: revendo o Balassa

Tomando de novo como referência o âmbito do comércio internacional, uma forma de conhecer os perfis de especialização de um país é aplicando o denominado Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) ou Índice de Bela Balassa. Nas suas diferentes versões, este Índice determina quão competitivo (ou quão forte ou débil) é um país na exportação de determinado tipo de produto. A fórmula de utilização mais corrente é a seguinte:

$$IVCR = (X_a^i / X_w^i) / (X_a^t / X_w^t)$$

... em que X_a^i / X_w^i se refere ao peso que as exportações do país a no produto i tem sobre o total das exportações mundiais desse mesmo produto; e X_a^t / X_w^t , ao peso que as exportações totais do referido país a tem sobre o total das exportações mundiais. Dito de outra forma, o índice dá ideia de quão importante é um produto na exportação de um país, tendo em conta a sua própria importância como país exportador. Existem no entanto duas maneiras distintas de ler o resultado obtido:

- Realizando uma leitura a nível de país e contrastando para cada país o que acontece com os seus diferentes produtos. Para considerar que os referidos produtos são parte importante do seu padrão exportador, o valor do ICVR deve ser superior a 1 (apesar dos especialistas considerarem que basta inclusivamente 0,9).
- Aplicando uma análise de produto e comparando agora, para mercado de exportação desse produto, quais os resultados que apresentam os diferentes países. Neste caso e fazendo honra à sua denominação, a comparação de resultados revela se existem muitos ou poucos países fortes na exportação dessa mercadoria, assim como quão competitivo é um país relativamente aos outros. Valores acima de 0,9, maior competitividade.

Quadro II.10. Uma outra forma de identificar o perfil setorial de um país: revendo o Balassa

(continuação)

A opção de aplicar esta lógica à Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral passa por realizar algumas opções de aplicar algumas alterações de variáveis e objetivos: por um lado, as exportações podem ser substituídas pela oferta de projetos, os produtos pelos setores de atividade e o total mundial pelo conjunto do espaço ibero-americano; por outro, trata-se agora de tentar conhecer qual a importância que tem uma dimensão de atividade no conjunto dos projetos executados por um país e, por sua vez, se existem muitos ou poucos países compartilhando esse ponto forte.

Aplicação do Índice de VCR à CHSS Bilateral dos principais ofertantes e receptores 2011

DIMENSÕES SETORIAIS	PRINCIPAIS OFERTANTES						PRINCIPAIS RECEPTORES					
	BRASIL	ARGENTINA	MÉXICO	COLÔMBIA	CUBA	CHILE	BOLÍVIA	EL SALVADOR	PARAGUAI	COLÔMBIA	COSTA RICA	EQUADOR
SOCIAL	1,09	0,63	0,59	0,49	2,36	1,52	1,07	0,83	0,93	0,49	1,01	0,90
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS EC.	1,05	1,06	1,21	1,23	0,00	0,44	0,74	0,92	0,52	1,38	2,83	1,14
SECTORES PRODUTIVOS	1,04	1,42	1,15	0,67	0,48	0,68	1,23	0,53	0,85	1,20	0,28	1,10
OUTROS	0,83	0,99	1,23	1,78	0,33	0,92	0,80	1,65	1,40	1,22	0,89	0,94

Países por ordem de importância relativa. **Fonte:** SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Assim, uma primeira interpretação da tabela anterior, na qual se mostram, entre outros resultados, os IVCR para os principais ofertantes, permite afirmar que:

- Por países, o Brasil mostrou-se forte na execução dos projetos sociais e econômicos, e isso tanto na criação de infraestruturas e serviços como no apoio aos setores produtivos. A Argentina e o México, pelo seu lado, não mostraram tanta força na cooperação de caráter social, apesar de o terem mostrado na área econômica e naquela com um caráter mais multi-setorial. Entretanto, Cuba destacou-se no social; o Chile combinou esse perfil com outro marcado por outras dimensões; o mesmo que a Colômbia, que se mostrou forte tanto nesta última dimensão como na cooperação mais orientada para o fortalecimento de condições econômicas.
- Por dimensões de atividade, as situações não variam muito. À luz dos dados dispostos, tanto no âmbito das infraestruturas econômicas como no multi-setorial, identificam-se pelo menos quatro países notavelmente potentes (Argentina, México e Colômbia estão na mesma situação; o Brasil é substituído pelo Chile no segundo dos casos). Também, na área dos setores produtivos identificaram-se três países de referência (Brasil, Argentina e México), os mesmos que na área social (de novo o Brasil, mais Cuba e Chile).

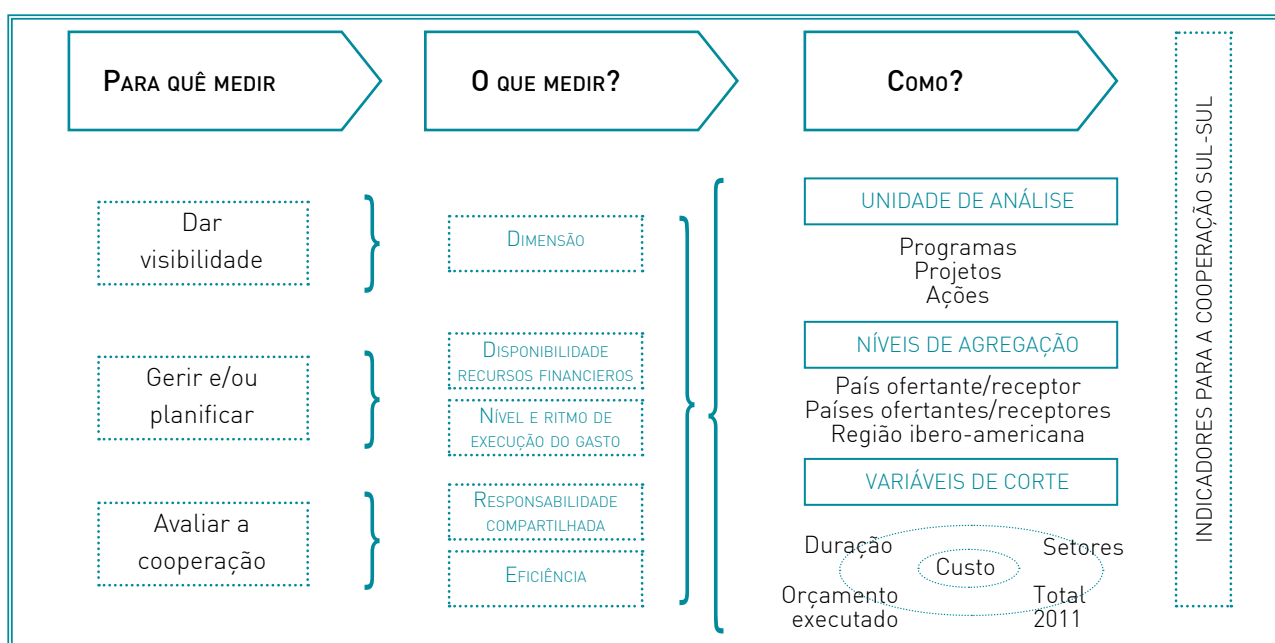
Por fim, e uma vez que o Índice de Balassa se pode calcular também para as importações, abre-se também a possibilidade de identificar o perfil de necessidades dos principais receptores. Assim, a tabela anterior apresenta os resultados obtidos através da aplicação da fórmula anterior aos seis principais receptores de 2011. Entre a informação incluída, importa destacar a importância do social e do produtivo na cooperação recebida pela Bolívia; do multi-setorial nos casos de El Salvador e Paraguai; da aposta em gerar condições econômicas e apoiar o social, na Costa Rica; assim com na recepção de uma cooperação muito diversificada, distribuída entre as suas diferentes dimensões setoriais, nos casos da Colômbia e do Equador.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Durán e Álvarez (2008); Heredia e Huarachi (2009).

II.6. Aplicando a informação sobre custos ao estudo da Cooperação Sul-Sul

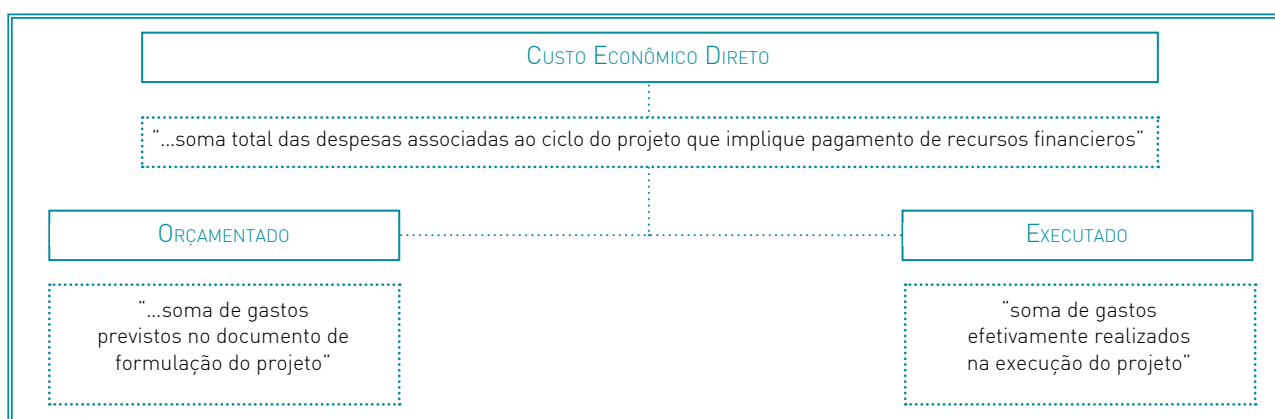
Aprofundar o estudo sobre a Cooperação Sul-Sul requer, tal como já se referiu na introdução deste capítulo, continuar a avançar tanto no registro da informação como no seu tratamento posterior, preferencialmente, a partir da obtenção de novos indicadores. Neste sentido, as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos que nutrem de informação este estudo, o apoio da própria SEGIB e do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), há vários anos que fazem um esforço duplo: por um lado, promover a melhoria dos seus sistemas de registro e reporte de dados relativos aos custos dos projetos e ações da sua Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral; por outro, refletir, de forma coletiva, sobre como potenciar, a partir destes dados, as possibilidades para conhecer melhor a referida cooperação.

Esquema II.5. Dinâmica de reflexão para construir Indicadores de CSS baseados em custos



Fonte: SEGIB a partir de Cabrera (2012) e De la Lastra (2011)

Esquema II.6. Definições de custos usadas para o Relatório da CSS na Ibero-América 2012



Fonte: SEGIB a partir de SEGIB e PIFCSS (2012)

Nesta linha de trabalho intergovernamental enquadraram-se os avanços alcançados no Seminário – Workshop de Montevideu, celebrado em março de 2012, e no qual se assentaram as bases para começar a gerar indicadores que partam de informações relacionadas com os custos. A esse respeito, a dinâmica realizada em torno desta reflexão foi reproduzida no Esquema II.5. Da sua observação conclui-se que, aplicando-se a mesma metodologia que para o resto dos indicadores, os países promoveram uma reflexão sobre Para quê? Que medir? a partir dos custos, tendo para isso em conta o quadro específico da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral assim como as suas características particulares na Ibero-América. Em concreto, entendeu-se que:

1. O objetivo deveria continuar a conhecer mais aspectos da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral que permitam dar-lhe visibilidade, melhorar a sua gestão e a sua planificação estratégica, assim como avançar na sua possível avaliação.
2. Partindo dos dados sobre custos como variável central da análise, a consecução destes objetivos poder-se-ia concretizar, por sua vez e a título de ilustração, na medição específica de aspectos como a dimensão (visibilidade), a disponibilidade de recursos financeiros e o nível e ritmo de execução do gasto (gestão e planificação) ou a responsabilidade compartilhada e a eficiência (por serem critérios associados à prática da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América e permitirem a avaliação parcial da equidade na assunção de compromissos e da relação entre o previsto e o efetivamente realizado).
3. O passo posterior consistiu em acordar o como, uma questão dependente da definição do tipo de custos. Em relação a isso e atendendo à viabilidade da sua geração, decidiu-se limitar o registro aos denominados custos econômicos diretos, entendendo por estes os que reuniram três condições simultâneas: soma de gastos, afetar-se a todo o ciclo do projeto e implicar pagamento de recursos financeiros (Esquema II.6). O referido custo diferenciou-se, por sua vez, entre orçamentado (previsto no documento de formulação do projeto) e executado (derivado do efetivamente realizado).
4. Por fim, o tratamento dos custos associados a programas, projetos e ações de Cooperação a partir de diferentes níveis de agregação (como são um país em concreto, o conjunto dos ofertantes e receptores ou a região ibero-americana), assim como a sua possível transversalização com variáveis de tempo e setores, deu lugar à possibilidade de obter diferentes e variados indicadores para a Cooperação Sul-Sul. A título de exemplo:
 - a) O total do custo executado em 2011 pelo conjunto dos países ibero-americanos, dá a ideia da dimensão que, em termos econômicos, pode ter a cooperação.
 - b) O total do custo orçamentado por país e ano acrescenta a ideia de dimensão-país, informação sobre a disponibilidade de recursos financeiros de um cooperante para participar nos seus projetos durante o exercício escolhido.
 - c) A razão entre o custo executado pelos ofertantes e os receptores para o conjunto de projetos aproxima o modo como os países compartilharam a responsabilidade financeira. Valores superiores à unidade indicariam que o compromisso recaiu, maioritariamente, nos ofertantes; e vice-versa, para os inferiores a um.
 - d) A razão entre os custos executados e orçamentados por um ofertante / receptor determinado, dá ideia de quão eficiente foi a sua cooperação. Em concreto, os valores acima da unidade sugerem que se gastou mais do que foi planificado, e a inversa, que não se chegou a cumprir todos os compromissos planificados.

Para a região, o resultado deste exercício deu a possibilidade de dispor de um leque de instrumentos mais amplos a partir dos quais se pode aprofundar o conhecimento da sua Cooperação Sul-Sul. No entanto, existe um limite natural para a utilização e aplicação dos indicadores obtidos: a disponibilidade de dados e o seu ainda relativamente baixo grau de cobertura. Neste sentido, para este Relatório 2012 e apesar dos esforços e da vontade demonstrada pelos países, o total da informação a que se acedeu voltou a ser parcial e incompleto: por um lado, contou-se com informação relativa a uma maior tipologia de custos (orçamentados e executados; pelo ofertante, o receptor ou pelos dois; para 2011 e para todo o ciclo do projeto); mas por outro lado, nem todos os países tiveram capacidade para registrar e reportar o económico nem, os que o fizeram, contribuíram com todos os dados requeridos.

Tabela II.2. Informação sobre custos, disponível para este Relatório da CSS na Ibero-América 2012

Número, Em unidades; peso, em percentagem

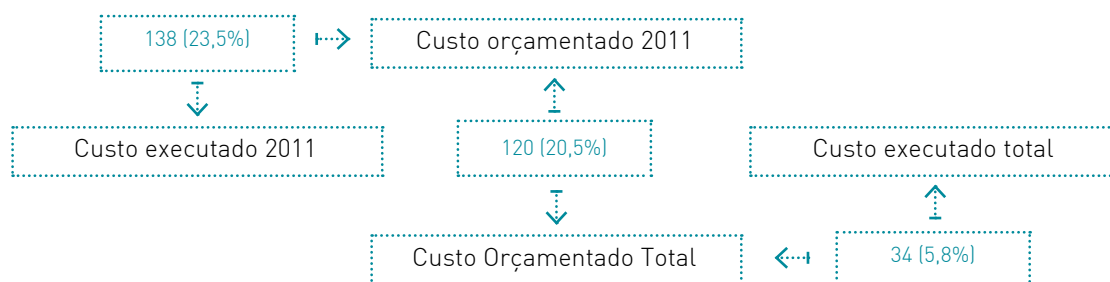
II.2.A. Relativamente aos 586 projetos registrados em 2011

	CUSTO DIRETO ORÇAMENTADO						CUSTO DIRETO ORÇAMENTADO					
	2011			TOTAL			2011			TOTAL		
	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*
NÚMERO DE PROJETOS PARA AS QUAIS SE DISPÕE DE DADOS	141	23	42	142	25	250	193	37	69	52	6	10
PESO SOBRE O TOTAL DOS EXECUTADAS EM 2011	24,1%	3,9%	7,2%	24,2%	4,3%	42,7%	32,9%	6,3%	11,8%	8,9%	1,0%	1,7%

II.2.B. Relativamente às 229 ações registradas em 2011

	CUSTO DIRETO ORÇAMENTADO						CUSTO DIRETO ORÇAMENTADO					
	2011			TOTAL			2011			TOTAL		
	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*	OFERTANTE	RECEPTOR	OS DOIS PAÍSES*
NÚMERO DE AÇÕES PARA AS QUAIS SE DISPÕE DE DADOS	47	6	17	46	6	20	73	18	18	68	11	16
PESO SOBRE O TOTAL DAS EXECUTADAS EM 2011	20,5%	2,6%	7,4%	20,1%	2,6%	8,7%	31,9%	7,9%	7,9%	29,7%	4,8%	7,0%

II.2.C. Combinação de informações disponíveis para projetos oferecidos em 2011



Nota: * Refere-se ao que os países cooperantes contribuíram de forma agregada. Em geral, não se conhece a distribuição do que foi pago por cada país. **Fonte:** SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

A Tabela II.2 foi elaborada para demonstrar o anterior. Da sua observação concluiu-se que:

1. O registro para o qual houve mais informação referiu-se ao custo orçamentado total assumido conjuntamente pelo ofertante e pelo receptor, disponível para praticamente 43% dos 586 projetos em execução em 2011. Sobre ele pesou o relatório do Brasil, primeiro ofertante de cooperação, que deu este dado para quase todos dos seus mais de 200 projetos.
2. Também se destacou o volume de informação disponível referente aos custos (orçamentados e executados) pelos países no seu papel de ofertantes. Com efeito, entre 20 e 30% dos projetos e ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral oferecidos pelos países tiveram associado algum dado de tipo econômico. A única exceção foi o caso do custo total executado: a informação cobriu 30% das ações (iniciadas e terminadas numa média de 40 dias), mas apenas 9% dos projetos (muitos deles com data de finalização posterior a 2011, o que impossibilita a geração do dado).
3. Por outro lado, o resto dos custos mantiveram um grau de cobertura muito inferior, oscilando entre 1% e 12% do total dos projetos e ações registrados em cada caso particular.
4. Entretanto, cerca de 586 dos projetos de 2011 dispuseram simultaneamente de várias informações relativas aos custos: uma quarta parte combinaram dados sobre os custos orçamentados e executados em 2011; cerca de 20% sobre custos orçamentados totais e para 2011; e apenas 6% de custos totais orçamentados e executados

Tendo em conta estes déficits em termos de dados, a análise da Cooperação Sul-Sul baseada nos custos ainda não pode aproveitar plenamente da utilização de Indicadores. Não obstante, pode-se começar a ilustrar o seu potencial a partir do recurso a alguns exemplos concretos. Para tal elaboraram-se as Tabelas II.3 e II.4, nas quais se indicam questões que se poderiam conhecer relativamente à dimensão, gestão, planificação e avaliação da Cooperação Sul-Sul; os projetos para os quais se dispõe da informação que permite responder às referidas questões; assim como as respostas obtidas.

Tabela II.3. Diferentes aproximações à dimensão da CHSS Bilateral, a partir dos custos

PERGUNTA A QUE SE QUER RESPONDER	COBERTURA DADOS		RESULTADO	
	PROJETOS PARA OS QUAIS EXISTEM DADOS	GRAU DE REPRESENTATIVIDADE		
QUE ORÇAMENTO MÍNIMO ASSUMIRAM OS PAÍSES OFERTANTES PARA PROMOVER A EXECUÇÃO DOS SEUS PROJETOS? QUANTO REPRESENTOU, EM MÉDIA, PARA CADA PROJETO?	129	22,0%	6.323.919 dólares	49.022 dólares
QUE ORÇAMENTO MÍNIMO TIVERAM NO TOTAL OS PROJETOS EM QUE O BRASIL PARTICIPOU COMO OFERTANTE?	201	95,7%	45.607.823 dólares	
QUE ORÇAMENTO MÍNIMO TIVERAM NO TOTAL OS PROJETOS EM QUE EL SALVADOR PARTICIPOU COMO RECEPTOR?	35	63,6%	12.519.306 dólares	
EM 2011, QUANTO PAGARAM OS PAÍSES OFERTANTES PARA A EXECUÇÃO DOS PROJETOS? O QUE REPRESENTA, EM MÉDIA, CADA PROJETO?	194	33,1%	2.248.771 dólares	11.591 dólares
EM 2011, QUANTO PAGARAM OS PAÍSES RECEPTORES PARA A EXECUÇÃO DOS PROJETOS? O QUE REPRESENTOU, EM MÉDIA, PARA CADA PROJETO?	45	7,7%	353.091 dólares	7.846 dólares
EM 2011 E NO SEU PAPEL DE OFERTANTE, QUE CUSTO ASSUMIU A ARGENTINA PARA A EXECUÇÃO DOS SEUS PROJETOS NOUTROS PAÍSES? O QUE SIGNIFICOU, EM TERMOS MÉDIOS, POR PROJETO?	83	69,2%	1.080.836 dólares	13.022 dólares
EM 2011 E NO SEU PAPEL DE OFERTANTE, QUE CUSTO ASSUMIU O CHILE PARA A EXECUÇÃO DOS SEUS PROJETOS NOUTROS PAÍSES? O QUE IMPLICOU, EM TERMOS MÉDIOS, POR PROJETO?	23	60,5%	324.977 dólares	14.129 dólares
QUE ORÇAMENTO MÉDIO DESTINOU A ARGENTINA, COMO OFERTANTE, A CADA UM DOS SEUS PROJETOS?	83	69,2%	31.364 dólares	
QUE ORÇAMENTO MÉDIO DESTINOU A COLÔMBIA, COMO OFERTANTE, A CADA UM DOS SEUS PROJETOS?	27	49,1%	15.761 dólares	

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela II.4. Informações sobre a gestão e avaliação da CHSS Bilateral, a partir dos custos

II.4.A. Em relação à gestão e planificação

PERGUNTA A QUE SE QUER RESPONDER	COBERTURA DADOS		RESULTADO
	PROJETOS PARA OS QUAIS EXISTEM DADOS	GRAU DE REPRESENTATIVIDADE	
EM 2011, QUAL ORÇAMENTO MÍNIMO É QUE A ARGENTINA DISPÕS PARA OFERECER OS SEUS PROJETOS?	83	69,2%	969.345 dólares
EM 2011, QUAL ORÇAMENTO MÍNIMO É QUE O CHILE DISPÕS PARA OFERECER OS SEUS PROJETOS?	24	63,2%	347.773 dólares
EM 2011, QUAL ORÇAMENTO MÍNIMO É QUE A COLÔMBIA DISPÕS PARA OFERECER OS SEUS PROJETOS?	29	52,7%	196.875 dólares

II.4.B. Em relação à responsabilidade partilhada

PERGUNTA A QUE SE QUER RESPONDER	COBERTURA DADOS		RESULTADO
	PROJETOS PARA OS QUAIS EXISTEM DADOS	GRAU DE REPRESENTATIVIDADE	
EM 2011 QUE PERCENTAGEM DO CUSTO EXECUTADO FOI ASSUMIDO PELOS PAÍSES OFERTANTES? ,	39	6,7%	72,7%
EM 2011, QUE PERCENTAGEM DO CUSTO EXECUTADO FOI ASSUMIDO PELOS PAÍSES RECEPTORES?	39	6,7%	27,3%
EM 2011, QUAL FOI O RÁCIO ENTRE O CUSTO EXECUTADO PELO OFERTANTE E O CORRESPONDENTE AO RECEPTOR?	39	6,7%	2,73

II.4.C. Em relação à eficiência

PERGUNTA A QUE SE QUER RESPONDER	COBERTURA DADOS		RESULTADO
	PROJETOS PARA OS QUAIS EXISTEM DADOS	GRAU DE REPRESENTATIVIDADE	
EM 2011, QUE PERCENTAGEM DO CUSTO ORÇAMENTADO PELOS OFERTANTES FOI EFETIVAMENTE EXECUTADO?	138	23,5%	86,6%
EM 2011, QUAL FOI A RAZÃO QUE MANTIVERAM O CUSTO EXECUTADO E O ORÇAMENTADO PELOS OFERTANTES?	138	23,5%	0,86
PARA 2011, PERCENTAGEM DOS PROJETOS QUE EXECUTARAM UM CUSTO INFERIOR AO ORÇAMENTADO	138	23,5%	65,2%
EM 2011, QUE PERCENTAGEM DO CUSTO ORÇAMENTADO COMO OFERTANTE PELA ARGENTINA FOI EFETIVAMENTE EXECUTADO?	82	68,3%	110,0%
EM 2011, QUE PERCENTAGEM DO CUSTO ORÇAMENTADO COMO OFERTANTE PELA COLÔMBIA FOI EFETIVAMENTE EXECUTADO?	21	38,2%	74,63%

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Assim, e destacando sobretudo os resultados que gozam de maior grau de representatividade, podem-se explicar algumas coisas mais sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral participada pelos países Ibero-americanos em 2011. Mais especificamente:

1. Em primeiro lugar e no que diz respeito a resultados que ilustram a dimensão da cooperação, pode distinguir-se entre o que sucedeu a nível de país (graus de representatividade entre 60%-95%) e de projeto (menos fiáveis, entre 33% e 70%, segundo o resultado). Em concreto

-
- a) O orçamento total a que ascenderam os projetos participados pelo Brasil (como ofertante) e El Salvador (como receptor) e que foi assumido tanto por eles como pelos seus Parceiros superou, respectivamente, 45,6 e 12,5 milhões de dólares.
 - b) Por outro lado, o orçamento total que os ofertantes estimaram para executar o ciclo completo de cada um dos seus projetos aproximou-se, em média, dos 50.000 dólares.
 - c) No ano de 2011, a Argentina e o Chile destinaram à execução dos seus projetos, como mínimo, 1 e 0,325 milhões de dólares; o que representou por sua vez um pagamento médio por projeto de 13.000 e 14.000 dólares, respectivamente.
 - d) De fato, em 2011 e para o conjunto de países, estima-se que ofertantes e receptores gastaram uma quantia média por projeto algo diferente: de 11.591 dólares no primeiro dos casos, um valor algo inferior, de 7.846, no segundo.
2. Por outro lado, os resultados seguintes lançaram alguma luz acerca da gestão, planificação e avaliação da Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral. De fato:
- a) Com dados que cobrem entre 50% e 70% dos projetos em execução, pode estimar-se o orçamento de que, como mínimo, dispuseram alguns países da região para fazer frente à gestão dos seus compromissos em Cooperação: Colômbia, quase 200.000 dólares; Chile, 350.000; Argentina, 970.000 dólares.
 - b) Como já se adiantou, um dos indicadores do grau de responsabilidade que os países assumiram no intercâmbio da sua Cooperação Sul-Sul obtêm-se conhecendo qual a proporção de gasto executado que cada qual sufragou. Assim, para 2011 e sobre o total executado, os ofertantes assumiram 73% e os receptores 27%.
 - c) Entretanto, a relação entre o executado e orçamento dá ideia de eficiência: pela subutilização dos recursos financeiros de que se dispõe ou por necessidade de somar financiamento adicional ao orçamentado. Para 2011, os países ofertantes não usaram todos os recursos disponíveis, apenas 86,6%. Em torno desta média flutuaram situações diferentes: a Colômbia gastou 75% do orçamento previsto; a Argentina excedeu-se em 10 pontos percentuais.

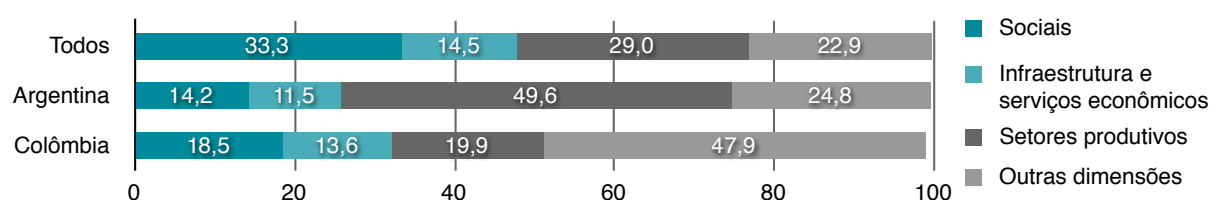
Em síntese, os avanços alcançados no espaço ibero-americano relativamente à geração de indicadores baseados em custos, dota a região de um potente instrumento para conhecer cada vez melhor o que sucede com a Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. De momento, os limites mais importantes para a sua aplicação são dados pela falta de um número suficientemente crítico de dados. No entanto, começaram a obter-se resultados que ilustram, ainda que seja com reservas, algumas questões relacionadas com a dimensão, gestão, planificação e avaliação da Cooperação. Outra opção, tal como se observa no Quadro II.11, reside em aumentar as possibilidades dos indicadores aumentando variáveis de corte transversal, como a duração dos setores. Neste último caso, por exemplo, a desagregação dos custos dos projetos por setores de atividade transforma-se noutra forma alternativa de aproximar-se a algo conhecido: os perfis de capacidades e necessidades.

Quadro II.11. A utilização dos custos para estimar o perfil setorial de cooperação

Outra possibilidade no momento de tentar conhecer o perfil setorial de cooperação da região ou de um país, reside em dividir por atividades as informações relativas aos custos dos projetos. Como prova do mesmo e atendendo à sua representatividade, realizou-se um exercício de prova com os dados disponíveis para os orçamentos de 2011: por um lado, para o conjunto dos ofertantes, e, por outro, para a Argentina e para a Colômbia.

Perfil setorial dos projetos de cooperação, a partir do orçamento 2011, segundo ofertante

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Os resultados obtidos para estes casos estão patentes no gráfico superior. Em concreto:

- Os ofertantes destinaram a maior parte do seu orçamento de 2011 (cerca de 33% e 43%, respectivamente, a projetos de caráter social e econômico, e os restantes 23% à cooperação de outras dimensões de atividade. No entanto, o setor que mais recursos captou deste orçamento foi um destes últimos: o fortalecimento institucional (17,4%) do orçamento total). Seguiram-se, por ordem de importância relativa, o agropecuário (16,4%), educação e saúde (13,7% e 11,6%), energia (8,8%) e indústria (6,1%).

- Na Argentina, praticamente metade dos recursos foram destinados a apoiar os setores produtivos: de fato, o setor agropecuário explicou cerca de 26% do orçamento de 2011 e a indústria relacionada com este, 13%. Entretanto, o fortalecimento institucional absorveu uma quinta parte do orçamento e a saúde 13%.

- A Colômbia apresentou uma estrutura orçamental mais diferenciada: um terço dos recursos foram destinados a apoiar instituições de governo dos países receptores; 16% para as políticas sociais; 15% para o sector agropecuário; e 13%, como já se tinha destacado, para a cultura.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Nogueira (1993) e González (1998).

CAPÍTULO III
A COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR
NA IBERO-AMÉRICA

III.1. A Cooperação Sul-Sul Triangular: uma modalidade em debate

Tal como se apresenta na Tabela III.1, entre os anos de 2010 e 2012 sucederam-se diferentes eventos cujo denominador comum foi continuar a avançar na reflexão em torno de uma modalidade de cooperação, a triangular, “[cu]os *atores e processos* (constituem) *uma temática* (recorrentemente) *presente nas discussões sobre cooperação internacional*” (PIFCSS, 2011; p.3). Os referidos eventos, articulados em torno de seminários, workshops ou fóruns de discussão e promovidos tanto por países especialmente ativos nesta cooperação (Alemanha, Espanha, Chile, Colômbia, Peru e El Salvador, entre outros), como por plataformas regionais e multilaterais (principalmente o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e o Grupo de Tarefas do CAD), contribuíram para a sistematização e análise da cooperação triangular, assim, para avançar para uma melhor conhecimento desta modalidade.

Tabela III.1. Eventos que se debateram sobre a Cooperação Sul-Sul Triangular. 2010-2012

ANO (MÊS)	LUGAR	EVENTO	QUADRO DE ORGANIZAÇÃO
2010 (03)	Madrid (Espanha)	Workshop “A Cooperação Triangular da UE no contexto da Eficácia da Ajuda”	Bilateral (Espanha) e Multilateral (UE)
2010 (03)	Bogotá (Colômbia)	Evento de Alto Nível sobre a Eficácia da Cooperação Sul-Sul e Desenvolvimento de Capacidades	Multilateral (Task team on South-South Co-operation TTSSC CAD)
2011(02/03)	Bali (Indonésia)	Workshop “Cooperação Triangular: a caminho de associações horizontais, mas como?”	Bilateral (Alemanha -GIZ- e Indonésia) e Multilateral (TTSSC-CAD/ADBI)
2011 (07)	Santo Domingo (R. Dominicana)	Seminário-Workshop “Cooperação Triangular: aprendizagens e desafios da sua gestão”	Regional (Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS)
2012 (06)	Bogotá (Colômbia)	Conferência Regional sobre a Cooperação Triangular na América Latina e Caribe	Bilateral (Alemanha -GIZ- e Colômbia -APC-)
2012 (07)	La Paz (Bolívia)	Workshop Aprendizagens e Desafios da Sistematização	Regional (Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS)
2012 (09)	Antígua (Guatemala)	Workshop “Os modelos institucionais para a gestão da cooperação: aprendendo a partir da diversidade”	Regional (Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS)
2012 (10)	Santiago do Chile (Chile)	Fórum de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular na América Latina e Caribe	Bilateral (Chile - AGCI)
2012 (10)	Lima (Peru)	Workshop “Planificação, Monitorização e Avaliação de Projetos de Cooperação Triangular”	Bilateral (Alemanha -GIZ-)
2012 (12)	São Salvador (El Salvador)	Seminário-Workshop “Cooperação Triangular: avanços e desafios na sua gestão”	Regional (Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da CSS)

Fonte: SEGIB a partir das páginas digitais da AECID (www.aecid.es), Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) (www.giz.de), Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (www.cooperacionsursur.org); The South South Opportunity (www.southsouth.info).

Porém, os avanços alcançados, deixam ainda muitos desafios pendentes. Neste sentido, a participação de um mínimo de três atores, conjuntamente com a identificação de uma enorme variedade de fórmulas de articulação e funcionamento destas, fazem com que esta modalidade tenha inerente um maior nível de complexidade. Como consequência, a sua melhor conceptualização e o seu maior conhecimento tornam-se um desafio para todos aqueles que refletem e praticam a cooperação internacional. No entanto, e apesar do que foi tratado nos eventos indicados na Tabela III.1, existem vários aspectos que parecem focalizar a atenção:

-
1. O tratamento desta modalidade como ponte entre as “cooperações” norte-sul e sul-sul e, em particular, o modo como se deve estabelecer a relação entre o triangular, o sul-sul e o horizontal. Assim, e apesar da discussão estar presente também nos espaços da Ásia, é no quadro ibero-americano onde este debate se aborda com maior preocupação. Assim o referia o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul no seu relatório de atividade de julho de 2012 ao afirmar (p.2) que o principal desafio que *“o crescimento da cooperação triangular gera na região é o de definir como participar a partir do respeito pelo Sul-Sul”*. Neste sentido, na Ibero-América, o sul-sul sente-se inerente ao triangular; e o horizontal, ao sul-sul; e por isso também, a participação do terceiro ator se entende a partir do respeito e inclusivamente a partir do *“fortalecimento deste esquemas sul-sul e dos seus princípios”* (Vice-ministério de Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador, 2011; p.8).
 2. O modo como se distribuem papéis e funções entre os diferentes cooperantes; uma problemática que afeta também a conceptualização e denominação destes atores. Neste sentido, as preocupações diferem de acordo com a natureza do participante:
 - a) Os doadores tradicionais, que atuam segundo a denominação ibero-americana como segundos ofertantes, aspiram a defender uma participação que supere o apoio meramente financeiro e que seja complementado com contribuição técnica e inclusivamente institucional, a partir da transferência das suas próprias capacidades como cooperantes (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, 2012).
 - b) Por outro lado, o denominado receptor coloca o ênfase em três aspectos que considera fundamentais para o bom funcionamento de uma triangulação: a primazia de uma lógica de procura (pedido do receptor); a sua participação ativa e inclusivamente de liderança em todo o ciclo do projeto; o constante diálogo entre as partes (Vice-ministério de Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador, 2011).
 3. A identificação das particularidades que acompanham esta gestão, a gestão de procedimentos e a forma de financiamento da cooperação triangular. A modo de ilustração, entre os aspectos que se discutem, destaca-se a reflexão acerca de se se devem estabelecer ou não fundos mistos de financiamento e, em caso afirmativo, quais as características institucionais de que se devem dotar (por outras palavras, pensar que tipos de órgãos devem administrar, decidir, gerir e dar seguimento aos referidos fundos) (AECID, 2012).

No enquadramento deste debate, a presente edição do capítulo sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América realiza um esforço para combinar a sistematização e a análise das experiências registradas na região em 2011, com o estudo dos seus aspectos operativos. Por isso, os conteúdos desenvolvidos no texto são estruturados da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar, identificam-se as características mais importantes da Cooperação Sul-Sul Triangular que teve lugar na região ibero-americana durante o ano de 2011: em concreto, o número de ações e projetos em execução, os atores que cooperaram, os papéis que cada um exerce e o seu grau de participação. Mas isto complementa-se ainda, com:
 - a) Uma incursão extra-regional, a partir do registro e da análise das triangulações que os países mantiveram também com o Haiti e o Caribe não Ibero-americano;

b) Como no caso Bilateral, uma primeira tentativa de aplicação de indicadores para a Cooperação Sul-Sul que permita aprofundar esta modalidade.

2. Em seguida, e a partir de uma casuística ainda limitada, abordam-se aspectos relativos à relação e à articulação entre os diferentes cooperantes. Mais especificamente, trata-se de conhecer, por um lado, que tipo de associações foram mais frequentes (quem cooperou mais com quem); e por outro lado, como foi que estas relações se articularam e se tornaram operativas (quer dizer, conhecer algo mais sobre quando nasceram, quais foram os mecanismos, quadros institucionais e os acordos de financiamento sobre os que funcionaram).

3. Por fim, realiza-se a análise setorial dos projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular registradas no ano de 2011, por países e papel. Deste exercício obtém-se um perfil de capacidades e necessidades, tanto regional como para os diferentes cooperantes.

Importa aqui assinalar que, tal como sucede em todo o Relatório, o estudo do triangular realiza-se a partir da informação registrada e reportada pelas Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos. Neste sentido, o total dos projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular reportados para este ano, com o pormenor dos seus participantes e o seu setor de atividade, é mostrado na Tabela III.2 deste capítulo. As ações, Por outro lado, podem ser consultadas na Tabela A.3, incluída no anexo final.

III.2. Principais características da Cooperação Sul-Sul Triangular de 2011

De acordo com os números disponíveis, durante 2011, os países ibero-americanos estiveram especialmente ativos e reforçaram a sua aposta nesta modalidade de cooperação. Pelo menos, tal é sugerido pelo fato de que os 42 projetos e as 41 ações de 2010 terem aumentado, respectivamente, 76% e 70%, situando-se o valor final de registos de 2011 num total de 74 projetos e 70 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular (Tabelas III.2 e A.3).

Deve acrescentar-se aqui, que todos os países da comunidade ibero-americana (com a única exceção de Andorra e Portugal) foram protagonistas desta intensa dinâmica. As diferenças residem nos papéis exercidos assim como nos diferentes graus de participação. Neste sentido, para conhecer melhor quem teve um papel mais importante e usando como referência os projetos (de maior dimensão e representatividade do que as ações), elaborou-se o Gráfico III.1, que mostra a participação de cada cooperante sobre o total dos projetos em execução em 2011, segundo o papel. Da sua observação conclui-se que:

Tabela III.2. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
ARGENTINA	JAPÃO	Conservação e utilização sustentável de plantas nativas	Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador México Paraguai Peru Uruguai	Meio ambiente (34)
		Fortalecimento da piscicultura rural	Paraguai	Pesca (2D)

Tabela III.2. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
ARGENTINA	JAPÃO	Tecnologias de gestão na produção das Pequenas e Médias Empresas (PME)	Bolívia Brasil Chile Colômbia Cuba Equador El Salvador Paraguai Peru Uruguai Venezuela	Empresa (27)
	ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPS)	Cooperação técnica para o fortalecimento do controle de qualidade dos medicamentos	República Dominicana	Saúde(12)
BRASIL	ALEMANHA	Centro de tecnologias ambientais (CTA)	Peru	Meio ambiente (34)
		Apoio ao fortalecimento do Sistema Nacional Integral de Saúde (SNIS) com ênfase em localidades de menos de 5.000 habitantes	Uruguai	Saúde (12)
	CANADÁ	Transferência de melhores práticas em pesca sustentável	Bolívia	Pesca (2D)
	ESPAÑA	Fortalecimento institucional para o melhoramento do saneamento e abastecimento de água	Bolívia	Saneamento e abastecimento de água (14)
	ITÁLIA/ CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)	Programa Amazônia sem fogo	Bolívia	Meio ambiente (34)
	JAPÃO	Fortalecimento da transparência e desenvolvimento da capacidade dos governos locais	Paraguai	Governo (31)
		Melhoramento da diversificação da apicultura	Paraguai	Agropecuário (2B)
	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)	Promoção e proteção social de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de trabalho infantil	Equador Bolívia Paraguai	Governo e direitos humanos (31)
		Promoção da Área da segurança social	Paraguai	Outros (Políticas sociais) (15)
	CHILE	ALEMANHA	Proteção ao consumidor	Colômbia
ALEMANHA/ AUSTRÁLIA		Paraguai entre todos e todas (Desenvolvimento social integrado no território)	Paraguai	Outros (Desenvolvimento) (37)
ALEMANHA/ EUA		Paraguai entre todos e todas (Desenvolvimento social integrado no território)	Paraguai	Outros (Desenvolvimento) (37)
CANADÁ		Geração de aptidões, promoção e gestão de bacias públicas	Bolívia	Governo (31)
ESTADOS UNIDOS		Apoio ao desenho das políticas públicas da agricultura familiar	El Salvador Paraguai	Agropecuário (2B)
		Fortalecimento do controle interno da Direção Geral de Alfândegas	Paraguai	Comércio exterior (2H)
		Fortalecimento do Sistema de Informação Comercial REDIEX	Paraguai	Comércio exterior (2H)
		Fortalecimento, Instalação e implementação do Sistema de Proteção Social	Paraguai	Outros (Políticas sociais) (15)

Tabela III.2. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
CHILE	ESPAÑA	Fortalecimento da Gestão e o Desenvolvimento do talento do Setor Público ao Serviço da Cidadania	Paraguai	Governo (31)
	JAPÃO	Cultivo de Pectínidos no Departamento de Magdalena	Colômbia	Pesca (2D)
		Fortalecimento dos Serviços de Cuidados Primários (SAT)	Paraguai	Saúde (12)
		Gestão da bacia hidrográfica do Chimborazo	Equador	Meio ambiente (34)
		Técnicas para a reabilitação inclusiva	Bolívia	Saúde (12)
PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA)	Apoio ao programa de desnutrição zero	Bolívia Paraguai	Saúde (12)	
COLÔMBIA	AUSTRÁLIA	Acordo para a cooperação técnica	Nicarágua	Outros (Políticas sociais) (15)
	COREIA	Desenvolvimento de capacidades técnicas	Equador	Educação (11)
	ESPAÑA	Fortalecimento da gestão pública	El Salvador	Governo (31)
	CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)	Fortalecimento dos serviços públicos	Nicarágua	Governo (31)
	PERU	Projeto de Certificação de Competências no quadro do Plano Integral de Desenvolvimento Social – PDS da Comunidade Andina	Chile	Outros (Políticas sociais) (15)
MÉXICO	EQUADOR	Outros (Políticas sociais) (15)	Bolívia	Saúde (12)
		Fortalecimento da infraestrutura da qualidade	Equador Paraguai	Competência (27)
		Melhoria da reutilização e tratamento de águas residuais e proteção de corpos de água	Bolívia	Saneamento e abastecimento água (14)
	JAPÃO	Fortalecimento de capacidades para a gestão integral de resíduos sólidos	Guatemala	Meio ambiente (34)
		Fortalecimento na monitorização da qualidade do ar (gases e partículas em suspensão)	Honduras	Meio ambiente (34)
		Gestão de recursos naturais e bacias no corredor biológico do Caribe	Honduras	Meio ambiente (34)
		Melhoramento da produção de semente de sésamo para os pequenos produtores	Paraguai	Agropecuário (2B)
		Melhoramento da tecnologia para a construção de habitação resistente a sismos	El Salvador	Outros (Políticas habitação) (15)
	ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS AMERICANOS (OEA) (FEM-CIDI)	Tecnologia de custo baixo na escola para crianças com incapacidades múltiplas ou incapacidades severas	Peru	Educação (11)

Tabela III.2. Projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

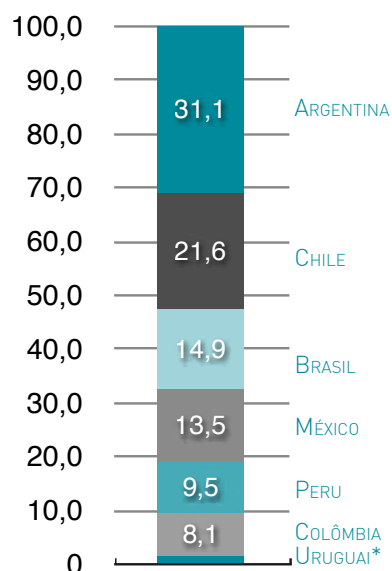
PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
PERU	ALEMANHA	Fortalecimento dos Sistemas Administrativo Tributários (SAT)	Guatemala	Governo (31)
	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)	Intercâmbio de experiências em serviços de assistência a exportadores e utilização de tecnologias na gestão de exportações	Colômbia	Comércio exterior (27)
		Implementação de um Observatório Comunitário de Tecnologias para a Comunicação e Informação	Bolívia Colômbia Equador	Ciência e tecnologia (24)
		Implementação de um Observatório de Voto Eletrônico para a América Latina	Colômbia	Governo (31)
		Apoio à rede-Interlaboratórios sul-americana para a normatividade e acreditação de produtos têxteis com valor acrescentados de camélidos sul-americanos	Argentina	Indústria (2F)
URUGUAI	ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE (OPS)	Fortalecimento do Programa de Controlo da Hidatidosis	Peru	Saúde (12)

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

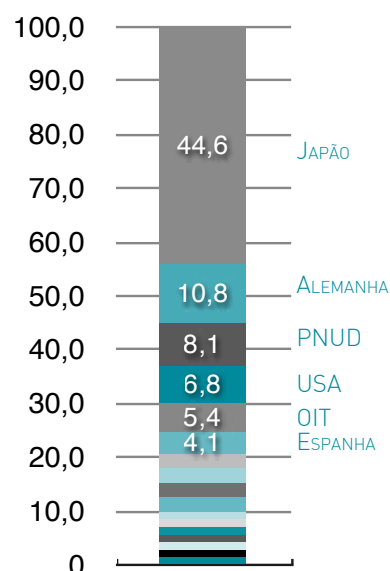
Gráfico III.1. Peso dos cooperantes nos projetos de Cooperação Triangular, segundo papel. 2011

Em percentagem

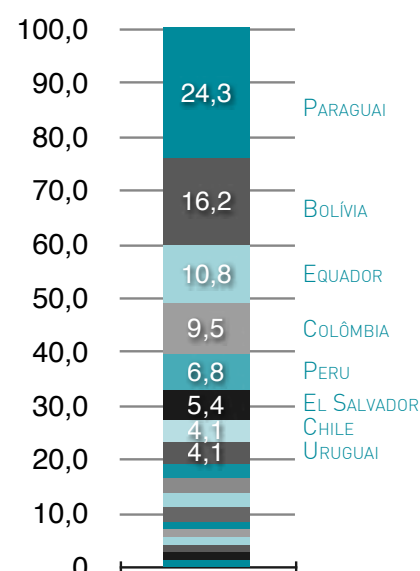
III.1.A. Primeiro ofertante



III.1.B. Segundo ofertante



III.1.C. Receptores



* No caso do Uruguai é de 1,4%. Fonte: SEGIB a partir Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

1. No exercício de primeiros ofertantes, transferindo capacidades, destacaram-se quatro países ibero-americanos cuja participação explicou mais de 80% dos projetos: a Argentina (23, equivalente a quase um terço dos projetos totais), Chile (22%), Brasil e México (cerca de 10 cada um, 15% e 13,5% do total, respectivamente). Além disso, o Peru e a Colômbia emergiram como novos atores relevantes no campo da triangulação ao participar, em cada caso, em 7 e 6 projetos, o que permitiu que mantivessem um peso conjunto de 17,6%. O projeto que falta foi o do Uruguai, numa triangulação com a OPS e Peru.
2. No papel de segundos ofertantes, apoiando financeira, técnica e institucionalmente, destacaram-se os atores de fora da região. Neste sentido, em princípio, o Japão liderou com diferença: participou em 33 projetos (praticamente 46% dos 74 em execução).¹ Seguiu-se, a uma distância relativa, a Alemanha que, juntando os projetos em que participou individualmente (8) aos que fez o papel de segundo ofertante junto a outro ator (um com a Austrália e outro com os Estados Unidos), esteve presente em 13,5 dos projetos de 2011. Entretanto, nos 40% dos restantes projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular participaram vários tipos de segundos ofertantes: países ibero-americanos (Espanha e Peru, com 3 e 1 projetos); países não ibero-americanos (Estados Unidos – que, em 2011, esteve já em 5 projetos – Canadá, Austrália e Coreia); organismos multilaterais (PNUD, OIT e PMA) e regionais (Organização Pan-americana da Saúde, Comunidade Andina de Fomento e Organização Interamericana – OEA-); além de associações, não só de países (como foi o caso da Alemanha), mas também mistas (Itália e a CAF).
3. Relativamente aos receptores, o Paraguai, conjuntamente com quatro países andinos (Bolívia, Equador, Colômbia e Peru) explicaram praticamente dois terços de toda a atividade registrada. O resto dos países mantiveram participações menores (El Salvador, Chile, Uruguai, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Brasil, pesos de entre 2% e 5,4%) e inclusivamente pontuais (Argentina, Costa Rica, Cuba, México, República Dominicana e Venezuela, um projeto).

Não obstante, e apesar do descrito ser bastante representativo do que sucedeu com a Cooperação Sul-Sul Triangular da região em 2011, o contraste destas informações com as contidas na Tabela A.3 (referente às 70 ações) lança algumas matizes adicionais que merecem ser referidas. De fato, emergem novos atores e reforçam-se outros:

1. No papel de primeiros ofertantes, surge com força a Costa Rica (9 ações), consolidam-se a Colômbia e o Peru (6 e 7 ações cada um) e, de forma pontual, aparecem compartilhando as suas experiências e capacidades Cuba, Equador, Guatemala, Panamá e R. Dominicana.
2. Por outro lado, Espanha destaca-se como segundo ofertante de ações (explica praticamente 20% das ações registradas em 2011). Neste sentido, a intensa atividade deste país não pode deligar-se da registrada pela Costa Rica e do acordo promovido entre ambos para promover as assistências técnicas a terceiros países da América Central (Quadro III.1).
3. Complementarmente, entre os segundos ofertantes de ações de Cooperação Sul-Sul Triangular surgiram também outras alternativas, destacando-se o surgimento de atores como a Coreia, Finlândia, França e Suíça; assim como do BID, o IICA, a UE e a UNICEF, entre outros.

1- Tal e como se observa na Tabela III.2, no entanto, os dados do Japão poderiam estar algo sobre-dimensionados, ao formarem-se em torno a projetos triangulares regionais, em execução em vários países simultaneamente, e que são contabilizados, para cada país receptor, de maneira individualizada. Se se aceitar isto, não obstante, estaria a acontecer o mesmo com a Argentina, no exercício do papel de primeiro ofertante

Quadro III.1. Uma iniciativa para a promoção da assistência técnica segundo Monterrey: o Programa de apoio de Espanha à Cooperação Triangular da Costa Rica com a América Central

A Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento que teve lugar em Monterrey no ano de 2002 marcou um ponto de viragem na dinâmica da cooperação internacional da última década ao incentivar, por um lado, o aumento dos fundos globais de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e, por outro, a sua progressiva concentração nos países mais desfavorecidos. Mas também implicou a formalização de um firme compromisso da comunidade internacional para o “fortalecimento da cooperação triangular e da cooperação sul-sul, como instrumentos para a mobilização da assistência técnica entre países com níveis de desenvolvimento semelhantes” (Documento final, 2002).

Atendendo a este compromisso, a ata final da IX Comissão Mista Hispano-Costarriquenha de 26 de janeiro de 2007 referiu o compromisso de ambos os países de procurarem uma fórmula de cooperação que lhes permita juntar esforços na promoção do fortalecimento de capacidades na América Central. Nasceu assim o “Programa de apoio de Espanha à Cooperação Triangular da Costa Rica com a América Central”, cujo principal objetivo é a avaliação e a execução de ações de cooperação técnica triangular de Espanha e Costa Rica nos países seguintes: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Panamá, Belize e República Dominicana. O referido Programa articulou-se da forma seguinte:

- Para o seu financiamento, Espanha concedeu ao Ministério de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica uma subvenção de 160.000 euros. Com isso, a Costa Rica dotou de recursos um Fundo de Cooperação Triangular.
- Para aceder aos recursos do referido Fundo, abriu-se às instituições públicas dos países da América Central a possibilidade de apresentar perante este os seus pedidos de cooperação correspondentes.
- A avaliação e seleção das assistências técnicas que optam por ser apoiadas pelo Programa passam pelas recomendações de uma Equipa Executora costarriquenha, e, em seguida, pela decisão de um Comitê Bipartido.
- As prioridades setoriais (coesão social, competitividade, produção e democracia participativa) são fruto de duas coisas: o alinhamento entre as estratégias do Plano Diretor da Cooperação Espanhola e dos alinhamentos e políticas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Costa Rica; assim como do incluído no catálogo de oferta da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e o Programa de Melhores Práticas da Costa Rica.
- Por fim, Espanha e a Costa Rica assumem conjuntamente as tarefas de formulação, negociação e aprovação das ações de cooperação técnica triangular selecionadas.

Assistências técnicas sob o Programa de apoio de Espanha às triangulações com a América Central. 2011

TÍTULO	RECEPTOR/ES	Sector de actividad
FORMAÇÃO AO ESCRITÓRIO DE TURISMO DA MUNICIPALIDADE DE JALAPA	GUATEMALA	Turismo (2G)
FORMAÇÃO EM SUPERVISÃO BASEADA EM RISCO	GUATEMALA PANAMÁ	Banca e finanças (25)
FORMAÇÃO E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	HONDURAS	Meio ambiente (34)
ESTRATÉGIAS EXTRA ACADÉMICAS: PILARES PARA A GERAÇÃO DE RAÍZES, PERMANÊNCIA E CONVIVÊNCIA NOS CENTROS EDUCATIVOS	EL SALVADOR PANAMÁ	Educação (11)
INTERVENÇÃO URBANA ESTRATÉGICA E HABITAÇÕES	EL SALVADOR	Outros (Desenvolvimento) (37)
IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA A AVALIAÇÃO	EL SALVADOR HONDURAS	Educação (11)
FORTALECIMENTO DE CONHECIMENTOS EM REABILITAÇÃO	HONDURAS	Saúde (12)
FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES FINANCEIRAS	HONDURAS	Banca e finanças(25)
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E GESTÃO DE QUALIDADE NO SETOR ALIMENTAR	HONDURAS	Indústria (2F)

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Quadro III.1. Uma iniciativa para a promoção da assistência técnica segundo Monterrey: o Programa de apoio de Espanha à Cooperação Triangular da Costa Rica com a América Central
(continuação)

A tabela superior indica as assistências técnicas promovidas neste quadro no ano de 2011. Tal como se observa, foram maioritárias as ações promovidas no âmbito da produção, apesar de ter havido também outras nas áreas sociais e do meio ambiente, nas quais a Costa Rica tem reconhecidas capacidades. As referidas assistências fortaleceram principalmente, e até agora, as Honduras, El Salvador, Guatemala e o Panamá. Neste último caso e dada a favorável avaliação dos países envolvidos, dever-se-ia destacar a assistência recebida pelo Panamá e o seu apoio ao processo e trânsito e mudança no qual este país se encontra emerso para melhorar a situação financeira do seu Sistema de Poupança e Capitalização de Pensões para Funcionários Públicos (SIACAP).

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela III.3. Projetos de CSS Triangular com o Haiti e o Caribe não ibero-americano. 2011

PRIMEIRO OFERTANTE	SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
ARGENTINA	CANADÁ	Autoprodução Alimentos Frescos- ProHuerta	Haiti	Agropecuário (2B)
	ESPAÑHA	Autoprodução Alimentos Frescos- ProHuerta	Haiti	Agropecuário (2B)
		Araucaria XXI (Contribuição para a gestão integral das bacias hidrográficas do Haiti)	Haiti	Meio ambiente (34)
	JAPÃO	Tecnologias de gestão na produção de PME	Santa Lucía San Vicente	Serviços a PME (27)
	UNASUR	Autoprodução Alimentos Frescos- ProHuerta	Haiti	Agropecuário (2B)
COLÔMBIA	ESPAÑHA	Araucaria XXI (Contribuição para a gestão integral das bacias hidrográficas do Haiti)	Haiti	Meio ambiente (34)
MÉXICO	ESPAÑHA	Implementação de uma cantina escolar na comuna de Carrefour	Haiti	Saúde/Nutrição (12)
	ESPAÑHA/PMA	Apoio para resposta imediata perante emergência humanitária	Haiti	Prevenção de desastres (36)
	JAPÃO	Formação de recursos humanos e desenvolvimento de ferramentas na edificação sismo-resistente	Haiti	Prevenção de desastres (36)

Fonte: SEGIB a partir Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Contudo, o panorama da Cooperação Sul-Sul Triangular na Ibero-América seria incompleto se não se comesçassem a registrar e sistematizar também as experiências que envolvem outras regiões em desenvolvimento. Neste sentido, também se cooperou com África e Ásia, também se deu prioridade a registrar uma área especialmente próxima: o Caribe não ibero-americano. O conjunto das ações e projetos triangulares que a Ibero-América executou nestes países ficaram escritos nas Tabelas A.4 (anexo) e III.3 (nesta mesma seção). Uma observação combinada de ambas permite conhecer um pouco mais das colaborações que aconteceram:

1. Ao longo de 2011, os países ibero-americanos promoveram, com a região do Caribe, um total de 10 projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Triangular.
2. Na maioria dos casos, os primeiros ofertantes foram a Argentina, Brasil, Colômbia e o México. Por sua vez, como segundos ofertantes destacaram-se a Espanha (por vezes individualmente e por vezes em associações com terceiros), conjuntamente com o Japão e, de forma mais pontual o Canadá, Coreia e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas.

3. 80% dos projetos tiveram como destino o Haiti e só em duas ocasiões se atuou em Santa Lucía e em San Vicente. No caso das ações, articuladas fundamentalmente em torno de cursos de formação partilhados simultaneamente em vários países, a situação inverteu-se e o Haiti cedeu protagonismo ao Belize, Guiana, Granada e Suriname.

4. Se algo chamou a atenção, no entanto, foi a complementaridade com que se articularam os projetos com o Haiti. A título ilustrativo, dos oitos projetos triangulados neste país, três foram variantes do Programa Pro-Huerta de autoprodução de alimentos e dois do Programa Meio Ambiental de Araucaria: no caso, a Argentina executou a cooperação através de associações com o Canadá, Espanha e a União das Nações do Sul (UNASUR); sob a mesma lógica, no segundo casos, Espanha executou dois projetos diferentes de Araucaria a partir das suas colaborações com a Argentina e a Colômbia.

Por fim, importa referir que, em coerência com os esforços de caracterizar com maior pormenor e profundidade o que acontece na Cooperação Sul-Sul Triangular, realizou-se um primeiro exercício de aplicação de indicadores. Uma vez que a informação é parcial e incompleta, os avanços foram no entanto poucos. Ainda assim, este primeiro esforço permitiu associar valores a parâmetros como a dimensão e a avaliação da responsabilidade financeira (Quadro III.2).

Quadro III.2. Trabalhando em indicadores para a Cooperação Sul-Sul Triangular

A maioria dos avanços que a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) realizaram no quadro dos indicadores foram aplicados, tal e como se constatou no capítulo anterior, a uma modalidade concreta de cooperação: a Horizontal Sul-Sul Bilateral. Neste sentido, o objetivo a médio/longo prazo é não só aperfeiçoar e aumentar o que se trabalhou relativamente a esta modalidade de cooperação mas também estendê-lo a outras cooperações como a Sul-Sul Triangular.

Porém, a aplicação de Indicadores para a Cooperação Sul-sul às modalidades triangulares encontra mais dificuldades do que no caso da bilateral. A razão principal deriva da sua própria natureza, mais complexa (ao ser participada por um mínimo de três atores) e mais desconhecida (a triangular está ainda pendente de um maior trabalho de delimitação conceptual das suas principais características de funcionamento e de articulação).

Ainda assim, e apesar destas dificuldades, no workshop celebrado em Montevideu em março de 2012, os países decidiram que o esforço de registro de novos dados para a obtenção de indicadores também se devia realizar para a Cooperação Sul-Sul Triangular. Assim, à informação habitualmente reportada pelos países, juntaram-se neste ano datas de início e de final de atividade das ações e dos projetos, assim como valores sobre os custos orçamentados e executados que se derivaram da sua participação na referida cooperação.

De novo a informação foi parcial e incompleta. Mas o esforço realizado pelas Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos permitiu contar com algum grau de cobertura da informação, o que possibilitou que hoje se possa começar a conhecer melhor alguns aspectos relativos à dimensão e à responsabilidade compartilhada da Cooperação Sul-Sul Triangular. A título de ilustração:

1. Relativamente à dimensão da Cooperação Sul-Sul Triangular, podem oferecer-se vários dados:

a) A partir do conhecimento das datas de início e finalização de atividade de alguns projetos e ações (existem ambos os dados para 40% da atividade registrada em 2011) pode-se afirmar que, enquanto que os projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular tiveram uma duração média de dois anos (734 dias), as ações triangulares apenas se prolongaram por 44 dias.

Quadro III.2. Trabalhando em indicadores para a Cooperação Sul-Sul Triangular

(continuação)

- b) Em 2011, o Brasil participou num total de 11 projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular. Para 8 destes projetos registrou-se informação relativa ao montante ao qual ascendeu o seu orçamento total (referente ao assumido por todos os cooperantes para todo o ciclo do projeto). Em consequência e com um grau de representatividade suficientemente elevado (próximo dos 75%), pode afirmar-se que as triangulações participadas pelo Brasil em 2011 tiveram uma dimensão econômica importante, pois contaram com orçamentos médios superiores a 711.000 dólares americanos.
- c) Por outro lado, registrou-se informação relativa ao custo executado em 2011 pela Argentina (para 22 dos seus 23 projetos finais) e Chile (12 dos 16 registrados). Com graus de cobertura altos (95% e 75%, respectivamente) sabe-se que o gasto médio executado pelas cooperações argentina e chilena em 2011 para sufragar os seus projetos de cooperação triangular foi de 18.295 e 13.863 dólares.
2. No que diz respeito à possível avaliação da responsabilidade compartilhada a partir de uma perspectiva financeira, o grau de representatividade da informação disponível continuou a ser baixo, pois foram poucos os projetos para os quais se conhecerem, simultaneamente, todas as contribuições econômicas realizadas pelos participantes. Ainda assim, os dados de que se dispõem sugerem, por exemplo, que nos casos em que o Brasil atuou como primeiro ofertante, este país tendeu a assumir mais de dois terços do custo orçamentado final. As informações disponíveis sugerem também que os seus parceiros receptores realizaram contribuições financeiras ou em espécie que valorizaram cerca de 4-5% do custo final.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

III.3. Acerca da relação e a articulação entre os diferentes cooperantes

Tal como já se avançou na introdução deste capítulo, um dos desafios no âmbito da Cooperação Sul-Sul Triangular é aprofundar os aspetos relativos à sua operação. Assim, apesar da casuística ser limitada, nesta seção pretende-se avançar em relação a duas questões: o tipo de associações mais frequentes (quem cooperou mais com quem); e a identificação de como se articularam estas relações e de como se tornaram operativas (gênese, quadros institucionais e mecanismos de financiamento, entre outros).

Assim e para ilustrar as diferentes frequências com que se apresentaram algumas combinações de cooperantes, elaborou-se o Esquema III.1, que contém dois tipos de informações:

1. No III.1.A se indicam-se as participações que os segundos ofertantes (Japão, Alemanha ou outros) tiveram sobre o total dos projetos triangulares dos primeiros ofertantes (Argentina, Chile, Brasil, México, Peru, Colômbia, e, pontualmente, Uruguai).
2. No III.1.B faz-se o mesmo, mas estimando-se o peso dos receptores (Paraguai, Bolívia, o resto dos países andinos, da América Central e outros) relativamente a esses mesmos primeiros ofertantes

A interpretação dos dados contidos nos referidos esquemas sugere que:

1. No que diz respeito à relação entre os primeiros e os segundos ofertantes, identificaram-se dois padrões de comportamento distintos:

- a) Em 2011, a Argentina, o México e o Peru executaram a sua cooperação associando-se com muitos poucos segundos ofertantes (dois parceiros para 23 projetos no caso argentino, três para 10 e dois para 7, nos seguintes). Fruto desta concentração, os três países mostraram um parceiro claramente preferencial: o Japão para a Argentina (95,7% dos projetos), este país conjuntamente com a Alemanha para o México (ambos explicaram 90% dos projetos deste país norte-americano), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o Peru (5 dos 7 projetos, equivalentes a 85,7%).
- b) Por outro lado, o Chile, o Brasil e a Colômbia mantiveram relações de colaboração com um grupo mais numeroso de segundos ofertantes: oito parceiros para o Chile (16 projetos), sete para o Brasil (11) e cinco para a Colômbia (6). Nestes casos foi mais difícil identificar parceiros preferenciais. Ainda assim, os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha explicaram uma parte importante das triangulações chilenas. No entanto, atores tão diversos como a Austrália, Canadá, Coreia, Itália, a CAF e a OIT, estiveram presentes nos projetos de triangular do Brasil e da Colômbia.

Esquema III.1. Intensidade da relação entre os principais cooperantes da CSS Triangular. 2011

Primeiros ofertantes em ordem decrescente, de menor para maior participação nos projetos de CSS Triangular. Em percentagem, o que representam, para os primeiros ofertantes, os seus segundos ofertantes e os receptores referidos

III.1.A. Peso dos principais segundos ofertantes sobre a cooperação triangular dos primeiros ofertantes

PRIMEIRO OFERTANTE		JAPÃO	ALEMANHA	OUTROS	SEGUNDO OFERTANTE
PRIMEIRO OFERTANTE	Argentina	95,7%	0,0%	4,3%	SEGUNDO OFERTANTE
	Chile	25,0%	18,8%	56,3%	
	Brasil	18,2%	18,2%	63,6%	
	México	50,0%	40,0%	10,0%	
	Peru	0,0%	14,3%	85,7%	
	Colômbia	0,0%	0,0%	100,0%	
	Uruguai	0,0%	0,0%	100,0%	

III.1.B. Peso dos principais receptores sobre a cooperação triangular dos primeiros ofertantes

PRIMEIRO OFERTANTE		PARAGUAI	BOLÍVIA	R. ANDINOS	AMÉRICA CENTRAL	OUTROS	RECEPTORES
PRIMEIRO OFERTANTE	Argentina	13,0%	8,7%	30,4%	8,7%	39,1%	RECEPTORES
	Chile	56,3%	18,8%	18,8%	6,3%	0,0%	
	Brasil	36,4%	27,3%	18,2%	0,0%	18,2%	
	México	20,0%	20,0%	20,0%	40,0%	0,0%	
	Peru	0,0%	14,3%	57,1%	14,3%	4,3%	
	Colômbia	0,0%	0,0%	33,3%	50,0%	16,7%	
	Uruguai	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	

Nota: No caso dos receptores, diferencia-se entre o Paraguai, Bolívia, o resto dos países andinos (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua), outros (Brasil, Chile, Cuba, México, R. Dominicana e Uruguai). **Fonte:** SEGIB a partir Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

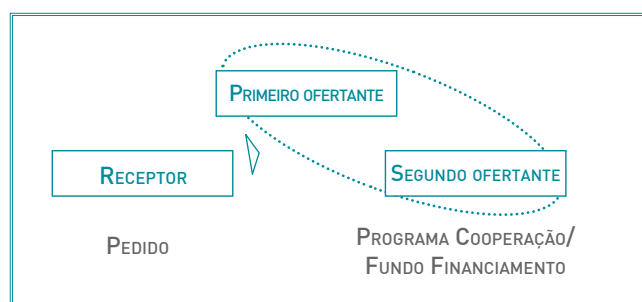
2. No que diz respeito à relação entre os primeiros ofertantes e os receptores:

- a) O Chile e o Brasil articularam a sua cooperação, preferencialmente, com o Paraguai (primeiro parceiro para ambos) e com os países andinos (incluindo a Bolívia). O conjunto destes países explicou, respectivamente, 82% e 94% do total dos seus projetos.
- b) Estes mesmos receptores explicaram 60% das triangulações da Argentina e do México. Em cada caso, no entanto, 40% do restante articulou-se sobre grupos de países bem diferentes: um heterogêneo, formado pelo Brasil, Chile, Cuba, México, República Dominicana e Uruguai para a cooperação argentina; o conjunto dos países da América Central como primeiro destino dos projetos mexicanos.
- c) Por fim, a cooperação do Peru tendeu a concentrar-se nos seus vizinhos andinos (70% se considerarmos a Bolívia); e a da Colômbia na América Central (50%).

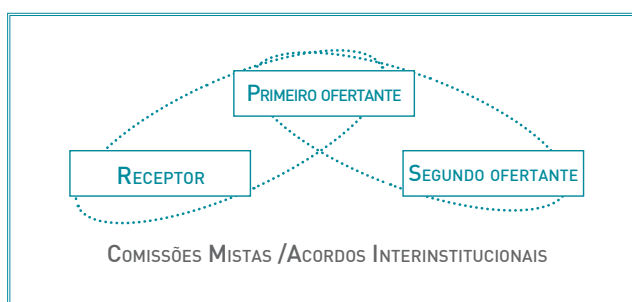
Esquema III.2. Fórmulas de articulação da CSS Triangular, segundo gênese e quadro institucional

Variantes ordenadas de modo decrescente, de maior para menor representatividade

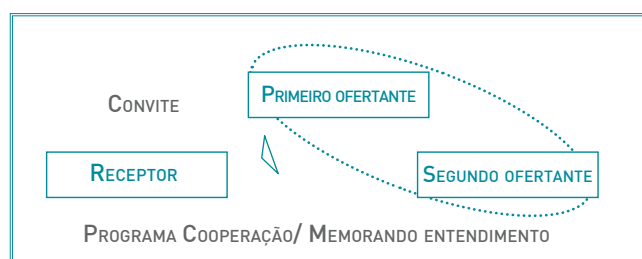
III.2.A. Variante 1



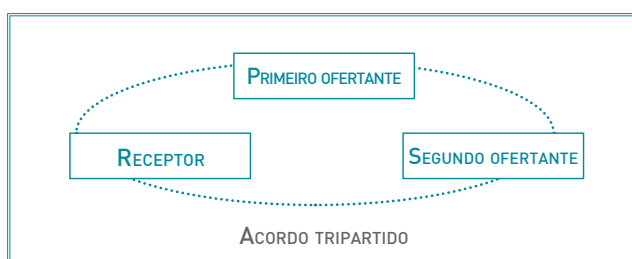
III.2.B. Variante 2



III.2.C. Variante 3



III.2.D. Variante 4



Fonte: Reprodução parcial da SEGIB (2011).

Por outro lado e considerando o modo como se articularam estas relações (como se conseguiu envolver os cooperantes; sob que quadro institucional se regularam relações e papéis; e com que mecanismo de financiamento), a revisão do sucedido no ano de 2011 sugere o seguinte:

1. Em relação a como nasceram e se articularam os projetos. Na edição anterior deste capítulo e a partir de uma casuística ainda limitada, identificaram-se algumas “fórmulas de articulação”, cujas versões alternativas são parcialmente reproduzidas no Esquema III.2.² Outra hipótese reside na possibilidade

2- Como síntese, observava-se como alguns projetos nasciam do pedido de um receptor aos ofertantes, associados através de um acordo de cooperação com terceiros países, (variante 1); de um duplo acordo institucional (entre receptor e primeiro ofertante; entre este e o segundo) (variante 2); de uma proposta dos ofertantes (com acordo quoro) para os receptores (variante 3); ou de um processo de identificação, negociação e formulação tripartido que envolvia todas as partes (variante 4). Na referida versão incluíam-se também alguns acordos emergentes, de carácter quadrangular, em que o papel do segundo ofertante era exercido simultaneamente por dois atores, sob um acordo prévio de associação.

de identificar se essas “fórmulas de articulação” constituíram um padrão de comportamento para os principais cooperantes ou se variaram em função de quem estabeleceu a associação ou o projeto concreto. De fato, ao rever a informação disponível relativamente aos 74 projetos e 70 ações de Cooperação Sul-Sul Triangular de 2011 confirma-se esta última opção: a maioria dos cooperantes combinaram diferentes fórmulas de articulação, de acordo com o parceiro e com o projeto. Prova disso foram as diferentes variantes que conviveram no caso do Brasil, apresentadas na Tabela III.3. Ainda assim, uma grande parte das variantes brasileiras, assim como as do resto dos cooperantes, podem agrupar-se e apresentar-se em função de quem solicitou a cooperação:

- a) Na maioria das ocasiões, as triangulações nasceram a pedido da associação pré-estabelecida entre o primeiro e segundo ofertante, que propuseram o projeto aos receptores. Pelo menos esse foi o caminho identificado em projetos nascidos a partir de acordos de associação, memorandos de entendimento, fundos regionais e acordos para a cooperação com terceiros países formados por pares de parceiros como a Argentina e o Japão, México e Japão, Chile e Estados Unidos, assim como com o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
 - b) Outro bloco de cooperações nasceu a pedido dos receptores, porque optaram pelas licitações oferecidas pelos parceiros ofertantes, ou pelo seu conhecimento de boas experiências nacionais (do primeiro ofertante) ou bilaterais (de colaborações entre o primeiro e o segundo ofertante). Foram os casos dos pedidos do Peru e do Uruguai ao par constituído pelo Brasil e Alemanha ou do projeto de apoio pedido pela Bolívia ao mesmo Brasil e a Itália.
 - c) Também houve projetos triangulares nascidos do pedido dos segundos ofertantes. Trataram-se de experiências que na sua origem se planejaram de forma bilateral mas que, uma vez identificadas as necessidades dos receptores, constatou-se a necessidade de apoio técnico por parte de um primeiro ofertante regional. Foram estes os casos de algumas cooperações entre o Japão e o Paraguai, e da Alemanha conjuntamente com o Paraguai e o Equador, em que, conhecendo as suas capacidades concretas, se convidou o Brasil e o México a participar, respectivamente.³
2. No entanto, importa aqui assinalar aqui que, cada uma destas variantes de início de projeto não conduziu, necessariamente, ao mesmo final. Dito de outra forma: o quadro institucional e operativo sob o qual acabaram por funcionar cada um dos projetos diferiu. A título de ilustração, identificaram-se acordos trilaterais (por exemplo, na colaboração entre o Peru, Brasil e Alemanha para promover um Centro de Tecnologia Ambiental); combinaram-se dois acordos bilaterais (casos do projeto entre a Bolívia, Brasil e Itália na luta contra incêndios e os do Japão e Chile com a Colômbia e Equador); houve inclusivamente acordos assinados com carácter quadrangular (projeto mexicano – alemão) para o fortalecimento dos processos de qualidade nas empresas, em execução em dois países diferentes, Equador e Paraguai, em que se obteve a assinatura dos quatro países).
 3. Por fim e relativamente ao modelo de financiamento que acompanhou as ações e os projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular registrados na Ibero-América em 2011, importa assinalar que a constante voltou a ser a coexistência de muitas casuísticas diferentes. Ainda assim, identificaram-se algumas tendências que foram muito determinadas por quem exerceu o papel de segundo ofertante e pela tentativa destes de harmonizar as suas diferentes experiências no quadro da articulação e financiamento da cooperação triangular. Neste sentido, destacaram-se a expansão dos fundos regionais de cooperação, um instrumento que se consolidou, apesar de ter assumido formatos diferentes, nos projetos e ações que se promoveram sobretudo na Alemanha (ver Quadro III.3), em Espanha e nos Estados Unidos.

3- Por outro lado, segundos ofertantes como a Austrália e a Coreia, juntaram-se às cooperações que países como a Colômbia tinham com as regiões da Meso-América e Caribe. Não se incluíram neste bloco, no entanto, por não existir clareza acerca da origem do pedido: quer dizer, por não se poder saber se o pedido veio da Austrália e Coreia ao conhecer a experiência, ou da Colômbia, num processo de procura de apoio em terceiros países.

Tabela III.4. Seleção das fórmulas de articulação da CSS Triangular. Caso do Brasil. 2011

SEGUNDO OFERTANTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	MECANISMO DE ARTICULAÇÃO
ALEMANHA	Centro de tecnologias ambientais (CTA)	PERU	<ul style="list-style-type: none"> O projeto nasce de um pedido do SENATI (instituição peruana) ao Brasil, o qual posteriormente convida a agência alemã (GIZ) para participar. Uma vez determinada a associação trilateral, todas as etapas (negociação, formulação e execução) desenvolveram-se envolvendo as três partes.
ITÁLIA/CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO (CAF)	Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integral de Saúde (SNIS) com ênfase em localidades com menos de 5.000 habitantes	URUGUAI	<ul style="list-style-type: none"> O projeto é resultado de um pedido do Governo do Uruguai após a detecção de falhas no Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS). O pedido baseia-se no reconhecimento das competências desenvolvidas pelo Brasil com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e das bem sucedidas experiências dos projetos de cooperação executados entre a GIZ e o Brasil. O pedido estrutura-se sobre um projeto de cooperação triangular Brasil/Alemanha/Uruguai.
	Programa "Amazônia sem Fogo"	BOLÍVIA	<ul style="list-style-type: none"> Apoia-se no "Memorando de Compreensão entre o Brasil e a Itália para realizar atividades de cooperação em terceiros países" (2007) e o seu posterior "Programa de Cooperação Técnica Trilateral" (2009). Nasce do interesse em replicar uma experiência bilateral bem sucedida no combate de incêndios florestais. A partir da divulgação dessa experiência, em 2009, o Governo Boliviano manifestou o seu interesse em desenvolver ações para a redução de incêndios na Amazônia. Esse mesmo ano desenvolveram-se reuniões técnicas entre a Bolívia, Itália e Brasil para a elaboração do documento conceptual do Programa. Em 2012 assinam-se dois acordos bilaterais: o de Cooperação entre a Bolívia e a Itália; o subsidiário entre a Bolívia e o Brasil.
JAPÃO	Fortalecimento da transparência e desenvolvimento da capacidade dos governos locais	PARAGUAI	<ul style="list-style-type: none"> O projeto surgiu a pedido do Japão para o apoio a uma iniciativa bilateral com o Paraguai, atendendo às suas necessidades em gestão de Administração Pública Municipal. Convida o Instituto de Administração Pública de Curitiba do Brasil a participar na iniciativa como executor técnico do projeto. Ao acordo bilateral entre o Japão e o Paraguai, documento assinado entre o Brasil e o Paraguai
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)	Promoção e proteção social de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de trabalho infantil	EQUADOR BOLÍVIA PARAGUAI	<ul style="list-style-type: none"> O quadro de atuação é o "Programa de Associação Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul", uma iniciativa do Governo do Brasil e da OIT, em execução desde 2009. Através deste apoiam-se os países em desenvolvimento na implementação de diferentes iniciativas relacionadas, entre outras, com a "Agenda hemisférica para o trabalho decente" e com as políticas e programas de proteção social, tudo isto a partir de experiências e boas práticas do Brasil em ambas as matérias. Os projetos são "demand-driver" e nascem por pedido dos países receptores. A formulação e execução do projeto realiza-se de forma conjunta entre as três partes (instituições cooperantes do Brasil, receptor e OIT).
	Promoção da Área de segurança social	PARAGUAI	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Quadro III.3. A Alemanha e o seu Fundo de Cooperação Triangular para a América Latina e Caribe

Tal como se foi constatando nas sucessivas edições do presente Relatório, a Alemanha é um dos cooperantes tradicionais que mais presença tem na Cooperação Sul-Sul Triangular da América Latina. A aposta deste país em promover esta modalidade de cooperação na região, está patente em dois dos documentos de política nacional que alinham os seus compromissos internacionais com a cooperação para o desenvolvimento com a sua aposta regional: o contrato de coligação governamental e a Estratégia de Governo Federal para a América Latina. Em ambos os documentos, a cooperação “trilateral” refere-se à “cooperação entre um cooperante tradicional – como a Alemanha – um país de rendimento médio da região e um país terceiro beneficiário” (BMZ y GIZ, 2012; p.1).

Com o propósito de que a referida cooperação seja progressivamente mais eficaz, assim com de conseguir ações sustentáveis nos seus resultados mas também na “manutenção a longo prazo de relações de confiança” entre todos os participantes, a Alemanha realizou sucessivos esforços de sistematização das suas experiências (BMZ e GIZ, 2012; p.1). Fruto destes esforços, a Alemanha caminha para o desenho de um modelo “normalizado” ou “padronizado” que facilite o funcionamento, conhecimento e a participação dos países nestas iniciativas.

Para tal e de acordo com este objetivo, no passado mês de junho de 2012, em Bogotá, a Agência alemã de Cooperação (GIZ) organizou, conjuntamente com a APC colombiana, uma conferência regional sobre “As perspectivas da Cooperação Triangular na América Latina” na qual apresentou o instrumento em torno do qual formalizou a sua aposta: o Fundo Regional de Cooperação Triangular. Vigente desde 2011, relativamente a este Fundo pode referir-se que:

1. Apesar de se tratar de um fundo financeiro (dispõe atualmente cerca de 4 milhões de euros) (CIDEAL, 2011), a Alemanha não quer reduzir a sua participação na Cooperação Triangular ao mero financiamento: pelo contrário, e de forma prioritária, a Alemanha utiliza o fundo para fortalecer as capacidades institucionais dos organismos e instituições cooperante do resto dos países, recorrendo para tal à “transmissão de conhecimentos sobre os métodos e processos da cooperação alemã” a (BMZ e GIZ, 2012; p.1). Para este efeito, coloca à disposição do resto dos países especialistas nacionais, programas de formação, equipamentos e materiais, entre outros.
2. Não existe uma prioridade setorial sobre os projetos a promover com este fundo. O que é prioritário é cumprirem as condições seguintes:
 - o O país de rendimento médio deve demonstrar que dispõe das capacidades setoriais que oferece, assim como dos recursos institucionais adequados para a sua adequada transferência.
 - o Os países receptores devem dispor de estruturas que lhes permita a realização do projeto;
 - o Mas o mais importante é que a articulação entre as capacidades transferidas por uns e o pedido de apoio dos outros sejam claros e estejam em consonância com as prioridades das políticas de desenvolvimento de ambos os países.
3. Neste caso, a contribuição financeira alemã não deve superar os 300.000 euros nem ser superior a 50% do orçamento final do projeto.
4. Os países participantes podem apresentar duas propostas de licitação anuais, através das embaixadas que a Alemanha tem nos seus países. São estas que as enviam ao Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ). Após os resultados das licitações, os três países participantes formulam o projeto e elaboram conjuntamente os seus relatórios antecipados e finais.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; página digital da Agência Alemã de Cooperação GIZ (<http://www.giz.de/>); CIDEAL (2011); Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ) (2012); BMZ e GIZ (2012).

Em síntese, durante 2011 identificaram-se algumas relações “preferenciais” no âmbito da Cooperação Sul-Sul Triangular. Mas o estabelecimento de algumas associações de carácter estável entre alguns cooperantes não significou, por agora, a existência de um padrão de articulação, funcionamento e financiamento “padronizado”, nem, muito menos ainda, extensível e reproduzível a outros quadro de relação. Neste sentido e sob esta cooperação triangular em auge mas ainda muito nova, os principais cooperantes continuaram a executar os seus projetos experimentando fórmulas muito variadas, algumas das quais, no entanto, compartilham características em termos de quem solicitou a cooperação, do quadro institucional sob o qual se executou e do mecanismo com que foi financiada. A informação disponível sugere contudo que os cooperantes mais ativos continuarão a refletir em busca de fórmulas que melhorem respondam às necessidades de triangulação da região.

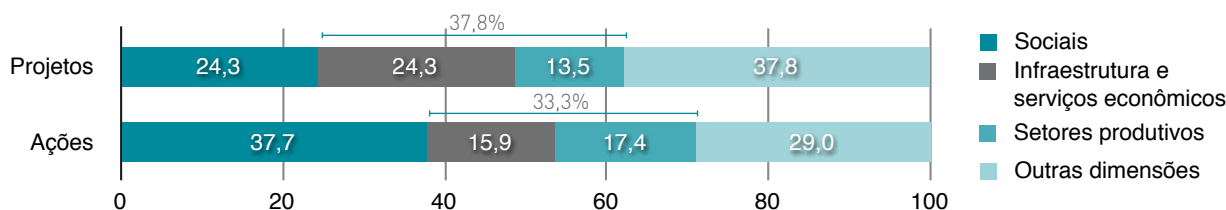
III.4. Perfil regional de capacidades e necessidades

Num quadro de cooperação técnica baseado no intercâmbio e na transferência de capacidades, todos os conhecimentos sobre o perfil setorial se transformam numa ferramenta de gestão imprescindível. O referido conhecimento facilita a identificação tanto das capacidades a transferir como daquelas que se quer reforçar, o que agiliza por sua vez todo o processo de identificação e negociação dos projetos, principalmente quando participam vários atores. Por este motivo, esta última seção desenha o perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular de 2011 na Ibero-América: para o conjunto da região e para os principais participantes. Assim, e com o objetivo de identificar, em primeiro lugar, qual foi o perfil das capacidades mais apoiadas a partir da cooperação triangular promovida na Ibero-América ao longo de 2011, elaboraram-se os Gráficos III.2 e III.3. Ambos os gráficos mostram o peso dos setores de atividade e dos seus respetivos tratamentos agregados (conjunto dos setores sociais, económicos ou outros) para o total dos 74 projetos e 70 ações triangulares finalmente registradas. Da sua observação conjunta tiram-se as seguintes conclusões:

1. No que diz respeito aos projetos, as áreas Económicas e Sociais explicaram mais de 60% da atividade promovida. Dentro destas houve, no entanto, uma clara proeminência das primeiras: representaram 38% dos 74 projetos frente 24% das segundas. O peso económico coincidiu com o que as Outras áreas mantiveram, dado este que dá ideia da importância que tiveram os setores classificados sob esta terceira rubrica.
2. De fato, foi dentro destas Outras dimensões de atividade que se contabilizaram os projetos meio ambientais que explicaram a maior parte das triangulações de 2011 (praticamente 22% das totais). Sob este mesmo agrupamento setorial destacaram-se as de apoio à gestão e ao serviço público, assim como aos direitos humanos (13,5%).

Gráfico III.2. Cooperação Sul-Sul Triangular, por grupos setoriais de atividade. 2011

Em percentagem

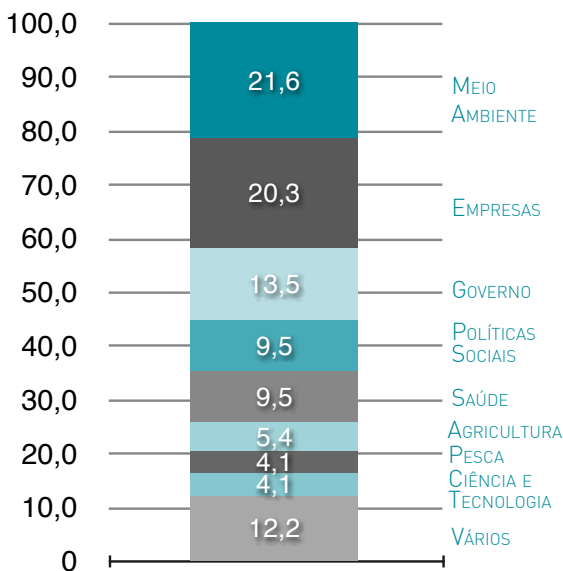


Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

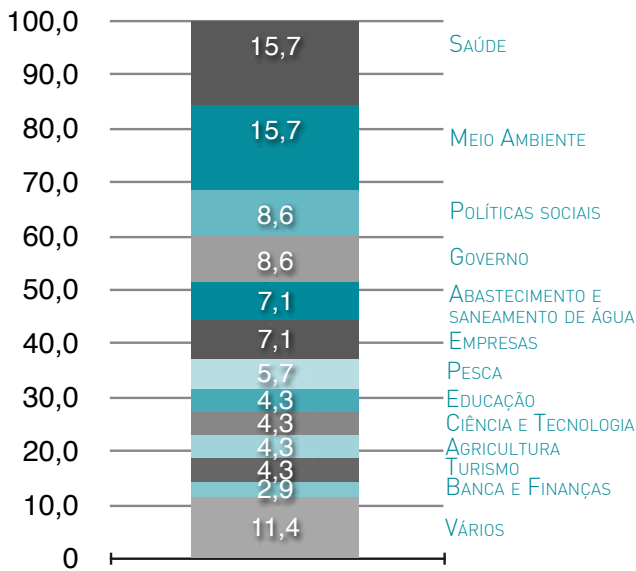
Gráfico III.3. Cooperação Sul-Sul Triangular, por sectores. 2011

Em percentagem

III.3.A. Projetos



III.3.B. Ações



Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

3. Outro bloco de atividades que teve um peso muito importante (equivalente a 20% dos 74 projeto) foi o bloco formado pelas triangulações relacionadas com o fortalecimento das empresas, especialmente as médias e pequenas. O âmbito econômico complementou-se com os projetos agropecuários e pesqueiros, os quais representaram, em conjunto, 10% da cooperação registrada em 2011.
4. Os projetos de Cooperação Sul-Sul Triangular registrados na área social foram basicamente formados por dois tipos de atividades: as relacionadas com a saúde (9,5%) e as destinadas ao fortalecimento e intercâmbio de experiências no âmbito das políticas sociais (9,5%). Um exemplo que ligaria de fato elementos de ambos os setores seria o do Quadro III.4, relativo a um projeto executado pelo Brasil e Alemanha para fortalecer o sistema universal de cobertura da saúde no Uruguai.
5. Por outro lado, uma análise detalhada dos conteúdos dos projetos confirma o já apontado em edições anteriores deste Relatório: que a Cooperação Sul-Sul Triangular tem um elevado componente científico-tecnológico. A título ilustrativo, no âmbito do meio ambiente destacaram-se projetos dedicados à gestão de bacias hidrológicas, de resíduos sólidos ou de medição da qualidade do ar, todos eles com necessidade de infraestruturas e formações que requerem a gestão da inovação e de novas tecnologias. O mesmo aconteceu nas áreas de empresa (onde uma grande parte dos projetos se relacionou com a transferência de recursos e capacidades tecnológicas para as PME), de fortalecimento dos governos (implementação de sistemas de voto eletrônico) e de saúde, destacando-se, neste caso, a triangulação entre a Argentina, a OPS e a República Dominicana para transferir e harmonizar processos normativos e técnicas de laboratório ligadas à garantia de acesso da população aos medicamentos em condições inócuas (Quadro III.5).

Quadro III.4. Fortalecendo um modelo de cobertura universal da saúde: a experiência do Brasil, da Alemanha e do Uruguai

Ao longo do ano de 2008, o Governo do Uruguai elaborou um diagnóstico sobre o funcionamento do seu Sistema Nacional Integral de Saúde (SNIS). O objetivo era identificar falhas do sistema, desenhar uma estratégia nacional para o seu fortalecimento e realizar em seguida uma reforma que conseguisse finalmente uma cobertura médica plena e de qualidade para todo os cidadãos da República. Assim, implementaram-se medidas em torno de três eixos de ação: o modelo de financiamento, o de gestão e o que afeta os cuidados primários. Dentro desta última linha abordou-se um desafio importante: como avançar na garantia à saúde de toda a população, com ênfase nas populações rurais de difícil acessibilidade e de tamanho menor, com um número de habitantes inferior aos 5.000.

De acordo com este objetivo, o Uruguai articulou um conjunto de medidas entre as quais incluiu a aposta em projetos de cooperação que contribuíssem para o reforço de algumas linhas específicas. Neste sentido e para o caso concreto do aumento da cobertura sanitária em populações rurais, o Uruguai olhou para o Brasil e para a Alemanha e pediu a estes um projeto de cooperação triangular. O referido pedido foi determinado pela constatação, por um lado, da experiência do Brasil na gestão descentralizada da saúde e, por outro, pela dilatada colaboração entre este país e a Alemanha em diferentes projetos sanitários. De fato:

1. A partir do ano de 1988, coincidindo com a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil, este país desenvolveu um Sistema Único de Saúde (SUS) que delegou a gestão em três atores diferentes: o Governo Federal, os Estados e os Municípios. Esta experiência de descentralização da gestão da saúde pública permitiu conseguir a mesma meta que o Uruguai aspira: levar a saúde aos locais mais isolados do país, em concreto, e considerando as diferenças devido às diferentes dimensões dos países, o Brasil conseguiu aumentar a cobertura sanitária dos 30 milhões de brasileiros para os 190 milhões (Tolentino, 2009).
2. Além disso, o Brasil e a Alemanha tiveram uma longa experiência de colaboração na área da saúde. Entre os diferentes projetos de colaboração nesta área que ocorreram entre os anos de 2006 e 2009, por exemplo, destacam-se o de apoio da Agência Internacional de Desenvolvimento alemã (GIZ) ao fortalecimento do Plano Estratégico de Saúde 2005-2010, o apoio ao Programa Nacional brasileiro de Luta contra o VIH-SIDA, assim como a outras áreas da Saúde Pública, como as relacionadas com a formação de redes de Cuidados Primários.
3. A pedido do Uruguai, as três partes negociaram, formularam e aprovaram um projeto de Cooperação Sul-Sul Triangular dedicado ao "Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde do Uruguai, com ênfase em localidades de menos de 5.000 habitantes". As localidades escolhidas para promover o projeto foram todas as que pertencem aos departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo e Rocha.
4. As primeiras atividades iniciaram em junho de 2012, altura praticamente coincidente com a assinatura do Convênio de Cooperação Triangular que se constituiu como quadro institucional do projeto. Prevê-se que esteja em execução até ao final de 2012.
5. As contribuições dos países são diferentes: o Brasil coopera através do Ministério da Saúde, o organismo que tem a experiência no âmbito da implementação de um Sistema Único de Saúde com gestão descentralizada, assim como da sua Agência de Cooperação, a ABC; entretanto, a Alemanha apoia o Brasil na transferência de capacidades a partir da transferência, pela sua vez, de metodologia para a cooperação no âmbito da saúde

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; Relatórios de imprensa do Ministério de Saúde Pública (MSP) da República do Uruguai (http://www.msp.gub.uy/index_1.html); Tolentino (2009).

Quadro III.5. A Argentina e a Organização Pan-americana da Saúde (OPS): fortalecendo a R. Dominicana no seu esforço por garantir à população o acesso a medicamentos de qualidade

De acordo com a Organização Pan-americana da Saúde (OPS), entre os direitos humanos básicos encontra-se o “correto acesso”, por parte da população, em condições de qualidade, justiça e equidade, aos medicamentos. Por este motivo, entre as funções da referida organização como da sua homóloga a nível mundial (a OMS), destacam-se:

- A padronização e harmonização de processos e normas de qualidade e inocuidade dos medicamentos;
- A promoção de sistemas de financiamento que facilitem e garantam o seu acesso;
- A prevenção da comercialização e consumo de medicamentos falsificados (10% do mercado mundial; entre 25% e 50% do dos países em desenvolvimento) (<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs275/es/>).

Neste sentido, a OMS e a OPS facilitam que os diferentes quadros normativos nacionais (reguladores de todo o processo de produção, armazenamento e distribuição dos medicamentos e, inclusivamente, da sua importação e exportação), assim como as suas diferentes capacidades técnicas (laboratórios, institutos ou centros de controlo de qualidade) converjam, atualizem os seus processos de inovação e se ajustem a favor desse objetivo comum que beneficia a todos.

Desde setembro de 2010, uma das ferramentas através das quais a OPS decide contribuir para todo este processo na América Latina e Caribe, é a cooperação triangular. Mais especificamente, a OPS apoia o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre as Autoridades Reguladoras Nacionais de Medicamentos e Produtos Biológicos dos países da região. No caso concreto da triangulação entre a Argentina, a Organização Pan-americana da Saúde e a República Dominicana, a OPS apoia tecnicamente e facilita a colaboração entre o Instituto Nacional de Medicamentos (INAME) da Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) da Argentina e o Laboratório Nacional de Saúde Pública Dr. Defilló da República Dominicana, dependente do Ministério de Saúde Pública e Assistência Social (SESPAS): a primeira, reconhecida e certificada pela OPS/OMS, desde julho de 2011, como “Autoridade Reguladora de Referência Regional para Medicamentos”; a segunda, com a aspiração de melhorar e transformar-se em referência regional para o Caribe.

Por fim, o projeto foi implementado em 9 mesas e articulou-se em torno de estágios e formações nas áreas de microbiologia, com o objetivo de fortalecer o controlo de qualidade rotineiro de medicamentos injetáveis e antibióticos. Na negociação, aprovação e formulação do projeto participaram todas as partes, envolvidas também de forma proporcional na assunção da responsabilidade financeira do projeto, cujo custo final de orçamentou acima dos 70.000 dólares, repartidos da seguinte forma: 44% assumido pela Argentina, 25,5% pela OPS, e os restantes 25,5% pela República Dominicana.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação; e páginas digitais das Organizações Pan-americana e Mundial da Saúde (OPS e OMS) (www.paho.org) (www.who.int)

6. Por fim, o perfil setorial das ações triangulares compartilhou alguns elementos com o correspondente ao dos projetos, mas mostrou algumas características diferentes. Mais especificamente

- a) A maior parte das ações (38%) foram dedicadas maioritariamente ao fortalecimento do Social. Sob este perfil, a saúde e as políticas sociais voltaram a ser muito importantes (explicaram um quarto das 70 ações finais), mas também as relacionadas com o saneamento e o abastecimento de água e da educação (outros 7% e 4% adicionais, respectivamente).

b) Entretanto, um terço das ações desenvolveram-se dentro do quadro do Econômico. Dentro desta área houve uma distribuição praticamente paritária entre as triangulações de apoio à geração de infraestruturas e serviços econômicos (empresas, ciência e tecnologia e banca e finanças) e as de fortalecimento aos setores produtivos (pesca, agricultura e turismo).

c) Os restantes 30% das ações foram formadas por Outras atividades que se classificam fora do estritamente socioeconômico, destacando-se entre elas as relacionadas com o meio ambiente (15,7%) e o fortalecimento institucional (8,6%).

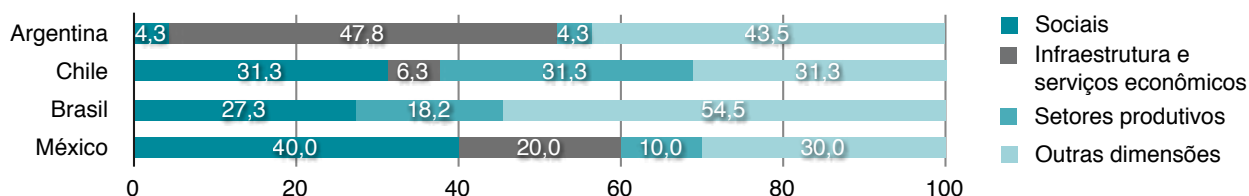
Identificado o perfil de conjunto da cooperação triangular executada na região em 2011, realizou-se um segundo exercício para determinar o padrão de capacidades e necessidades dos diferentes cooperantes. Para este efeito elaborou-se o Gráfico III.4, que associa cada ator e cada papel aos setores de atividade sob os que se classificaram os projetos em que participaram. Importa aqui assinalar que, para que os resultados mostrados no gráfico tivessem representatividade, optou-se por analisar os cooperantes que estiveram presentes, sob o mesmo papel, num mínimo de 10 projetos. Do estudo realizado conclui-se que:

1. Entre os que exerceram o papel de primeiros ofertantes, os perfis de capacidades mais especializados combinaram-se com outros que mostraram um notável grau de diversificação. Com efeito, a Argentina e o Brasil desenvolveram a maior parte dos seus projetos em âmbitos concretos nos quais denotavam ter força: nas áreas econômicas e noutras dimensões, no caso argentino (mais de 95% em apoio a PME e conservação do meio ambiente); fortalecimento institucional, no brasileiro (mais de metade de projetos em serviços públicos, gestão descentralizada e luta contra o trabalho infantil). Entretanto, o Chile e o México promoveram projetos de natureza variada, entre os quais se destacam os relativos à saúde, à nutrição e à gestão do meio-ambiente.
2. Os pontos fortes do Japão e da Alemanha coincidiram no apoio às empresas (quase 30% dos projetos de cada um deles) e na aposta noutras dimensões de atividade (cerca de 45% e 40%, respetivamente). Os conteúdos específicos, porém, diferiram: no aspeto econômico, o Japão orientou-se para as pequenas e médias empresas e a Alemanha para a criação de condições de concorrência e qualidade; noutras âmbitos, a cooperação japonesa centrou-se no meio ambiente e a alemã na promoção do desenvolvimento.
3. Por outro lado, os principais receptores aproveitaram a Cooperação Sul-Sul Triangular para fortalecer-se em diferentes âmbitos de capacidades. Por setores e países destacam-se: a agricultura e o fortalecimento institucional (Paraguai); saúde, saneamento e abastecimento de água, saúde e apoio às instituições de governo (Bolívia); e promoção do tecido empresarial, comércio e gestão de recursos naturais (Equador).

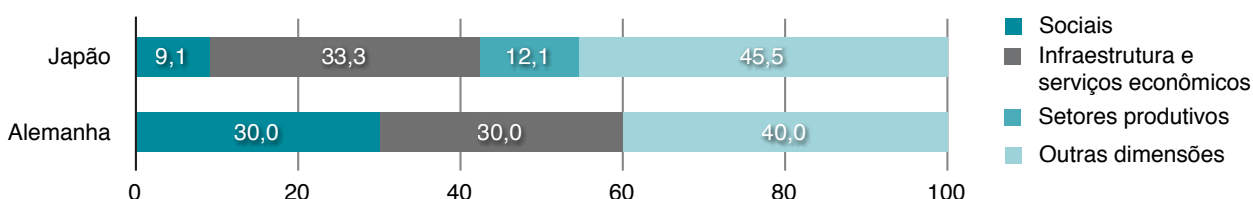
Gráfico III.4. Perfil setorial da Cooperação Sul-Sul Triangular. Principais cooperantes. 2011

Em percentagem

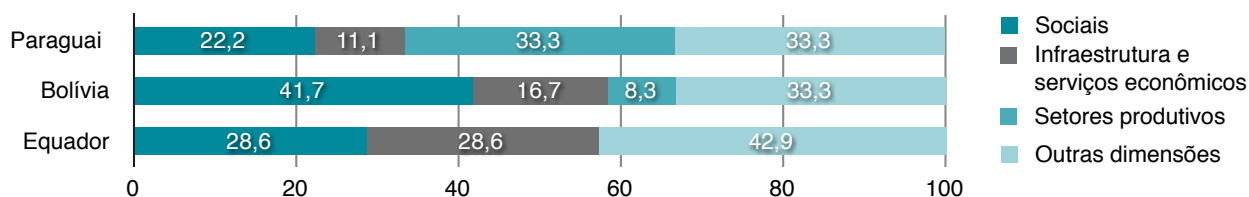
III.4.A. Primeiros ofertantes (Argentina, Chile, Brasil e México)



III.4.B. Segundos ofertantes (Japão e Alemanha)



III.4.C. Receptores (Paraguai, Bolívia, Equador)



Nota: Consideram-se os países que, no exercício do papel de primeiro ofertante, segundo ofertante e receptor, participaram num mínimo de 8 projetos.

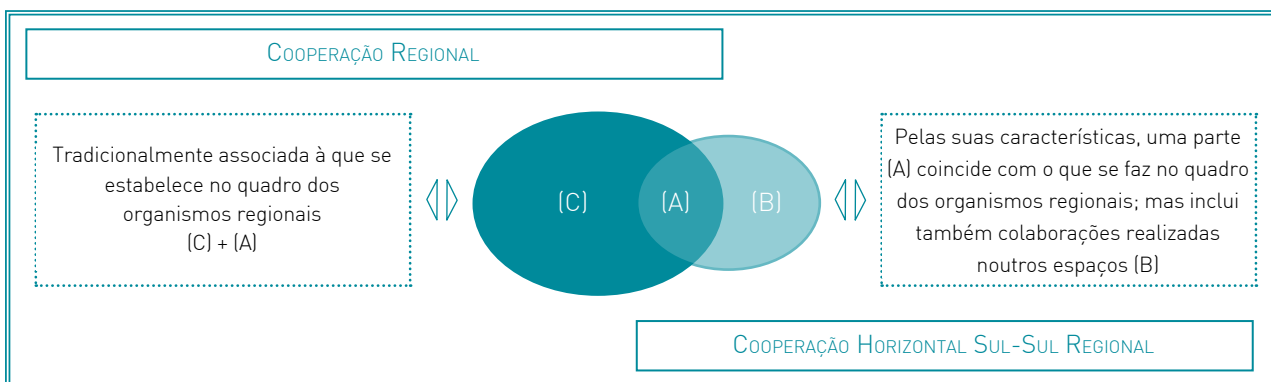
Fonte: SEGIB a partir das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

CAPÍTULO IV
REFLETINDO SOBRE A
COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL

IV.1. Refletindo sobre a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Como se referiu em várias ocasiões, o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* é, sobretudo, um trabalho de reflexão coletiva. De fato, é este exercício conjunto e de carácter intergovernamental que o estrutura e dota de conteúdo: assim, e entre muitas outras questões, tornou possível a identificação dos princípios que acompanham a prática da Cooperação Sul-Sul, a seleção das unidades de análise com as quais se sistematiza e a definição das modalidades de cooperação técnica sob as quais se executa.

Esquema IV.1. Interpretação da CHSS Regional perante a sua conceptualização tradicional



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Entre todo o trabalho realizado e para efeitos deste capítulo, destacaram-se os debates que os países mantiveram (fundamentalmente nos workshops de Lima 2011¹ e Montevideu 2012²), para avançar na definição da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Neste sentido, os esforços centraram-se em procurar as características ou critérios de definição que a identificassem e que permitissem, por sua vez, diferenciá-la da cooperação regional tal como tradicionalmente foi concebida. Dito de outra forma, e tal como se observa no Esquema IV.1, o desafio resumia-se a como caracterizar esta modalidade mostrando simultaneamente que:

1. Apenas uma parte (assinalada com um A no Esquema) da cooperação é executada sob quadros regionais (entendendo por estes, esquemas ou organismos como a CAN, a Conferência Ibero-americana, o MERCOSUR ou o SICA, entre outros) é Horizontal Sul-Sul;
2. Existe outra parte (B) da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que que é não executada sob esses quadros de integração e concertação, mas sob outros diferentes, como, por exemplo, o acordo de Cooperação do México com os países membros do SICA).³

Assim e de acordo com este objetivo, os países acordaram que sob esta modalidade de Cooperação classifica-se a que cumpre simultaneamente as seguintes condições (PIFCSS e SEGIB, 2012):

1. Participam nesta, conjuntamente com outros possíveis parceiros, um **mínimo de 3 ou mais países em desenvolvimento**, independentemente da sua função (cooperante, coordenador, administrador...).

1- Seminário-Workshop "Melhorando o Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011". Lima, 3 e 4 de março de 2011.

2- Seminário-Workshop sobre "Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012: revisão, melhoria e incorporação de indicadores" celebrado em Montevideu, 27 a 29 de março de 2012

3- Quer dizer, o Programa de Cooperação do México com a Meso-América (ver Capítulo IV da SEGIB, 2011)..

2. Tem um **enfoque regional**, no sentido em que **tanto o objetivo** (a integração e/ou o desenvolvimento da região) **como a estratégia**, são compartilhados por ofertantes e receptores.
3. É **acordada e desenhada de forma conjunta** por todos os países participantes.
4. É executada sob um **quadro de institucionalidade**, independentemente da variante sob a qual se apresenta (entre estas, esquema de integração tradicional,⁴ programa promovido pelos países, esquemas de concertação setorial⁵ e apoio de um banco de desenvolvimento⁶).
5. Instrumentaliza-se através de **Programas** (conjunto de projetos orientados para um mesmo objetivo), **Projetos** o **Ações de Cooperação**.

A sua delimitação conceptual cada vez maior não se traduz num exercício fácil e claro de registro sistemático da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Isto poder-se-á dever, entre outras questões, às seguintes:

1. O fato de estar (ver de novo o Esquema IV.1) perante um universo de experiências potencialmente tão amplo e que, por isso, fica limitado a um universo muito mais reduzido.
2. A constatação, como se verá, de que, contrariamente ao que costuma acontecer nas modalidades bilateral e triangular, quem reporta as experiências (Agências e Direções Gerais de Cooperação) não costuma ser protagonista desta Cooperação.

Esta dificuldade de registro, que tem vindo a ser uma característica própria deste capítulo, obrigou, nas edições anteriores, a abordar a análise desta modalidade a partir da perspectiva do estudo de casos. Para a presente edição, porém, optou-se por inverter o enfoque: quer dizer, por utilizar a análise de todas as experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registradas em 2011 para aprofundar um pouco mais as características que lhes estão associadas.⁷ O objetivo final é que no futuro se possa avançar em três coisas: uma reformulação da sua definição, um novo método de registro, outra perspectiva de análise.

Assim, o presente capítulo estrutura-se da forma seguinte:

1. Em primeiro lugar, realiza-se uma revisão dos programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional que foram registrados pelos países em 2011.
2. Em seguida, realiza-se um exercício de contraste entre as experiências registradas e as características associadas à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Com este exercício, deve obter-se um conhecimento mais profundo do modo como os países ibero-americanos entendem que se concretizam aspectos como o “enfoque regional”, ou os diferentes formatos que apresentam os “quadros de institucionalidade”, entre outros.
3. Por fim, abordam-se as lições obtidas e desenvolvem-se algumas reflexões que poderão contribuir para os futuros debates sobre esta modalidade de Cooperação em particular.

4- Aliança Bolivariana para as Populações da Nossa América (ALBA), Comunidade Andina das Nações (CAN), Conferência Ibero-americana, MERCOSUR, Projeto Mesoamericano, Sistema de Integração da América Central (SICA), entre outros.

5- Conferência Ibero-americana de Ministros da Justiça (COMJIB), Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Organização Pan-americana da Saúde (OPS), referindo alguns.

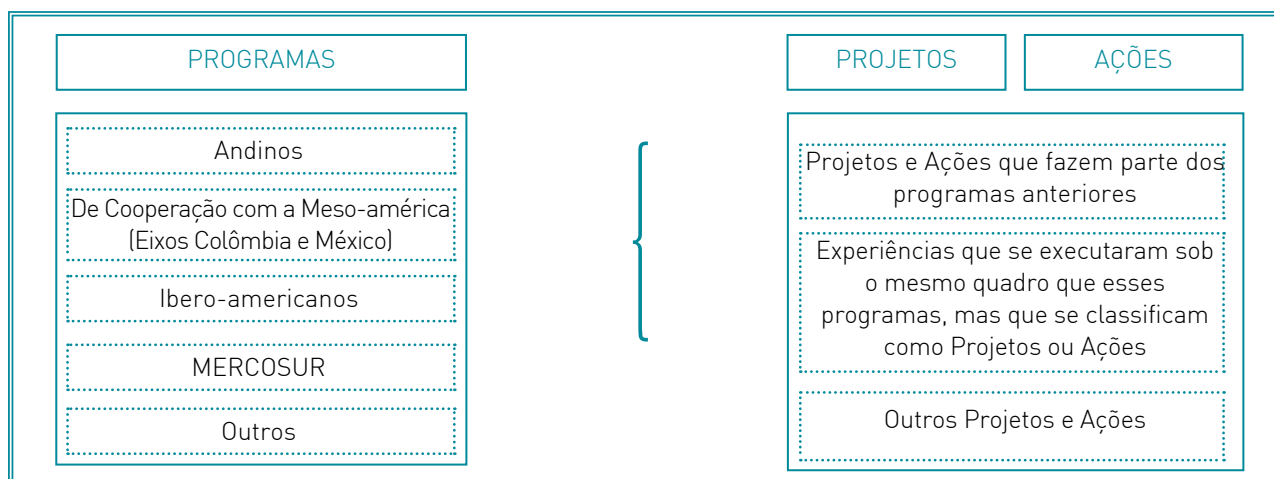
6- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Sul, Banco do ALBA.

7- Dito por outras palavras, optou-se por aprofundar um dos requisitos exigidos à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional.

IV.2. Breve revisão da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011

Para o ano de 2011, as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos reportaram mais de 120 experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, todas elas instrumentalizadas através de programas, Projetos e Ações (Esquema IV.2). As Tabelas IV.1 (programas de CHSS Regional de 2011) e IV.2 (seleção de parte dos Projetos e Ações) pormenorizam estas 120 experiências.

Esquema IV.2. Caracterização da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registrada em 2011



Fonte: Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

A respeito destas e a partir da observação conjunta do esquema e das tabelas, podem referir-se as seguintes questões:

1. Aproximadamente um terço do que foi registrado foram Programas de Cooperação. Entre estes destacam-se:
 - a) Os executados sob a órbita dos organismos andinos (preferencialmente a Comunidade de Nações – CAN -), a Conferência Ibero-americana e MERCOSUR.
 - b) Os promovidos pela Colômbia e pelo México para a Meso-América, como parte do Mecanismo de Diálogo e de Concertação de Tuxtla, assim como para o Caribe.
 - c) Experiências mais heterogêneas que aglutinaram desde as executadas como parte do Plano Trifinio (El Salvador, Guatemala, Honduras), até às realizadas sob os acordos de colaboração do Brasil com a OIT, e o FMI, para dar alguns exemplos.
2. O resto das experiências reportadas (cerca de dois terços do total) foram Projetos e Ações que responderam a três padrões de características diferentes:
 - a) Parte destes eram, de fato, os Projetos e as Ações em torno dos quais se executaram os anteriores Programas de Cooperação;⁸

8- No fundo, reportar estes Projetos e Ações denota ainda um problema de registro e de assimilação dos conceitos. Quer dizer, na CHSS Bilateral, por exemplo, quando se reporta um projeto, nunca se reportam por sua vez as Ações em torno das quais se executaram. As Ações reportadas são-no porque foram "isoladas" e não fizeram parte de um projeto. Na CHSS Regional deveria acontecer o mesmo: quer dizer, quando se reportou um programa, não se deveriam reportar os Projetos e Ações que tornaram possível a execução do referido programa.

b) Um segundo grupo relacionou-se com Ações ou Projetos que compartilhavam o quadro de ação com os programas anteriores, mas não faziam parte deles;⁹

c) O terceiro referiu-se a experiências totalmente alheias aos dois blocos anteriores.

Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. 2011

PROGRAMA	NOME	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
ANDINOS (CAN)	Organismo Andino de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU)	Bolívia, Equador e Chile.	Contribuir para integração andina e sul-americana na saúde, fortalecimento da rede andina de vigilância epidemiológica e resposta com ênfase nos âmbitos de fronteira e articulá-la com as existentes sul-americanas.
	Programa BioCAN	Bolívia, Colômbia, Peru e Equador.	Fortalecer as experiências existentes na região e promover modelos adequados de gestão sustentável dos recursos da biodiversidade Andino-Amazônica.
	Programa de Adaptação ao Impacto do Retrocesso Acelerado de glaciares nos Andes Tropicais (PRAA)	Administrador: Bolívia; Financiador: GEF (Global Environmental Facility); Receptores: Colômbia, Equador e Peru.	Reforçar a capacidade de adaptação aos impactos negativos das mudanças climáticas nos ecossistemas e economia local aos impactos do retrocesso dos glaciares nos Andes Tropicais, através de atividades específicas piloto de adaptação que mostrem custos e benefícios da adaptação.
DA COOPERAÇÃO COM A MESO-AMÉRICA (EIXO COLÔMBIA)	Programa Regional de Cooperação da Colômbia com a Meso-América	Colômbia (Ofertante); Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, R. Dominicana (Receptores)	Contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos países mesoamericanos a partir das boas práticas Colombianas tanto a partir da institucionalidade pública como da do setor privado e civil.
DA COOPERAÇÃO COM A MESO-AMÉRICA (EIXO MÉXICO)	Rede Mesoamericana de Recursos Biótico	México (Ofertante); Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e Colômbia (Receptores)	Desenvolver linhas de geração e aplicação de conhecimento, formar recursos humanos e relacionar-se com o enquadramento social e governamental para conseguir o trânsito para o desenvolvimento sustentável da região.
	Programa de Apoio à MPME Turística da América Central, em Acesso ao Financiamento		Apoiar as Administrações Nacionais de Turismo da Região da América Central e a Federação de Câmaras de Turismo da América Central (FEDECATUR), no desenvolvimento de programas de acesso a financiamento e formulação, qualificação e avaliação de Projetos turísticos.
	Programa de apoio técnico para o desenvolvimento de esquemas de financiamento para cuidados a emergências e assegurar as infraestruturas.		Transferência de conhecimentos técnicos e normativos para formar fundos destinados a dar cuidados de emergência e de prevenção às mesmas, assim como esquemas para assegurar a infraestrutura física, adequados às situações de risco e financeiras.
	Programa "Escola México na América Central"		Melhorar o acesso à educação em comunidades deprimidas e de difícil acesso.
	Programa de Formação Internacional do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) do México		Fortalecer a formação dos recursos humanos das instituições acadêmicas e governamentais da América Central orientadas para a geração de análises e informações estatística, econômica e cartográfica.

9- A título ilustrativo, no quadro ibero-americano, por exemplo, a Cooperação executa-se, por um lado, através de programas, e, por outro, através dos denominados Projetos adstritos, que se classificam de forma diferente.

Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. 2011

(continuação)

PROGRAMA	NOME	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
IBERO-AMERICANOS	CYTED (Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento)	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, R. Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.	Fomentar a investigação científica aplicada e o desenvolvimento tecnológico, com resultados transferíveis aos sistemas produtivos e às políticas sociais.
	IBERARCHIVOS (Programa de apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-americanos)	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, El Salvador, México, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, Peru e Uruguai.	Fomentar o desenvolvimento arquivístico na Ibero-América.
	IBERESCENA (Programa de apoio à construção do espaço cênico ibero-americano)	Argentina, Colômbia, Chile, Costa Rica, Equador, Espanha, México, Peru, República Dominicana e Uruguai.	Fomentar a presença e o conhecimento da diversidade cultural ibero-americana no âmbito das artes cênicas (circulação, coprodução, apoio a redes de festivais e de teatros, informação, formação, promoção e fomento da autoria cênica ibero-americana)
	IBERGOP (Escola Ibero-americana de Governo e políticas públicas)	Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Espanha, México, Portugal.	Fortalecimento das instituições democráticas, mediante a formação, o ensino especializado e a investigação.
	IBERMEDIA (Programa de Desenvolvimento Audiovisual em apoio da construção do espaço visual Ibero-americano)	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Guatemala, México, Panamá, Peru, Portugal, R. Dominicana, Uruguai e Venezuela	Assentar as bases de um espaço audiovisual Ibero-americano, fomentando a integração das empresas em redes supranacionais e o intercâmbio de profissionais, montagem inicial de projetos, distribuição dos produtos no mercado regional; formação de recursos humanos.
	IBERMUSEOS	Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai.	Promover a integração, consolidação, modernização, qualificação e desenvolvimento dos museus ibero-americanos. .
	IBERORQUESTAS JUVENILES	Argentina, Colômbia, Equador, Espanha, México, República Dominicana e Venezuela.	Difundir entre as crianças, adolescentes e jovens a prática orquestral como uma valiosa ferramenta para o desenvolvimento artístico e humano, assim como para a integração social dos setores mais desfavorecidos da população.
	IBERPME (Programa de Cooperação Interinstitucional para o desenvolvimento da PME)	Andorra, Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana.	Promover mecanismos para melhorar a competitividade de pequenas e médias empresas a partir de novos esquemas de financiamento que favoreçam a sua inserção nos mercados internacionais.
	IBERVIRTUAL	Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana e Venezuela.	Reforçar e potenciar a educação inclusiva através do fortalecimento da Educação à Distância no EIC (Espaço Ibero-americano do Conhecimento).
	PABLO NERUDA (Mobilidade Acadêmica de Pós-graduação)	Argentina, Colômbia, Chile, Cuba, Espanha, México, Portugal, América Central, Paraguai e Uruguai.	Promover a construção de um espaço comum ibero-americano do conhecimento que favoreça a integração regional através da Cooperação interinstitucional, o fomento e fortalecimento das capacidades de formação de pós-graduação.
PIA (Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de pessoas jovens e Adultas)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e R. Dominicana.	Universalizar, no menor tempo possível e antes de 2015, a alfabetização na região.	

Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. 2011

(continuação)

PROGRAMA	NOME	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
IBERO-AMERICANOS	Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça (COMJIB)	Brasil, Chile, Equador, Espanha, México Paraguai, Peru, R. Dominicana.	Promover um maior acesso à justiça, especialmente dos grupos mais vulneráveis, através de um fortalecimento das políticas públicas dos governos da região.
	Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.	Fortalecer e dinamizar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Ibero-americana, contribuindo para a qualidade e impacto das suas ações assim como a extensão das boas práticas associadas às mesmas.
	Programa Ibero-americano para a Formação e Transferência Tecnológica em Matéria de Gestão Integrada de Resíduos Hídricos)	Andorra, Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.	Formação e transferência tecnológica em matéria de gestão de recursos hídricos, com especial ênfase no abastecimento e saneamento em pequena escala, em populações vulneráveis.
	PROTERRITORIOS (Programa Ibero-americano em Gestão Territorial)	Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Panamá e Peru.	Melhorar a qualidade, a eficiência e o impacto das políticas e a despesa pública, através de processos de formação em gestão, territorial nas instituições, organizações sociais, atores e agentes públicos.
	RADI (Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-americanos)	Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, R. Dominicana, Uruguai e Venezuela.	Estabelecer um sistema comum da organização de acervos documentais; estimular o trabalho de investigação sobre as relações diplomáticas dos nossos países e a sua difusão; e facilitar a coordenação dos Ministérios de Assuntos Exteriores.
	TEIB (Programa de Televisão Educativa Ibero-americana)	Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, R. Dominicana e Venezuela.	Contribuir para o desenvolvimento da educação e da cultura através da utilização da televisão via satélite e outros meios derivados das novas tecnologias da informação e comunicação. Rede educativa institucional do mundo, formada por mais de 200 instituições de prestígio na Comunidade Ibero-americana.
MERCOSUR	Fortalecimento do Modelo de Gestão da Política de Compras Públicas da Agricultura Familiar	Ofertante: Brasil. Receptores: Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil	Promover o intercâmbio de experiências para construir quadros reguladores e modelos de gestão de Programas de Compras Públicas adequados à realidade de cada um dos Estados Parte do MERCOSUR.
	Formação para advogados de regiões fronteiriças		Facilitar aos advogados dos Estados Partes e Associados do MERCOSUR a absorção de conhecimentos acerca das questões fronteiriças de caráter jurídico dos países com estreita relação com as empresas e organizações brasileiras, sejam elas governamentais ou não, centrando-se na contemplação de aspectos jurídicos e culturais co-relacionados.
	Fortalecimento das Capacidades Reguladoras nas Áreas de Sangue, Hemocomponentes e Hemoderivados		Contribuir para o fortalecimento dos Estados Partes através da melhoria das capacidades técnicas e reguladoras na área de sangue, hemo-componentes e hemoderivados.
	Fortalecimento das Capacidades Reguladoras na Área de Biodisponibilidade e Bioequivalência		Fortalecer as capacidades reguladoras das autoridades sanitárias no âmbito do MERCOSUR para a melhoria do quadro regulador dos Estados no processo de harmonização dos temas de biodisponibilidade e equivalência.

Tabela IV.1. Programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional na Ibero-América. 2011

(continuação)

PROGRAMA	NOME	PARTICIPANTES	OBJETIVOS
OUTROS	Estratégia de Cooperação da Colômbia com a Bacia do Caribe	Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Monserrat, Nicarágua, Panamá, San Cristóbal e Nieves	Promover o desenvolvimento social e econômico da região através do fortalecimento de capacidades, intercâmbio de experiências, construção de redes de trabalho e alianças horizontais, em 7 linhas de trabalho (bilinguismo, cultura, formação técnica para o trabalho, gestão do risco de desastres, meio ambiente, mobilidade acadêmica e segurança alimentar e nutricional).
	Estratégia de Cooperação Internacional em Segurança Integral da Colômbia	Costa Rica, Honduras, Guatemala, Jamaica, Panamá, Haiti.	Compartilhar experiências e capacidades na luta contra o crime organizado.
	Iniciativa Amazônica Contra a Malária (AMI pelas suas siglas em inglês)	Promotor: USAID. Na sub-região amazônica: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, e Suriname. Na Sub-região da América Central: Belize, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.	Fortalecer a prevenção e o controle da malária nas sub-regiões amazônica e da América central, através de assistência técnica tanto norte-sul como Sul-Sul.
	Plano de Ordenamento Territorial e Plano Estratégico para a Região Trifínio	El Salvador, Guatemala e Honduras. Roles: El Salvador elaborou o primeiro Plano de Ordenamento Territorial e o Plano Estratégico para a região Trifínio; Honduras e Guatemala tiveram um papel técnico.	Formar um corredor turístico tri-nacional que promova a região como um polo de atração para os viajantes nacionais e internacionais, com a participação ativa do setor público e privado.
	Programa de Associação Brasil – OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul. Apoio ao Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no MERCOSUR	Ofertantes: Brasil e a OIT. Receptores: MERCOSUR (Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil)z	Iniciativa do Governo do Brasil e da OIT com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento na implementação do "Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica" a partir de experiências e boas práticas brasileiras nesta matéria.
	Protocolo sobre o Programa para o Estudo Regional do Fenômeno de El Niño no Pacífico Sudeste (ERFEN) - Comissão Permanente do Pacífico do Sul (CPPS)	Colômbia, Chile, Peru e Equador	Consolidar um programa integral multidisciplinar para os Estudos do Fenômeno El Niño para poder prever as mudanças oceano – atmosféricas, com antecipação suficiente para permitir políticas de adaptação ou de emergência.
	Programa de formação em finanças públicas	Ofertantes: Brasil e FMI; Receptores: Países da América Latina e do Caribe e da Comunidade de países de Língua Portuguesa (CPLP)	Estabelecer um centro regional de formação para a América Latina

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela IV.2. Seleção de Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. 2011

CLASSIFICAÇÃO	PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL	OBSERVAÇÃO
Projetos e Ações que fazem parte dos programas anteriores	<ul style="list-style-type: none"> Diplomado Internacional em Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua – Setor Público Eficiente. Seminário – Workshop sobre sistemas de identificação e focalização de beneficiários de programas sociais. 	Programa de Cooperação da Colômbia com a Meso-América
	<ul style="list-style-type: none"> Atualização em Prevenção e Reabilitação da Incapacidade Focada nos Novos Desafios da Saúde. Fortalecimento do Ordenamento e Desenvolvimento Pesqueiro na Região da América Central (FODEPESCA) Projeto Integral de Educação Inclusiva Projeto Formação de líderes em doenças crônicas não transmissíveis Projeto Integral de Apoio à Capacidade Institucional dos Países da América Central em Diagnóstico Sanitário Uso Eficiente da Água de Rega de Pequena Escala em Zonas de Vulnerabilidade a Condições Climáticas 	Programa de Cooperação do México com a Meso-américa
Experiências que se executaram sob o mesmo quadro que esses programas, mas que classificam como Projetos ou Ações	<ul style="list-style-type: none"> Curso Andino: Segurança e proteção social Workshop Andino para o intercâmbio de experiências de prevenção em violências baseadas em gênero Workshop Andino sobre segurança alimentar e nutricional 	Projeto de Apoio à Coesão Econômica e Social na Comunidade Andina (CESCAN)
	<ul style="list-style-type: none"> Análise das dinâmicas de Cobertura da Terra nos Países da Comunidade Andina Workshop sobre Certificação de Competências Laborais na Sub-região 	Programa Regional Andino Comunidade Andina - AECID.
	<ul style="list-style-type: none"> Intercâmbio de Experiências em matéria de Cooperação policial operativa na luta contra as drogas Workshop internacional de intercâmbio de experiências no tema de observatórios de Drogas 	Programa Antidrogas Ilícitas na CAN -PRADICAN”
	<ul style="list-style-type: none"> Projeto adscrito virtual Educa União Ibero-americana de Municípios (UIM) FUNDIBEQ/IBERQUALITAS (Programa da Fundação Ibero-americana para a gestão da Qualidade) 	Conferência Ibero-americana
	<ul style="list-style-type: none"> Para uma gestão eficaz dos fornecimentos humanitários 	MERCOSUR
Outros Projetos e Ações	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Tecnologias Locais no Tratamento de Água em Zonas Fronteiriças Geração de oportunidades de mercado para MPME 	Projetos com o BID
	<ul style="list-style-type: none"> Grupo de Trabalho de Alerta de Tsunamis Regional Plano de ação para a proteção do Meio Marino e das áreas costeiras do Pacífico Sudeste 	Comissão Permanente do Pacífico do Sul (CPPS)
	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Tri-nacional de Cafés Especiais Sustentáveis Gestão agroflorestal e bacias 	Plano Trifinio
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento de capacidades em Biotecnologia através da Exploração e Valorização do Genoma da Papa Tecnologia de baixo custo na escola para crianças com múltipla incapacidade severa. Colaboração para suportar com metrologia química a avaliação da qualidade e inocuidade dos produtos do setor agroalimentar. Bio-inovação para as Américas: REDE BIONNA Aplicação de desenvolvimentos tecnológicos para a recuperação de subprodutos da indústria de curtumes e semelhantes. 	Projetos OEA-FEMCIDI
	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Integrada Sustentável dos Recursos Hídricos Trans-fronteiriços da baía do Rio Amazonas considerando a variabilidade climática e as alterações climáticas 	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de política exterior para diplomatas da América Latina e Caribe 	Estratégia de Cooperação do México com o Caribe

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

A título de ilustração e em correspondência com a classificação anterior, entre os principais Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011, destacaram-se:

- a) Os seminários, workshops e Projetos promovidos pela Colômbia e pelo México no quadro dos seus Programas de Cooperação como Meso-América;
- b) As experiências sobre as quais se articularam Projetos da CAN como o de Coesão Social e Luta contra Drogas Ilícitas (CESCAN e PRADICAN) assim como o seu Programa Regional com a AECID, este conjuntamente com os Projetos adscritos Ibero-americanos (como UIM e Iberqualitas), além de outros executados no quadro do MERCOSUR;
- c) Projetos e Ações promovidos em quadros de relações diferentes, como foram os executados a partir de colaborações regionais com o BID ou com o Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) da OEA.

IV.3. Reinterpretando a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Os países Ibero-americanos não reportam apenas os programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional em que participaram em 2011, mas também que acrescentaram, para cada um deles, numerosa informação de carácter qualitativo. Estes dados adicionais ilustram alguns dos aspectos relativos ao funcionamento desta modalidade, entre os quais se destacam os que se referem à sua institucionalidade, às fases de identificação, negociação e formulação, assim como ao modo como as partes distribuíram o financiamento.

Com esta informação adicional, uma nova revisão das experiências de 2011 permitiu definir com mais pormenor as características que se assumiram associadas à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Assim, a presente seção aprofundou a identificação de quem participou nesta Cooperação; as características que orientaram os programas, Projetos e Ações para um enfoque regional; o que realmente dotou de institucionalidade esta modalidade de Cooperação; assim como quem assumiu efetivamente o financiamento.

IV.3.1. Participantes da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional

Conforme o acordado pelas Agências e Direções Gerais de Cooperação, assume-se que, ***na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional participam, conjuntamente com outros parceiros, um mínimo de 3 ou mais países em desenvolvimento, independentemente da sua função ou papel*** (cooperante, coordenador, administrador...). O Esquema IV.3, elaborado a partir da revisão dos registros de 2011, identifica a composição dos parceiros participantes nesta modalidade de Cooperação. De fato, o referido esquema sugere a existência de três blocos de atores:

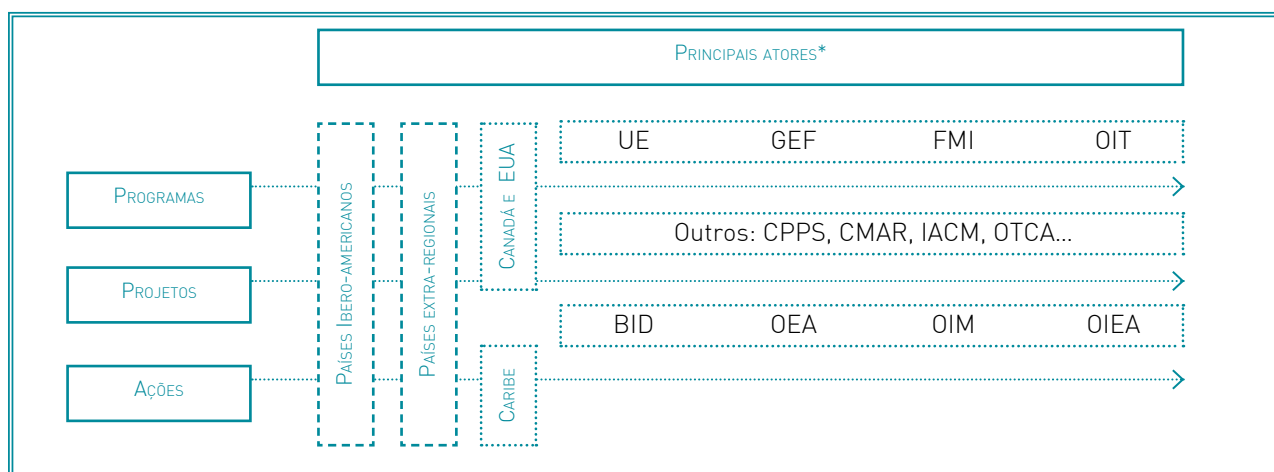
1. Os dois primeiros apoiaram programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional foram formados, por um lado, pelo conjunto dos países ibero-americanos, e, por outro, por países que não fazem parte da Ibero-América.
2. O terceiro foi formado por organismos regionais e internacionais de natureza e objetivos diferentes e surgiram, pontualmente, como parte de programas e Projetos concretos.

Relativamente a estes dois blocos de participante, pode assinalar-se que:

1. A participação dos países Ibero-americanos mostrou algumas características destacáveis:

a) Em primeiro lugar, a revisão efetuada corroboraria que todos os programas, Projetos e Ações de 2011 foram formados, como mínimo, por três países Ibero-americanos em desenvolvimento. O número exato de cooperantes, no entanto, oscilou em função da sub-região concreta: desde as experiências “mais puras”, coincidentes com as executadas dentro do Plano Trifinio, sob o acordo de Cooperação tri-nacional entre El Salvador, Guatemala e Honduras; até às desenvolvidas a partir dos Programas de Cooperação de Colômbia e México com a Meso-América (nove países Ibero-americanos em desenvolvimento);¹⁰ passando pelas experiências andinas ou com o MERCOSUR (quatro parceiros em cada caso).

Esquema IV.3. Atores que participaram na CHSS Regional, por tipo de intervenção. 2011



*As siglas referem-se a: UE (União Europeia), GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente); FMI (Fundo Monetário Internacional); OIT (Organização Internacional do Trabalho); BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento); OEA (Organização de Estados Americanos); OIM (Organização Internacional das Migrações); OIEA (Organização Internacional para a Energia Atômica); CPPS (Comissão Permanente do Pacífico do Sul); CMAR (Iniciativa do Corredor Marinho do Pacífico Este Tropical); IACM (Iniciativa Amazônica contra a Malária); OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica). **Fonte:** Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação.

b) Também, na maioria dos casos, as Agências e Direções Gerais de Cooperação de os países Ibero-americanos em desenvolvimento não participaram diretamente nos referidos programas, Projetos e Ações: os atores governamentais relevantes foram, nestas experiências concretas, ministérios e organismos setoriais. Com efeito e a título ilustrativo, parte das ações no quadro do Plano Trifinio ou da CAN sobre o impacto dos retrocessos dos glaciares, foram executados pelos Ministérios do Meio Ambiente; o que foi realizado em vigilância epidemiológica sob o convênio ORAS-CONHU ou no quadro da Iniciativa Amazônica contra a Malária, pelos Ministérios da Saúde; e as experiências dentro dos programas da COMJIB, pelos Ministérios da Justiça. A estes deveriam acrescentar-se outros atores setoriais como as Agências de Promoção de Exportação de cada um dos países andinos (protagonistas de um intercâmbio para favorecer a inserção das PME nos mercados sub-regionais); ou os organismos públicos para a Mulher (Inmujeres e Sernam, de El Salvador) nas colaborações para o Conselho de Ministras da América Central responsáveis do ramo.

10 - A um padrão semelhante responderiam também os programas bilaterais regionais que o Chile tem com outros países da região e que hoje se concretizam, fundamentalmente, em bolsas e formações.

-
- c) Na maior parte dessas experiências protagonizadas por países Ibero-americanos em desenvolvimento, o papel das Agências, Direções Gerais de Cooperação e Ministérios de Assuntos Exteriores, quando existiram, limitaram-se às tarefas de identificação, coordenação e articulação entre os cooperantes dos diferentes países. A exceção foi o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, o qual, e como já se referiu noutras ocasiões, depende, em todos os seus processos de decisão e execução, dos responsáveis políticos e das unidades técnicas das mencionadas Agências e Direções Gerais.
- d) No entanto dentro do quadro Ibero-americano, houve também outros participantes: Espanha, Portugal e Andorra, os três países de maior desenvolvimento relativo. Presentes em parte dos registros de 2011, a sua articulação e papel na Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional mostrou-se dual. Assim o ilustra o caso de Espanha que apareceu, em parte dos programas Ibero-americanos, e em apoio a outros programas sub-regionais (CAN, MERCOSUR e SICA) e, em todos os casos, combinando a sua contribuição técnica com a financeira, através da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) (aqui sim, com um papel importante do seu Ministério de Relações Exteriores e da sua Agência para a Cooperação ao Desenvolvimento – AECID -). Um resumo do papel que este país desempenhou em 2011 fica patente na Tabela IV.3. de acordo com a qual Espanha contribuiu com quase 20 milhões de dólares para programas e Projetos Ibero-americanos e um mínimo de 6 milhões mais¹¹ para apoiar a Cooperação realizada noutros quadros sub-regionais.
2. Um segundo bloco de participantes, presentes em programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011, foram os países não Ibero-americanos. Entre estes destacaram-se:
- a) Por um lado, a Alemanha, Canadá e Estados Unidos. Trataram-se de três atores que, através fundamentalmente das suas Agências, juntaram-se a alguns países in Ibero-americanos participando em cooperações já existentes e que, nascidas em âmbitos nacionais, bilaterais ou internacionais, acabaram por se “regionalizar”. A título ilustrativo:
- o A Alemanha juntou-se aos países andinos num projeto inicial com o Peru, orientado para o fomento de uma infraestruturas de qualidade para a produção;
 - o A mesma região andina acabou por fazer parte, juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), do programa canadiano de luta contra o crime;
 - o E alguns países amazónicos e da América Central, acabaram por participar, respectivamente, em dois projetos mediados pela agência americana (a Iniciativa Amazónica de Luta contra a Malária da OMS/OPS e a Estratégia de Cooperação em Segurança que executava conjuntamente com a Colômbia).

Em todos os casos e como já sucedeu com Espanha, estes países não Ibero-americanos dotaram a Cooperação de uma dupla contribuição, técnica e financeira.

11- Inclui o que foi contribuído para programas e Projetos do MERCOSUR e do SICA. Não se contabiliza o destinado a CAN porque só se conhece a sua contribuição para 2009-2011 (8 milhões de dólares) e não a distribuição para este último ano.

Tabela IV.3. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através da sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). 2011

IV.3.A. Organismos Ibero-americanos

ORGANISMO/ MECANISMO DE CONCERTAÇÃO REGIONAL RECEPTOR DOS FUNDOS	FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL			
	VOLUME DE FUNDOS (DÓLARES)	QUADRO DE APROVAÇÃO DOS FUNDOS	MECANISMOS DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL	LISTAGEM DOS PLANOS/PROGRAMAS E PROJETOS APOIADOS COM OS REFERIDOS FUNDOS
Programas Ibero-americanos	15.112.307	Cimeira de Chefes de Estado e de Governo	<ul style="list-style-type: none"> o Intercâmbio de experiências em políticas públicas.o Coordenação de políticas intergovernamentais. o Assistências Técnicas entre países. o Formação de funcionários, técnicos e responsáveis políticos. 	<ul style="list-style-type: none"> o Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça. o Programa Ibero-americano de Ciência, Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED). o Programa para a Formação e Transferência Tecnológica em matéria de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. o Programa IBERMUSEOS. o Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul. o Programa Ibero-americano de Gestão Territorial PROTERRITORIOS. o Programa Cooperação IberBibliotecas (PICBIB). o Programa Ibero-americano de Alfabetização(PIA). o Programa Ibero-americano de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos (ADAI). o Programa Ibero-americano de Mobilidade Pablo Neruda. o Programa IBERGOP. o Programa da União Ibero-americana de Municipalistas. o Centro de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU).
Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)	3.125.758	Memorando de Entendimento AECID-OEI (2007)	<ul style="list-style-type: none"> o Intercambio de experiências em políticas públicas. o Assistências Técnicas entre países. o Formação de profissionais. o Réplica de boas práticas o Cooperação institucional, fomento e fortalecimento das capacidades de formação. 	<ul style="list-style-type: none"> o Programa de Desenvolvimento e modernização da Educação Técnico Profissional na Ibero-América. o Programa Ibero-americano de "Apoio à Qualidade da Educação Básica" (melhorar a qualidade da educação e o currículo escolar). o Programa Metas Educativas 2021. o Programa de desenvolvimento do Centro de Altos Estudos Universitários – OEI. o Programa Ibero-americano de Divulgação e Cultura Científica. o Projeto de apoio à população afrodescendente. o Plano Ibero-americano de alfabetização (PIA) e educação permanente. o Programa de educação inicial. o Programa de igualdade educativa. o Programa de fortalecimento da profissão docente. o Programa de fortalecimento dos institutos de avaliação ibero-americanos. o Projeto de Observatório de ciência e tecnologia. o Projeto de desenvolvimento de redes de excelência.
Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMjIB)	577.277	Memorando de Entendimento entre o MAEC e a COMjIB (2010)	<ul style="list-style-type: none"> o Assistência Técnica entre países. o Coordenação de políticas intergovernamentais. o Intercâmbio de experiências em políticas públicas.. 	<ul style="list-style-type: none"> o Programa de Harmonização da legislação contra o crime organizado Projeto de Promoção de instrumentos internacionais na luta contra o crime organizado. o Simplificação da extradição. o Convênio Ibero-americano sobre a utilização da vídeo conferência na Cooperação jurídica entre Sistemas de justiça. o Programa de Reforma dos Sistemas Penitenciários. Componentes: Direitos Humanos; Gênero em prisão. o Programa IberRed. o Observatório da justiça.
Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ)	208.891		<ul style="list-style-type: none"> o Intercâmbio de experiências em políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> o Sistema Ibero-americano de Indicadores de juventude – IBEROSTAT. o Convenção Ibero-americana dos direitos dos jovens. o Fortalecimento institucional dos Organismos Oficiais de juventude e Cooperação.
Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB)	177.454	Memorando de Entendimento entre a SECI e a SE- GIB (2010)		<ul style="list-style-type: none"> o Espaço Cultural Ibero-americano (ECI). o Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC). o Desenvolvimento da Agenda aprovada na III Conferência de Gênero. o Detecção e transferência de boas práticas em políticas públicas de apoio a PME.
Totais Ibero-americanos	19.201.687	-	-	-

Tabla IV.3. Apoio de Espanha à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, através da sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). 2011 (continuação)

IV.3.B. Outros Organismos Sub-regionais

ORGANISMO/ MECANISMO DE CONCERTAÇÃO REGIONAL RECEPTOR DOS FUNDOS	FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL			
	VOLUME DE FUNDOS (DÓLARES)	QUADRO DE APROVAÇÃO DOS FUNDOS	MECANISMOS DE FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL	LISTAGEM DOS PLANOS/PROGRAMAS E PROJETOS APOIADOS COM OS REFERIDOS FUNDOS
Sistema de Integração Econômica Centro-americano (SICA) (MER- COSUR)	4.762.262	III Comissão Mista do Fundo Espanha-SICA	o Estabelecimento de mecanismos de negociação conjunta. o Intercâmbio de experiências em políticas públicas. o Fortalecimento de políticas públicas. o Assistências técnicas e Assessorias. o Geração de capacidades.	o Estratégia de Melhoramento da Gestão e informação Regional em Saúde. o Plano de apoio aos diferentes componentes da estratégia de segurança da América Central e México: a. Cooperação Jurídica; b. Fortalecimento e modernização das instituições policiais; c. Segurança Turística. o Plano de apoio às estratégias regionais em agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Componente: a. Fortalecimento Institucional; b. Apoio à execução da ECADERT; c. Programa Regional da Qualidade do Café; d. Projeto Corredor do Mangle. o Projeto de melhoria da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos. o Plano de Ação CEPREDENAC, fase II.
Mercado Comum do Sul (MER- COSUR)	1.548.634	Memorando de Entendimento MERCOSUR-AECID (2008). Projeto aprovado pelo Grupo Mercado Comum	o Apoio ao desenho e instrumentação de políticas públicas. o Dotação de fornecimentos, ferramentas capacidades. o Formação. o Intercâmbio de experiências.	o Projeto de promoção dos movimentos cooperativos do Cone Sul como instrumentos de inclusão social e para a geração de trabalho digno. o Projeto de integração produtiva setorial no quadro do Observatório Regional Permanente de Integração Produtiva do MERCOSUR. o Fortalecimento da institucionalidade e da perspectiva de gênero no MERCOSUR. o Projeto de implementação de um sistema de informação ambiental para o MERCOSUR. o Projeto de implementação de um Observatório MERCOSUR de Sistemas de Saúde o Programa regional de fortalecimento institucional de políticas de igualdade de gênero na agricultura familiar do MERCOSUR.
Comunidade Andina de Nações (CAN)	Não disponível (*)	Memorando de Entendimento entre a SGCAN e a AECID (2006). Renovado em julho de 2010	o Potenciam-se os projetos e ações bilaterais (país a país), articulando e desenvolvendo ações que gerem valor e incidência regional.	A Cooperação Espanhola, conjuntamente com a CAN, executa o Programa Regional Andino (PRA). Algumas das ações que foram realizadas durante o ano de 2011 são: o Análise das dinâmicas de cobertura da terra dos países da Comunidade Andina. (Todos foram ofertantes e receptores). o Workshop de certificação de competências laborais na sub-região: "Intercâmbio de experiências e boas práticas" (Colômbia, Equador e Peru como ofertantes e receptores). o Missão sub-regional de difusão do Instrumento Andino de Migração Laboral. Ofertante: Peru. Receptores: Bolívia, Colômbia e Equador. o Primeira feira de integração e desenvolvimento fronteiriço de Tumaco - Colômbia todos foram ofertantes e receptores.
Total Outros	6.310.896	-	-	-

Nota: Os fundos aqui incluídos não se referem ao total das contribuições da Cooperação Espanhola aos Organismos Regionais referidos mas sim a parte das contribuições espanholas que se dirigiram em 2011 a Projetos e/ou Programas executados sob uma modalidade de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. **Fonte:** SEGIB a partir da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). (*) O orçamento para o Plano de Ação (2009-2011) ascende a 8.083.856 USD/\$ Não se dispõe dos dados detalhados para o ano de 2011.

b) Por outro lado, no bloco dos países não Ibero-americanos destacaram-se outras nações que atuaram, de forma preferencial, como destinatárias de parte da Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011. Foi o caso das que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (receptoras, por exemplo, dos programas promovidos pelo Brasil junto ao FMI) e, sobretudo, as do Caribe. Com efeito, países como a Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lucía, Suriname ou Trinidad e Tobago, para referir alguns, de forma separada ou como parte das sub-regiões amazônica, mesoamericana ou do próprio CARICOM, foram receptores de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Entre todas as experiências registradas destacaram-se as executadas sob as estratégias que a Colômbia e o México desenharam para esta região (Quadro IV.1).

Quadro IV.1. As estratégias da Cooperação da Colômbia e México com a bacia Caribe

A Colômbia e o México, ambos banhados pelo Caribe, têm um interesse especial pelos países com quem partilham a referida bacia marítima. Durante anos, o referido interesse concretizou-se em acordos de colaboração gerais assim como na execução de alguns Projetos de Cooperação. A descoordenação entre os referidos Projetos, assim como a falta de um quadro de articulação, fizeram com que a Colômbia e o México percebessem uma perda de efetividade nos esforços realizados. Promoveu-se assim a necessidade de promover canais políticos que dotassem de um fio condutor a Cooperação com estes países, ou, dito de outro modo, uma estratégia de Cooperação. Mais especificamente:

1. A partir de 2009, a Colômbia decidiu promover uma Estratégia de Cooperação com o Caribe. Depois de envolver 25 nações,¹ realizou com estas um intercâmbio de informação que lhe permitia determinar tanto as necessidades prioritárias de uns como os pontos fortes institucionais de outros. Este exercício permitia duas coisas:
 - a. Por um lado, identificar as sete áreas prioritárias sobre as quais a Cooperação iria girar: bilinguismo (fortalecimento das capacidades dos professores em metodologias de ensino do espanhol como segunda língua); formação técnica profissional (transferência de esquemas de educação técnica); cuidados, gestão e prevenção do risco de desastres; segurança alimentar e nutricional; mobilidade acadêmica (para fortalecer ligações entre instituições de educação superior); cultura (políticas públicas de indústrias culturais e desenvolvimento local); e meio ambiente (biodiversidade e recursos naturais) (www.estrategiacaribe.gov.co).
 - b. Por outro lado e numa Cooperação baseada na transferência de capacidade e a replicabilidade de programas bem sucedidos a novas populações, o exercício permitia identificar, para cada um dos Projetos do programa, quem faz o papel de ofertante e quem faz o papel de receptor. Assim, por exemplo e apesar da Colômbia liderar o programa, as Honduras exercem a liderança para a América Latina na linha de segurança alimentar e a Jamaica na linha de formação técnica para a região do Caribe.

Para os anos 2009 a 2011, este programa contou com um orçamento de 2 milhões de dólares, 1,5 milhões dos quais foram contribuídos pela Colômbia. O resto foi complementado com contribuições de organismos regionais.

2. Entretanto, o primeiro acordo de Cooperação entre o México e o CARICOM data de 1974. Além de ações pontuais, foi necessário esperar até fevereiro de 2010, um mês após o devastador terremoto sofrido pelo Haiti, para que ambos os parceiros decidissem robustecer e aprofundar a sua Cooperação. Perante os desafios comuns como as mudanças climáticas, a segurança, a crise econômica mundial e a consecução dos Objetivos do Milênio (ODM), nasceram os instrumentos de colaboração seguintes:

Quadro IV.1. As estratégias da Cooperação da Colômbia e México com a bacia Caribe

(continuação)

a) Um Programa de Cooperação Técnica, cujo portfólio de Projetos para o período 2012-2013 inclui cinco áreas prioritárias: saúde (controlo de doenças tropicais); educação (ensino do espanhol); segurança e turismo; desenvolvimento econômico (pequenas e médias indústrias); e administração pública (fortalecimento dos sistemas de estatística). Para que todos os Projetos por fim se acionassem, ambas as partes acordaram mecanismos de avaliação e monitorização.

b) Dois memorandos de entendimento: um sobre Cooperação no campo da educação superior (áreas como a biotecnologia, o turismo, saúde, desastres naturais...); e um segundo para o estabelecimento de um Programa de Cooperação Triangular para o Haiti.

1 Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Monserrat, Nicarágua, Panamá, R. Dominicana, San Cristóbal e Nieves, Santa Lucía, San Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago.

Fonte: SEGIB a partir de Agências y/o Direções Gerais de Cooperação; e página oficial da Estratégia Caribe do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia (www.estrategiacaribe.gov.co); Evento de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul de Bogotá, março 2010 (www.southsouthcases.info); CARICOM (www.caricom.org).

3. Por fim, um terceiro grupo de participantes foi composto por organismos regionais e internacionais cuja característica diferenciadora mais importante foi o tipo de instrumento a partir do qual cooperaram. Mais especificamente:

a) A União Europeia, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OIT apoiaram, fundamentalmente, programas;

b) Por outro lado, o BID (Banco Interamericano para o Desenvolvimento), a OEA (Organização de Estados Americanos) a través do Fundo Especial Multilateral de Cooperação Internacional (FEMCIDI), a OIM (Organização Internacional das Migrações) e a OIEA (Organização Internacional para a Energia Atômica), articularam a sua Cooperação em torno da execução de Projetos;

c) Utilizando indistintamente ambos instrumentos, destacaram-se a CPPS (Comissão Permanente do Pacífico do Sul), o CMAR (Iniciativa do Corredor Marinho do Pacífico Este Tropical), a IACM (Iniciativa Amazônica contra a Malária) a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica).

IV.3.2. O enfoque regional: objetivo, estratégia e desenho compartilhado

Outra das características que, por acordo dos países, deveria identificar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional é que tenha um **enfoque regional**. Com efeito, o referido enfoque deve orientar-se para “a região”: em termos de **objetivo** (favorecer a sua integração e/ou desenvolvimento) mas também de **estratégia** (partilhada por todos os países membros da área em questão). Por outro lado, parte-se do princípio de que se trata de uma Cooperação **acordada e desenhada de maneira conjunta** pelos participantes. E apesar de, a priori, esta última característica poder ser indicador de responsabilidade compartilhada e de horizontalidade, o seu cumprimento também apoia a existência de um enfoque regional: dito de outra maneira, o fato de o desenho ser compartilhado significa, por sua vez, que todas as regiões se envolveram na hora de tornar a estratégia operativa.

Aceitando-se o anterior, um maior conhecimento do modo como se concretiza esse enfoque, implica rever as experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011 à luz das questões seguintes: os objetivos subjacentes aos programas, Projetos e Ações; a estratégia que os orientam; o modo como os seus processos de identificação negociação e formulação foram realizados. Assim e realizada a referida revisão, pode afirmar-se que:

1. Em 2011, os objetivos que guiaram a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional tiveram um enfoque nitidamente regional. Este fato é comprovado pelas observações seguintes
 - a) Uma grande parte dos Programas de Cooperação (ver de novo a Tabela IV.1), incluíram nas suas denominações o objetivo explícito do desenvolvimento. Em várias ocasiões, além disso, concretizou-se o tipo de desenvolvimento que se procurava: mais genérico (económico, social, humano, sustentável) ou mais centrado em algum aspecto específico (tecnológico, produtivo, territorial ou fronteiriço, entre outros).
 - b) Essas mesmas denominações assinalam além disso a sub-região geográfica ou económica sobre a qual atuou a Cooperação ao desenvolvimento: andina, amazónica, caribenha, centro-americana, mesoamericana, dos países que fazem parte do MERCOSUR, Ibero-americana ou do Pacífico Sudeste, entre as mais frequentes.
 - c) A revisão dos conteúdos mais específicos (sobretudo em Projetos e Ações) revela também como esta modalidade de Cooperação procurou soluções para problemáticas partilhadas. Neste sentido, o regional conviveu com o setorial, fortalecendo capacidades nas áreas do desenvolvimento consideradas mais críticas. Assim:
 - o No social, identificaram-se numerosas ações em educação e saúde, assim como intervenções que garantissem o acesso da população a água potável. Destacou-se a prioridade dos problemas na fronteira, problemas que explicaram, por exemplo, os programas de Cooperação orientados para a luta contra doenças relacionadas com uma área climática ou natural compartilhada.
 - o No âmbito económico, o apoio ao avanço científico-tecnológico da região combinou-se com a procura de alternativas de rendimentos para a sua população: reforço da agricultura familiar; apoio às pequenas ou médias empresas e promoção do turismo como atividade complementar à agrícola.
 - o Por fim, com esta Cooperação, abordaram-se outras problemáticas também comuns, como a meio ambiental e a prevenção de desastres (para as quais também não existem fronteiras políticas); o apoio à cultura, assim como a tentativa de superar debilidades institucionais de carácter quase estrutural, destacando o fortalecimento da gestão pública, a justiça e os direitos humanos.
2. Por outro lado, a revisão do que aconteceu em 2011 sugere que as estratégias, analisadas simultaneamente como quadro de orientação e por que razão se tornaram operativas, foram regionais: primeiro, porque guiaram a consecução de objetivos comuns e acordados; segundo, porque responderam a uma implementação participada por todos.

A Tabela IV.4 resume os processo de identificação, negociação e formulação dos principais programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011: os andinos, Ibero-americanos, MERCOSUR e os da Colômbia e México com a Meso-América. A sua leitura mostra como os referidos programas partilham mecanismos e procedimentos.¹² As diferenças mais significativas derivaram da sua diferente institucionalidade, um fato que provocou a identificação de atores diferentes (Secretarias Gerais, unidades técnicas, comitês intergovernamentais e outros) para funções semelhantes. Mais especificamente:

- o Em geral, os programas responderam a pedidos que emanaram, principalmente, dos seus próprios participante. Diferentes contrapartes (como podem ser, segundo o caso, os ministérios, os responsáveis de Cooperação, as Agências e Direções Gerais, subgrupos específicos de trabalho ou os próprios Chefes de Estado e de Governo) foram quem pediram a Cooperação. Quando nasceram a partir de uma proposta externa, foram canalizadas e avaliadas pelas instituições pertinentes.
- o Os programas nasceram sobre acordos aprovados por todas as partes. Os documentos oficiais em que os referidos consensos ficam escritos mostraram formatos bem diversos: Decisões, para os países da CAN; Programas de Ação e Declarações Finais, para as cimeiras Ibero-americanas e do Mecanismo de Diálogo de Tuxtla; e Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2014, para o caso da Estratégia de Cooperação de Colômbia com a Meso-América.
- o As negociações responderam a mecanismos de cooperação pré-estabelecidos para as partes envolvidas. Contemplaram-se também as negociações com os atores extra-regionais (a cargo, por exemplo, da Secretaria Geral (SGCA) para a Comunidade Andina; dos Comitês Intergovernamentais (CI) no Ibero-americano; do Grupo do Mercado Comum (GMC) para MERCOSUR).
- o A formulação também foi compartilhada, mas os seus formatos diferiram. Assim, por exemplo, os programas Ibero-americanos responderam ao trabalho realizado pelos países no âmbito das suas Secretarias ou Unidades Técnicas; MERCOSUR celebrou encontros e workshops com parceiros e outros atores externos para extrair deles a proposta de formulação que finalmente foi aprovada pelo Grupo do Mercado Comum.

Em síntese, a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional responde a um enfoque regional. Sobre isso é determinante, por um lado, a existência de um objetivo identificado em torno de problemáticas comuns, que procura soluções coletivas e que incide sobre o desenvolvimento dos diferentes quadros sub-regionais. Por outro lado, tanto o desenho com a implementação da estratégia com a que se pretende alcançar os referidos objetivos, respondem também a mecanismos de decisão, concertação e execução que tendem a garantir a participação de todos.

12- Importa assinalar, não obstante, que a tabela deve interpretar-se com cautela, no sentido de que se constrói sobre as experiências efetivamente registradas em 2011 e que podem não mostrar todas as casuísticas executadas nos quadros da CAN, Ibero-americanos, de MERCOSUR e Meso-América.

Tabela IV.4. Identificação, negociação, formulação e financiamento dos principais Programas de CHSS Regional registrados em 2011

PROGRAMA DE CHSS REGIONAL	CARACTERÍSTICAS MAIS COMUNS NAS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL REGIONAL SELECIONADOS	
	IDENTIFICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS	FINANCIAMENTO
Programas da Comunidade Andina de Nações (CAN)	<ul style="list-style-type: none"> o Nascem dos acordos acordados (em forma de Decisões) entre os países membro da CAN. o Por sua vez, podem responder a propostas de terceiros atores (por exemplo, do IPCC sobre o seu alerta perante o retrocesso dos glaciares). o Os objetivos são marcados pelos referidos acordos entre os países membros. o A Secretaria Geral da Comunidade Andina (SGCA) é quem negocia com atores estrangeiros extra-regionais que participam (nos casos estudados, Finlândia, o <i>Global Environment Fund</i> – GEF – das Nações Unidas, o Banco Mundial...) os objetivos e o alcance dos Projetos, assim como os compromissos financeiros que estes assumem. 	Financia-se quase exclusivamente com fundos externos (Finlândia, Japão, GEF...).
Programas Ibero-americanos	<ul style="list-style-type: none"> o Nascem de propostas dos Responsáveis de Cooperação, Reuniões Ministeriais ou outras instâncias. o É obrigatório que sejam aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo dos países Ibero-americanos. o Os Programas negociam-se entre os países participantes através dos seus Comitês Intergovernamentais. o Os programas são formulados conjuntamente por todos os países membros do Programa, através da sua Secretaria Técnica. 	Financia-se com as contribuições comprometidas por cada país membro (Ministérios setoriais e Agências e Direções Gerais de Cooperação).
Programas MERCOSUR	<ul style="list-style-type: none"> o Nascem das diferentes contrapartes de MERCOSUR (Reunião Especializada da Mulher –REM-, de Cooperativas –RECM- ou sobre Agricultura Familiar –REAF-; Reuniões de Ministros –RM-; Grupo de Integração Produtiva –GIP-; e Subgrupos de Trabalho –SGT-, entre outros), a partir de propostas concretas: das suas Secretarias Técnicas, de membros da sociedade civil que fazem parte destas instâncias, ou de Ministérios de algum país membro. o Pedem-se apoio técnico ao país membro (por exemplo Brasil) que desenvolveu mais capacidades ou ao cooperante extra-regional (por exemplo Espanha ou a UE). o Para o formular: a) realizam-se encontros e workshops, em que participam diferentes membros da contraparte de MERCOSUR: representantes, técnicos governamentais, delegados das organizações da sociedade civil...; b) A partir dos seus resultados, definem-se os conteúdos e as prioridades do projeto; c) A formulação é realizada por um especialista; d) A versão final é aprovada pelo Grupo Mercado Comum (GMC). 	No caso dos Projetos registrados, são co-financiados com contribuições do país membro (fundamentalmente Brasil) assim como atores extra-regionais (CAF, Espanha, Japão...).
Programa Mesoamericano (Eixo Colômbia)	<ul style="list-style-type: none"> o A região mesoamericana é uma prioridade de política exterior da Colômbia. Atendendo à necessidade de oferecer uma Cooperação mais sistemática e pertinente, planeia-se a construção de uma plataforma regional que apoie o fortalecimento de capacidades. o A Colômbia apresenta esta opção perante o mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla em 2010, aproveitando ser parte simultânea deste mecanismo (desde 2009) e do projeto mesoamericano (desde 2006): o Revendo os pedidos de Cooperação dos países mesoamericanos à Colômbia nestes 10 últimos anos, a Colômbia constrói o Programa de Cooperação em torno de 7 áreas estratégicas (Promoção social, Gestão de qualidade, Serviços públicos, Governo local, Segurança, Apoio a PME, Biocombustíveis). 	Com recursos do Fundo de Cooperação e Assistência Internacional que administra a APC
Programa Mesoamericano (Eixo México)	<ul style="list-style-type: none"> o 6 meses antes da reunião da Cimeira do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, o Governo do México apresenta as suas propostas de Projetos regionais para os próximos dois anos. As referidas propostas emanam das suas instituições competentes, com base nos seus pontos fortes identificados e a disponibilidade de apoio financeiro nesta área. o Os países, com base nas prioridades nacionais e regionais, fazem observações às propostas. o Muitas vezes os pedidos nascem ou são acordados: a) as prioridades que os países marcaram no quadro do SICA; b) Carteiras de Projetos regionais acordados e escritos em Planos de Ação e nas Declarações Finais. o Aprovam-se os Projetos que são priorizados e mais viáveis. o Existe um mecanismo pré-estabelecido de concertação de todas as partes envolvidas. 	A maior parte da atividade é financiada através da Comissão Mexicana de Cooperação com a América Central.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

IV.3.3. Institucionalidade e formalização das relações de Cooperação

Outra característica a destacar é a necessidade de que a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional *se execute sob um quadro de institucionalidade*, independentemente da variante em que se apresente. Mas as diferentes variantes tradicionalmente contempladas (esquema de integração, esquemas de concertação setorial, apoio a partir de um banco de desenvolvimento e programas promovidos pelos países) misturaram duas conceptualizações diferentes da institucionalidade, o que pode ter conduzido a erros de interpretação desta característica:

1. Com efeito, a institucionalidade refere-se, em primeiro lugar e de acordo com a RAE,¹³ à “*qualidade de institucional*”, quer dizer, o que “*pertence ou está relacionado com uma instituição (...)*”.¹⁴ Mas outra questão diferente é a “*dimensão institucional*” de algo, inclusivamente da Cooperação. Neste sentido e segundo Bartle, esta dimensão é a que “*(...) é formada por padrões reconhecíveis de interação entre pequenos grupos*”, dito de outro modo mais claro e segundo Barros Charlin (1985), é a “*que dota de elementos reguladores uma relação*”.¹⁵
2. Aplicando ambas as conceptualizações à Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, a institucionalidade pode interpretar-se doutra forma:
 - a) Por um lado, como o que é executado dentro de um quadro institucional supranacional, como podem ser os esquemas de integração e de concertação, dentro dos quais existem mecanismos de relação pré-estabelecidos.
 - b) Por outro, como aquilo que é dotado de uma dimensão institucional, quer dizer, que formaliza um esquema regulador nas relações entre os cooperantes. Caberiam aqui, por exemplo, as assinaturas de convênios e de tratados ou os programas de Cooperação bilateral que se estendem a outros países e se regionalizam

A preocupação subjacente a esta característica era determinada pela necessidade de referir que toda a Cooperação deve contar com um quadro de relações reguladas e formais, quer seja dentro de um organismo de integração tradicional ou fora dele. Assim e dentro desta nova interpretação, os programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011, teriam sido executados sob dois tipos de quadro de relação:

1. Um primeiro bloco teria sido realizado de acordo com as regras pré-estabelecidas nos organismos regionais. Dentro deste grupo estaria toda a Cooperação executada pela Comunidade Andina de Nações (CAN), pela Cimeira Ibero-americana e pelo MERCOSUR, assim como por esquemas de concertação setorial como a COMJIB (Ministros de Justiça) e pelas Iniciativas para a gestão de recursos pesqueiros e Luta contra a malária, entre outros.
2. Um segundo bloco teria recorrido a instrumentos ou quadros normativos de natureza muito diferente. A título ilustrativo:
 - a) Abundaram os Acordos Regionais (para a Cooperação em Ciência e Tecnologia Nuclear), Convênios (como o ORAS-CONHU), Tratados (entre as Repúblicas de El Salvador, Honduras e Guatemala para promover o Plano Trifinio) e Memorandos de Entendimento (os Ministérios de Finanças e Relações

13- Real Academia da Língua Espanhola.

14- <http://lema.rae.es/drae/?val=institucionalidad>

15- <http://cec.vcn.bc.ca/mpfc/modules/dim-inss.htm>.

Exteriores, conjuntamente com o Banco Central do Brasil e o Fundo Monetário Internacional; AECID com MERCOSUR e a Secretaria Geral da CAN – SGCAN -, para referir alguns]

- b) Os Programas de Associação (o Brasil na sua Cooperação a terceiros países com a OIT; o Chile no seu programa de bolsas para a América Latina e Caribe); ou a adjudicação de Projetos a fundos de financiamento, com as suas próprias regras (como o FEMCIDI - do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral da OEA -).
- c) Também se registraram outros mais particulares (como o Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla pelo qual se regulam os programas da Colômbia e México com a Meso-América; e os artigos 9 e 227 da Constituição política da Colômbia, segundo os quais se regula a sua política exterior para a América Latina e Caribe e neste quadro, a sua Estratégia de Cooperação ao Desenvolvimento para esta última sub-região).

IV.3.4. Algumas palavras sobre o financiamento

Por fim, na relação das condições que devem definir a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional, não se faz qualquer menção nem à origem do financiamento nem ao modo como os cooperantes devem partilhar as responsabilidades económicas. Ainda assim, levar a cabo uma análise sobre estes aspectos, permitiria dispor, no futuro, de informações que contribuiriam valiosamente para um exercício de reflexão em torno desta modalidade. No entanto, realizar uma análise sobre estes aspetos permitiria dispor, no futuro, de informações que contribuiriam valiosamente para um exercício de reflexão em torno desta modalidade. Para esse efeito, a Tabela IV.4, que se refere aos principais programas de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional de 2011, incorporava uma última coluna relativa ao financiamento. Da sua observação, assim como da observação dos dados disponíveis para projetos e ações, conclui-se que existem três fórmulas diferentes de financiamento da CHSS regional:

1. A primeira seria aquela em que todo o orçamento, na íntegra, fosse assumido pelos países cooperantes. Na realidade, sob este padrão só se encontrariam os programas Ibero-americanos e os Projetos FEMCIDI-OEA. Em ambos os casos, não obstante, seria necessário ter em conta que se tratam de quadros de Cooperação “Norte-Sul” onde Espanha e Portugal, por um lado e os EUA e o Canadá, por outro, e como países membros, estariam a contribuir também e conjuntamente com os países em desenvolvimento para o referido financiamento.
2. O segundo padrão de financiamento seria aquele baseado, quase na totalidade, nos fundos procedentes de atores extra-regionais. Esta é uma modalidade muito comum para a CAN, que tende a receber fundos da UE, Espanha, Finlândia, Japão ou GEF, entre outros.
3. O terceiro e mais comum caracterizar-se-ia pelo co-financiamento: entre os países em desenvolvimento que participam na Cooperação e os apoios de fora da região, assim como de organismos e fundos multilaterais. Apesar das proporções variarem (em alguns casos a contribuição dos países em desenvolvimento é maioritária, e, em outros, menor), o financiamento seria sempre misto. Dentro deste grupo, importa destacar os programas da Colômbia e México com a Meso-América (com grandes contribuições destes países); as Cooperações no quadro do MERCOSUR (contribuições dos países membros somadas a outras da CAF, UE, Espanha ou Japão); os Projetos apoiados pelo BID; o da Cooperação do Plano Trifinio (onde as contribuições de aportes de El Salvador, Guatemala e Honduras são complementados pelas de outros atores, por vezes mesmo de carácter privado).

IV.4. Lições e orientações para o futuro

Ao longo destes últimos anos, as Agências e Direções Gerais de Cooperação Ibero-americanas realizaram um notável esforço para definir e registrar a Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. A necessidade de sublinhar as características de Horizontalidade e de Sul-Sul como aspectos definidores de uma Cooperação que além disso, mas não exclusivamente, é Regional, é parte do que acrescentou dificuldade a esta tarefa. Os esforços realizados, contudo, foram dando os seus frutos e o exercício realizado neste capítulo mostra uma correspondência cada vez maior entre o que se define como CHSS Regional e o que se registra.

Com efeito, a revisão dos mais de 120 programas, Projetos e Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional registrados em 2011, permitiu identificar o cumprimento das características que se assumem associadas a esta modalidade assim como perfilar com mais pormenor os seus conteúdos. Em síntese, este exercício permitiu corroborar, que na CHSS Regional:

- o Participaram, como mínimo, três países em desenvolvimento;
- o Orientou-se para a promoção do desenvolvimento das diferentes sub-regiões a que afetou. Em geral, o referido objetivo concretizou-se também na procura de soluções coletivas para problemas partilhados, muitas vezes em áreas de fronteira, o que explica a forte transversalidade deste último tema neste tipo de Cooperação.
- o Todos os países partilharam a estratégia e não só no que se referiu à orientação adotada pela Cooperação mas também na sua implementação operativa. As diferenças surgiram nas diferentes estruturas orgânicas e nos interlocutores concretos, mas os procedimentos, em termos de decisão e execução, foram semelhantes.
- o Além disso, todos os programas, Projetos e Ações de 2011 contaram com um quadro e com uma dimensão institucional: quer dizer, e além das suas variantes específicas, todos contaram com um esquema formal de regulamento das relações entre os cooperantes.
- o Por fim, importa assinalar as diferentes fórmulas de financiamento sob as quais se executou esta Cooperação: uma primeira com todo o financiamento a cargo dos países participantes; uma segunda financiada de forma quase integral por atores extra-regionais; e uma última em que o orçamento foi assumido, de forma partilhada, por ambos os tipos de cooperantes.

Apesar de terem acontecido avanços, isto não significa que não existam contradições por resolver, nem sequer que a definição finalmente adotada esteja a dar realmente cobertura a todo o universo possível de experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Regional. Neste sentido, por exemplo, seria necessário rever questões como a horizontalidade (acordar se com as características assumidas está ou não plenamente identificada); o papel dos cooperantes extra-regionais e a sua notável importância como financiadores da Cooperação (estabelecer como este fato liga ou não com uma conceptualização realmente Sul-Sul); e, em consonância, como casam as triangulações que se regionalizam com a CHSS Regional.

De qualquer modo, esta e outras são reflexões para o futuro e que só serão abordadas por decisão explícita dos Responsáveis da Cooperação Ibero-americana. Um bom quadro para tal seria o Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, um espaço próprio e que se consolida, ano após ano, como um dos melhores fóruns de discussão sobre Cooperação Sul-Sul.

CAPÍTULO V
SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO
SUL-SUL BILATERAL E TRIANGULAR

Desde a sua implementação há três anos, a linha de ação número cinco (L5) do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul apoia as unidades técnicas de cooperação dos seus países no desenvolvimento de competências para sistematizar de forma qualitativa as suas experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e de Cooperação Sul-Sul Triangular. Este trabalho responde à necessidade dos diretores de cooperação de melhorar o acesso à informação sobre a sua cooperação, que lhes permita maximizar as aprendizagens a partir da reflexão sobre a prática, ao mesmo tempo que dão maior visibilidade aos esforços da região nesta matéria.

Para enfrentar este desafio, a partir do Programa, oferecemos uma metodologia de sistematização simples e formamos e acompanhamos as equipas de trabalho das unidades técnicas de cooperação na sua aplicação. Com o apoio decidido dos responsáveis de cooperação e das suas equipas de trabalho conseguimos sistematizar, até à data, 24 experiências, que cobrem 18 dos 19 países membros do Programa.

Convidamos os leitores deste relatório a consultar os casos sistematizados nos anos 2010 e 2011 no Documento de Trabalho n.º 1 do Programa: “Sistematizar para aprender: Lições de nove experiências de Cooperação Sul-Sul e Triangular”. Nos próximos meses publicaremos o seguinte documento de trabalho, o qual recompilará as experiências sistematizadas pelas equipas dos países durante 2012.

Este ano, queremos salientar o esforço e a aprendizagem dos países neste processo. O capítulo é um reconhecimento especial a todas as pessoas que, a partir das unidades técnicas de cooperação tornaram possível estas conquistas com o seu trabalho empenhado.

Patricia González

Gestora Unidade Técnica

Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

V.1. Três anos de avanços em sistematização

A metodologia de sistematização de experiências de Cooperação Sul-Sul (nas suas modalidades Horizontal Bilateral – CSSH e Triangular CSST -) do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul procura oferecer ferramentas de fácil aplicação e baixo custo orientadas para melhorar a gestão de conhecimento, o acesso à informação e a visibilidade desta cooperação na região.

O processo começou em 2010 quando o Programa desenhou uma metodologia para a sistematização de casos de Cooperação Horizontal Sul-Sul e a monitorizou em duas experiências. Os resultados em termos de facilidade de aplicação, adaptabilidade e pertinência permitiram aplica-la a sete experiências no ano seguinte, com uma participação de doze países. Para o ano de 2012, o desafio foi mais ambicioso ao procurar que o processo fosse liderado diretamente por pessoal das unidades técnicas de cooperação dos países. O resultado foram quinze casos e catorze países envolvidos.

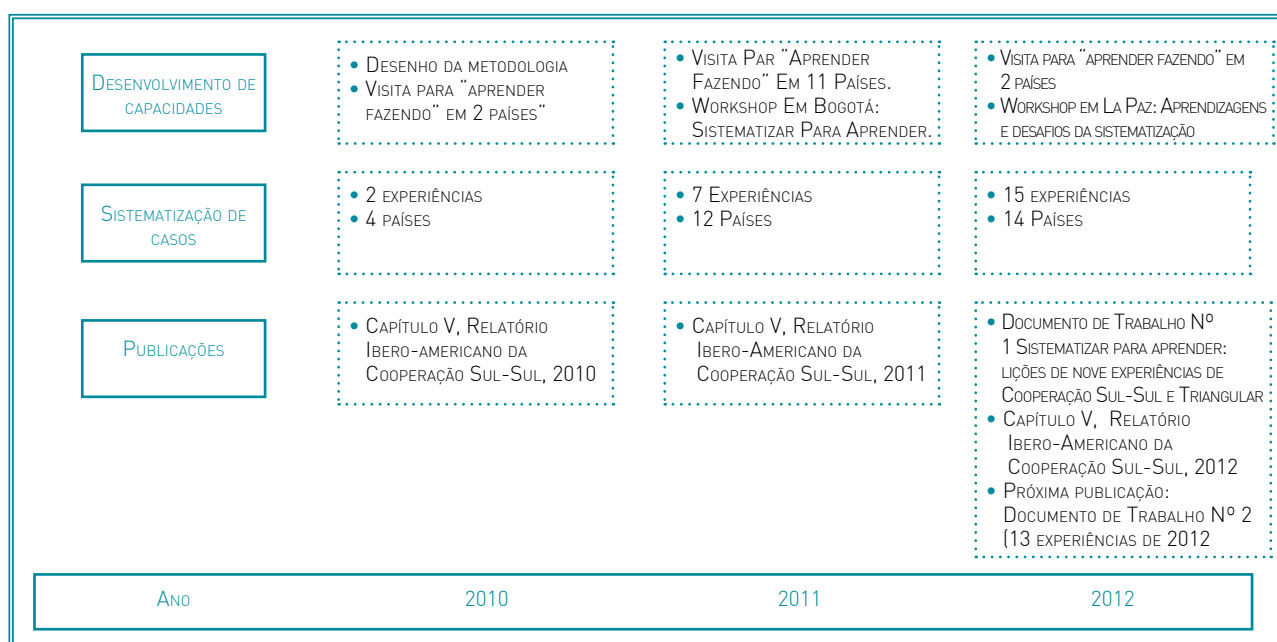
Foi assim que o trabalho contínuo e conjunto entre Programa e as unidades técnicas de cooperação dos seus membros permitiu que estas últimas adotem a metodologia, contem com pessoal formado na sua aplicação e

*Autoria: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (Patricia González, Gestora da Unidade Técnica e María Clara Sanín, consultora).

desenvolvam esquemas de trabalho de colaboração entre os países para a sua implementação. Em três anos de trabalho conta-se com:

- o 24 experiências sistematizadas (19 de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e 5 de CSS Triangular);
- o 17 países com equipas formadas na aplicação da metodologia e capazes de realizar todo o processo por sua conta;
- o uma publicação que reúne os casos sistematizados em 2010 e 2011M
- o outra publicação em processo de elaboração com os casos realizados em 2012

Esquema V.1. Conquistas da linha 5 do Programa nos seus três anos de funcionamento



Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Tabela V.1. Participação dos países nas experiências de Cooperação Sul-Sul sistematizadas. 2010-2012

ANO DE SISTEMATIZAÇÃO	EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL						EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR		TOTAL CASOS SISTEMATIZADOS POR PAÍS
	2010	2011	2012			2011	2012		
ARGENTINA									2
BOLÍVIA									3
COLÓMBIA									7
COSTA RICA									3
CUBA									1
CHILE									4
EQUADOR									3
EL SALVADOR									5
ESPAÑA									1
GUATEMALA									2

Tabela V.1. Participação dos países nas experiências de Cooperação Sul-Sul sistematizadas. 2010-2012 (continuação)

ANO DE SISTEMATIZAÇÃO	EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL BILATERAL						EXPERIÊNCIAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL TRIANGULAR		TOTAL CASOS SISTEMATIZADOS POR PAÍS
	2010	2011	2012			2011	2012		
HONDURAS									1
MÉXICO									5
NICARÁGUA									1
PANAMÁ									3
PARAGUAI									1
PERU									2
R. DOMINICANA									3
URUGUAI									2

Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

V.2. Um olhar rápido à metodologia

A metodologia de sistematização do Programa foca-se em experiências que cumpram duas características:

- Serem projetos, não ações, de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e de CSS Triangular (de acordo com a definição de projeto proposta por este Relatório);
- Serem projetos de cooperação acordados entre governos, preferencialmente entre países do Programa, que possam ser desenvolvidos por diferentes atores, como entidades de governos locais, regionais ou centrais, empresas públicas, centros de investigação, universidades públicas, organizações não governamentais, entre outros.

Procura-se que a sistematização se realize de forma conjunta entre o pessoal das unidades técnicas de cooperação de cada país que participou na experiência de cooperação. Desta maneira, pode-se obter informação em primeira mão a baixo custo e fomenta-se a construção de casos que integram vários olhares, perspectivas e opiniões. Por sua vez, esta forma de trabalho fortalece as capacidades de trabalho e entre os países membros do Programa.

Através da revisão de documentos e a realização de entrevistas com as pessoas encarregadas da negociação e implementação do projeto, a sistematização procura reconstruir os fatos e identificar aprendizagens em relação à identificação, formulação e negociação do projeto de cooperação, a sua implementação e os resultados obtidos. Para cada um destes temas propõe uma série de aspectos característicos da Cooperação Sul-Sul Horizontal Bilateral e Triangular a considerar no momento de recompilar e analisar a informação (ver Esquema V.2).

Para ver uma descrição completa da metodologia e das suas ferramentas, ver o Capítulo V do *Relatório Ibero-americano de Cooperação Sul-Sul 2011*.

Esquema V.2. Aspectos recomendados a identificar nos casos



Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

V.3. O esforço por desenvolver capacidades nas unidades técnicas de cooperação

Para cumprir o propósito de desenvolver capacidades para a sistematização de experiências e identificação das lições aprendidas no pessoal das unidades técnicas de cooperação, o Programa conta com as estratégias seguintes:

- **Formação na prática de “aprender a fazer”:**¹ Sob a premissa que a melhor maneira de entender a apropriar uma metodologia de trabalho é aplicando-a, o Programa acompanhou em campo os técnicos das unidades de cooperação de quinze países durante a fase da recolha da informação. Nas visitas, a equipa de apoio do Programa realizou apresentações sobre a utilização da metodologia e, em conjunto com as equipas nacionais, realizou entrevistas e discutiu as principais aprendizagens derivadas destas.
- **Workshops de formação:** O Programa organizou dois workshops para difundir e gerar apropriação da metodologia entre o pessoal das unidades técnicas de cooperação. O primeiro, em Bogotá (Colômbia), em novembro de 2011, teve como objetivo socializar as aprendizagens identificadas na aplicação de ferramentas de recolha de informação. Neste workshop participaram 24 pessoas de 15 países. Em julho de 2012, realizou-se o segundo workshop em La Paz (Bolívia), com uma participação de 23 pessoas de 17 países. O seu objetivo foi aprofundar os processos de análise da informação e redação de casos.
- **Desenvolvimento de material de apoio:** Com o propósito de deixar ferramentas de trabalho ao pessoal dos países, o Programa entregou a cada unidade técnica de cooperação um guia sobre a aplicação da metodologia. Este explica passo a passo como realizar a sistematização de experiências e oferece conselhos para liderar as entrevistas e redigir os casos. O material está disponível em espanhol e português.
- **Acompanhamento virtual permanente:** Durante 2012, os países contaram com o apoio virtual da equipa do Programa para resolver qualquer dúvida que surgisse ao longo do processo. Este acompanhamento personalizado permitiu ajustar a metodologia às diferentes necessidades dos países.
- **Difusão dos resultados:** Difundir os resultados não só permite dar a conhecer os esforços e aprendizagens dos países em matéria da sua cooperação, mas também o trabalho e a dedicação dos técnicos de

1- Ver de novo o Esquema V.1

sistematização. As duas edições passadas deste Relatório apresentaram no seu Capítulo V os casos realizados em 2010 e 2011. No ano 2012 o Programa recompilou os casos sob a publicação *Documento de Trabalho No. 1 "Sistematizar para aprender: lições de nove experiências de Cooperação Sul-Sul e Triangular"*.² Nos próximos meses publicará outro documento de trabalho com casos sistematizados durante 2012, todos de autoria de técnicos dos países.

V.4. As conquistas em cada país membro do Programa

A seção seguinte mostra de forma resumida as conquistas em desenvolvimento de capacidades dos casos sistematizados em cada um dos países membros do Programa.

Argentina. O Fundo Argentino para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO.AR) do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina sistematizou duas experiências com o Programa. Na primeira em 2011, a equipa de apoio ao Programa e uma pessoa da equipa argentina realizaram o exercício sobre uma cooperação ao Governo boliviano em temas de antropologia forense. Nesse mesmo ano, o FO.AR formou outra pessoa no workshop de Bogotá. Em 2012, assumiram o desafio de sistematizar uma experiência conjuntamente com o Peru; processo que somado ao que foi aprendido no workshop de La Paz, permitiu-lhe adaptar as ferramentas de recolha e análise de informação às suas particularidades institucionais e contar com a experiência para realizar futuras sistematizações por sua conta.

Bolívia. O vice-ministério de Investimento Público, Financiamento Externo e Planificação do Desenvolvimento (VIPFE) sistematizou três casos com a metodologia do Programa. Dois deles, em 2011, foram realizados em conjunto com a equipa de apoio do Programa; em ambos, o país atuou como receptor de cooperação. Em 2012, o VIPFE decidiu liderar um processo de sistematização de uma experiência onde atuara como ofertante. Para tal fim, a Agência Presidencial para a Cooperação Internacional da Colômbia (APC), solicitou-lhe para trabalhar conjuntamente. Dois técnicos bolivianos aplicaram o ciclo da sistematização, coordenação do trabalho com a Colômbia e formaram-se nos workshops oferecidos pelo Programa. Atualmente o VIPFE conta com todas as capacidades para continuar este tipo de processos.

Colômbia. Foi um dos primeiros países a utilizar a metodologia do Programa ao participar, juntamente com o Uruguai, no piloto da sua aplicação em 2010. No ano de 2011 sistematizaram com o Programa um caso de cooperação bidirecional com a Costa Rica entre duas empresas de serviços públicos. Para o exercício de 2012, a Bolívia, Peru, Panamá, Honduras e Guatemala solicitaram à Agência Presidencial para a Cooperação da Colômbia (APC) realizar um processo de sistematização conjunto. Graças à flexibilidade e compromisso do pessoal da APC todos os pedidos foram aceites. Designaram uma pessoa encarregada dos processos de gestão da informação, que adaptou a metodologia à institucionalidade colombiana e liderou os processos. O resultado destes três anos foram sete casos sistematizados, todos eles a pedido dos seus países parceiros.

Costa Rica. Em 2011, o Ministério de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica formou a sua equipa na metodologia através de uma visita da equipa de apoio do Programa ao referido país e no workshop de Bogotá. Esse ano sistematizou conjuntamente com o Programa uma prática de cooperação bidirecional com a Colômbia. Para 2012, o México propôs sistematizar de forma conjunta um caso. O trabalho entre o pessoal mexicano e o costarriquenho foi muito eficiente e conseguiram ter o trabalho pronto num mês. Esta agilidade incentivou a Costa Rica a propor a El Salvador e ao Panamá sistematizar uma experiência na qual atuava como ofertante, processo que ainda está em curso. Além disso, sistematizou com El Salvador

2- Disponível em meio físico através da página web do Programa: www.cooperaciónsursur.org

uma cooperação entre Ministérios de Negócios Estrangeiros focada em melhorar no trâmite do conjunto de notas. O trabalho na linha 5 do Programa permitiu aos funcionários dos Ministérios de Relações Exteriores conhecer a metodologia, aplica-la e convidar outros países a ligarem-se a este processo.

Cuba. Em 2011, a pedido da Nicarágua e do Panamá, Cuba participou no processo de sistematização do programa “Eu, sim, posso”, com esses dois países. Além disso, nos workshops realizados em Bogotá e La Paz formou dois técnicos do Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro na aplicação da metodologia. Atualmente, esta entidade conta com a experiência e o conhecimento para poder aplica-lo no futuro aos seus programas de cooperação na região.

Chile. Durante 2011 e 2012 o pessoal da Agência Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) sistematizou com o Programa quatro casos: dois de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e dois de CSS Triangular. Para a AGCI, estas sistematizações derivaram de pedidos dos seus parceiros, o que gerou uma forma de trabalho onde o responsável pela sua sistematização era o técnico encarregado do seguimento da cooperação selecionada. Além disso, dois técnicos participaram ativamente nos workshops de Bogotá e La Paz. Este modelo permitiu à AGCI contar com quatro pessoas conhecedoras da metodologia, e capazes de continuar com estes processos no futuro.

Equador. Durante 2011 uma profissional da Secretaria Técnica de Cooperação Internacional participou no workshop de Bogotá para conhecer e formar-se na metodologia. Em 2012, o Equador solicitou ao México para sistematizar conjuntamente uma experiência. O trabalho bem articulado com o pessoal mexicano e o apoio recebido do Programa demonstrou-lhe como a metodologia era acessível. Em virtude disso, acordaram com El Salvador implementar a sistematização de dois casos adicionais. Desta forma, o Equador num só ano contou com uma equipa capaz de liderar futuros processos de sistematização e com três casos terminados.

El Salvador. Em 2010, El Salvador propôs fazer o piloto da metodologia do Programa num caso de cooperação com a Guatemala. Esta experiência permitiu formar na sua aplicação a equipa da Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério de Relações Exteriores. Em 2011, um técnico desta Direção acompanhou o Programa na visita ao Panamá para que conhecessem e aplicassem a metodologia. Para 2012, El Salvador acordou com o Uruguai empreender o processo de sistematização de um novo caso. Uma vez iniciado este trabalho, o país da América Central recebeu e aceitou o pedido do Equador e da Costa Rica para sistematizar outros três casos. À data, a Direção de Cooperação conta com a equipa formada, a metodologia apropriada e cinco casos sistematizados.

Espanha. Em 2011, o país ibérico propôs e apoiou a sistematização de um caso de cooperação triangular em conjunto com o Paraguai e o Chile, focado no fortalecimento da Função Pública paraguaia. Este foi o primeiro caso de cooperação triangular sistematizado entre três países membros do Programa. Além disso, o pessoal da AECID participou nos workshops de formação em Bogotá e La Paz, o que lhes permitirá sistematizar mais casos de triangulação na região.

Guatemala. A sub secretaria de Cooperação Internacional da Secretaria de Planificação e Programação da Presidência da Guatemala apostou em realizar um dos dois pilotos da metodologia no ano de 2010. A participação deste país da América Central no processo foi fundamental para formar uma funcionária na metodologia, processo que se complementou nos workshops de Bogotá e de La Paz. Isto fez com que em 2012 a Guatemala propusesse à Colômbia sistematizar conjuntamente um caso de cooperação triangular com a Alemanha. A experiência nestes dois casos deu a segurança à sub secretaria de poder sistematizar muitos mais casos no futuro.

Honduras. O ano de 2012 foi o primeiro em que as Honduras participaram nas atividades da linha 5 do Programa. A Direção Geral de Cooperação Externa da Secretaria Técnica de Planificação e Cooperação Externa propôs à Colômbia realizar a sistematização de um caso. Para tal efeito, o Programa acompanhou e formou os técnicos da América Central. O trabalho comprometido do pessoal hondurenho e a boa coordenação com a equipa da APC permitiu que fosse o primeiro caso a estar pronto no referido ano. Desta forma, a Direção Geral de Cooperação conheceu de perto o valor do processo, o que lhes permitirá replicá-lo no futuro.

México. A equipa da Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica (DGCTC) da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) realizou um trabalho profundo de apropriação da metodologia. Em 2011, sistematizou, em conjunto com o Programa, um caso de cooperação com o Panamá e outro de cooperação triangular com a Alemanha e com a República Dominicana. Para o exercício de 2012, formou uma equipa de pessoas que selecionaram os casos susceptíveis de sistematizar, combinando países, modalidades de cooperação e setores. Além disso, analisaram a metodologia e adaptaram-na às suas necessidades. Assim, em 2012, trabalharam com o Equador, Costa Rica e Chile, juntando um total de cinco casos sistematizados e uma equipa completamente formada.

Nicarágua. O Ministério de Relações Exteriores da Nicarágua promoveu a sistematização da experiência de Cooperação Sul-Sul “Eu, sim, Posso” com o Governo de Cuba em 2011. Este processo permitiu formar técnicos nicaraguenses na metodologia do Programa durante a fase de recolha de informação.

Panamá. Com dois casos sistematizados em 2011 e um funcionário formado nos workshops de Bogotá e La Paz, o Ministério de Assuntos Exteriores do Panamá iniciou o desafio de sistematizar os casos em 2012. Com a Colômbia sistematizou um projeto de melhoramento da produção de café e com a Costa Rica está processo de realizar outro em estratégias extra-acadêmicas para a geração de raízes, permanência e convivência nos centros educativos.

Paraguai: Durante o ano de 2011, a equipa de apoio do Programa visitou o Paraguai e formou técnicos do Ministério de Assuntos Exteriores e que a Secretaria Técnica de Planificação na metodologia. Em equipa, trabalhou-se na sistematização de um caso de cooperação triangular entre países membros do Programa: Chile, Espanha e Paraguai. Para 2012, o Paraguai propôs sistematizar um caso com o Chile e recebeu um pedido do México de realizar outro. Ambos os casos estão ainda em processo.

Peru. A Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) formou na metodologia de sistematização do Programa a dois dos seus técnicos nos workshops de Bogotá e de La Paz. Para 2012, decidiu pôr em prática o aprendido e solicitou à Argentina e à Colômbia sistematizar casos: com a Argentina trabalhou num caso onde recebeu cooperação e com a Colômbia é um onde foi ofertante. Esta experiência permitiu à APCI aprofundar as competências dos seus técnicos e continuar a esforçar-se por melhorar a visibilidade e a qualidade da informação sobre a sua cooperação.

Portugal. Apesar de Portugal não ter participado nos processos de sistematização do Programa durante anos, conta com todas as ferramentas para a sua aplicação traduzidas em português. Com isto espera-se que nos próximos anos dê início ao processo e a metodologia às particularidades da sua cooperação triangular.

República Dominicana. Durante 2011, os técnicos do vice-ministério de Cooperação da República Dominicana, com o apoio do Programa, sistematizaram um caso de cooperação triangular com o México e a Alemanha. Animados com os resultados desta experiência, para 2012 propuseram a dois países para

sistematizarem casos. Um com o Chile, sob uma triangulação que também incluía a Alemanha, e a primeira experiência de aplicação da metodologia com dois países que não fazem parte do Programa: Haiti e Japão. Desta forma, este país antilhano sistematizou três experiências de cooperação triangular, uma modalidade de grande relevância para eles, e, além disso a sua equipa de trabalho apropriou a metodologia.

Uruguai. Ao propor a metodologia em 2010, o Uruguai aceitou fazer o primeiro piloto num caso com a Colômbia. A análise dos resultados do referido processo permitiu uma ampla apropriação da metodologia por parte dos técnicos uruguaios. Por isso, em 2011 apoiaram o Programa na sistematização de um caso entre a Argentina e Bolívia. Para 2012, Uruguai mostrou a vontade de sistematizar uma experiência com El Salvador em temas fiscais. Nesta oportunidade, incorporaram a utilização de plataformas web de trabalho de colaboração (*Google Docs*) para realizar a escrita do caso com os seus pares salvadorenhos. Desta forma, a Agência Uruguia de Cooperação Internacional conseguiu sistematizar dois casos e contar com uma equipa que domina a metodologia.

Tabela V.2. Classificação e breve descrição das experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilaterais sistematizadas. 2010-2012

ANO DE SISTEMATIZAÇÃO	PARTICIPANTES		Projeto	No. Atribuído	Breve descrição
	País ofertante	País receptor			
2010	Colômbia	Uruguai	Partilhar mapas de cooperação.	1	A Colômbia compartilhou com o Uruguai a sua ferramenta de mapa de cooperação que facilita a gestão e prestação de contas da cooperação ao mostrar em tempo real e de fácil acesso à Cooperação Internacional que um país dá e recebe.
	El Salvador	Guatemala	Apoio à capacidade exportadora da mini, pequena e média empresa através do FOEX FONDEPRO.	2	El Salvador compartilhou com o Ministério da Economia da Guatemala a sua experiência no desenho e implementação de um Fundo para promover a produtividade e capacidade exportadora das suas Micro, Pequenas e Médias Empresas em cenários de abertura aos mercados globais.
2011	Argentina	Bolívia	Construir capacidades para esclarecer a verdade.	3	Cooperação do FO.AR ao Governo da Bolívia, através da Equipa Argentina de Antropologia Forense. Baseou-se na aplicação e desenvolvimento de capacidades nas técnicas de antropologia forense com fins probatórios em processos judiciais de esclarecimento de violação dos direitos humanos durante as ditaduras militares.
	Colômbia/ Costa Rica	Costa Rica/ Colômbia	Inovando com cooperação entre empresas públicas.	4	Cooperação bidirecional para o intercâmbio de conhecimento e experiências tecnológicas relacionadas com a prestação de serviços energéticos entre as Empresas Públicas de Medellín (EPM) e o Instituto Costarricense de Eletricidade (ICE).
	Cuba	Panamá Nicarágua	A aposta na erradicação do analfabetismo "Eu, Sim, Posso", no Panamá e na Nicarágua.	5	«Em, Sim, Posso» é um programa do governo cubano desenhado para apoiar terceiros países a lutar contra o analfabetismo. A Nicarágua e o Panamá aplicaram o método sob dois esquemas institucionais diferentes e em ambos os países conseguiram um nível de apropriação que transformou a luta contra o analfabetismo numa causa de toda a sociedade.
	Chile	Bolívia	Irmandade hospitalar: as crianças primeiro.	6	Irmandade Hospitalar entre o Hospital da Criança de La Paz Dr. Ovidio Aliaga Uribe e o Hospital Dr. Exequiel González Cortés de Santiago de Chile em gestão hospitalar para trocar experiências e partilhar conhecimento durante três anos.
	México	Panamá	Cultivo de moluscos, um desafio conjunto.	7	Um dos desafios da aquicultura no Panamá é promover a diversificação de espécies de cultivo. Neste aspecto o Centro de Investigações Biológicas do Noroeste (México) apoiou durante mais de 10 anos o instituto pesqueiro do Panamá na capacidade de cultivar e produzir diversos moluscos.
2012	Argentina	Peru	Argentina e Peru: tecer cooperação de qualidade.	8	Mostra de cooperação entre técnicos do Centro de Investigação e Desenvolvimento Têxtil do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial da Argentina e pessoal do Escritório Técnico de Centros de Inovação Tecnológica do Peru, para fomentar uma cultura de qualidade e de desenho nos atores da cadeia produtiva do setor camélicos (fibras de alpaca e vicunha).

Tabela V.2. Classificação e breve descrição das experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilaterais sistematizadas. 2010-2012 (continuação)

ANO DE SISTEMATIZAÇÃO	PARTICIPANTES		Projeto	No. Atribuído	Breve descrição
	País ofertante	País receptor			
2012	Bolívia	Colômbia	A Bolívia e a Colômbia partilham as suas experiências para consolidar modelos de turismo comunitário.	9	O Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Estado Plurinacional da Bolívia compartilha com autoridades regionais da Colômbia os seus avanços em implementar modelos de turismo comunitário que se ajustem às características locais e regionais para minimizar os impactos ambientais sociais e culturais.
	Colômbia	Honduras	A contribuição da Colômbia para o desenvolvimento e melhoria dos serviços bibliotecários nas Honduras.	10	A experiência de uma universidade colombiana em serviços bibliotecários contribuiu para transformar o sistema bibliotecário hondurenho através da formação de pessoal e o desenvolvimento de ferramentas de acesso massivo.
	Colômbia	Panamá	Transferência de tecnologia de cafeicultores para sistemas de agricultura sustentável.	11	A Confederação Nacional de Cafeicultores da Colômbia apoiou cooperativas de produtores de café no Panamá para melhorar os seus conhecimentos técnicos, com enfoque em sustentabilidade, que permitiram aumentar a sua produtividade e melhorar a sua comercialização.
	Chile/México	México/Chile	Um fundo conjunto para promover a Cooperação Sul-Sul entre o México e o Chile	12	México e Chile desenharam e implementaram um fundo conjunto de cooperação, operado pelas agências de cooperação de ambos os países, que lhes permitiu dinamizar o desenho e desenvolvimento de projetos de carácter integral.
	Equador	El Salvador	Experiência no desenho, constituição e funcionamento do Fundo de Liquidez do Sistema Financeiro.	13	Ambos países adotaram o dólar americano como sua moeda corrente legal. O Banco Central do Equador compartilhou com o seu par salvadorenho o seu Fundo de Liquidez do Sistema Financeiro como mecanismos de redução do risco em momentos de crise econômica.
	El Salvador	Equador	Assistência estratégica para o controlo de organizações delinquentes - bandos.	14	A Polícia Nacional do Equador recebeu assistência técnica da Polícia Nacional Civil de El Salvador no tema do controlo de organizações delinquentes - bandos. Esta experiência deixou uma mútua aprendizagem e a redescoberta das capacidades de ambas as instituições.
	El Salvador	Costa Rica	Melhorar o serviço ao cidadão para o trâmite do guichê.	15	O Ministério de Assuntos Exteriores Salvadorenho apoiou os seus pares na Costa Rica a gerar capacidades para uma ágil e eficiente implementação do serviço de guichê para a legalização de documentos estrangeiros.
	México	Costa Rica	A contribuição mexicana na construção de um enfoque integral da saúde mental da infância e psiquiatria infantil na Costa Rica.	16	Apoio do Hospital Psiquiátrico Infantil Juan N. Navarro da cidade do México no desenvolvimento de capacidades para fortalecer um modelo inter-setorial, interdisciplinar e comunitário para a promoção da saúde mental das pessoas menores de idade na Costa Rica.
	México	Equador	México contribui para a gestão da água potável e engarrafada de Quito	17	O Instituto Mexicano de Tecnologia da Água cooperou com a Empresa Pública Metropolitana de Água Potável e Saneamento de Quito para desenvolver capacidades na aplicação de modelos e sistemas informáticos orientados para a administração da água sob um enfoque de bacia hidrográfica.
	Peru	Colômbia	Promperú apoia a capacidade exportadora de Manizales.	18	Uma entidade de nível central peruano focada na promoção das exportações cooperou com uma cidade colombiana nesta matéria, conseguindo resultados adaptados à sua escala e que geraram inovação no desenvolvimento de novos mecanismos de promoção
Uruguai	El Salvador	Apoio uruguaio do desenvolvimento do Plano Estratégico Institucional do Ministério da Fazenda de El Salvador	19	O intercâmbio de conhecimentos entre a Direção Geral de Impostos do Uruguai e a Direção Geral de Impostos Internos de El Salvador, permitiu, num período de um ano, contribuir para a melhoria da coleta de impostos no país da América Central.	

Nota: A cada experiência atribuiu-se um número correlativo.

Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Tabela V.3. Classificação e breve descrição das experiências de Cooperação Sul-Sul Triangular sistematizadas. 2010-2012

ANO DE SISTEMATIZAÇÃO	Participantes			Projeto	No. Atribuído	Breve descrição
	Primeiro ofertante	Segundo ofertante	Receptor			
2011	Chile	Espanha	PARAGUAI	Paraguai: transforma a função pública com o apoio do Chile e de Espanha	1	O Paraguai apoiou-se no Chile e em Espanha para dinamizar o seu processo de implementação de um sistema eficiente e profissional que premeie a capacidade, compromisso, produtividade e resultados dos seus funcionários públicos. Este é o primeiro caso de Cooperação Sul-Sul e Triangular sistematizado entre três países do Programa.
	México	Alemanha	REPÚBLICA DOMINICANA	Tecendo redes para gerir os resíduos sólidos.	2	A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México e a GIZ apoiaram a República Dominicana na criação da Rede de Promotores Ambientais para a Prevenção e Gestão Integral dos Resíduos Sólidos, uma iniciativa focada em trocar experiências, gerar informação e formar promotores ambientais nas comunidades.
2012	Colômbia	Alemanha	GUATEMALA	Medir a gestão dos municípios: uma prática partilhada pela Alemanha, Colômbia e Guatemala.	3	O Ranking municipal é uma ferramenta que permite conhecer o desempenho das municipalidades em diversos aspectos para implementar processos de melhoria. A Colômbia, que começou a sua aplicação graças a uma cooperação com a Alemanha, transferiu este conhecimento à Guatemala através de uma Cooperação Sul-Sul e Triangular.
	Chile	Alemanha	REPÚBLICA DOMINICANA	Chile e Alemanha apoiam a República Dominicana na promoção do emprego juvenil.	4	Os Governos do Chile e da Alemanha apoiam a República Dominicana na adaptação dos conhecimentos técnicos e aprendizagens das experiências chilenas em promover modelos de emprego juvenil que permitam reduzir o desemprego e superar a pobreza neste grupo populacional.
	República Dominicana	Japão	HAITI	Estágio sobre sistema de produção agrícola em zonas de montanha para técnicas agrícolas e florestais.	5	Este projeto foi a primeira iniciativa de Cooperação Sul-Sul e Triangular entre a República Dominicana, Haiti e um doador tradicional. Focou-se em contribuir para o desenvolvimento de capacidades para a gestão adequada de solos e água em zonas montanhosas, produção de cultivos hortícolas, musáceos e frutos e a gestão pós colheita.

Nota: A cada experiência atribuiu-se um número correlativo.

Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Tabela V.4. Combinação dos países que sistematizaram experiências de Cooperação Sul-Sul. 2010-2012

Países membros	Experiências de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral																			Experiências de Cooperação Sul-Sul Triangular				
	2010		2011							2012										2011		2012		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1	2	3	4	5
Argentina			■					■																
Bolívia			■			■			■															
Colômbia	■			■					■	■	■							■				■		
Costa Rica				■											■	■								
Cuba					■																			
Chile						■					■									■			■	
Equador											■	■				■								
El Salvador		■										■	■	■					■					
Espanha																				■				
Guatemala		■																				■		
Honduras							■			■														
México											■					■	■					■		
Nicarágua					■																			
Panamá				■		■				■														
Paraguai																				■				
Peru								■										■						
R. Dominicana																					■		■	
Uruguai	■																		■					

Nota: Os números atribuídos às experiências correspondem aos estabelecidos nas Tabelas V.2 e V.3.

Fonte: Unidade Técnica do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

V.5. Avanços e desafios para aprofundar a sistematização de experiências na região

O trabalho destes anos permitiu que a região avançasse, como bloco, na recolha de melhor informação qualitativa sobre a sua Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e CSS Triangular. Três elementos fundamentais para isto:

- **Contar com uma metodologia para todos os países.** A metodologia mostrou ser efetiva em qualquer projeto de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral e CSS Triangular e adaptável a todas as realidades institucionais. Isto, conjuntamente com pessoal formado na sua aplicação em todos os países, permitirá coordenar processos conjuntos de sistematização em casos de interesse para as partes.
- **A metodologia implica baixos custos de aplicação.** Contar com as unidades técnicas de cooperação de todos os países como possível contraparte para a sistematização de experiências diminuiu o custo de

deslocação e enriquece a informação do caso. Além disso, a utilização de tecnologias de comunicação permite a coordenação do processo de forma virtual e a escrita conjunta do documento.

- **Existe uma vontade política de melhorar o acesso à informação.** O compromisso dos países com esta linha do Programa demonstra a necessidade e valor que encontram neste tipo de processos para melhorar a sua gestão. Contar com bons sistemas de informação quantitativa e qualitativa é uma prioridade de todos os países; estes processos são uma fonte valiosa de informação neste sentido.

No entanto, ainda é necessário aprofundar esforços para conseguir resultados. Isto implica:

- **Os processos de sistematização podem incluir-se como parte do ciclo do projeto.** Não significa que todos os projetos de cooperação sejam sistematizados, mas se a possibilidade de acordar entre os países, desde o início de um projeto, o interesse em fazê-lo. Isto permite recolher informação ao longo da sua implementação, a qual será muito valiosa no momento da sua sistematização. Por exemplo, numa comissão mista pode-se identificar um projeto de interesse para sistematizar, com vista a contar com os resultados na próxima comissão mista e planificar projetos a partir das aprendizagens identificadas.
- **É fundamental planificar a dedicação de tempo do pessoal das unidades técnicas de cooperação para os processos de sistematização.** Apesar da prática mostrar que este processo não implica uma grande dedicação de tempo, é necessário uma boa planificação para não sobrecarregar os funcionários. Contar com várias pessoas formadas na metodologia ajuda a compartilhar a responsabilidade e assim poder sistematizar mais casos.
- **Conseguir melhores sistematizações requer assegurar uma boa gestão da documentação ao longo de todo o projeto de cooperação.** Um dos pontos mais crítico evidenciados no processo de sistematização é a necessidade de melhorar o acesso e a qualidade da informação sobre os processos dos projetos de cooperação.
- **Os casos sistematizados até à data são uma interessante fonte de informação para refletir sobre os pontos forte e debilidades da cooperação na região e em cada país.** É importante que as Unidades Técnicas de Cooperação utilizem esta informação para melhorar a sua gestão, apropriar as aprendizagens e comparar os resultados obtidos com outros setores nos seus países.

CAPÍTULO VI
A IBERO-AMÉRICA NA
AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL

VI.1. Revendo a agenda mundial de cooperação para o desenvolvimento

Ao longo de toda a primeira década do século XXI, a agenda mundial da cooperação para o desenvolvimento girou em torno de três grandes eixos: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nascidos na Cimeira das Nações Unidas do ano 2000 e com uma meta de consecução fixada para 2015; os compromissos de financiamento da comunidade internacional para conseguir a sua consecução; as discussões sobre a melhoria da qualidade e da eficácia da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), principal instrumento financeiro em torno do qual tradicionalmente se articula a referida cooperação.

No entanto, entre os anos de 2000 e 2012, o cenário mundial sofreu mudanças significativas que conduzem a uma profunda revisão dessa agenda de cooperação. Entre as mais destacadas, os *chiaroscuros* nas conquistas alcançadas em termos de ODM; a forte crise econômica e financeira mundial, especialmente em termos de ODM; a forte crise econômica e financeira mundial, especialmente nos países doadores, e cujas respostas de ajustes fiscal se começam a traduzir em reduções substantivas dos fluxos de AOD; um novo contexto geopolítico, de fortalecimento de alguns países em desenvolvimento, que obriga a repensar um cenário de cooperação tradicionalmente reduzido às relações Norte-Sul.

Mais especificamente:

1. Nos anos 2005 e 2010, a Secretaria Geral das Nações Unidas convocou dois eventos para rever o estado em que encontravam as ODM (SEGIB, 2011): o primeiro concluiu com um apelo a uma contribuição adicional de 50.000 milhões de dólares anuais para lutar contra a pobreza; no segundo assumiram-se progressos, mas entenderam-se como claramente insuficientes,¹ razão pela qual se desenhou um plano de ação mundial, tomaram-se novas iniciativas e convocou-se uma terceira cimeira de avaliação para 2013.
2. Em 2012, o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE publicou os seus primeiros dados preliminares sobre a AOD mundial de 2011. Os referidos dados expressavam preocupação e situavam o biênio 2010-2011 como um claro ponto de ruptura com tendência de progressivo crescimento da AOD registrada na última década: assim, e pela primeira vez desde 1997, a AOD dos países membros do CAD experimentava uma queda em termos reais de 2,7%, e a recebida pelo total de países em desenvolvimento, outra de 8,9%.
3. Por outro lado, os denominados países emergentes foram alternando os equilíbrios de poderes dentro da geopolítica mundial. Assim por exemplo, o primeiro fórum de discussão e decisão da economia mundial aumentou desde o denominado Grupo dos 8 ou G8 (as sete economias mais industrializadas conjuntamente com a Rússia), até ao G20, do qual fazem parte países em desenvolvimento como o Brasil, México, Índia, China e África do Sul (G5) e Argentina. Este fato coincide com o paradoxo, tal como refere a Comissão Europeia (2012) de que alguns países em desenvolvimento, classificados como de Rendimento Médio Alto, registrem hoje um PIB per capita superior ao de muitos países da União Europeia (UE).

1- Tal como resume Tezanos (2011; p.1), “registram-se avanços relevantes a nível global em determinados indicadores (em termos de pobreza, mortalidade infantil, serviço da dívida externa, escolarização infantil, vacinação contra o sarampo e prevenção do paludismo), com flagrantes incumprimentos noutros indicadores, e com uma distribuição preocupantemente desigual dos progressos entre as diferentes regiões do mundo em desenvolvimento”.

De acordo com este novo cenário, inicia-se um período de revisão da agenda de cooperação para o desenvolvimento, especialmente nos termos relativos a:

1. A crise dos doadores tradicionais e a consequente redução da sua AOD dá aso a que se defenda a entrada de fundos privados na cooperação. De fato e como bem resume um documento da AUCI (2012), no Evento de Alto Nível sobre a Eficácia da Cooperação celebrado em Busan em finais de 2011, houve referências recorrentes à procura de instrumentos de financiamento inovadores assim como a um maior envolvimento ou corresponsabilidade do setor privado, não só como financiador, mas também como protagonista do desenho e da implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento.
2. As críticas ao quadro estabelecido pelos ODM (excessivamente centrados no objetivo da redução da pobreza), a irregular avaliação das suas conquistas e a proximidade do ano de 2015, advogam a reflexão sobre o papel que os Objetivos do Milênio devem desempenhar no cenário posterior à referida data. A priori, a agenda pós-2015 desenha-se em torno de três hipotéticas vias: um prolongamento do tempo de consecução (até 2020 ou 2025); o aumento dos objetivos (ODM + plus) para outros que incluam dimensões do desenvolvimento (humano, sustentável...) que tinham ficado marginalizadas pela luta contra a pobreza; o seu total abandono em prol de uma estratégia totalmente nova. A opção finalmente adotada dependerá muito das conquistas alcançadas e dos acordos a que a ONU chegar na sua próxima cimeira em 2013.
3. Outra questão, especialmente relevante para a América Latina, é o papel que vão desempenhar os Países de Rendimento Médio.² Deslocados estes anos como receptores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, redefiniram o seu novo papel em torno da Cooperação Sul-Sul, enquanto que continuam a reivindicar a captação de AOD para consolidar o seu desenvolvimento. O questionamento mais forte chega pela utilização do critério de rendimento per capita a destinar à cooperação. De acordo com a CEPAL (2012), o destino da AOD em função dos rendimentos pressupõe a homogeneidade dos PRM em termos de necessidades de desenvolvimento, o que se afasta bastante da realidade. A sua utilização obvia, além disso, que a desigualdade (estrutural para a América Latina) impeça um desenvolvimento inclusivo. Por isso propõe um enfoque alternativo e complementar para a atribuição do financiamento ao desenvolvimento, baseado na identificação de fossos estruturais,³ que deveria ser incorporado na nova agenda da cooperação.

No quadro deste complexo cenário, o presente capítulo revê a evolução da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento mundial entre o ano de 2000 e o biênio 2010-2011, o último para o qual existem dados disponíveis. Em seguida, revê o sucedido para o caso específico dos países ibero-americanos que ainda se classificam como receptores de AOD: evolução dos fundos no decénio 2000-2010; principais doadores; doadores mais importantes. O anterior é completado com a análise dos fluxos de AOD que tiveram lugar entre os países membros da comunidade ibero-americana (desde Espanha, Portugal e Andorra até aos outros 19).

Por fim importa referir que, tal como tem vindo a suceder nos outros capítulos da presente edição do Relatório, a AOD também se abordará para o caso específico do Caribe. Também, como em edições anteriores, se utilizam duas fontes de dados: as estatísticas e os relatórios emitidos pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e as declarações das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação dos países membros da Conferência.

2- Dos 33 países que compõem a América Latina e Caribe, apenas um se classifica como de rendimento baixo e quatro como de rendimento alto, enquanto que os 28 ficam (CEPAL, 2012).

3- O enfoque baseado na superação de fossos estruturais incorpora o rendimento per capita parâmetros relativos à desigualdade, à pobreza, ao investimento, à poupança, à produtividade, à inovação, à infraestrutura, à educação, à saúde, à fiscalidade, ao género e ao meio ambiente (CEPAL, 2012).

VI.2. A Ibero-América e Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mundial

A linha superior do Gráfico VII.1.A mostra a evolução da Ajuda Oficial mundial destinada aos países em desenvolvimento entre os anos 2000 e 2010. Tal como se observa e tomando em consideração que não se dispõem de dados consolidados para 2011, no ano de 2010 a AOD mundial ainda não refletiu, de forma suficientemente explícita, os ajustes aplicados sobre este instrumento: de fato, a AOD cresceu 3,3% relativamente ao exercício anterior, alcançando um valor final superior aos 130.000 milhões de dólares, o valor mais alto do período. O que se notou, analisando estes 10 últimos anos, foi o progressivo abrandamento do ritmo de crescimento. Com efeito, no primeiro quinquénio (2000-2005), a AOD total mundial cresceu a uma taxa anual média de 17,3%, um registo que contrastou com os 4,1% correspondentes ao período de 2006-2010. Sobre isso influenciou o comportamento do seu componente mais importante (70% do total mundial tende a explicar-se pela AOD procedente dos países membros do CAD – os mais afetados, por sua vez, pela crise econômica e financeira internacional-), os quais registraram também um importante abrandamento do seu crescimento: desde 19,3% na primeira metade da década até 2,3% da segunda (2005-2010).⁴

Por outro lado, a AOD mundial destinada aos países ibero-americanos que se classificaram como receptores (linha inferior do mesmo Gráfico VI.1.A), mostrou uma dinâmica mais preocupante. Apesar de no ano de 2010 ter continuado a situar-se acima de 5.500 milhões de dólares (valor 70% superior aos 3.200 milhões do princípio da década), a AOD mundial para a Ibero-América teve dois anos consecutivos de quedas: - 1,8% em 2009, -3,3% em 2010. Neste sentido e como receptora de fundos, a Ibero-América reproduziu a dinâmica do resto dos países em desenvolvimento mas de forma mais pronunciada: a AOD também abrandou no quinquénio 2000-2005 (passou de 10,5% a 3,5%) e fê-lo a taxas inclusivamente inferiores à do conjunto dos países em desenvolvimento (médias estas 7 e 0,6 pontos acima dos ibero-americanos, respetivamente). Fruto deste diferencial no crescimento e tal como se observa no Gráfico VI.1.B, os países ibero-americanos foram progressivamente substituídos com receptores de AOD: desde os 9% do ano 2001 até ao mínimo de 4,2% do ano 2010 (de fato, durante o primeiro quinquénio não baixou do 6,2%, e no segundo, e com a única exceção do registo de 2006 -5,1% - não conseguiu superar a franja de participação de 4,2-4,5%).

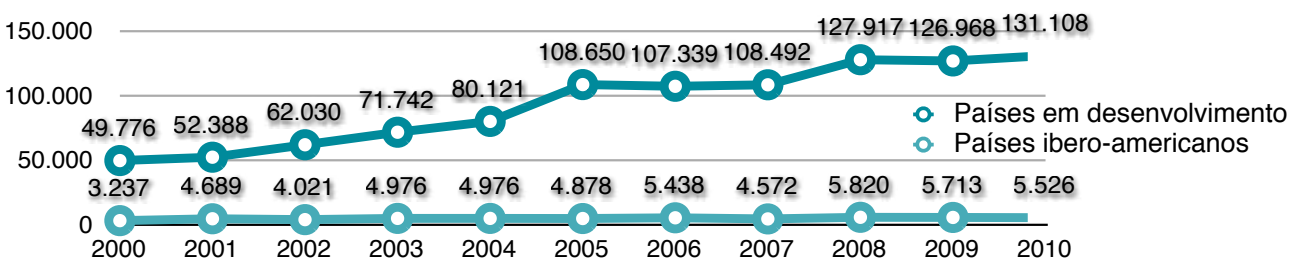
A análise relativa à AOD mundial destinada à Ibero-América pode completar-se, também, com a sua divisão em termos de receptores e doadores. Para este efeito:

1. Os Gráficos VI.2 recolhem a informação relativa à participação dos diferentes países ibero-americanos como receptores da AOD mundial: o primeiro ordena, de forma decrescente, os volumes absolutos de cada país para 2010; o segundo compara os pesos relativos registados pelos 5 primeiros receptores sobre o total para os anos 2000 e 2010. Da observação combinada de ambos os gráficos, conclui-se que:
 - a) Tal como tem vindo a suceder noutros anos, entre os principais receptores de 2010 destacaram-se os países andinos e da América Central. De fato, mais de 60% do total da AOD mundial destinada à região explicou-se pelos fundos à Colômbia e Bolívia (900 e 675 milhões de dólares cada um, equivalentes a mais de 28%), conjuntamente com a Nicarágua, Honduras, Guatemala e El Salvador (entre os 620 milhões do primeiro e os 280 do último, um volume conjunto que somou mais 33% da AOD).

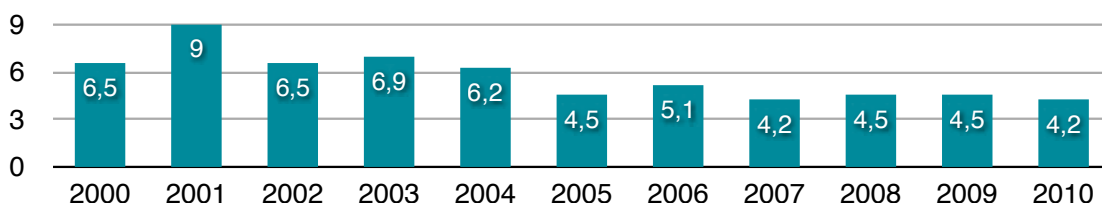
4- Os dados separados da AOD total mundial por componentes (países CAD, países não CAD e multilaterais) podem observar-se na Tabela A.5 do anexo.

Gráfico VI.1. AOD líquida destinada a países ibero-americanos e a países em desenvolvimento. 2000-2010. Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.1.A. Comparação tendências



VI.1.B. Participação da Ibero-América na AOD mundial

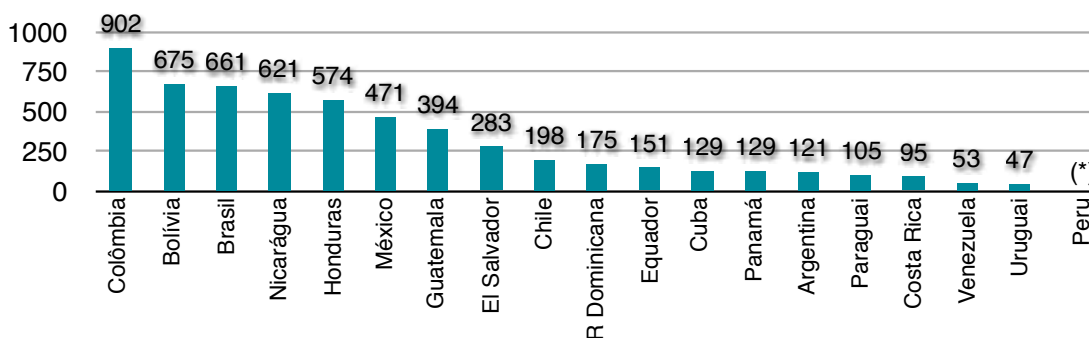


Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

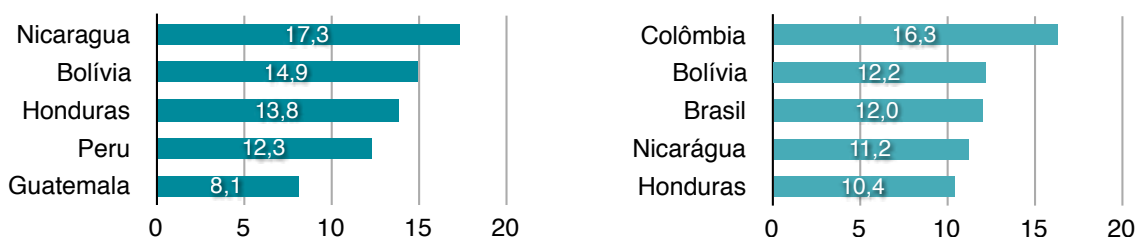
Gráfico VI.2. Distribuição da AOD líquida mundial para os países ibero-americanos, segundo receptor

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.2.A. AOD líquida mundial destinada a cada país da região em 2010



VI.2.B. Comparação das participações dos 5 principais receptores dos anos 2000 e 2010



Nota: No Gráfico VI.2.A, o fluxo de AOD líquida do Peru (*) para o ano 2010 foi negativo em 256 milhões de dólares. Por outro lado, para a elaboração do VI.2.B, selecionaram-se os países que tanto em 2000 como em 2010 registraram os 5 maiores volumes de AOD

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

-
- b) Entre estes principais receptores, no entanto, dever-se-ia acrescentar dois países que explicaram outros 20% do total da AOD destinada à Ibero-América e que se destacaram: primeiro, porque não fazem parte das referidas sub-regiões, e, segundo, porque se classificam como Países de Rendimento Médio Alto. Foram os casos do Brasil e do México, que receberam, respectivamente, 650 e 470 milhões de dólares.
- c) Os restantes 17% dos 3.200 milhões de dólares que chegaram à região em 2010, distribuíram-se em três grupos de países: Chile, R. Dominicana, Equador, Cuba, Panamá, Argentina e Paraguai (cujos volumes oscilaram entre os 200 e os 100 milhões); Costa Rica, Venezuela e Uruguai (registros positivos mas abaixo dos 100); e Peru (que registrou um fluxo negativo de mais de 255 milhões).
- d) Também convém assinalar que entre os anos 2000 e 2010, o perfil de principais receptores tendeu a manter-se em torno dos países das sub-regiões andina e da América Central. Só mudaram os nomes concretos: foram deslocados o Peru e a Guatemala, e irrompeu a Colômbia com força. A diferença mais destacável foi marcada com a entrada de um ator de outra sub-região. O Brasil, que, no entanto, já no ano 2000, se classificava como o sexto receptor ibero-americano mais importante.
2. Para ilustrar a parte que se refere aos doadores elaboraram-se, de forma análoga, os Gráficos VI.3: o primeiro recolhe, segundo a importância relativa, os volumes de AOD que os diferentes doadores destinaram em 2010 ao conjunto da Ibero-América; o segundo revê as mudanças que, entre o primeiro e o último ano da década, se puderam registrar em termos dos 5 principais doadores à região. A sua observação sugere que:
- a) Entre os anos 2000 e 2010, os Estados Unidos ganharam 10 pontos percentuais de participação na AOD destinada à Ibero-América: desde 16% do ano 2000 até 26% de 2010. Este último valor, obtido graças a uma contribuição que esteve próxima em 2010 dos 1.450 milhões de dólares, situou os EUA como primeiro doador.
- b) Espanha também fez um esforço importante e entre o início e o final da década, mais do que triplicou a sua contribuição: desde 240 milhões de dólares até mais de 850 milhões de dólares. Fruto deste esforço passou de quinto doador mais importante do ano 2000 para o segundo doador de 2010, superado apenas pelos Estados Unidos.
- c) Também no ano de 2010 houve outros três doadores bilaterais que foram importante pois somaram outros 25% da AOD da região: foram a Alemanha, França e Noruega (terceiro, quarto e quinto doador bilateral de 2010) que somaram contribuições entre os 656 e os 321 milhões de dólares. Importa destacar assim a irrupção da Noruega, cujo peso é referido porque, conjuntamente com a Alemanha, explicou 75% dos 661 milhões de dólares destinados ao Brasil.⁵
- d) Os fundos conjuntos dos Estados Unidos, Espanha, Alemanha, França e Noruega representaram cerca de 70% do total da AOD à Ibero-América de 2010. Outros 25% tiveram origem multilateral. Entre estas últimas contribuições destacaram-se, sobretudo, os quase 600 milhões de dólares provenientes das instituições da União Europeia, assim como os 225 milhões do fundo especial do BID.

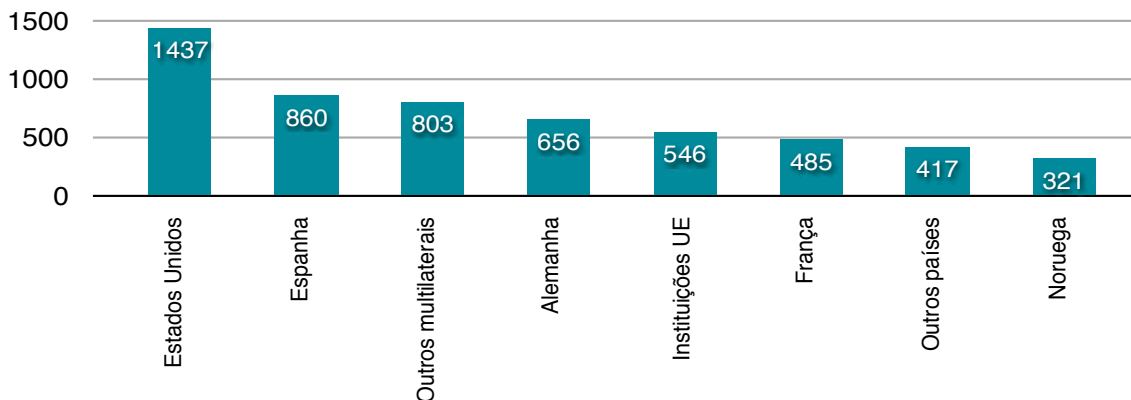
Por fim e tal como tem vindo a suceder noutros capítulos do presente relatório, importa acrescentar uma breve referência ao sucedido com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento mundial destinado ao Caribe não Ibero-americano. Uma resenha a este respeito é apresentada no Quadro VI.1.

5- Com efeito, no ano de 2010, a Alemanha destinou 247,45 milhões de dólares ao Brasil e à Noruega, outros 245 milhões. A soma de ambas as contribuições representou exatamente 74,5% (37,4% e 37,1%, respectivamente) dos 661 milhões recebidos pelo Brasil nesse ano.

Gráfico VI.3. Distribuição da AOD líquida mundial aos países ibero-americanos, segundo doador

Valores absolutos, em milhões de dólares; participação, em percentagem

VI.3.A. AOD líquida destinada pelos doadores à Ibero-América em 2010



VI.3.B. Comparação das participações dos 5 principais doadores dos anos 2000 e 2010



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

Quadro VI.1. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e o Caribe não ibero-americano: o peso do Haiti

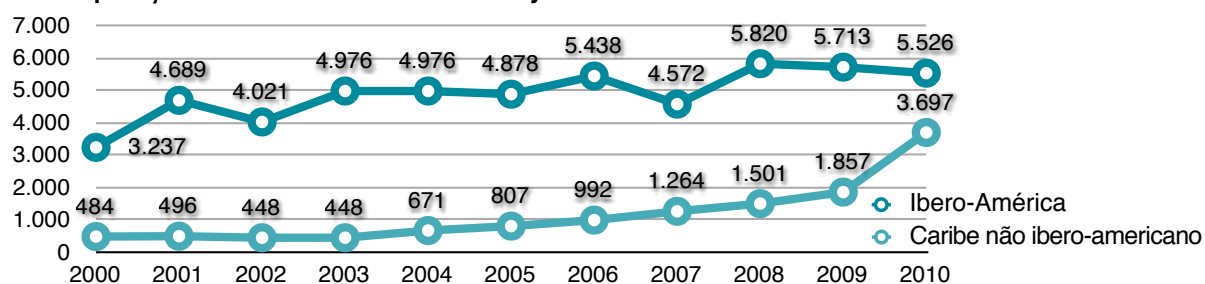
Como já se destacou noutras ocasiões, o Caribe não Ibero-americano é, em termos de riqueza, um conglomerado de países muito heterogêneos: com efeito, segundo a CEPAL em 2010, os seus rendimentos per capita anuais em termos correntes oscilaram entre os quase 3.000 dólares anuais da Guiana e os 22.000 das Bahamas. Nestas margens a única exceção foi o Haiti, o país mais pobre da região, que nem sequer alcançou os 650 dólares por habitante.¹

O Haiti e a sua situação crítica, agravada após o devastador terremoto de janeiro de 2010, marcaram também a evolução da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento que a comunidade internacional destinou à região caribenha ao longo de toda a primeira década do século XXI. Assim o sugere a observação dos gráficos seguintes, que mostram, por um lado, a evolução da referida AOD entre os anos 2000 e 2010 em contraste com a destinada à Ibero-América; e, por outro, o peso do Haiti no conjunto da ajuda destinada ao Caribe não Ibero-americano.

Total AOD líquida mundial destinada ao Caribe não ibero-americano. 2000-2010

Em milhões de dólares

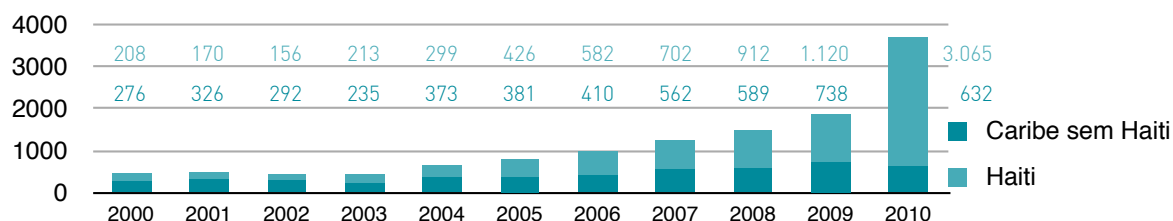
A. Comparação com a AOD destinada ao conjunto da Ibero-América



Quadro VI.1. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e o Caribe não ibero-americano: o peso do Haiti

(continuação)

B. Total destinado aos países do Caribe não ibero-americano, diferenciando o Haiti do resto



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

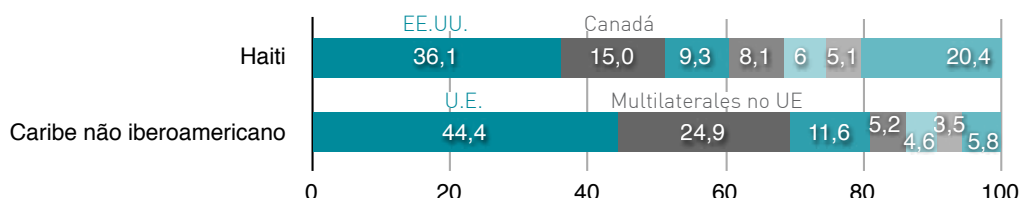
Neste sentido, importa destacar o seguinte:

- Entre os anos 2000 e 2010, a AOD destinada ao Caribe não ibero-americano aumentou de forma exponencial desde os menos de 500 milhões de dólares do ano 2000 até os quase 3.700 milhões de 2010. O ponto de inflexão chegou marcado tanto pelo comportamento do último quinquênio como pelo do próprio ano 2010: assim, enquanto que o valor de 2005 nem sequer tinha duplicado em relação ao do ano 2000; no ano 2009, a AOD havia mais do que duplicado a de 2005; mas entre o biênio 2009 e 2010, o valor final praticamente triplicou.
- Influuiu sobretudo o enorme peso do Haiti: tal como se observa no segundo gráfico, no ano 2000, o Haiti representava 43,5% do total da AOD destinada ao Caribe não Ibero-americano; em 2005, a referida percentagem tinha aumentado até aos 53,5%, e em 2010 situou-se em 83% do total regional. Sobre este comportamento influíram: entre os anos 2005 e 2009, a aplicação dos programas de alívio de dívida; em 2010, a comprometida resposta da comunidade internacional à situação de emergência que o país teve de enfrentar.

Por fim, vale a pena referir o perfil dos doadores. Para tal, elaborou-se o gráfico seguinte. Neste sentido, o referido gráfico mostra como os principais doadores ao Haiti foram os Estados Unidos e o Canadá que explicaram, conjuntamente, mais de metade da AOD recebida pelo Haiti em 2010. Completaram a referida ajuda as instituições multilaterais (da UE, outras e o BID) e Espanha (9,3%, 8,1%, 6,0% e 5,1%, respectivamente). Este padrão de distribuição da origem dos fundos contrasta com os dos destinados ao resto do Caribe não Ibero-americano, os quais procederam, quase em 70%, das instituições da UE (44,4%) e de outras multilaterais (24,9%). Neste caso, os Estados Unidos explicaram apenas 35% abaixo dos Países Baixos (11,6%) e Japão (5,2%).

Peso de dos principais doadores sobre a AOD ao Haiti e ao resto do Caribe não ibero-americano. 2011

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

1- http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2011/datos/2.1.1.6.xls

Fonte: SEGIB a partir de CEPAL e de www.oecd.org/dac/stats/idsonline

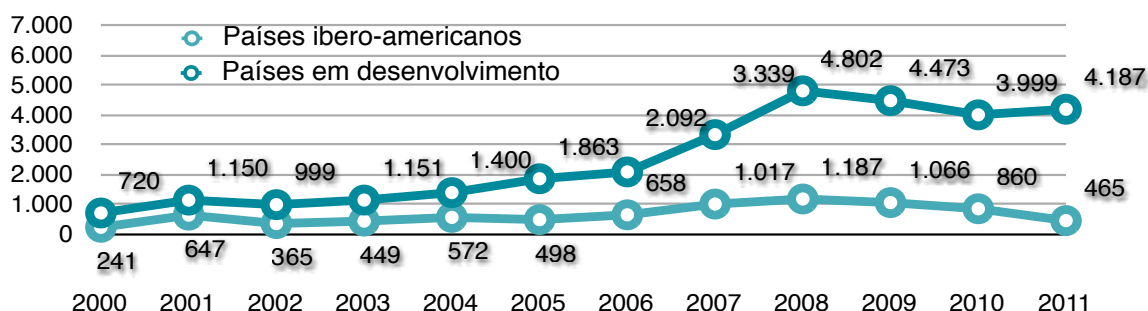
VI.3. A AOD de Espanha, Portugal e Andorra para os seus parceiros ibero-americanos

A última seção deste capítulo analisa os fluxos de AOD que tiveram lugar entre os países membros da comunidade ibero-americana (desde Espanha, Portugal e Andorra, ordenados pela importância relativa dos seus volumes de ajuda, para os outros 19), para o período 2000-2011.⁶ Em seguida explicam-se as características mais destacadas desta AOD.

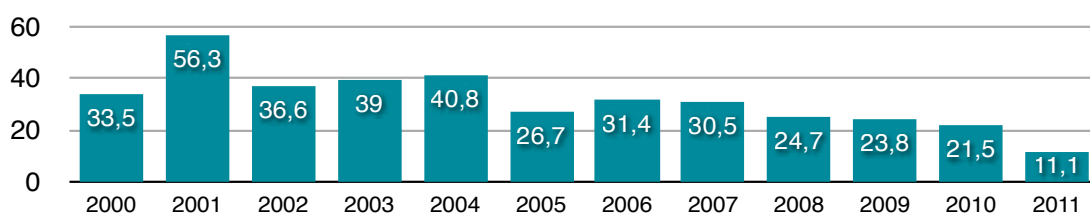
Gráfico VI.4. AOD líquida total que Espanha destina a outros países da Ibero-América. 2000-2011

Valores, em milhões de dólares; participação, em percentagem

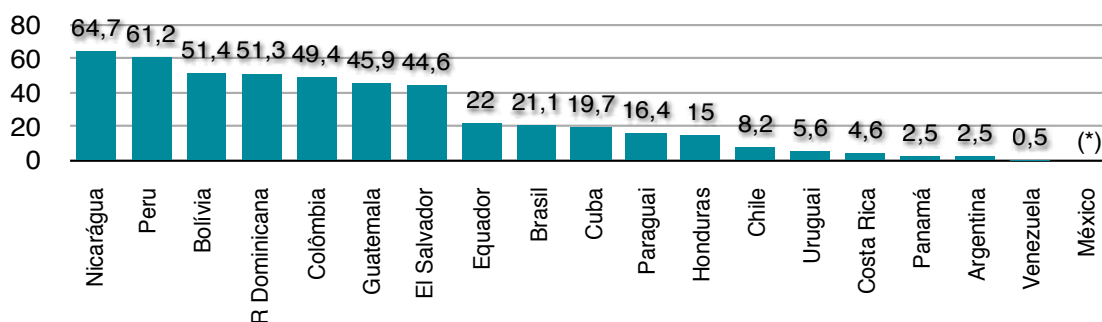
VI.4.A. AOD a Ibero-América e ao conjunto dos países em desenvolvimento. 2000-2011



VI.4.B. Participação da Ibero-América sobre o total da AOD líquida espanhola. 2000-2011



VI.4.C. Participação da Ibero-América sobre o total da AOD líquida espanhola. 2011



Nota: a) O dado correspondente ao total da AOD desembolsada por Espanha no ano de 2011 foi facilitado pela AECID e a conversão em dólares foi realizada aplicando a taxa de câmbio médio do ano de 2011 (1€ = 1,392 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu. b) No Gráfico VI.3.c o fluxo líquido de AOD para o México (*) é negativo em 21,7 milhões de dólares

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) e das estatísticas do CAD (www.oecd.org/dac/stats/idsonline).

6- Neste caso, os dados fornecidos diretamente pelas Agências e Direções Gerais de Cooperação de Espanha, Portugal e Andorra permitem dispor de informação relativa ao ano de 2011.

1. Os Gráficos VI.4 incluem diferentes informações relativamente à evolução da cooperação espanhola: o primeiro compara a evolução da AOD que Espanha destinou à Ibero-América entre os anos 2000 e 2011 com a que foi destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento; o segundo revê, para esse mesmo período, como a região perdeu peso como receptora do total dos fluxos espanhóis; e o terceiro, a distribuição dos referidos fluxos de AOD por receptores, mas já só para o ano de 2011. A sua observação mostra que:

- a) A evolução da AOD espanhola para o resto dos seus parceiros ibero-americanos registrou três etapas bem diferenciadas: uma primeira, entre os anos 2000 e 2007, de intenso crescimento (35,6% de média anual); uma segunda, até 2009 que, em contraste com a anterior, pode entender-se praticamente como de paragem (apenas 3,2% por ano); e uma última, correspondente ao biênio 2010-2011, de claro desmoronamento (queda anual dos fluxos de 32,6%). Dito de outro modo, a AOD espanhola para a Ibero-América cresceu de 240 milhões de dólares de 2000 para um valor máximo de quase 1.200 milhões de dólares em 2008 para voltar a cair, em apenas 3 anos, para os 465 milhões de dólares registrados em 2011.
- b) As dinâmicas registradas por esta AOD contrastaram com as do total de fluxos destinados ao conjunto dos países em desenvolvimento: crescimento intenso até 2009 (26,9% de média anual entre os anos 2000 e 2007 e de 18,5% por ano no biênio seguinte) e uma ligeira queda (apenas -2,9%) de 2009 a 2011. Consequência destas diferentes dinâmicas, a Ibero-América perdeu praticamente 45 pontos percentuais de participação sobre o total da ajuda espanhola: desde o máximo de 56,3% alcançado em 2001 até ao limite de 11,1% de 2011.⁷
- c) A menor disponibilidade de fundos traduziu-se numa certa concentração, de modo que 80% dos 465 milhões de dólares foram distribuídos, ainda assim de forma bastante equitativa, entre sete países que receberam quantidades individuais entre 45 e 65 milhões de dólares. Seguindo a mesma tônica da AOD mundial, estes países pertenceram às regiões andina e centro americana: Peru, Bolívia e Colômbia, por um lado; Nicarágua, Guatemala e El Salvador conjuntamente com a República Dominicana, por outro. Dentro do resto dos receptores destacaram-se, com fluxos de entre os 15 e os 20 milhões de dólares, Equador, Brasil, Cuba, Paraguai e Honduras.

Seja como for, os dados anteriores revelam o forte impacto que tanto a crise econômica como os ajustes fiscais tiveram sobre a cooperação espanhola. Ao longo dos últimos anos, Espanha destacou-se pela sua firme aposta em cumprir os seus compromissos internacionais: aumento progressivo da AOD; aumento do peso desta sobre o seu Rendimento Nacional Bruto (RNB); concentração em África compatível com a sua preferência pela América Latina. A crise e a sua resposta fiscal truncaram estes esforços e no futuro, tal e como se destaca no último Plano Anual para a Cooperação Internacional (PACI), deverá adaptar-se a estes novos cenários orçamentais. De momento, só podem avançar-se duas coisas: que a previsão para o ano de 2012 é de uma redução ainda mais intensa do total da AOD espanhola,⁸ até aos 2.336 milhões de dólares

7- Na realidade, o número dos 465 milhões incorpora também o que se conhece que chega à região por vias multilaterais. Exclui-se essa parte e considera-se apenas a AOD líquida bilateral para a Ibero-América, a quantidade reduz-se até aos 447,5 milhões de dólares. Mas se, do mesmo modo, se estima a sua participação no total da AOD líquida espanhola (os 4.187 milhões de dólares) também sobre o exclusivamente bilateral (1.577 milhões de dólares em 2011), a cooperação com os países ibero-americanos aumenta para continuar a representar 28,36% desses fundos.

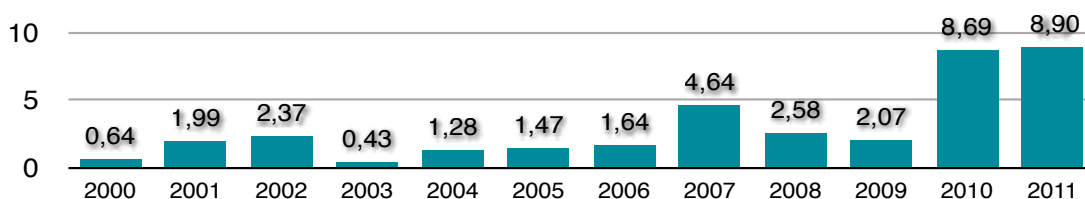
8- De fato, o PACI entende o ano 2012 como de início de uma nova etapa de "concentração geográfica, multilateral (...) (e) setorial" da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (MAEC, 2012; p.4).

(0,22% do RNB) e que, apesar dos cortes, a América e o Caribe, juntamente com o Norte de África e a África Ocidental, continuarão a ser as regiões preferenciais da AOD espanhola.

2. Por outro lado, a situação de crise e ajuste que Portugal vive também se refletiu na evolução da sua Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Para o caso específico dos fluxos destinados aos países ibero-americanos, a sua cooperação apenas registrou um aumento de 2,3%: desde os 8,7 milhões de dólares de 2010 até aos 8,9 milhões de 2011. Tal como se observa, trataram-se de números discretos e fundamentalmente dependentes dos programas de cooperação que, no âmbito da educação superior, Portugal manteve com o Brasil (78% dos fundos), assim como com Cuba, Argentina, Chile, México, Uruguai, Venezuela, El Salvador, Colômbia, Peru e Nicarágua (os restantes 22% de AOD de 2011). De fato, os registros de Portugal para a Ibero-América devem sempre ser contextualizados, pois a região representa uma proporção muito pequena do total da sua cooperação, preferencialmente orientada para África, Ásia e Países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Gráfico VI.5. AOD líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 2000-2011

Em dólares



Nota: O dado do ano de 2011 procede da declaração de CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA de Portugal, em euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando a taxa de câmbio média do ano de 2011 (1€ = 1,392 USD) proporcionada pelo Banco Central Europeu

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline e IPAD.

3. Por fim, importa referir, no quadro da sua dimensão país, o esforço realizado por Andorra. Em concreto, no ano de 2011 destinou aos seus outros parceiros ibero-americanos cerca de 155.000 dólares. 70% destes explicaram-se pelas contribuições de 20.000 euros (cerca de 27.840 dólares à taxa de câmbio média de 2011) ao Programa Mundial de Alimentos para a América Central, e, em concreto, a El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. 30% foram sobretudo apoio em educação para o mesmo El Salvador, Bolívia e Peru.

9- Seguramente, o impacto mais forte sobre a cooperação portuguesa pode ilustrar-se a partir da decisão, tomada no ano de 2011, de dissolver o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e integrar as suas funções e responsabilidade no CAMÕES - INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA de Portugal.

10- As quantidades destinadas a cada um destes países oscilam entre os apenas 2.000 dólares da Nicarágua e os cerca de 175.000 de Cuba

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Agência Alemã de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (GIZ) e Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) (2012). Documento de apresentação do Fundo regional para a América Latina e Caribe. GIZ e BMZ, Santiago do Chile, 2 pp.
- Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID) (2012). “Fundos Mistos Triangulares”. Intervenção apresentada por Daniel Castillo no Seminário-Workshop “Os modelos institucionais para a gestão da cooperação: aprendendo a partir da diversidade”, organizado pelo PIFCSS em Antígua (Guatemala), no dias 17 e 18 de setembro.
- Agência Mexicana para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AMEXCID) (2012). Nota explicativa acerca do modo como trata a bi-direcionalidade da Cooperação Sul-Sul. junho.
- Agencia Uruguia de Cooperação Internacional (AUCI) (2012) *Da eficácia da ajuda à eficácia da cooperação ao desenvolvimento: Analisando os resultados do Quarto Fórum de Alto Nível de Busan*. AUCI, Montevideu 37 pp.
- Armijo (2009). *Manual de Planificação Estratégica e Indicadores de Desempenho no Setor Público*. Área de Políticas Orçamentais e Gestão Pública ILPES/CEPAL. Santiago do Chile, 103 pp.
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe CEPAL (2010) “A hora da igualdade: Fossos por fechar, caminhos por abrir”, Bárcena, A. (coord..) Trigésimo terceiro período de sessões da CEPAL., Brasília, 30 maio a 1 de junho, Santiago, 290 pp.
- Barros Charlin (1986). “Dimensão jurídico-institucional da cooperação econômica chileno-argentina” na *Revista Integração Latino-americana* número 119, dezembro 1986. Buenos Aires, pp. 32-50
- Cabrera (2012). *Proposta de indicadores e base de dados comum para a Cooperação Sul-Sul*. Relatório final de consultoria. Montevideu, 50 pp
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe CEPAL (2012). *Os países de Rendimento Médio: Um novo enfoque baseado em fossos estruturais*. CEPAL, 31 pp.
- CIDEAL (2011). *Reflexões Práticas sobre Cooperação Triangular* em Galán, Ayllón e Albarrán (coord.). CIDEAL e AECID, Madrid, 128 pp.
- Comissão Europeia (2012). *Consulta pública: Para um quadro de desenvolvimento pós-2015*. Bruxelas, 8 pp.
- De la Lastra (2011). Relatório do Seminário-Workshop “Indicadores para a Cooperação Sul-Sul: Necessidades, possibilidades e desafios” celebrado em Quito (Equador) durante os dias 14 a 16 de setembro. PIFCSS-SETECI, Quito, 26 pp.
- Durán e Álvarez (2008). “Indicadores de comércio exterior e política comercial: medições de posição e dinamismo comercial”. Documento de projeto da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). CEPAL-GTZ, Santiago do Chile, 43 pp.
- Edmonson, R. (2002) *Memória do mundo: Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio cultural*. UNESCO, 61 pp.

- González, A (1998) “Economia e Sociedade: Os desafios do modelo econômico” em *Revista Temas. Cultura, Ideologia e Sociedade*. Julho - setembro, nº 11. Nova Época. Havana, Cuba, pp. 4-29.
- Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) (2008). *Estratégia da cooperação para o desenvolvimento com os países da América Latina e Caribe*. BMZ, 39 pp.
- Mondragón Pérez, A. (2002) “O que são os indicadores?” em *Revista de Informação e Análise*, nº 19, pp 52-58.
- Moriarty, Butterworth e Batchelor (2006). “A gestão integrada dos recursos hídricos e o subsetor de água e saneamento doméstico”. *Intervenção*. IRC *International Water and Sanitation Centre*, Kent, 40 pp.
- Nogueira Batista, P. (1993). “Crise monetária, dolarização e tipo de câmbio” em *Revista da Cepal*. Agosto, nº 55. CEPAL, Santiago do Chile, Chile, pp. 93-107.
- Escritório Nacional de Estatísticas (ONE) (2012). *Anuário Estatístico de Cuba*. ONE, Havana
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (PNUMA) (2010). *Perspectivas do meio ambiente: A América Latina e Caribe. Geo 3ALC*. PNUMA - Escritório Regional para a América Latina e Caribe, Cidade do Panamá, 380 pp.
- Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2012). Relatório Final do Seminário “Os Modelos Institucionais: Aprendendo a partir da Diversidade” celebrado em Antigua, Guatemala, entre os dias 17 e 18 de setembro. PIFCSS, Montevidéu, 17 pp.
- ---- (2012). Relatório Final do Workshop “Aprendizagens e Desafios da Sistematização” celebrado em La Paz (Bolívia) entre os dias 24, 25 e 26 de julho. PIFCSS, Montevidéu, 13 pp.
- ---- (2012). Relatório final do Seminário - Workshop sobre “Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2012: revisão, melhoria e incorporação de indicadores”, celebrado em Montevidéu, 27 a 29 de março de 2012. PIFCSS-SEGIB, Madrid, abril, 30 pp.
- ----- (2012). Sistematizar para aprender. Lições de nove experiências de Cooperação Sul-Sul e Triangular. Documento de trabalho No. 1, PIFCSS-SEGIB, Montevidéu, 30 pp.
- ----- (2011). “Cooperação Triangular: Aprendizagens e desafios da gestão”. Relatório do Seminário – Workshop, Unidade Técnica do Programa, Santo Domingo (República Dominicana), 25 e 26 de julho, 27 pp.
- ---- (2011) Relatório Final do Seminário “Melhorando o questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011”. PIFCSS, Lima, 3 e 4 de março
- ---- (2011) *Posição sobre a cooperação Sul-Sul no quadro da cooperação internacional para o desenvolvimento perante o IV Fórum de Alto Nível de Busan*, PIFCSS, Montevidéu, 5 pp.
- ----- (2010). “Sistemas de Informação e registro da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: partilhando experiências”. Relatório do Seminário – Workshop, Unidade Técnica do Programa, Cartagena das Índias (Colômbia), 21-23 de julho, 37 pp.

- Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) (2011). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011*. SEGIB, PIFCSS e AECID. Madrid, 167 pp.
- ----- (SEGIB) (2010). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2010*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação ao Desenvolvimento (AECID). Madrid, 163 pp.
- ----- (SEGIB) (2009). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2009*. SEGIB e Agência Espanhola de Cooperação ao Desenvolvimento (AECID). Madrid, 151 pp.
- SEGIB e Programa Ibero-americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (2012). "Orientações metodológicas" no *Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2011*. Madrid, 18 pp.
- Tezanos, S. (2011) E depois de 2015...? *Desafios para a construção de uma agenda pós-ODM*. Fundação Carolina. Santander, 8 pp.
- Tolentino, M. (2009). "Sistema Único de Saúde: a experiência brasileira na universalização do acesso à saúde" na Revista Peruana de Medicina Experiência Saúde Pública. 26 (2); Lima, páginas 251-57.
- Vice-ministério de Cooperação para o Desenvolvimento de El Salvador (2012) Conclusões e Recomendações do Seminário Internacional "A América Latina na nova associação global para o desenvolvimento", celebrado em São Salvador nos dias 13 e 14 de fevereiro, São Salvador, 3 pp.
- ----- (2011). "A Cooperação Triangular: perspectivas desde um país receptor (notas para o debate)". Intervenção apresentada pela Dr.^a Claudia Aguilar no Seminário-Workshop a "Cooperação Triangular: Aprendizagens e desafios da sua gestão", organizado pelo PIFCSS em Santo Domingo (República Dominicana), entre os dias 25 e 26 de julho.

Declarações, resoluções e documentos oficiais

- Assembleia Geral das Nações Unidas (2004). Resolução 58/220 relativa à Cooperação econômica e técnica entre países em desenvolvimento de 19 de fevereiro, em <http://daccess-dds-ny.un.org/>
- ----- (1978). *Resolução 33/134 relativa à Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD)* de 19 de dezembro, em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc>
- Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica para os Países em Desenvolvimento (1978). *Plano de Ação de Buenos Aires*, em <http://ssc.undp.org/ss-policy/policy-instruments/buenos-aires-plan-of-action/>
- MAEC (2012). *Plano Anual de Cooperação Internacional (PACI) 2012*, MAEC, Madrid, 85 pp.
- Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) (2010). *Resoluções aprovadas pelos estados membros da CEPAL, no trigésimo terceiro período de sessões*. Brasília, 18 pp.
- Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo (2011). *Declaração da XXI Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo*. 28 e 29 de outubro, Assunção, Paraguai, 7 pp.

-
- Direção Geral de Planificação e Avaliação de Políticas de Desenvolvimento (DGPOLDE) (2011). *Plano Anual de Cooperação Internacional* (PACI) 2011, DGPOLDE e MAEC, Madrid, 146 pp.
 - Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla (2009). *Declaração da XI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, 27 a 29 de julho*, Guanacaste, Costa Rica, 13 pp.

Principais páginas digitais consultadas

- Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) - <http://www.giz.de/>
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - www.abc.gov.br
- Agencia Chilena de Cooperação Internacional (AGCI) - www.agci.cl
- Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - <http://www.aecid.es/>
- Agencia Mexicana de Cooperação Internacional para o desenvolvimento (AMEXCID) - <http://amexcid.gob.mx/>
- Agencia Peruana de Cooperação Internacional (APCI) - www.apci.gob.pe
- Agencia Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) - www.auci.gub.uy
- Caribbean Community (CARICOM) - <http://www.caricom.org/>
- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) - <http://www.eclac.org>
- Comitê de ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- *International Development Statistics Online* - <http://www.oecd.org/dataoecd/idsoline>
- Comunidade Andina de Nações (CAN) - <http://www.comunidadandina.org/>
- Economic and Social Council (ECOSOC) - (<http://un.org/ecosoc>)
- Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO-AR)
- <http://www.cancilleria.gov.ar/portal/secin/dgcin/fo-ar.html>
- Ibero-América pelo Haiti - www.iberamericaporhaiti.com
- Mercado Comum do Sul (MERCOSUR) - <http://www.mercosur.org.uy>
- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - <http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/>
- Organização das Nações Unidas (ONU) - <http://www.un.org/>
- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) - <http://www.fao.org>
- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- <http://www.unesco.org/new/es/unesco/>
- Organização Mundial de Saúde (OMS) - <http://www.who.int/>
- Organização Pan-americana da Saúde (OPS) - <http://www.paho.int/>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatórios sobre Desenvolvimento Humano - <http://hdr.undp.org/en/espanol/>
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente M (PNUMA) - <http://www.pnuma.org/>
- Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul - www.cooperacionsursur.org
- Real Academia da Língua Espanhola (RAE) - <http://www.rae.es/rae.html>
- Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) - <http://www.segib.org>
- Secretaria Técnica para a Cooperação Internacional (SETECI) do Equador - www.seteci.gob.ec/
- The South South Opportunity - <http://www.southsouth.info/>

ANEXO

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

Em unidades

A.1.A. Dimensão social

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	■							■											0	
	El Salvador		■							■		■								0	
	Guatemala			■																0	
	Honduras				■					■										0	
	Nicarágua					■														0	
	Paraguai						■						■							0	
PRM-ALTO	Argentina	■					1	■	■	■				■						1	
	Brasil							■	■							1				1	
	Chile					1		1	■							1	1	2		6	
	Colômbia			2	6					■										8	
	Costa Rica				■						■									0	
	Cuba	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	■	1	1	1	2	1	1	2	20	
	Equador		■				1						■			(2)				3	
	México	2		1		1						1	1	■				2		8	
	Panamá													■	■					0	
	Peru									1			(2)+1		■	■				4	
	R. Dominicana		■														■			0	
	Uruguai		■				2	1			1			1		1		■		6	
	Venezuela					1													■	1	
TOTAL		3	1	4	7	4	5	2	2	1	2	2	1	5	2	1	7	2	5	2	58

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

(continuação) Em unidades

A.1.B. Dimensão económica. Infraestrutura e serviços.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL		
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO														
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela	
PRM-BAIXO	Bolívia	1																			0	
	El Salvador		1										1									0
	Guatemala			1																		0
	Honduras				1																	0
	Nicarágua					1																0
	Paraguai						1						1									1
PRM-ALTO	Argentina	1		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
	Brasil						1	1								2					2	
	Chile							1									1				1	
	Colômbia				2		1			1	3					1					6	
	Costa Rica				1						1										0	
	Cuba											1									0	
	Equador						1						1								0	
	México	2	1		1	1		1		1	1			1	1	1	1	1	1	1	8	
	Panamá													1	1						1	
	Peru		1	1						2			1				1		1		6	
	R. Dominicana																	1			0	
	Uruguai	1						1							1				1		3	
	Venezuela					1														1	0	
TOTAL	3	2	1	3	1	0	1	0	0	2	3	0	2	1	2	5	1	4	0	31		

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

(continuação) Em unidades

A.1.C. Dimensão económica. Setores produtivos.

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL	
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO													
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai		Venezuela
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		0	
	El Salvador		1																	0	
	Guatemala			1																0	
	Honduras				1															0	
	Nicarágua					1														0	
	Paraguai						1						1							0	
PRM-ALTO	Argentina	1	1		2		1	1	1		1	2		4	1	1	1	1	1	18	
	Brasil						1	1							2					2	
	Chile						1	1			1				1					3	
	Colômbia				2					1				1	1					4	
	Costa Rica				1						1									1	
	Cuba											1							4	4	
	Equador						2						1							2	
	México	1	1	1	3							1		1						7	
	Panamá														1					0	
	Peru					1										1				1	
	R. Dominicana																1			0	
	Uruguai																	1		0	
Venezuela																		1	0		
TOTAL		1	2	2	6	2	3	0	2	1	1	0	3	2	1	4	5	1	1	5	42

Matriz A.1. Ações de Cooperação Horizontal Sul-Sul Bilateral, por dimensões de atividade. 2011

(continuação) Em unidades

A.1.D. Outras dimensões

PARCEIROS OFERTANTES		PARCEIROS RECEPTORES																		TOTAL
		PRM-BAIXO						PRM-ALTO												
		Bolívia	El Salvador	Guatemala	Honduras	Nicarágua	Paraguai	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	México	Panamá	Peru	R. Dominicana	Uruguai	
PRM-BAIXO	Bolívia	1																		0
	El Salvador		1								1		1							1
	Guatemala			1																0
	Honduras				1					1										0
	Nicarágua					1														0
	Paraguai						1						1							0
PRM-ALTO	Argentina	1		1		1	1	1				4	1		1			1		9
	Brasil		3					1					1	(1)						5
	Chile		3		1	1	1								1	1		1		9
	Colômbia		4	5	7					1			1		1					29
	Costa Rica				3						1				1	1				5
	Cuba		3			1						1								4
	Equador		1				4						1							5
	México	1	3	2		1		2	(1)						6	3				19
	Panamá						1			1				1						3
	Peru										1				1					2
	R. Dominicana		1															1		1
	Uruguai		1				2			1								1		5
	Venezuela					1									1					1
TOTAL	1	19	8	11	3	9	2	1	1	1	13	4	3	2	12	5	1	2	0	98

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, os países foram classificados de acordo com os seus níveis de Rendimento Nacional Bruto per capita. Conforme tal, cada economia foi classificada como País de Rendimento Médio Baixo (RMB per capita) entre 976 a 3.855 dólares) ou de Rendimento Médio Alto (entre 3.856 a 11.905 dólares). b) Entre parêntesis registram-se as ações que foram declaradas pelos países como "bidirecionais". Nos referidos casos, os dois países participantes são ao mesmo tempo ofertante e receptor.

Fonte: SEGIB a partir das Declarações das Agências de Cooperação e/ou Direções Gerais de Cooperação.

Tabela A.1. Classificação dos setores de atividade em que tem lugar a Cooperação

Dimensão Cooperação	Grup CAD	Sector de atividade	Código	Descrição
Social	Infraestrutura e Serviços Sociais	Educação	(11)	De básica a universitária. Políticas educativas, investigação, formação professores, formação profissional ...
		Saúde	(12)	Geral e básica. Política sanitária, serviços médicos, investigação médica, nutrição básica, infraestrutura sanitária, educação sanitária, formação pessoal sanitário, cuidados sanitários básicos...
		População e saúde reprodutiva	(13)	Programas e política sobre população, cuidados saúde reprodutiva, planificação familiar, luta contra ETS, formação específica...
		Abastecimento e saneamento de água	(14)	Política de recursos hídricos, fornecimento e potabilização, desenvolvimento de bacias fluviais, formação ...
		Outros	(15)	Serviços sociais, política de habitação...
Econômica	Infraestrutura e Serviço Económicos	Energia	(21)	Geração e fornecimento. Política energética, produção energética, distribuição de gás, centrais térmicas, hidroelétricas, energia solar, investigação energética...
		Transporte e armazenamento	(22)	Política de transporte, transporte por estrada, via férrea, marítimo, fluvial, aéreo, armazenamento...
		Comunicações	(23)	Política de comunicação, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e das comunicações...
		Ciência e Tecnologia	(24)	Desenvolvimento científico e tecnológico, apoio à transferência de conhecimentos que reforcem o sistema científico, universalização do acesso à tecnologia...
		Banca e finanças	(25)	Política financeira, instituições monetárias, ensino serviços financeiros...
		Emprego	(26)	Política de emprego...
	Setores produtivos	Empresas	(27)	Serviços e instituições de apoio à empresa, desenvolvimento PME, privatizações, fortalecimento de processos de competência...
		Extrativas	(2A)	Exploração e extração de recursos minerais e energéticos. Planificação e legislação mineira, geologia, carvão, petróleo, gás, minerais...
		Agricultura	(2B)	Política agrária, terras cultivadas, reforma agrária, soberania alimentar, ganadaria, desenvolvimento agrário alternativo, cooperativas agrícolas...
		Silvicultura	(2C)	Política florestal, desenvolvimento florestal, investigação em silvicultura...
		Pesca	(2D)	Política pesqueira, serviços pesqueiros, investigação pesqueira...
		Construção	(2E)	Política de construção
		Indústria	(2F)	Política industrial, indústrias por setores...
		Turismo	(2G)	Política turística...
Outra	Multi-setorial	Comércio	(2H)	Política e regulação do comércio exterior. Acordos comerciais regionais, negociações comerciais multilaterais...
		Governo	(31)	Fortalecimento institucional, planificação do desenvolvimento, gestão do setor público, modernização do Estado, governabilidade, Direitos Humanos (extensão de direitos de primeira, segunda e terceira geração), luta contra a impunidade, desmobilização, processos de consolidação da paz após conflitos (ONU), formação estatística ...
		Sociedade	(32)	Fortalecimento da sociedade civil...
		Cultura	(33)	Cultura e ócio, bibliotecas, museus...
		Meio ambiente	(34)	Proteção do meio ambiente, políticas meio ambientais, biodiversidade, saúde animal, investigação meio ambiental...
		Gênero	(35)	Programas e projetos que relacionem mulher e desenvolvimento, fomento e apoio a grupos e organizações de mulheres...
		Prevenção de desastres	(36)	Apoio logístico à previsão de desastres que tenham a sua origem em fenômenos sísmicos o climatológicos
Outros	(37)	Desenvolvimento rural, urbano, alternativo não agrário, comunitário...		

Fonte: SEGIB a partir de CAD (novembro de 2004)

Tabela A.2. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina. 2011

PAÍS AFETADO	EMERGÊNCIA	PAÍS QUE PRESTA A ASSISTÊNCIA	AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA	
			TIPO	BREVE DESCRIÇÃO
Bolívia	Janeiro – Fevereiro 2011: Inundações pelo fenômeno La Niña. Mais de 50 mortos.	Argentina	Técnica -logística	Envio de 2 voluntários para tarefas de Busca e Resgate de Estruturas Colapsadas (BREC)
		México	Técnica- logística	Envio da Brigada de Emergência a Santa Cruz de La Sierra, 14 especialistas (despesa de 28.933,14\$)
Brasil	Janeiro 2011: Sofre a pior inundação da sua história. Afetou a Região Serrana do Norte do Rio de Janeiro. Mais de 900 vítimas mortais, mais de 100 municípios e 1.000.000 de pessoas afetadas.	Argentina	Em espécie	120 quilos de roupa. Transporte aéreo das doações.
		Peru	Em espécie	Camas dobráveis, colchões de espuma, tendas familiares, lençóis, baldes, bidons e kits de higiene) de um valor aproximado de 190.000 US\$.
Colômbia	Dezembro 2010- abril 2011: Inundações da temporada de chuvas (fenômeno La Niña). Cerca de um milhão de afetados.	Argentina	Em espécie	Envio de alimentos e de 30 caixas de Pastilhas Potabilizadoras de Água (PPA).
		México	Em espécie	Moto-bombas e acessório, motosserras, geradores de eletricidade, botas, tripodes com dois refletores e despesas de desalfandegação (avaliado em 50.238 US\$).
		Peru	Em espécie	Camas dobráveis, tendas familiares, colchões, baldes e bidons (valor aproximado de 77.000 US\$).
Costa Rica	Novembro 2010: Inundações por chuvas, efeito indireto do Furacão Tomas. Mais de 70.000 afetados.	Argentina	Em espécie	Envio de 30 caixas de Pastilhas Potabilizadoras de água (PPA).
El Salvador	Outubro-Novembro 2011: Depressão Tropical 12-E. Inundou 10% do território do país. Provocou danos e perdas num valor de cerca de 840 milhões de dólares (aproximadamente 4% do PIB do país) e afetou cerca de meio milhão de pessoas.	Argentina	Em espécie	40 caixas de pastilhas potabilizadoras de água, 1.000 mantas, 10 tendas tipo aranha, doação de medicamentos ao Ministério da Saúde avaliados em 32.638 US\$.
			Técnica-Logística	3 capacetes brancos (especialistas logísticos e em gestão de acampamentos) para tarefas de avaliação do sistema de emergência salvadorenho, para a organização de centros de albergados e implementação do sistema LSS/SU (Sistema de Apoio Logístico baseado no sistema SUMA).
		Brasil	Financeira	Entrega de donativo de 100.000 US\$ para ser canalizado pela FAO em ações para El Salvador.
		Chile	Financeira	Duas doações de 32.400 US\$ e 30.000 US\$ para serem utilizadas pela Associação Um Teto para o Meu País nas comunidades do Baixo Lempa

Tabela A.2. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina. 2011

(continuação)

PAÍS AFETADO	EMERGÊNCIA	PAÍS QUE PRESTA A ASSISTÊNCIA	AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA	
			TIPO	BREVE DESCRIÇÃO
El Salvador	Outubro-Novembro 2011: Depressão Tropical 12-E. Inundou 10% do território do país. Provocou danos e perdas num valor de cerca de 840 milhões de dólares (aproximadamente 4% do PIB do país) e afetou cerca de meio milhão de pessoas.	Colômbia	Financeira	Doação de 60.000 US\$ para a reconstrução da Infraestrutura da Escola de Comasagua.
		Cuba	Em espécie	Doação de medicamentos e fornecimentos médicos.
		Equador	Em espécie	Kits de higiene, mantas, alimentos, cadeiras de rodas, cadeiras para evacuar, muletas, camas, colchões, água.
		México	Em espécie	Transporte de fornecimentos, despensas, kits de higiene, mantas, etiquetas adesivas (avaliado em: 142.254 US\$).
		Peru	Em espécie	Medicamentos.
		R. Dominicana	Em espécie	Alimentos, artigos para bebé, água e roupa.
		Venezuela	Em espécie	Medicamentos, fornecimentos médicos, alimentos, água, mantas, sandálias.
Guatemala	outubro – novembro 2011. Depressão Tropical 12-E	Venezuela	Em espécie	Doação de medicamentos, cobertores e água pura.
	Mai 2010: Furacão Ágatha	México	Em espécie	Empréstimo de duas pontes tipo Bailey. Despesa: 35.687,21 US\$. As pontes avaliadas em 1.200.000 dólares, continuam na Guatemala.
Honduras	outubro - novembro 2011: Depressão Tropical 12-E	Colômbia	Técnica logística	2 especialistas para a supervisão das pontes.
			Financeira	Contribuição de 60.000 US\$ realizada por pedido do governo das Honduras
Nicaragua	outubro - novembro 2011. Depressão Tropical 12-E	Argentina	Em espécie	Cobertores, 40 caixas de pastilhas potabilizadoras de água, 5 tendas
		Equador	Em espécie	Mantas, pacotes de higiene pessoal, rações alimentares.
		México	Em espécie	Despensas, pacotes de higiene pessoal, cobertores, transporte de fornecimentos, cobertores, etiquetas adesivas (avaliado em 180.693 US\$)
		Peru	Em espécie	Colchões de espuma e mantas

Tabela A.2. Ajuda Humanitária e de Emergência na América Latina. 2011

(continuação)

PAÍS AFETADO	EMERGÊNCIA	PAÍS QUE PRESTA A ASSISTÊNCIA	AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA	
			TIPO	BREVE DESCRIÇÃO
Paraguai	março - abril 2011. Inundações devido ao crescimento do rio Paraguai	Peru	Em espécie	Através da doação de medicamentos.
Venezuela	Princípios 2011: Intensas chuvas no norte do país. Mais de 56.000 pessoas afetadas.	Argentina	Em espécie	Envio de 69 caixas de kits escolares.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Regionais de Cooperação

Tabela A.3. Seleção de Ações de CSS Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

PRIMEIRO OFERENTE	SEGUNDO OFERENTE	AÇÃO	RECEPTOR/ES*	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina	Japão	Curso de atuação zoonose saúde pública	Bolívia Brasil Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala México Nicarágua Panamá Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Saúde (12)
		Curso de autoprodução de alimentos		Agricultura (2B)
		Curso regional guarda parques América Latina		Meio ambiente (34)
		Curso tecnologias de gestão da produção em pequenas e médias empresas		Empresas (27)
	Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS)	Workshop "Técnicas de amostragem e análise de águas de reatores dos navios"		Pesca (2D)
	França	V Simpósio internacional de produção de zooplâncton		Pesca (2D)
Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Plano de ação e instrumentos de política para a harmonização regional dos serviços de roaming de telecomunicações	Argentina Bolívia Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador El Salvador Guatemala Honduras México Nicarágua Panamá Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Comunicações (23)
	Japão	Curso Internacional de formação do desenvolvimento de imunobiológicos para a saúde pública		Saúde (12)
		Curso internacional de formação em sistemas de tecnologia agroflorestal		Meio ambiente (34)
		Curso internacional de formação sobre ISDB-T Televisão Digital Terrestre		Ciência e tecnologia (24)
		Curso internacional de medição de descarga líquida em grandes rios: Técnicas de medição		Abastecimento e Saneamento de Água (14)
		Curso internacional de produção, pós-colheita e processamento industrial da casca e do pedúnculo do marañon (anacardo)		Agricultura (2B)
		Curso internacional de promoção da saúde, desenvolvimento local e municípios saudáveis.		Saúde (12)
		Curso internacional sobre atividades de polícia comunitária utilizando o Sistema Koban		Governo (31)

Tabela A.3. Seleção de Ações de CSS Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

PRIMEIRO OFERENTE	SEGUNDO OFERENTE	AÇÃO	RECEPTOR/ES*	SETOR DE ATIVIDADE
Brasil	Japão	Curso internacional sobre técnicas de gestão e operação de sistemas para a redução e o controle da perda de água	Argentina Bolívia Chile	Abastecimento e saneamento de água (14)
		Formação em serviço para a elaboração, execução e monitorização do projeto de Carbono na América Latina	Colômbia Costa Rica Cuba	Meio ambiente (34)
	OPS	Ajuda financeira para a emergência provocada por uma tempestade tropical	Equador El Salvador Guatemala	Ajuda Humanitária
	PNUD	Segundo workshop sobre políticas sociais	Honduras México	Outros (Políticas sociais) (15)
	UNICEF	Estratégia de fortificação caseira de alimentos	Nicarágua Panamá	Saúde (12)
	UE	Formação especializada em gestão de riscos biológicos e transporte de substâncias infecciosas	Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Saúde (12)
Chile	BID	Workshop : "Divisão de Água e Saneamento"	Argentina Brasil Colômbia Costa Rica Cuba	Abastecimento e Saneamento de Água (14)
	Coreia	Governo eletrônico e desenvolvimento		Governo (31)
	Israel	Cuidados à diversidade na primeira infância	Equador El Salvador Guatemala	Saúde (12)
	Japão	Produção de sementes de moluscos bivalves	Honduras Nicarágua Panamá	Pesca (2D)
		Ênfase no desenvolvimento sustentável de territórios rurais e meio ambiente	Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Meio ambiente (34)
	OPS	Curso de treino de provas de sensibilidade anti-tuberculosa		Saúde (12)
Colômbia	BID	Estágio de cinco funcionários do MINCETUR ao Guichê Único de Comércio Exterior (VUCE)	Peru El Salvador	Comércio (2H)
	BM	Visita às escolas colombianas do programa Escola Nova		Educação (11)
	Espanha	Experiência modelo de fíducia da Colômbia		Outros (Políticas sociais) (15)
	Finlândia	Desenvolvimento alternativo relativamente ao meio ambiente: Intercâmbio de experiências entre Peru e Colômbia		Meio ambiente (34)
	PMA	Estágio de funcionários da Secretaria Técnica da Comissão Interministerial de Assuntos Sociais para conhecer o programa multisetorial Desnutrição Zero.		Outros (Políticas sociais) (15)
		Estágio de funcionários da Secretaria Técnica da Comissão Interministerial de Assuntos Sociais para conhecer a Rede JUNTOS		Outros (Políticas sociais) (15)

Tabela A.3. Seleção de Ações de CSS Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

PRIMEIRO OFERENTE	SEGUNDO OFERENTE	AÇÃO	RECEPTOR/ES*	SETOR DE ATIVIDADE
Costa Rica	Espanha	Formação ao Escritório de Turismo da Municipalidade de Jalapa	El Salvador Guatemala Honduras Panamá	Argentina
		Turismo (2G)		Argentina
		Formação e pagamento por serviços ambientais.		Meio ambiente (34)
		Intervenção urbana estratégica e povoações		Outros (Desenvolvimento) (37)
		Formação em Supervisão Baseada em Risco		Banca e finanças (25)
		Estratégias extra acadêmicas: pilares para a geração de raízes, permanência e convivência nos centros educativos		Educação (11)
		Fortalecimento de conhecimentos em reabilitação		Saúde (12)
		Fortalecimento das capacidades financeiras		Banca e finanças (25)
		Implementação de novas tecnologias para a avaliação		Educação (11)
		Tecnologia de alimentos e gestão da qualidade no setor alimentar		Indústria (2F)
Cuba	PMA	Estágio de gestor de Desenvolvimento Social de Governo Regional de Ayacucho e de funcionário da ST-CIAS para conhecer a experiência Cubana na implementação de programas efetivos de saúde e nutrição.	Peru	Outros (Políticas sociais) (15)
Equador	PMA	Estágio de funcionários da Secretaria Técnica da Comissão Interministerial de Assuntos Sociais para conhecer a estratégia INTI	Peru	Outros (Políticas sociais) (15)
Guatemala	Espanha	Curso Políticas públicas no setor saúde	Peru	Saúde (12)
México	Alemanha	Encontro latino-americano sobre controle de locais contaminados	Argentina Bolívia Chile Colômbia Costa Rica Equador El Salvador Guatemala Honduras Nicarágua Panamá Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	Meio ambiente (34)
	Banco Mundial (BM)	Programa de Transferência condicionada de dinheiro		Governo (31)
	CAN-OIM	Seminário Boas práticas na utilização produtiva de remessas		Governo (31)
	Coreia	Programa conjunto de formação em alterações climáticas e crescimento verde		Meio ambiente (34)
	Espanha	Fortalecimento de capacidades do ISDEMU em diferentes matérias: Gestão de políticas, formação para a igualdade e estatísticas nacionais de gênero, entre outras.		Gênero (35)
	IICA	Seminário internacional de adaptação da agricultura às alterações climáticas		Agricultura (2B)

Tabela A.3. Seleção de Ações de CSS Triangular, segundo primeiro ofertante. 2011

(continuação)

PRIMEIRO OFERENTE	SEGUNDO OFERENTE	AÇÃO	RECEPTOR/ES*	SETOR DE ATIVIDADE
México	Japão	Curso internacional para prevenção e controle do cancro cervical uterino	Argentina Bolívia Chile Colômbia Costa Rica Equador El Salvador Guatemala Honduras Nicarágua Panamá Paraguai Peru R. Dominicana Uruguai Venezuela	População e saúde reprodutiva (13)
		Curso internacional sobre sistemas naturais de tratamento de águas e lodos residuais, a sua utilização e reaproveitamento		Abastecimento e saneamento de água (14)
		Curso internacional sobre conectividade e gestão de áreas protegidas no corredor biológico mesoamericano		Meio ambiente (34)
		Gestão integral de resíduos com enfoque de terceiros para países da América Central e Caribe		Meio ambiente (34)
		Curso internacional de formação sobre ensaios não destrutivos para inspetores certificáveis		Ciência e tecnologia (24)
		Curso internacional multidisciplinar sobre programas de proteção civil e prevenção de desastres		Prevenção de desastres (36)
	Programa Mundial de Alimentos (PMA)	Estágio de funcionário do Programa Nacional de Assistência Alimentar (PRONAA) para assistir a um workshop regional de avaliação de impacto de programas de população, saúde e nutrição no México	Saúde (12)	
Panamá	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Tarifas e subsídios no setor de água e saneamento	Peru	Abastecimento e Saneamento de Água (14)
Peru	Suíça – Programa COMPAL SECO	Workshop de validação e visita técnica de captação de informação	Chile Colômbia	Empresas (27)
	Organização Internacional para as Migrações (OIM)	Avaliação das Radiações não ionizantes (RNI)	El Salvador Guatemala Paraguai	Ciência e tecnologia (24)
		Fortalecimento do setor artesanal para contribuir para a competitividade do Paraguai		Empresas (27)
		Reunião sobre Cooperação laboral e migratória Peru- Chile		Governo (31)
		Transferência de conhecimentos, metodologia e instrumentos do Plano Nacional de Qualidade Turística – CALTUR		Turismo (26)
	OIT	Microempresas de manutenção viária	Empresas (27)	
OMPI (de Propriedade Intelectual)	Assistência Técnica em matéria de registro de marcas	Empresas (27)		
República Dominicana	Japão	Curso internacional de diagnóstico por imagens para médicos e radiologistas da América Central e Caribe	Nicarágua	Saúde (12)
Uruguai	OEA	Transferência de experiências do Centro de Resposta Tecnológica do Uruguai (CertUY)	El Salvador Panamá	Governo (31)

Nota: Para otimizar espaço, optou-se por agrupar os receptores de cada primeiro ofertante, sem diferenciar a sua participação segundo o segundo ofertante.

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.4. Ações de CSS Triangular com o Haiti e o Caribe não ibero-americano. 2011

PRIMEIRO OFERENTE	SEGUNDO OFERENTE	PROJETO	RECEPTOR/ES	SETOR DE ATIVIDADE
Argentina	Japão	Curso de autoprodução de alimentos	Granada Haiti Suriname	Agropecuário (2B)
Brasil	Espanha/Re-pública Checa/Suíça	Envio de 5.000 toneladas de arroz	Haiti	Ajuda humanitária
	Japão	Curso internacional de técnicas de medição da descarga líquida de grandes rio	Guiana Suriname	Água (14)
		Curso internacional de produção, pós colheita e processamento industrial da castanha e marañon.	Haiti	Agropecuário (2B)
México	Coreia	Formação em alterações climáticas e crescimento verde	Belize	Meio ambiente (34)
	Japão	II Curso internacional sobre sistemas de águas e lodos residuais, a sua reutilização e aproveitamento.	Belize	Água (14)
		Curso internacional sobre conectividade e gestão de áreas protegidas no corredor biológico	Belize	Meio ambiente (34)
		Curso internacional em formação sobre gestão integral de resíduos	Belize	Meio ambiente (34)
		V Curso internacional para a prevenção e controlo do cancro cervical uterino	Belize	Saúde reprodutiva (13)
		V Curso internacional sobre programas de proteção civil e proteção de desastres	Belize	Prevenção de desastres (36)

Fonte: SEGIB a partir de Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Tabela A.5. AOD líquida mundial destinada aos países em desenvolvimento, segundo doadores. 2000-2010 Em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CAD	36.195	35.282	40.964	49.982	54.635	82.895	77.269	73.378	86.805	83.666	90.956
No CAD	902	830	3.189	3.647	3.204	3009	4.569	5.669	8.344	5.580	5.509
Multilaterais	12.680	16.276	17.877	18.114	22.282	22.746	25.501	29.444	32.767	37.722	34.642
P. EM DESENVOLVIMENTO	49.776	52.388	62.030	71.742	80.121	108.650	107.339	108.492	127.917	126.968	131.108

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Tabela A.6. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo receptor.

2000-2010 Em milhões de dólares; peso, em porcentagem. Ordem decrescente, segundo dados de 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Colômbia	185,9	384,4	438,4	800,4	514,8	620,5	1.005,2	722,8	972,0	1.059,5	901,1
Bolívia	481,7	743,7	689,3	938,4	785,4	643,1	850,0	475,8	627,9	725,3	675
Brasil	231,4	219,5	207,7	198,3	154,4	243,1	113,4	321,2	460,4	336,9	661,3
Nicarágua	560,4	931,0	517,2	842,6	1.240,2	763,4	740,2	840,1	740,7	772,6	620,9
Honduras	448,3	657,1	421,1	393,8	657,9	690,1	594,4	464,3	564,3	456,1	574,2
México	-57,8	118,1	125,2	123,1	108,0	180,5	269,8	113,4	149,1	184,5	471,1
Guatemala	263,1	234,3	249,6	246,8	217,1	256,6	484,3	454,4	536,0	375,6	393,5
El Salvador	179,7	237,5	233,3	192,2	216,4	204,5	162,9	88,1	233,4	276,0	283,5
Chile	48,9	75,3	-7,3	85,7	54,4	167,3	101,4	104,9	107,9	78,7	197,5
R. Dominicana	56,0	106,9	145,0	68,9	84,5	80,6	53,8	123,1	156,0	119,1	175,2
Equador	146,1	183,6	220,0	174,9	153,3	225,8	187,8	217,3	230,6	207,9	150,5
Cuba	44,0	53,7	63,7	75,0	103,5	88,4	93,7	92,8	127,5	115,1	129,1
Panamá	15,4	26,1	20,4	27,4	22,6	26,7	31,0	-135,0	28,5	65,0	128,87
Argentina	52,5	145,6	81,5	106,6	91,3	96,2	115,1	101,3	130,6	126,7	121,1
Paraguai	81,6	61,4	56,8	51,2	22,4	50,7	56,0	108,0	133,5	147,8	105
Costa Rica	9,6	0,4	-0,3	29,0	12,8	25,8	31,7	58,0	66,1	108,6	95,0
Venezuela	76,1	44,7	56,5	81,1	44,9	50,3	62,9	77,8	59,2	66,3	52,7
Uruguai	17,4	15,2	13,7	23,6	29,1	14,4	21,1	37,0	33,3	50,0	46,71
Peru	396,8	450,6	488,5	516,9	463,5	450,5	463,4	307,0	463,0	441,2	-255,9
P. IBERO-AMERICANOS	3.237	4.689	4.020	4.976	4.976	4.878	5.438	4.572	5.820	5.713	5.526
P. EM DESENVOLVIMENTO	49.776	52.388	62.030	71.742	80.121	108.650	107.339	108.492	127.917	126.968	131.108
Participação	6,5%	9,0%	6,5%	6,9%	6,2%	4,5%	5,1%	4,2%	4,5%	4,5%	4,2%

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Tabela A.7. AOD líquida mundial destinada aos países Ibero-americanos, segundo doador.

2000-2010 Em milhões de dólares. Ordem decrescente, segundo números do ano 2010.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estados Unidos	520,8	999,8	986,3	1.501,1	1.123,9	1.236	1.582,1	1.046,1	1.426,3	1.525,9	1.436,5
Espanha	241,1	647,3	365,2	448,8	571,7	497,5	657,8	1.017,1	1.187,1	1.065,6	860,3
Alemanha	305,8	306,9	320,2	433,6	611,5	384,8	359,1	344,5	567,7	576,9	656,2
França	83,4	85,3	133,4	154,5	235,4	121,9	229,2	276,2	156,1	152,7	484,8
Noruega	44,9	71,4	44,4	60,3	58,3	83,9	79,0	238,3	99,9	85,2	321,4
Japão	750,0	710,1	546,0	441,0	270,8	403,8	414,5	202,6	225,0	88,3	-462,0
<i>Outros países</i>	<i>641,83</i>	<i>764,1</i>	<i>876,5</i>	<i>798,7</i>	<i>962,4</i>	<i>984,0</i>	<i>765,4</i>	<i>253,1</i>	<i>1.009,6</i>	<i>971,3</i>	<i>879,1</i>
Total Bilaterais	2.587,8	3.584,9	3.272,1	3.838,2	3.833,7	3.711,8	4.087,1	3.377,7	4.671,6	4.465,9	4.176,3
Instituições UE	244,5	424,3	263,2	392,3	364,9	444,0	531,2	624,3	521,0	594,5	546,3
Outros organismos	404,7	679,6	484,8	745,4	777,9	722,5	819,8	570,2	627,5	652,3	803,7
<i>Total Multilaterais</i>	<i>649,2</i>	<i>1.103,9</i>	<i>748,0</i>	<i>1.137,7</i>	<i>1.142,8</i>	<i>1.166,6</i>	<i>1.351</i>	<i>1.194,5</i>	<i>1.148,4</i>	<i>1.246,8</i>	<i>1350,0</i>
TODOS OS DOADORES	3.237,0	4.688,8	4.020,1	4.975,9	4.976,4	4.878,3	5.438,1	4.572,2	5.820,0	5.712,7	5.526,3

Fonte: SEGIB a partir de www.oecd.org/dac/stats/idsonline.

Tabela A.8. AOD líquida destinada por Espanha ao resto dos países ibero-americanos. 2000-2011

Em milhões de dólares

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	-6,5	-3,9	9,9	41,2	33,4	12,3	13,8	21,6	29,7	24,1	23,0	2,5
Bolívia	22,4	29,7	30,8	51,6	54,5	66,7	51,6	74,6	93,0	97,6	69,0	51,4
Brasil	5,6	6,5	6,2	7,1	9,9	10,2	17,2	32,8	36,8	64,9	26,4	21,1
Colômbia	12,6	25,1	32,4	14,4	9,6	31,0	69,0	64,3	85,0	148,6	56,2	49,4
Costa Rica	11,0	3,3	10,1	10,1	9,9	2,3	3,0	10,0	15,5	9,3	5,2	4,6
Cuba	10,6	9,7	13,3	14,5	16,6	15,2	17,6	24,0	45,8	37,7	42,8	19,7
Chile	-1,6	-2,9	1,7	2,0	3,4	4,1	4,3	6,7	7,1	9,6	11,3	8,2
Equador	23,2	18,9	43,0	24,6	31,5	48,2	37,7	71,3	87,9	48,7	55,3	22,0
El Salvador	22,4	45,9	55,7	27,0	27,5	42,6	44,1	61,1	83,6	125,7	85,5	44,6
Guatemala	14,5	16,5	17,5	23,5	22,4	38,9	223,8	252,9	255,9	113,4	92,9	46,0
Honduras	34,9	33,0	36,4	57,6	54,0	95,0	44,3	110,8	117,6	58,4	69,1	15,0
México	-11,4	-9,2	-12,0	-26,5	-28,3	-24,5	-23,1	-17,2	-15,1	-14,5	5,3	-21,8
Nicarágua	19,7	399,5	22,3	72,7	207,7	60,1	36,6	115,1	125,4	142,4	106,2	64,7
Panamá	13,0	7,3	5,9	8,1	6,6	4,5	6,4	10,6	7,4	6,3	5,9	2,5
Paraguai	5,3	8,4	4,1	11,7	6,4	7,1	9,8	13,3	23,0	38,9	21,8	16,4
Peru	18,5	29,1	31,9	44,4	56,2	65,5	69,4	109,4	131,5	100,2	118,1	61,2
R. Dominicana	15,8	17,1	38,2	24,8	45,1	21,4	18,3	27,3	32,1	29,2	49,9	51,3
Uruguai	2,8	1,8	1,2	4,4	2,7	2,3	4,1	12,7	9,4	12,2	8,4	5,6
Venezuela	28,2	11,4	16,7	35,7	2,8	-5,4	9,9	15,9	15,5	12,9	8,2	0,5
TOTAL P. Ib.	241,1	647,3	365,2	448,8	571,7	497,5	657,8	1.017,1	1.187,1	1.065,6	860,3	465,0
Total países em desenvolvimento	720,2	1.149,5	998,5	1.151,4	1.400,2	1.863,0	2.092,0	3.338,9	4.801,6	4.473,1	3.998,9	4.186,8

Nota: Os dados de 2011 foram obtidos da AECID em Euros. A conversão para dólares foi efetuada aplicando a taxa de câmbio média do ano 2011 (1€ = 1,392 \$US) proporcionada pelo Banco Central Europeu. **Fonte:** SEGIB a partir das declarações da Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID); e das estatísticas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (www.oecd.org/dac/stats/idsonline).



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Organismo Internacional da Conferência Ibero-Americana



Com a colaboração do:



www.segib.org

